

Diário do Legislativo de 08/12/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 119ª Reunião Ordinária da 1ª Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 51ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "O Rio São Francisco e o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido"

1.3 - 52ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "O Rio São Francisco e o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido"

1.4 - Evento Realizado na 114ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "O Rio São Francisco e o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido"

1.5 - 77ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.6 - Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.7 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/12/2007

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do Deputado Durval Ângelo; aprovação - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.905 a 1.924/2007 - Requerimentos nºs 1.658 a 1.668/2007 - Requerimentos dos Deputados Deiró Marra, Getúlio Neiva e Doutor Viana - Proposições não Recebidas: Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Deiró Marra - Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação, de Transporte, de Turismo, de Assuntos Municipais, do Trabalho e de Defesa do Consumidor e do Deputado Luiz Humberto Carneiro - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Doutor Rinaldo, Carlin Moura, Weliton Prado e João Leite - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2007 - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Deiró Marra, Doutor Viana e Getúlio Neiva; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.807/2007; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Gilberto Abramo e Getúlio Neiva; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2007; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; requerimento do Deputado João Leite; aprovação do requerimento -

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.887/2007; aprovação com as Emendas nºs 1 a 7 - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Bráulio Braz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, a ata, como determina o Regimento Interno, é um registro sumário do que ocorreu na reunião anterior.

Não são os anais do que foi discutido e de como foi discutido.

Gostaria de lembrar que, na parte da manhã, fui o primeiro orador inscrito e falei por 30 minutos, concordando em que não houvesse obstrução para que o projeto do Fundomaq retornasse à comissão, porque recebeu emendas em Plenário, com uma condição: que não fossem votados esta semana dois projetos: o Projeto de Lei nº 1.676, que autoriza crédito ao Tribunal de Justiça Militar, e o Projeto de Lei nº 1.737, que autoriza crédito suplementar ao Tribunal de Justiça.

Anunciei publicamente que esse teria sido um acordo firmado com o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e também com o Presidente da Assembléia - há muito tempo não o víamos presidindo reunião em Plenário. Foi uma alegria muito grande recebê-lo aqui hoje pela manhã. Ele nos deixou a todos com o coração cheio de alegria. Agora, vejo que os dois projetos estão na pauta da tarde. O acordo foi que isso não ocorreria. Fiz uma justificativa e considero que o crédito suplementar do Tribunal de Justiça preenche todos os requisitos legais. É uma medida mais que necessária para que esse órgão encerre o ano com os pagamentos em dia, mas estou atento a uma questão pontual. O "Minas Gerais" do dia 23/11/2007 trouxe a reativação de vagas de Oficiais de Apoio do Tribunal de Justiça. Essa foi outra medida correta.

Belo Horizonte recebeu 100 novas vagas; minha cidade, Contagem, 39; Igarapé, cidade cuja população carcerária cresceu muito, 10. Mas estranhei o fato de Ribeirão das Neves não estar presente. Com mais de 4 mil presos, no ano que vem esse Município se prepara para ultrapassar a triste marca de 8 mil presos. Ribeirão das Neves se caracteriza cada vez mais como cidade carcerária, mas não foi criada nenhuma vaga lá. A Comissão de Direitos Humanos esteve na cidade por duas vezes. Fizemos um relatório. A Vara de Execuções Criminais de Neves tem somente cinco funcionários para um volume enorme de feitos. Todos sabemos que há muito mais de 4 mil detentos - salvo engano, disseram 7 mil. Alguns dizem que, com precatórios, esse número pode chegar a 10 mil.

Portanto, estranho que, apesar do acordo, esse projeto esteja em pauta. O caso desse malfadado Tribunal de Justiça Militar é ainda mais grave. Ele precisa explicar em que vai gastar esse dinheiro, pois está recebendo um volume significativo de recursos. Semana que vem vou mostrar todos os dados, as gratificações recebidas por policiais que atuam nesse Tribunal e deixarei todo o mundo estupefocado. Lá existe uma categoria de militares de Minas Gerais, e uma especialíssima. Como disse, não falarei tudo de uma vez, mas aos poucos, Deputado Bráulio Braz, para não assustar.

Na semana que vem, vou dizer como eles gastam o dinheiro na reforma do Tribunal. Vou trazer todos esses dados.

Então, V. Exa., como membro da Mesa, poderia responder-me. Já disse isso de manhã. O acordo foi quebrado, rompido com o Líder do Governo ou com o Presidente da Assembléia, então por que esses dois projetos estão em pauta?

Vivemos um momento de final de ano, com muita tensão, por isso essas coisas têm de ser bem equilibradas, para que não sejamos surpreendidos por anormalidade nenhuma e ao termos tudo tranqüilamente.

Neste período muito curto, as barreiras entre o dito e o não-dito e entre o fato e o boato são muito tênues. É preciso esclarecer. Gostaria que V. Exa. nos explicasse isso.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Durval Ângelo que os dois projetos constam na ordem do dia, portanto eles não podem ser retirados da pauta neste momento.

O Deputado Durval Ângelo - Isso, porque a ordem do dia já estava estabelecida desde ontem.

O Sr. Presidente - Correto. Já estava estabelecida e publicada.

O Deputado Durval Ângelo - Então, já tenho a garantia de que eles não serão votados.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 1.905/2007

Declara de utilidade pública o Instituto Bem Me Quero de Apoio à Criança, ao Adolescente, à Família e ao Ambiente - Ibemque, com sede no Município de Igarapé.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Bem Me Quero de Apoio à Criança, ao Adolescente, à Família e ao Ambiente - Ibemque -, com sede no Município de Igarapé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Durval Ângelo

Justificação: Tendo em vista os relevantes serviços prestados pelo Instituto Bem Me Quero de Apoio à Criança, ao Adolescente, à Família e ao Ambiente - Ibemque -, com sede no Município de Igarapé, e o cumprimento fiel de suas finalidades estatutárias, buscamos declarar a entidade como de utilidade pública.

Essa declaração permitirá que se torne apta a realizar projetos maiores no desenvolvimento de suas atividades.

Diante do importante trabalho que realiza, a instituição por certo terá reconhecimento dos nobres colegas, que se empenharão na aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.906/2007

Declara de utilidade pública a Associação Pentateuco de Recuperação e Convivência Três Fronteiras, com sede no Município de Nanuque.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Pentateuco de Recuperação e Convivência Três Fronteiras, com sede no Município de Nanuque.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Jayro Lessa

Justificação: A Associação Pentateuco de Recuperação e Convivência Três Fronteiras, com sede no Município de Nanuque, é sociedade civil sem fins lucrativos e de cunho assistencial que desenvolve ações sociais em benefício das pessoas da comunidade que têm problemas com as drogas e o álcool, buscando resgatar-lhes a dignidade, através da orientação para sua reabilitação e recuperação.

Assim, como está disposto em seu Estatuto Social, a Associação Pentateuco de Recuperação e Convivência Três Fronteiras, ao realizar suas atividades de inclusão, através do desenvolvimento de programas de incentivo nas áreas da educação, da cultura, da saúde, do esporte e do lazer, presta serviços de reconhecido interesse público, zelando indistintamente pelos direitos dos seus assistidos.

Ademais, em pleno e regular funcionamento desde o dia 5/11/2003, a referida entidade cumpre todos os requisitos exigidos por lei, pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

Por estas razões, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 1.907/2007

Declara de utilidade pública o Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia - CEC -, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia - CEC -, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: O Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia é uma organização não governamental, com personalidade jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo defender os direitos plenos de cidadania visando ao fortalecimento das ações integradas às políticas sociais.

Para alcançar seus propósitos, executa diretamente planos de ação, projetos ou programas, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, e presta serviços de apoio a organizações sem fins lucrativos e a órgãos públicos que atuam em áreas afins.

Diante dessas considerações, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.908/2007

Declara de utilidade pública a Associação Lar dos Idosos José Verçosa Júnior, com sede no Município de Sabará.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Lar dos Idosos José Verçosa Júnior, com sede no Município de Sabará.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Wander Borges

Justificação: Configura obrigação da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, prioritariamente, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Almejando contribuir com ações de proteção aos interesses dos idosos e, conseqüentemente, promover a preservação de sua saúde física e mental, na data de 14/3/48, foi fundado o Conselho Particular das Conferências Vicentinas da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, que, posteriormente, adotou a denominação de Lar dos Idosos José Verçosa Júnior, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de natureza beneficente e de promoção social.

A entidade tem por finalidade desenvolver a caridade cristã no âmbito da assistência social e da promoção humana. O objetivo social citado é alcançado por meio da manutenção de estabelecimento destinado ao abrigo de pessoas idosas.

São relevantes os serviços prestados pela instituição à comunidade, uma vez que desenvolve ações que visam atender às demandas da população idosa, alterando sua posição de vulnerabilidade social e contribuindo para que a vida na idade avançada se dê de forma digna, sendo respeitados seus direitos e observadas suas peculiaridades de faixa etária.

Cumpridos todos os requisitos legais, contamos com o apoio desta Casa para o reconhecimento do nobre trabalho desenvolvido pela entidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.909/2007

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Cultural Galoucura de Teófilo Otôni - AECGTO, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva e Cultural Galoucura de Teófilo Otôni - AEGTO -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Getúlio Neiva

Justificação: A Associação Esportiva e Cultural Galoucura, de Teófilo Otôni tem como objetivo incentivar o esporte, principalmente o futebol, promovendo atividades esportivas, visando à integração social de seus associados.

Além disso, a entidade procura contribuir com a preservação e difusão do patrimônio artístico e cultural do Município, por meio de convênios com órgãos e entidades financiadoras, para atender às necessidades dos associados.

Por esse esforço de importância social, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.910/2007

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores dos Bairros Paulino Benevides, Amim El Aouar e Adjacências, com sede no Município de Carlos Chagas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores dos Bairros Paulino Benevides, Amim EL Aouar e Adjacências, com sede no Município de Carlos Chagas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Getúlio Neiva

Justificação: Fundada em 26/3/1994, a Associação que se quer beneficiar tem como finalidade cultivar ampla e perfeita cordialidade entre os seus associados.

Para consecução de suas metas a Associação promove atividades culturais e desportivas, busca diminuir os índices de analfabetismo e ampliar o grau de conscientização dos moradores.

Por essa atuação de importância social, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título que se pretende outorgar-lhe por intermédio do projeto de lei apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.911/2007

Declara de utilidade pública a Organização de Integração Social e Comunitária Oisc, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Organização de Integração Social e Comunitária - Oisc -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Getúlio Neiva.

Justificação: A Organização de Integração Social e Comunitária é uma sociedade civil de interesse público, fundada em 6/5/2005, tendo como objetivo a difusão do civismo e integração social dos seus associados, promovendo a gratuidade da educação, com ênfase na distribuição de bolsas de estudo. A associação vem cumprindo suas finalidades estatutárias e contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de seus associados.

Por esse esforço de importância social, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que lhe esta sendo outorgado, por intermédio do projeto de lei apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.912/2007

Declara de utilidade pública a Associação do Bairro Manoel Pimenta, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Bairro Manoel Pimenta, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Getúlio Neiva

Justificação: Fundada em 29/10/95, presta assistência social às pessoas carentes, tendo como pilar a promoção humana e como escopo principal a proteção à saúde da família, de gestantes, de crianças e idosos.

Para consecução de suas metas, busca firmar convênios com órgãos e entidades financiadoras para atendimento às necessidades da comunidade.

Por essa atuação de significativa importância social, esperamos a anuência dos nobres colegas para aprovação do projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.913/2007

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Pampam - Acopam -, com sede no Município de Carlos Chagas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Pampam - Acopam -, com sede no Município de Carlos Chagas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Getúlio Neiva

Justificação: Fundada em 9/11/96, a Associação Comunitária Rural do Pampam tem como objetivo a proteção e o amparo à saúde da família.

Atua na proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e das pessoas idosas e no combate à fome e à pobreza por meio de ações contínuas.

Procura apoiar moral e economicamente outras instituições voltadas para a assistência dos menos favorecidos.

Pela importância da entidade, contamos com o apoio dos nossos pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.914/2007

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rural do Córrego das Flores, Evangelista e São Sebastião - Ascofess -, com sede na Fazenda Vista Alegre, no Município de Carlos Chagas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Rural do Córrego das Flores, Evangelista e São Sebastião - Ascofess -, no Município de Carlos Chagas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Getúlio Neiva.

Justificação: A Associação Comunitária Rural do Córrego das Flores, Evangelista e São Sebastião, fundada em 30/1/2005, cumprindo suas atividades estatutárias no que concerne a proteção e amparo à família, da infância à velhice.

Por tão importante finalidade de cunho social, esperamos contar com o apoio de todos os parlamentares desta Casa Legislativa à aprovação do projeto em epígrafe.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.915/2007

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Esperança - Acre -, com sede no Município de Carlos Chagas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Esperança - Acre -, com sede no Município de Carlos Chagas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Getúlio Neiva

Justificação: A Associação Comunitária Rural de Esperança, com sede na Fazenda Santo Reis, no Município de Carlos Chagas, tem como objetivo a proteção e o amparo à saúde da família, à maternidade, à infância e à velhice, incentivando o aleitamento materno, bem como campanhas de combate a doenças transmissíveis ou infecto-contagiosas, em integração com órgãos competentes, bem como a assistência médico-odontológica jurídica e educacional.

Fundada em 9/5/97, vem cumprindo duas finalidades estatutárias, visando à melhoria da qualidade de vida de seus associados.

Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.916/2007

Declara de utilidade pública a Liga Desportiva de Pará de Minas, com sede no Município de Pará de Minas .

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Liga Desportiva de Pará de Minas, com sede no Município de Pará de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Inácio Franco

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Liga Desportiva de Pará de Minas, entidade civil sem fins lucrativos que tem por finalidade difundir, aperfeiçoar e disciplinar a prática do desporto amador, organizar campeonatos e torneios, servindo ao Estado, ao Município e à União.

Para a execução das finalidades que se propõe, a Liga Desportiva de Pará de Minas poderá: promover ou permitir a realização de campeonatos, nos desportos que dirige, entre seus filiados e clubes registrados de outros Municípios, realizar seu próprio campeonato oficial e, ainda, representar os desportos que dirige junto ao poder público municipal.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.917/2007

Declara de utilidade pública o Clube Praça de Esportes do Pará, com sede no Município de Pará de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube Praça de Esportes do Pará, com sede no Município de Pará de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Inácio Franco

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública o Clube Praça de Esportes do Pará, entidade civil sem fins lucrativos, que tem como finalidade a difusão do civismo e da cultura esportiva, por meio de atividades como futebol de salão, natação, voleibol e outras, podendo ainda realizar reuniões e eventos de caráter sociocultural.

Por ser justo o propósito da proposição, espero contar com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.918/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Macaúbas II, com sede no Município de Brasília de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Macaúbas II, com sede no Município de Brasília de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Paulo Guedes

Justificação: A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Macaúbas II é uma associação civil sem finalidades lucrativas, políticas nem religiosas que tem como objetivo a melhoria da comunidade nos aspectos culturais e ambientais, desenvolvendo atividades recreativas, sociais, esportivas, assistenciais e educacionais.

Promove a busca de recursos materiais e humanos, na comunidade ou fora dela, para execução de atividades de interesse comunitário. Propõe ainda, prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.919/2007

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho das Pedras, com sede no Município de Brasília de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho das Pedras, com sede no Município de Brasília de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Paulo Guedes

Justificação: O Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho das Pedras é uma associação civil, de fins sociais, assistenciais e não lucrativos, que tem como finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da agropecuária, pela melhoria das condições de vida e pelo bem-estar social da comunidade.

Através de atividades socioculturais, ele busca recursos materiais e humanos, na comunidade ou fora dela, para execução de atividades de interesse comunitário. Propõe-se, ainda, a prestigiar, estimular e auxiliar as iniciativas que beneficiem a comunidade.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de LEI Nº 1.920/2007

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Pedra de Fogo, com sede no Município de Brasília de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pedra de Fogo, no Município de Brasília de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Paulo Guedes

Justificação: A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Pedra de Fogo é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover o desenvolvimento comunitário, mediante a realização de obras e melhoramentos, e proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar, pela integração de seus moradores, proporcionando aos seus associados atividades econômicas, culturais

e desportivas.

Tem por objetivo, ainda, trabalhar pelo desenvolvimento das explorações agropecuárias, além de representar a comunidade junto a entidades públicas e privadas.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.921/2007

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Pedralina, com sede no Município de Brasília de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pedralina, com sede no Município de Brasília de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Paulo Guedes

Justificação: A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Pedralina é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem por finalidade promover o bem-estar dos moradores da comunidade através de ações que possam captar recursos materiais e humanos para proporcionar a proteção à saúde, à maternidade, à infância e à velhice, o combate à fome, à miséria e à pobreza e o incentivo a atividades culturais e esportivas.

Tem por objetivo, ainda, conscientizar cada associado de seus direitos como cidadão, além de conveniar-se a órgãos e instituições especializadas para realização de cursos profissionalizantes.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.922/2007

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Nossa Senhora de Fátima, com sede no Município de Brasília de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Nossa Senhora de Fátima, com sede no Município de Brasília de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Paulo Guedes

Justificação: O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Nossa Senhora de Fátima é uma associação civil, de fins sociais, assistenciais, recreativos, beneficentes e culturais, sem fins lucrativos, que tem como finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da agropecuária, pela melhoria das condições de vida e pelo bem-estar social da comunidade.

Através de atividades socioculturais, ele busca recursos materiais e humanos, na comunidade ou fora dela, para execução de atividades de interesse comunitário. Propõe-se, ainda, a prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.923/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ribeirão Estreito, com sede no Município de Brasília de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ribeirão Estreito, com sede na localidade de Ribeirão Estreito, no Município de Brasília de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Paulo Guedes

Justificação: A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ribeirão Estreito é uma associação civil, de fins sociais, assistenciais e não lucrativos, que tem por finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria das condições de vida e bem estar na região.

Promove a busca de recursos materiais e humanos, na comunidade ou fora dela, para execução de atividades de interesse comunitário. Propõe, ainda, prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.924/2007

Dá denominação ao Núcleo Regional de São João Del Rei.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Hemocentro Walter Nery, o Núcleo Regional de São João Del Rei, nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2007.

Domingos Sávio

Justificação: Walter Nery teve o trabalho como fonte de sua vida. No início, trabalhava o dia inteiro na estação e fazia manutenção dos trens da Estação de Ferro Oeste de Minas. Às vezes, de madrugada, quando alguma locomotiva estragava, levantava com a maior disposição e ia cumprir seu ofício. Nesse emprego ficou até 1935, quando se aposentou. Como era uma pessoa muito ativa, não conseguiu ficar parado e faleceu um ano depois de aposentado.

Com pouco mais de dez anos, ele começou a trabalhar vendendo miudezas para ter um dinheiro para ir às matinês e comprar coisas para uso próprio. Depois foi trabalhar no jornal "O Cacete". Por último, antes de montar a Americana, trabalhou por 26 anos como manipulador de medicamentos na Farmácia Amaro. Foi nesse emprego que percebeu o quanto o bairro Matozinhos precisava de uma farmácia. Então resolveu, há 40 anos atrás, montar uma. Aí surgiu a primeira Drogaria Americana, na época farmácia, na rua Bernardo Guimarães.

A sua fama como farmacêutico crescia na região, e passou a atender uma clientela de São João Del Rei e cidades vizinhas como Prados, Dolores de Campos e Resende Costa. Algumas vezes a porta da loja ficava tão cheia que parecia ter alguma briga, mas era apenas o movimento. Mesmo com toda popularidade nunca quis entrar para a carreira política. Na primeira farmácia trabalhava a família e apenas um funcionário. Atualmente, 165 pessoas trabalham na rede da Drogaria Americana.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.658/2007, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a nova diretoria da 3ª Região do Tribunal Regional do Trabalho para o biênio 2008-2009. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.659/2007, do Deputado Gil Pereira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Telma de Jesus Fonseca Carvalho Vieira, Diretora da Escola Estadual Francisco Sá, de Montes Claros, e com o corpo docente e discente desse educandário, pelo aumento de 74% para 81% na porcentagem de crianças alfabetizadas aos 8 anos de idade, entre 2006 e 2007. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.660/2007, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo à Emater-MG com vistas à promoção de atividades baseadas na produção sustentável de base agroecológica, no âmbito do Programa Minas sem Fome, fundamentalmente na ação Apoio à Implantação de Lavouras Comunitárias. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 1.661/2007, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Governo com vistas à efetivação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e ao pleno funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea-MG. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 1.662/2007, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Transportes e Obras Públicas com vistas à pavimentação asfáltica urbana do Município de Frutal. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 1.663/2007, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Turismo com vistas à reavaliação, no Projeto Estrada Real, do uso da logomarca do Instituto Estrada Real, patenteada no INPI pela Fiemg, tendo em vista os indícios de que ela seria proveniente da logomarca original da Turminas, de autoria de Yara Tupinambá.

Nº 1.664/2007, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Turismo com vistas ao desenvolvimento de programas específicos de treinamento de trabalhadores da área de turismo para atendimento de idosos e pessoas portadoras de deficiência. (- Distribuídos à Comissão de Turismo.)

Nº 1.665/2007, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Transportes e Obras Públicas com vistas à construção de avenidas pavimentadas ligando o câmpus da Uemg em Frutal à MG-255 e ao anel viário que dá acesso ao aeroporto. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 1.666/2007, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Defesa Social com vistas à aplicação, nos exercícios financeiros de 2008 a 2011, de pelo menos 50% dos recursos do Fundo Penitenciário Estadual em atividades relacionadas a medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.667/2007, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça com vistas à imediata instalação e designação das Comarcas de Araçuai, Itaobim e Padre Paraíso. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.668/2007, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja formulado apelo ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com vistas a que sejam aumentados em 100% os recursos orçamentários destinados ao Estado no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, desenvolvido pela Conab.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Deiró Marra, Getúlio Neiva e Doutor Viana.

Proposições não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Emater-MG pelo transcurso de seu 59º aniversário.

Do Deputado Deiró Marra em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Emater-MG pelo transcurso de seu 59º aniversário.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Educação, de Transporte, de Turismo, de Assuntos Municipais, do Trabalho e de Defesa do Consumidor e do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece a presença de jovens alunos da Escola Estadual Padre Matias, do Bairro Glória, que estão aqui participando aqui do importante projeto "Educação para a Cidadania".

Oradores Inscritos

- Os Deputados Doutor Rinaldo, Carlin Moura, Weliton Prado e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 1.668/2007, da Comissão de Política Agropecuária. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Educação - aprovação, na 34ª Reunião Ordinária, em 5/12/2007, dos Projetos de Lei nºs 1.352/2007, do Deputado Neider Moreira, 1.668/2007, do Deputado Elmiro Nascimento, 1.694/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e 1.717/2007, da Deputada Elisa Costa, e dos Requerimentos nºs 1.435/2007, do Deputado Doutor Viana, 1.444/2007, da Comissão de Direitos Humanos, 1.495/2007, do Deputado Weliton Prado, 1.498/2007, do Deputado Doutor Viana, e 1.540/2007, do Deputado Carlin Moura; de Transporte - aprovação, na 8ª Reunião Extraordinária, em 5/12/2007, do Projeto de Lei nº 1.771/2007, do Deputado Djalma Diniz; de Turismo - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 5/12/2007, do Projeto de Lei nº 1.843/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Assuntos Municipais - aprovação, na 30ª Reunião Ordinária, em 5/12/2007, do Requerimento nº 1.566/2007, do Deputado Hely Tarquínio; do Trabalho - aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 5/12/2007, dos Projetos de Lei nºs 1.553/2007, do Deputado Paulo Guedes, 1.693 e 1.702/2007, do Deputado Wander Borges, 1.684/2007, do Deputado André Quintão, 1.695/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 1.696/2007, do Deputado Antônio Júlio, 1.710/2007, do Deputado Delvito Alves, 1.714 e 1.715/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 1.721/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, e 1.729/2007, do Deputado Doutor Viana, e dos Requerimentos nºs 1.578, 1.579 e 1.581/2007, da Comissão de Direitos Humanos; e de Defesa do Consumidor - rejeição, na 28ª Reunião Ordinária, em 6/12/2007, do Requerimento nº 1.473/2007, da Comissão de Direitos Humanos (Ciente. Publique-se.); e pelo Deputado Luiz

Humberto Carneiro, informando que o BSD abre mão de uma vaga de membro efetivo e de uma de suplente na Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2007, em favor do PDT (Ciente. Designo. Às Comissões.).

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2007, do Deputado Durval Ângelo e outros, que extingue o Tribunal de Justiça Militar e dá outras providências. Pelo BSD: efetivo - Deputado Domingos Sávio; suplente - Deputado Dalmo Ribeiro Silva; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Gilberto Abramo; pelo PT: efetivo - Deputado Durval Ângelo; suplente - Deputada Elisa Costa; pelo DEM: efetivo - Deputado Leonardo Moreira; suplente - Deputado Delvito Alves; pelo PDT: efetivo - Deputado Carlos Pimenta; suplente - Deputado Paulo César. Designo. Às Comissões.

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Deiró Marra solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.768/2007, e Doutor Viana solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.004/2007 (Arquivem-se os projetos.); e, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimento do Deputado Getúlio Neiva solicitando que o Projeto de Lei nº 637/2007 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir seu parecer.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.807/2007, do Governador do Estado, que antecipa o prazo de duração do Fundo Máquinas para o Desenvolvimento - Fundomaq -, e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 524, 612, 973, 1.099, 1.227, 1.233, 1.404, 1.599, 1.600, 1.601, 1.602 e 1.603/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite. Fez retirar, também, o Projeto de Lei nº 1.807/2007, apreciado na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã, e o Projeto de Lei nº 1.584/2007, que na referida reunião recebeu emendas e foi devolvido à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.093/2007 seja apreciado em primeiro lugar e que o Projeto de Lei nº 1.738/2007 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Getúlio Neiva solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Resolução nº 1.887/2007 seja apreciado em segundo lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2007, do Deputado Adalclever Lopes, que altera o art. 1º da Lei nº 15.979, de 13/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. Esgotado o prazo constitucional, sem emissão de parecer, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Gilberto Abramo. Com a palavra, o Deputado Gilberto Abramo, para emitir seu parecer.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

Parecer PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.093/2007

Relatório

De autoria do Deputado Adalclever Lopes, o projeto de lei em epígrafe altera o art. 1º da Lei nº 15.979, de 13/1/2006, que cria a Estação Ecológica do Cercadinho.

A proposição foi distribuída para a Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria em sua forma original; e para a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, que perdeu prazo para emitir seu parecer.

Incluído o projeto na ordem do dia para apreciação, nos termos do art. 145 do Regimento Interno, o Presidente da Assembléia designou este Deputado como relator para, em 24 horas, emitir parecer sobre o assunto.

Fundamentação

A proposição em exame dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 15.979, de 2007, que cria a Estação Ecológica do Cercadinho e dá outras providências, alterando os limites e as confrontações da referida unidade de conservação, com o aumento de aproximadamente 86ha, o que representa um acréscimo de 38% em relação à área original.

A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais perdeu o prazo para a emissão de parecer e também não analisou a emenda à proposição, apresentada pelo mesmo autor. A emenda visava alterar a redação do art. 1º do projeto, determinando que a área total da unidade de conservação fosse de 284,01ha, e não de 310,31ha, conforme inicialmente proposto. O autor justificou que a redução da área é necessária para atender solicitações colhidas em audiência pública, realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 12/9/2007, de que

fosse excluído o Parque Municipal Ageo Pio Sobrinho da área proposta, que permanece como unidade de conservação ambiental de acesso público. Dessa forma, se aprovado o projeto com a emenda proposta, o aumento da área da Estação Ecológica do Cercadinho será de 26,28% em relação à área determinada pela Lei nº 15.979, de 2006, e não de 38%, conforme previsto no projeto em análise.

O aumento da área de uma unidade de conservação, assim como a criação de novas unidades, é medida que merece a chancela deste Parlamento. O Estado é carente de áreas públicas protegidas, e, das existentes, poucas estão com sua situação fundiária regularizada, principalmente em virtude de o poder público não ter indenizado os proprietários das terras desapropriadas. Belo Horizonte, que à época de sua criação contava com nove mananciais de água potável para abastecimento público dentro de seus limites, hoje só conta com o Córrego Cercadinho, tendo os demais sido completamente degradados pela ação do homem.

Para subsidiar seu parecer, a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, por meio do Presidente da Assembléia, encaminhou ofício, em julho de 2007, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – e à Copasa-MG para que respondessem às seguintes questões sobre o projeto em análise.

Ao IEF, a Comissão indagou se havia algum estudo técnico indicando a necessidade de aumento da área da Estação Ecológica do Cercadinho, nos termos do memorial descritivo constante no Anexo do mencionado projeto, e pediu que encaminhasse, em caso de resposta afirmativa, cópia do citado estudo. Requereu, ainda, que a autarquia esclarecesse se o projeto preservava a delimitação original da unidade de conservação, no caso de o acréscimo proposto não ser aprovado.

Em resposta, o IEF informou que a área objeto da anexação encontra-se fora da Bacia Hidrográfica do Córrego do Cercadinho, mas que é de interesse do Instituto a ampliação pretendida, pois fortalecerá a referida Estação. Contudo, o órgão não informou se o projeto de lei preservava a área original da unidade de conservação, no caso de ser rejeitado o acréscimo proposto.

À Copasa-MG, a Comissão solicitou que se manifestasse sobre a medida contida no projeto e encaminhasse cópia completa dos estudos realizados para fins de levantamento da cadeia dominial da área que integra a Estação Ecológica do Cercadinho. Não recebemos, até o momento, resposta à diligência.

Conforme se vê nas notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, anteriormente mencionada, o assunto foi bastante discutido. Na audiência estiveram presentes representantes do IEF e da Copasa-MG, responsáveis pela administração da Estação Ecológica, e os Presidentes da Associação do Bairro Alto Santa Lúcia, da União das Associações dos Bairros da Zona Sul, da Associação dos Amigos do Belvedere e da Associação dos Moradores do Bairro Belvedere.

A Diretora de Áreas Protegidas do IEF, Sra. Aline Tristão Bernardes, mostrou-se preocupada com a ampliação da Estação Ecológica do Cercadinho sem os devidos estudos técnicos de viabilidade ecológica e fundiária. Além de necessários para a melhor compreensão do problema, esses estudos são exigidos pela Lei Federal nº 9.985, de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Por sua vez, o Sr. Délio Antônio Fonseca, Superintendente de Produção de Água da Região Metropolitana de Belo Horizonte, da Copasa-MG, posicionou-se da seguinte forma: "A Copasa não manifesta interesse pela área cuja incorporação está sendo proposta, porque não exerce nenhuma atividade ali. Além disso, essa área não interfere, em qualquer momento, nos negócios da empresa. Em primeira mão, a Copasa não vê, com a incorporação dos 86ha, ou seja, 38% da Estação Ecológica do Cercadinho, qualquer acréscimo aos seus negócios". Destacou, ainda, que o ponto da unidade de conservação situado acima da BR-356 ou 040 é o que é indispensável para a recarga dos postos de água que abastecem a região.

Os representantes das Associações, apesar de concordarem que a ampliação de áreas protegidas é uma medida em geral desejável para a preservação do meio ambiente, foram unânimes ao se posicionarem contrariamente à ampliação proposta. Entendem que, primeiro, deve ser feita a implantação efetiva da Estação Ecológica como está, para, após os estudos técnicos necessários, criar-se uma nova unidade de conservação com a área que se quer anexar.

O autor do projeto, a despeito do exposto pelos técnicos, ressaltou na audiência pública a importância de se aprovar a ampliação da área da Estação Ecológica do Cercadinho para a preservação desse manancial, com os ajustes que se fizessem necessários. Por esse motivo, entendemos que o projeto deve prosseguir nesta Casa, com a emenda apresentada, na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, pelo autor do projeto.

Conclusão

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 1.093/2007 no 1º turno, com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

Emenda nº 1

Dê-se ao "caput" do art. 1º da Lei nº 15.979, de 13/1/2006, a que se refere o projeto, a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica criada a Estação Ecológica do Cercadinho, situada no Município de Belo Horizonte, com área total de 284,01ha (duzentos e oitenta e quatro vírgula zero um hectares), cujos limites e confrontação constam do memorial descritivo no Anexo desta lei."

Anexo

Memorial Descritivo

Proprietário: Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Denominação: Estação Ecológica do Cercadinho.

Área: 284,01ha.

Perímetro: 9.695,93m.

Municípios: Belo Horizonte e Nova Lima.

Descrição:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7789485,75m e E 609036,79m, deste segue até o vértice 161, de coordenadas N 7789485,75m e E 609036,79m, conforme descrito a seguir:

1	7789485,75	609036,79	34	7790398,62	608547,69	67	7790811,18	608764,24
2	7789483,12	609040,24	35	7790402,35	608585,03	68	7790838,25	608801,58
3	7789496,02	609014,39	36	7790429,42	608666,23	69	7790834,52	608834,25
4	7789710,7	608815,58	37	7790489,16	608663,43	70	7790696,37	608846,38
5	7789677,1	608678,37	38	7790553,56	608652,23	71	7790691,71	608869,72
6	7789700,43	608587,83	39	7790632,9	608542,09	72	7790694,51	608900,52
7	7789689,23	608543,96	40	7790676,77	608529,96	73	7790735,58	608893,98
8	7789824,58	608521,56	41	7790726,24	608551,43	74	7790738,38	608875,32
9	7789865,64	608464,62	42	7790748,64	608545,82	75	7790802,78	608870,65
10	7789851,64	608408,61	43	7790767,31	608541,16	76	7790937,19	608877,18
11	7789825,51	608359,14	44	7790778,51	608543,96	77	7790972,66	608854,78
12	7789825,51	608319,01	45	7790794,38	608565,43	78	7790972,66	608812,78
13	7789871,25	608229,4	46	7790810,25	608572,89	79	7790949,32	608746,51
14	7789948,72	608166,86	47	7790877,45	608557,96	80	7790895,19	608696,1
15	7789994,82	608173,09	48	7790909,19	608567,29	81	7790939,99	608683,03
16	7790043,63	608178,72	49	7790918,52	608574,76	82	7791006,26	608681,17
17	7790105,59	608185,29	50	7790937,19	608602,76	83	7791057,6	608704,5
18	7790152,52	608187,17	51	7790945,59	608627,03	84	7791096,8	608728,77
19	7790198,5	608191,5	52	7790939,99	608648,5	85	7791122	608739,97
20	7790256,89	608195,5	53	7790926,92	608660,63	86	7791146,27	608773,57

21	7790300,61	608197,67	54	7790913,85	608668,1	87	7791137,87	608801,58
22	7790295,01	608266,74	55	7790884,92	608673,7	88	7791121,07	608843,58
23	7790375,28	608254,6	56	7790865,32	608675,57	89	7791124,8	608867,85
24	7790388,35	608291,01	57	7790846,65	608630,76	90	7791131,34	608892,12
25	7790463,02	608246,2	58	7790839,18	608610,23	91	7791108,94	608908,92
26	7790540,49	608241,54	59	7790821,45	608599,96	92	7791112,67	608915,45
27	7790572,23	608282,61	60	7790803,71	608603,7	93	7791217,21	608932,25
28	7790525,56	608319,01	61	7790785,98	608609,3	94	7791199,48	608985,46
29	7790530,23	608361,94	62	7790757,04	608629,83	95	7791206,01	608988,26
30	7790485,42	608419,82	63	7790749,58	608664,37	96	7791235,88	608983,59
31	7790372,48	608460,89	64	7790762,64	608706,37	97	7791273,21	608979,86
32	7790311,81	608459,95	65	7790772,91	608725,04	98	7791290,95	608979,86
33	7790312,74	608502,89	66	7790791,58	608743,71	99	7791302,15	608974,26

100	7791318,02	608967,72	121	7790667,44	610184,88	142	7789452,15	609807,78
101	7791353,49	608969,59	122	7790660,9	610210,08	143	7789386,81	609710,71
102	7791356,29	608976,12	123	7790653,44	610267,95	144	7789351,34	609655,64
103	7791360,95	608988,26	124	7790641,3	610320,22	145	7789332,67	609625,77
104	7791366,55	608999,46	125	7790589,03	610332,36	146	7789314,94	609599,64
105	7791370,29	609005,99	126	7790579,7	610333,29	147	7789306,54	609582,83
106	7791374,02	609004,12	127	7790567,56	610339,82	148	7789300	609560,43

107	7791383,36	608953,72		128	7790552,63	610341,69		149	7789286,94	609526,83
108	7791440,29	609033,06		129	7790533,03	610346,36		150	7789277,6	609501,63
109	7791460,83	609370,02		130	7790529,29	610350,09		151	7789264,53	609466,16
110	7791397,36	609431,62		131	7790500,36	610373,43		152	7789249,6	609436,29
111	7791324,55	609502,56		132	7790438,75	610422,9		153	7789209,46	609360,68
112	7791232,14	609595,9		133	7790295,01	610268,88		154	7789201,06	609330,82
113	7791156,54	609713,51		134	7790183,93	610148,48		155	7789267,33	609302,81
114	7791001,59	609936,59		135	7790021,52	609973		156	7789291,6	609298,15
115	7790942,79	610016,87		136	7789800,31	609916,99		157	7789567,89	609264,54
116	7790884,92	610119,54		137	7789790,04	609919,79		158	7789555,76	609207,61
117	7790812,11	610247,42		138	7789637,89	609935,66		159	7789533,35	609137,6
118	7790807,45	610249,28		139	7789623,89	609894,59		160	7789519,35	609105,87
119	7790737,44	610204,48		140	7789594,02	609886,19		161	7789485,75	609036,79
120	7790703,84	610196,08		141	7789478,28	609849,79				

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, solicitando o adiamento da discussão do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.887/2007, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 7. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 1.887/2007 com as Emendas nºs 1 a 7. À Mesa da Assembléia.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, peço o encerramento, de plano, da reunião, pois não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 51ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/11/2007

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Antônio Passos - Palavras da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo - Palavras do Sr. Antônio Thomaz Matta Machado - Palavras do Sr. Toinho Pescador - Palavras do Deputado Almir Paraca - Palavras do Deputado Paulo Guedes - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Palavras do

Sr. Tilden Santiago - 2º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Luiz Carlos da Silveira Fontes - Palavras do Sr. Jesuíto José Gonçalves - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Domingos Sávio - Elisa Costa - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Paulo Guedes - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wander Borges - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "O Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido", com os seguintes objetivos: apresentar a situação do Semi-Árido brasileiro; apresentar e discutir ações e alternativas para o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido; e apresentar e discutir ações de revitalização da bacia do Rio São Francisco.

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. João Mendes da Rocha Neto, Secretário Executivo do Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido, representando o Ministro de Estado da Integração Nacional, Geddel Quadros Vieira Lima; Deputado Antônio Passos, da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe e Presidente da Cipe São Francisco no biênio 2005/2006; Deputado Gil Pereira, Vice-Líder do Governo nesta Casa, Coordenador da Cipe São Francisco em Minas Gerais e autor do requerimento que deu origem a este evento; a Exma. Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -; e os Exmos. Srs. Antônio Thomaz Matta Machado, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Toinho Pescador, Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado Almir Paraca, membro da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado Paulo Guedes, membro da Comissão de Transporte desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Tilden Santiago, Assessor de Meio Ambiente da Cemig para o Rio São Francisco; Deputado Wander Borges, membro da Cipe São Francisco; e Pomotor de Justiça Alex Fernandes Santiago, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Rio São Francisco.

Palavras do Sr. Presidente

As questões ligadas ao Rio São Francisco sempre mereceram atenção e estiveram na pauta dos debates e das ações desenvolvidas pela Assembléia Legislativa de Minas. Essa atenção, quase espontânea e natural, deve-se à grande importância histórica, econômica e cultural que o rio tem para o Estado. Atravessando grande parte de seu território, o São Francisco tem impacto direto em nada menos que 242 Municípios mineiros situados em sua bacia hidrográfica.

Podemos imaginar o quanto ele significa para gerações e gerações de moradores que viveram ou ainda vivem sob a influência das atividades, dos costumes e das lembranças que dele emanam. Mas sabemos que essa importância extrapola a área dos referidos Municípios e se estende a todo o Estado. O São Francisco é um símbolo e um patrimônio de Minas, assim como é um símbolo e patrimônio do Brasil. Não foi por acaso que, banhando também os Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, ganhou também o nome de Rio da Integração Nacional e o apelido carinhoso de Velho Chico.

Descoberto há mais de 500 anos, o São Francisco percorre extensos 2.700km da Serra da Canastra até o Oceano Atlântico, incorporando em sua bacia hidrográfica uma área de 640.000km², na qual habitam quase 15 milhões de pessoas distribuídas em aproximadamente 450 Municípios.

Se incorporarmos a hipótese de que o rio deva contribuir para o abastecimento de água do Nordeste Setentrional, incluindo-se aí os Estados do Ceará, da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, podemos considerar o São Francisco como grande vetor de desenvolvimento do semi-árido brasileiro.

Nesse contexto mais amplo, os projetos que dizem respeito ao Rio São Francisco são de interesse de oito Estados e de uma população de 25 a 30 milhões de pessoas. Entendemos que uma questão de tal magnitude deve ser tratada com muito diálogo e muito entendimento, para se chegar a soluções que sejam viáveis e tragam benefícios coletivos a esse conjunto de brasileiros e de unidades da Federação.

As discussões sobre o Velho Chico passaram a ser realizadas nesta Casa de forma sistemática desde 1991, com a criação da Cipe São Francisco, constituída por Deputados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com o objetivo de promover reuniões e estudos sobre a recuperação e a preservação da referida bacia.

Somente sobre o tema da transposição ou, como é denominada no projeto do governo federal, da integração da bacia do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional do Brasil, a Assembléia realizou três ciclos de debates nos anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente, sempre procurando ouvir todas as partes interessadas, incluindo os poderes públicos, representantes dos envolvidos e a sociedade de um modo geral.

Como nos eventos anteriores, queremos reiterar a posição desta Casa de que o caminho mais adequado para a solução de conflitos de interesses é o do diálogo e da ampla discussão com todos os setores envolvidos, analisando-se as proposições, as experiências e os

argumentos apresentados.

No caso específico deste ciclo de debates, parece-nos que ele deve ser norteado pela busca de uma política pública para a Bacia do Rio São Francisco e suas áreas de influência e que leve em conta os interesses dos Estados, a viabilidade dos projetos propostos, as alternativas existentes e o princípio do desenvolvimento sustentável, que, de maneira simples pode ser traduzido como a necessidade de conciliar a preservação dos recursos naturais com as atividades econômicas e o bem-estar dos seres humanos.

A Assembléia Legislativa de Minas agradece a presença das autoridades, dos expositores e dos demais participantes deste evento, às instituições que contribuíram para sua realização, com a expectativa de que as decisões sobre o futuro do São Francisco sejam respaldadas, sobretudo, pelo interesse coletivo. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Antônio Passos

Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa; Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras, representantes do governo de Minas Gerais e da Secretaria de Agricultura, durante esses últimos quatro anos tivemos a missão de dirigir a Cipe São Francisco e também de presidir a Assembléia do Estado de Sergipe. Como Sergipe é um dos Estados componentes desta Comissão, coube a este Deputado esta Presidência. Estamos encerrando nossa tarefa como Presidente da Cipe São Francisco. Foi importante, durante esses quatro anos, ouvir os debates sobre os problemas do Rio São Francisco.

Quero dizer aos senhores que a grande questão do Rio São Francisco é sua revitalização. Sem ela, não teremos a solução para essa região crítica do Polígono das Secas, no Nordeste brasileiro. Precisamos de água de puríssima qualidade. Para isso, é necessário que o governo federal, responsável por 70% da receita tributária do Brasil, seja o responsável principal pela revitalização.

Em 1991, quando a Cipe São Francisco foi criada, o objetivo era detectar os problemas do rio. Um dos problemas mais sérios era relacionado ao saneamento básico, dos despejos, sejam eles industriais ou residenciais, além da agricultura, com seus defensivos agrícolas. Isso é seriíssimo, principalmente para o Rio São Francisco, na região de Minas Gerais.

Hoje, à tarde, escutei de diversas pessoas que participavam de uma reunião que determinadas regiões estão sofrendo com as intempéries da seca, mas não podem usar a água do Rio São Francisco porque ela está totalmente poluída, especialmente no principal afluente do Estado, o Rio das Velhas. Esse é um problema que todos nós, brasileiros, precisamos defender. Temos de preservar aquilo que durante 500 anos não tivemos a coragem de fazer. É por isso que diversas entidades se têm somado a esse projeto.

Ouvi palestras de vários cientistas e doutores da área de meio ambiente. Todos condenaram a má utilização do Rio São Francisco. Escutei aqui, em Minas Gerais, como escutava em Sergipe, Pernambuco, Alagoas e na Bahia, os problemas que temos de enfrentar. Caso contrário, não teremos amanhã o Velho Chico.

Neste processo de detectar os problemas do Rio São Francisco, fomos atropelados pelo governo federal, com o projeto de transposição, que não é benéfico para o rio. Há quatro anos, ouvi um professor da Universidade Federal de Viçosa responder ao Vice-Presidente José Alencar que 80% das transposições feitas no mundo tiveram um final trágico: os rios morreram. E morreram principalmente na sua foz. O rio morre geralmente na foz. Também ouvi em Minas Gerais uma pessoa dizer que 350 afluentes do Rio São Francisco no território mineiro já têm problemas sérios e estão morrendo.

Segundo dados, 70% da água desse rio são captadas em solo mineiro. E vocês estão enfrentando problemas aqui. Li a obra do engenheiro civil Manoel Bonfim Ribeiro, que trata não do problema específico da transposição, mas do semi-árido brasileiro. Em um dos capítulos dessa obra, ele fala dos problemas do Rio São Francisco, mostrando que não há necessidade de água para a região que querem transpor, porque existem 37.000.000.000m³ armazenados em açudes no Estado do Ceará.

Segundo o ex-Diretor do DNOCS, temos no subsolo próximo ao Ceará 38.000.000.000m³ de água que pode ser captada. Ora, se vamos levar 2.000.000.000m³ de água do São Francisco e se há 38.000.000.000m³ a 1.000m de profundidade, chego à conclusão de que esse projeto de transposição só servirá a poucos brasileiros, só servirá aos donos das construtoras que estarão sendo selecionadas pelo governo para fazer a transposição do Rio São Francisco.

Essa é uma obra cara. Provavelmente levará alguns anos para sua conclusão. Não pensem que transportar água a 1.000km de distância é fácil. Acredito que o governo federal também não dispõe dos recursos necessários para a execução da obra em curto espaço de tempo. Se tivesse, não andaríamos pelo Brasil com 65.000km de rodovias federais esburacadas; já teriam utilizado esse recurso para minimizar o sofrimento daqueles que transportam as riquezas pelas nossas estradas.

Esses são pontos que precisamos contestar, mas tenho a certeza de que, em meu Sergipe, 100% dos representantes da Casa são contra a transposição, pois os dois Estados que pagarão a conta mais cara da transposição são Sergipe e Alagoas. Sergipe poderá inviabilizar o abastecimento da Capital sergipana. Temos, hoje, cinco grandes adutoras abastecendo o nosso pequeno Sergipe. Temos 75 Municípios. O nosso Estado é o menor da Federação. Temos adutoras vindas do Rio São Francisco que abastecem 47 cidades e 1.200 comunidades pequenas, distritos de 100, 200 e 500 moradores. São comunidades pequenas que precisam de água.

Sergipe, hoje, já tem 278km de adutoras prontas. Vocês sabem por que há falta d'água no Ceará? Porque não fizeram 1m sequer de adutora, e o cidadão que está a 2km ou 10km de distância já está distante da água. Os açudes do Ceará servem para refletir o sol na água, que evapora e pode até, do ponto de vista ecológico, provocar um ciclo de chuvas que molhe a terra para que o cidadão possa plantar.

Depois de 95 anos de existência do DNOCS, eu esperava que ele fosse convidado pelo governo federal para debater o problema da transposição do Rio São Francisco, e não foi.

Quem esteve tratando do problema do semi-árido no Nordeste durante esses 95 anos foi o DNOCS, que não participou de reunião nenhuma com o governo, pois ele não realizou o projeto. O governo recebeu um projeto de 15 grandes construtoras, pronto para a sua execução. Esse é o problema.

Na China, o governo levou 50 anos pesquisando e ouvindo a comunidade para dar início a um projeto de transposição, enquanto, no Brasil, querem fazer um projeto dessa magnitude da noite para o dia. Se a água realmente chegasse para matar a sede dos nordestinos do Ceará, o Estado de Sergipe não seria contra esse projeto. Da mesma forma, agiriam Alagoas e Minas Gerais, porque a água para beber deve ser para todos. A água deve ser para todos os seres humanos e animais, por isso a Cipe São Francisco está participando deste ciclo de debates, ao lado de muitas outras entidades. Aliás, aqui estão inúmeras entidades e seus respectivos representantes.

Já ouvi várias pessoas dizerem que o Apolo é um cidadão que está trabalhando para preservar alguns rios de Minas Gerais. Tenho a certeza de que ele é literalmente contra a transposição do Rio São Francisco. Da mesma forma, o "Toinho Pescador", este humilde cidadão que está aqui conosco, um homem de Sergipe, ou melhor, beradeiro do Rio São Francisco, um simples pescador que hoje sabe que não tem mais aquele peixe com que criou seus filhos e netos, porque a natureza foi devastada. Se os recursos existentes para essa transposição fossem utilizados para a revitalização, no futuro, até poderíamos oferecer água aos cearenses, ao pessoal do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. Era o que tinha a dizer.

Palavras da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo

Na pessoa do Deputado Alberto Pinto Coelho, cumprimento todos os Deputados desta Casa e os demais presentes. Gostaria de parabenizar o Deputado Antônio Passos por suas palavras. Parabenizo a Assembléia por esta iniciativa. Sempre que temos um encontro nesta Casa, ela nos dá a oportunidade do debate, isto é, a oportunidade de conhecer as idéias divergentes e convergentes, e o resultado disso tudo é sempre muito rico e produtivo.

Ouvindo o Deputado Antônio Passos falar a respeito da gestão de recursos hídricos em Minas e ouvindo as palavras do nosso Secretário José Carlos Carvalho, que, com muita propriedade, vem trabalhando para a preservação do meio ambiente, podemos perceber que a revitalização é um trabalho de consenso. Trabalhando com os comitês de bacia, ao lado da sociedade, do poder público e dos nossos usuários, existe o consenso de que precisamos preservar o nosso rio.

Não adianta pensarmos em transposição ou em obras, sem garantir que haja água a ser transposta. A água hoje é um bem econômico. Estávamos discutindo que a água é bem mais importante na economia dos empreendimentos que a própria energia, ponto anteriormente limitador. Há soluções para a energia, ou seja, há várias opções. A água, por sua vez, é essencial não só à sobrevivência, mas também ao desenvolvimento econômico.

Quando se fala em transposição, em levar a água para outra região, temos primeiramente de garantir qualidade e quantidade dessa água. Os rios precisam ser perenes, e as populações necessitam ter assegurado o direito de acesso à água. Como foi dito muito bem, havendo a garantia de que esse bem continua tendo qualidade e quantidade, estando a população consciente, havendo ações de preservação e aumento desse potencial, será possível pensar, futuramente, em distribuí-la; todavia, hoje temos a consciência dos conflitos. Próximo daqui, em uma região que, conforme dissemos, é muito rica em água, já houve até conflitos para abastecimento público. Tivemos de intervir junto à população que estava utilizando-se da água para a agricultura, a fim de exigir que parassem de irrigar, para que os horários da irrigação não coincidisse com os de captação para o abastecimento humano. Bem próximo de nós, já tivemos esse problema de conflito. Além disso, teremos cada vez mais conflitos em razão da desocupação desordenada se não tivermos os elementos de revitalização nos afluentes, nas próprias nascentes e nas áreas de recarga.

A população cresce, assim como a demanda, e o poder econômico exige e atropela a sustentabilidade, o que representa um desafio. É dever de todos nós lutar para resolver tal problema, buscando conscientemente a revitalização e a garantia da água para as atividades econômicas, para o meio ambiente e para a preservação da vida.

Só a partir dessas conquistas poderemos pensar em obras grandes, que se utilizam de muitos recursos, mas não sem garantir que a existência deles esteja assegurada no futuro. Esse é um desafio a enfrentarmos.

Gostaria de parabenizar todos os senhores. Espero que, deste debate, saiam ótimas idéias e soluções para garantir esse bem para toda a comunidade, para o uso de todos os seres vivos. Obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Boa-noite a todos. Neste instante, quero passar a palavra ao Sr. Antônio Thomaz Matta Machado, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, para suas considerações.

Palavras do Sr. Antônio Thomaz Matta Machado

Cumprimento o Deputado Gil Pereira, Coordenador da Cipe e Presidente desta Mesa, assim como a Dra. Cleide, Diretora do Igam, única mulher a compor a Mesa. Em nome deles cumprimento os demais participantes da Mesa, assim como os senhores e as senhoras presentes.

Minha fala será curta, porque faremos ainda um debate, para o qual vieram convidados de outros Estados. Enfatizarei duas questões. A primeira delas é que a discussão sobre o São Francisco tem de elucidar o prejuízo de Minas Gerais com a transposição, questão fundamental não compreendida neste Estado. A transposição dificultará, ou seja, criará uma série de empecilhos para o desenvolvimento da agricultura, principalmente na bacia do São Francisco.

A transposição produzirá, praticamente, a morte dos principais afluentes do Rio São Francisco em Minas Gerais, porque exigirá a construção de barragens nos Rios das Velhas, Jequitaiá, Paraopeba, Paracatu, Uruçuaia. Isso é uma questão fundamental, mas o debate não está sendo feito dessa maneira.

Tenho a impressão de que nós, mineiros, temos certo complexo de culpa, meio histórico, com a sede dos nordestinos, um problema do Sudeste e do Sul do Brasil. A transposição é vendida como algo que resolverá esse problema. Essa é a segunda questão fundamental.

Por isso, o nome deste evento "O São Francisco e o desenvolvimento do semi-árido brasileiro" é importante. Temos de aprofundar esse tema. A transposição é solução para o semi-árido brasileiro? Uma proposta pensada em 1850 está de acordo com o nosso tempo?

Com o que existe em relação a proposições para o desenvolvimento do semi-árido brasileiro, hoje, a transposição foi praticamente desmascarada. Há experiências realizadas junto às populações rurais em todo o semi-árido, onde nem adutoras chegam ou podem chegar. É difícil levar água para o abastecimento humano, quando as populações são dispersas. Há experiências interessantíssimas de várias tecnologias descobertas pelo homem e pela mulher do semi-árido, há séculos, para acumular água, para encontrar água subterrânea, por meio de barragens subterrâneas em rios secos. Trata-se de alternativas que, neste momento, estão em desenvolvimento no Brasil. Há um projeto construído pela Agência Nacional das Águas, que não é um órgão de governo, mas de Estado, listando 1.132 Municípios em todo o semi-árido brasileiro, com várias propostas e projetos básicos prontos para serem financiados e financiáveis por agências internacionais, caminhando para a solução do problema de abastecimento humano nas cidades.

A transposição é vendida como algo que matará a sede, é compreendida dessa forma; mas, na verdade, não é isso.

Este evento é resultado de compromisso assumido pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais com a caravana que realizamos nos meses de agosto e setembro, em defesa do semi-árido brasileiro e do Rio São Francisco. Percorremos todos os Estados receptores e doadores, além de

Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

É impressionante o esforço feito, principalmente pelos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, nos últimos 20 anos, para a realização de obras hídricas para o recolhimento de água, para a gestão de água. Hoje, o Ceará possui um conjunto de regulamentações sobre gestão de recursos hídricos, anterior à lei federal. Lá está o maior açude do planeta, com capacidade de acumular 7 bilhões de metros cúbicos de água. Hoje esse açude está com 5 bilhões de metros cúbicos; não pode ter 7 bilhões de metros cúbicos para não haver enchentes, pois ele também regula enchentes. Sobradinho está com 18% de sua capacidade.

Dezenas de Municípios mineiros estão em estado de emergência por falta de água, inclusive os da Bacia do Rio São Francisco.

A água que chegará ao Castanhão não é para o abastecimento humano. Ele tem um ligação, por meio de um canal e por meio da Bacia do Jaguaribe, com a Grande Fortaleza. Vão dizer que a água que chega lá é a mesma que vai para Fortaleza e cobrarão, por assim dizer, o subsídio cruzado, para produzir fruta. Não sou contra a produção de fruta, pelo contrário, a fruta da Bacia do São Francisco é muito bonita, mas, na verdade, a água é para produzir fruta e camarão para exportar. Isso é "dupping" para Minas Gerais, é claro. Seria o mesmo que Salvador e Belo Horizonte pagarem água dos irrigantes da Bacia do São Francisco, do Jaíba ou do Salitre, por exemplo.

Essa é a proposta da transposição. Trata-se de um projeto econômico bem elaborado, esperto, da elite cearense. Lá não há necessidade de água. A regularização dos açudes é fantástica e bem gerida, com precisão. Há empresas de gestão de águas. O Rio Grande do Norte nem faz questão dessa água. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte é contra o projeto, bem como os movimentos sociais. Sobrou um pouquinho de água para aquele Estado, dentro de uma articulação política que foi feita com o objetivo de unir os Estados do Nordeste Setentrional.

Nunca compreendi o porquê de Pernambuco estar nesse esquema, pois ele está na Bacia do São Francisco. A adução de água para a bacia do Pajeú e do Moxotó é absolutamente óbvia. Já poderia ter sido feita há muito tempo; no entanto, Pernambuco se articulou para defender água para o Castanhão e para o Armando Ribeiro e se separou da bacia. Temos de construir a possibilidade de discutir com Pernambuco, que, inclusive, está perdendo tempo. Essa discussão foi retomada no dia 3 de janeiro de 2003, e estamos hoje no dia 21 de novembro. São 58 meses e 20 dias trabalhando nessa questão. A obra não saiu, graças a Deus. Estamos conseguindo segurar. O mais determinado a viabilizá-la é o Ciró Gomes, que não conseguiu. Portanto, acredito que não conseguirão obter êxito.

Enfatizo, então, a questão do debate. Está na hora de propormos coisas. A proposição é para o semi-árido, inclusive o mineiro. O Vale do Jequitinhonha é semi-árido, e grande parte do Vale do São Francisco também o é. Temos, portanto, de ter proposição. Não podemos ficar diante desse debate em um "sim" e "não" ou nos omitindo. São essas as questões que gostaria de expor. Há mais pessoas para falar, e temos um debate a desenvolver. Amanhã participarei de uma mesa. Tentarei aprofundar um pouco o debate sobre esses pontos a que me referi. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Toinho Pescador

Boa-noite. O "boa-noite" de vocês está mais fraco do que o dos pescadores. Só gosto de falar com animação. É muito difícil, como pescador, trazer para vocês aqui um depoimento sobre o Rio São Francisco. Seria preciso muito tempo para isso. Como haverá o debate, mostrarei apenas um pouco da situação do rio e me prepararei para conversar no instante do debate. Sei que há necessidade de debatermos, pois é séria a situação do Rio São Francisco.

Eu pensei que era lá embaixo que estavam nessa situação, mas, pelo que vejo, parece que aqui está ficando pior que lá. O rio está voltando. Dizem que o sertão vai virar mar e que o mar vai virar sertão, e está acontecendo isso mesmo.

Comecei pescando com 12 anos. Meu pai faleceu e fiquei como o chefe da casa, com minha mãe, doente, e quatro irmãos. Estudei até o quarto ano primário e não pude continuar, porque o tempo era pescar. Mas pescava e pegava peixe. Pescava por terra. A maioria da pesca era de vara, pegando piranha. E aí me transformei num pescador profissional. Eu me casei; nove filhos, mas achamos pouca a carga e ainda adotamos dois, porque o Rio São Francisco nos oferecia essa vantagem.

Aos 17 anos, comecei a pescar embarcado. Mas, em 1976, apareceu a primeira barragem, que se chama Sobradinho. Particpei de alguns encontros. Ainda hoje eu estava conversando, quando chegou um companheiro: "Está lembrado da barca?". Eu disse que estava. Foi na barca que comecei a enxergar os problemas do Rio São Francisco em Montes Claros. Comecei participando de um movimento - Pra Barca Andar - e encontrei-me com o Frei Luís, o Adriano, o Orlando, a Conceição e outros. Aí, criaram aquela grande peregrinação que foi da Serra da Canastra à foz.

Com essa barca, abri os olhos e comecei a enxergar que aquilo que estava acontecendo ia mudar, e não demoraria. Com a peregrinação, tive possibilidade de ir à Alemanha e à Áustria, e então acabou de clarear. Quando cheguei à Alemanha, vi o Rio Danúbio. A história desse rio é que ele é maior que o São Francisco em 100km, com um volume de água muito grande. Os navios vão até a Itália. Mas é podre. Eu olhava para o lado e via o desmatamento e a grande plantação de uva, de pêra, de maçã, tratada com adubo químico. E o rio, então, morto.

Fui logo constatando que o Brasil estava copiando a mesma coisa na margem do São Francisco. E a gente via a riqueza de Petrolina e de Sobradinho também se acabando. Lá embaixo do São Francisco, começamos a ser penalizados e agora estamos numa situação que faz até vergonha. Nós, ribeirinhos, chegamos a uma situação dessa! Meu filho casou-se, tem uma menina, mas já saiu. Hoje está trabalhando de vigilante, porque pescando não tem condições de criar a filha.

Esse é o depoimento que posso dar a vocês, e é vergonhoso para um país tão grande, tão nobre, reconhecido. Tem um Presidente da Nação, e nós lutamos para que vencesse todas as barreiras e chegasse ao poder.

E ele hoje vira capitalista, esquecendo-se de Toinho Pescador. Imaginem que, quando o Presidente foi eleito, ele me convidou para recitar um poema na criação da Secretaria de Pesca. Fui ao Planalto e recitei, fazendo até o homem e sua esposa chorarem "lágrimas de crocodilo". Não gostaria de dizer isso, porque nós o elegemos para ver o nosso Brasil feliz, e não pode existir maior felicidade, no País, que o Rio São Francisco revitalizado. Isso digo com a maior sinceridade, e tenho a certeza de que quem tem bom-senso não pensará diferente, porque água é vida. E Jesus é água. Ele dizia: "batam na rocha". E, quando o faziam, corria água. No momento em que Moisés se encontrava na maior aflição, devido à falta de água para o seu povo, batia na rocha e corria água. Portanto, água é vida e merece respeito e tratamento. Água não pode ser vendida. Jesus disse: "se tu me conhecesses, eu te daria água e nunca mais terias sede". Ele disse que daria a água, e querem comercializá-la. Essa é a história da transposição, que não pode, de modo algum, ser feita. Enfrentaremos, agora, um grande perigo nas discussões em conferências.

O Deputado acabou de demonstrar que o povo de Sergipe e seus Deputados estão preocupados, mas essa preocupação não deveria restringir-se apenas a eles, mas sim alcançar todos os parlamentares, principalmente os representantes do Comitê da Bacia do São Francisco. Não há

mais necessidade de estudos, porque a medida mais acertada está na cara. Vemos a mortandade de surubim que tem ocorrido, um peixe de grande importância e que hoje se está acabando totalmente, muitos estão morrendo envenenados no alto sertão para sustentar as mineradoras do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, a 4ª riqueza do País. Mas ele deve tomar cuidado, porque o que está acontecendo atualmente já é um exemplo. Deus está ao lado dos pobres; quando eles não podem se recuperar, o castigo vem. E ele está chegando. Não falta nada para um "cabra" desses ficar como Nabucodonosor, amarrado num pasto. Ou ele toma vergonha ou correrá esse risco, porque não há ninguém mais poderoso que Deus, e Este está com os pobres. Vimos sendo enganados de todo jeito, com projetos faraônicos, vem essa tal de carcinicultura...

Quando Ciro Gomes foi lembrado, digo que gostaria que ele estivesse aqui, assim como o Ministro Geddel, porque o ouvi defender o Rio São Francisco, sendo contra a sua transposição. No momento que é eleito para o cargo de Ministro, ficamos satisfeitos, pensando ter um braço forte em nossa defesa, mas o homem chega nas Prefeituras querendo conquistar, de qualquer maneira, os Prefeitos, a fim de fiquem a favor da transposição. Então o que está por trás disso? Dinheiro. Não dá mais para nos enganar. Gostaria que ele aqui estivesse para responder-me sobre isso. Eu, como pescador profissional, sendo que completarei 76 anos no dia 12 de dezembro, não perco uma reunião para não dar oportunidade a acontecimentos desastrosos. Quero terminar meus dias lutando para ver o meu Rio São Francisco como um rio novo, um rio recuperado, onde os passarinhos possam beber água.

O que embeleza o Brasil são os passarinhos, os animais silvestres, as aves. Isso é que embeleza o País. Por sinal, a camisa da Seleção Brasileira de Futebol é amarelinha. Mas a gente não vê quase nenhum passarinho. É muito difícil você, no Baixo São Francisco, ver um canário voar. Você vê um galo de campina cantar. Quem não admira o peito de um galo de campina, um bichinho tão pequeno com um peito tão lindo? Hoje não existe mais. E quem assassinou os galos de campina? Os heróis que o Presidente acaba de citar, porque os heróis do Brasil agora são os usineiros. É piada. Antigamente eram os trabalhadores, os pobres. Agora, não. Não vou dizer que usineiro não é bom. É. Mas merece tantos elogios assim, eles que poluíram e desmataram sem dó nem compaixão, sem respeitar a Sagrada Escritura? Dizem que temos de desmatar, mas também temos de parar e deixar a terra voltar a ser o que era. Hoje, desmatam com uma ganância terrível. E não pensam na vida dos outros. É só derrubar mata. Com crescimento, temos que prestar atenção. Será que é verdade esse crescimento? Quem vai crescer? Não queremos mais isso.

Queremos crescer juntos, companheiros Deputados, os que estão presentes e os que não estão, que terão de me ouvir. Saibam que vocês só são Deputados porque o pobre votou, o trabalhador votou. E vocês têm grande responsabilidade de legislar, fazer as leis permanecerem para garantir os direitos dos pobres. Isso é justiça. Nós votamos e esperamos a resposta. Quando vierem dizer que um cara vai salvar o Estado do Ceará mandando água do Rio São Francisco na situação em que está, poluído, podre, não dá. O Rio São Francisco está precisando de revitalização com urgência. E revitalização não se faz de um dia para o outro, diante do estado atual do rio. A degradação não vem de hoje. Vem há 500 anos, desde que os portugueses entraram aqui e começaram a desmatar e fazer coisas terríveis. Aí está o produto. Mas estamos na luta. O bom soldado nunca se dá por vencido. Tenho certeza de que nós que estamos aqui nunca nos daremos por vencidos e vamos lutar para fazer o nosso Rio São Francisco reviver e voltar ao que era antes: cheio de peixes, cheio de surubins, com passarinhos cantando nas suas margens e os trabalhadores plantando sem química.

Tenho uma maneira fácil de profetizar essa luta. Não sei de onde veio minha inspiração para criar poesias. Acho que foi Deus quem me deu, porque não tenho nem o 4º ano primário. Para encerrar essa primeira parte de hoje, vou cantar um pouco o que está acontecendo com o Rio São Francisco. (- Canta.)

Está tudo poluído e acabado. Até o pobre do Luiz Gonzaga, se tivesse vivo, teria pena porque ele estaria cantando a música errada. Está cantando que o Rio São Francisco batia lá no meio do mar. Mas na verdade agora ele não vai até o mar. O mar é que está entrando cá.

O riacho do navio não é mais do navio; é o riacho do barquinho. Já não dá para passar um navio, apenas um barquinho... Ele fala nas vaquejadas e nas passaradas que também não existem, porque já não dá para caçar. Nenhum passarinho.

Então, meus companheiros, vamos à luta. Vamos acabar com essa transposição. Vamos então fazer a revitalização do nosso Rio São Francisco; fazer com que o nosso rio e as nossas matas se recuperem mais um pouco. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Almir Paraca

Serei breve mesmo, porque não é recomendável falar muito, depois de uma fala, com tanta propriedade, do Sr. "Toinho Pescador", a quem já conhecemos há muito tempo. Ele sempre anima as galeras por onde passa.

Gostaria de chamar atenção, porque acho que não podemos ficar aprisionados na polêmica. Já é consenso a revitalização, que é importante, imprescindível e precisa ser feita. Do nosso ponto de vista já está sendo feita. Há muitos recursos sendo aplicados, mas as ações estão dispersas na grande Bacia do São Francisco.

Elas não têm uma lógica, não se apresentam com muita clareza. A sociedade não consegue perceber a revitalização, que não tem ganho visibilidade para a sociedade. Do nosso ponto de vista, é preciso dedicar-se rapidamente. É importante que os movimentos sociais estejam aqui representados por muitas entidades para promover o controle social da revitalização.

Como está sendo conduzido o processo? Está correto? O governo apresenta seus argumentos, diz que se inspirou nas discussões com o Comitê da Bacia do São Francisco e com o Plano Diretor da Bacia do São Francisco, mas a sociedade não se reconhece nessas ações.

Poderíamos fazer uma reflexão, neste ciclo de debates, sobre as ações da revitalização e sobre uma forma de reorientar, intervir, promover o controle social e fazer com que esses investimentos, que são grandes - estão previstos quase R\$1.500.000.000,00 até 2010 só para o programa de revitalização -, sejam bem empregados. E ainda existe a possibilidade de ampliar esses recursos.

A sociedade já obteve uma grande vitória até aqui na resistência à transposição, ou seja, o fato de a revitalização se encontrar no estágio atual é uma vitória da resistência e da mobilização da sociedade. Precisamos, como o Thomaz disse, tentar entender bem esse conceito da convivência com o semi-árido. A articulação do semi-árido congrega quase 800 entidades populares, incluindo movimentos sociais e diversas pastorais da Igreja Católica e de outras igrejas do semi-árido brasileiro, que desenvolveram diversas tecnologias sociais e trabalham por elas.

Na semana passada, realizou-se grande celebração na Bahia para comemorar a conquista de 250 mil cisternas de placas já instaladas, com todo o processo de capacitação e de mobilização da metodologia desenvolvida pela Articulação do Semi-Árido - ASA. O Programa Um milhão de Cisternas - P1MC - é agora acompanhado do P1 + 2: uma terra, duas águas. Agora, é necessário cuidar da água para a produção, aproveitando o conhecimento e a cultura do semi-árido brasileiro.

Queremos participar deste debate dando ênfase às ações de revitalização e chamando a responsabilidade para todos, principalmente para nós, mineiros. Mais de 70% das águas do São Francisco saem de Minas Gerais, portanto aqui também devem ser concentradas as ações de revitalização. Não podemos transferir essa responsabilidade para quem quer que seja. Ela é nossa.

Palavras do Deputado Paulo Guedes

Sr. Presidente, senhoras e senhores, membros da Mesa, autoridades aqui presentes. Meu pronunciamento sairá um pouco do assunto da transposição. Todos os que me precederam abordaram este assunto. Tenho até motivos para falar sobre a transposição, pois acredito ser um dos únicos Deputados desta Casa, apesar de barranqueiro, favoráveis à transposição do São Francisco, entretanto não quero abrir a discussão de ser contra ou a favor dela, porque considero haver um assunto muito mais importante, que une todos os que estão neste ciclo de debates: a revitalização.

Depois de, nos últimos 30 dias, percorrer todas as cidades ribeirinhas de Pirapora até Manga, sentir o fedor da água do Rio São Francisco - coisa que não existia -, ver o sofrimento dos pescadores, ribeirinhos e ilheiros, que estão proibidos de pescar, de beber água e de comer peixe, e ter visto tudo isso de perto, discutir a transposição ficou pequeno, principalmente para nós, mineiros. Levantarei outra bandeira aqui: água limpa e pura do Rio São Francisco e do Rio das Velhas para o povo mineiro. Essa, sim, deve ser a pauta deste debate.

Por vários motivos, o que está acontecendo com o povo ribeirinho nos leva a refletir, de forma mais agressiva e convincente, que temos de tomar uma atitude. Não podemos ficar de braços cruzados e ver a nossa empresa de saneamento básico, responsável pelo tratamento de esgoto das cidades ribeirinhas, jogar esgoto no rio.

Os nossos órgãos ambientais têm autonomia, coragem para multar a Copasa? Será que têm autonomia para agirem contra os pescadores, contra os pequenos produtores? Vamos fazer maior reflexão. Vamos chamar a atenção de todos, sem passar a mão na cabeça de ninguém: o governo federal, o governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte, que é sócia da Copasa.

Nós, de Manga, São Francisco, Januária, Ponto Chique, cujo Prefeito está aqui, e tantas cidades ribeirinhas da nossa região, não podemos admitir e continuar bebendo esgoto da Região Metropolitana. Falam que esse esgoto está sendo tratado, mas o tratamento é parcial. O esgoto recebe tratamento primário; deveria ser terciário.

Vamos levantar essa discussão. O povo mineiro ribeirinho exige água limpa, por isso temos de cobrar ações do governo federal, que já acenou, pela primeira vez na história, com alguma coisa. Só o Ministério da Integração Nacional divulgou que está destinando - se não me engano - R\$1.000.000.000,00 para rede de esgoto e estação de tratamento para as cidades ribeirinhas.

Mas temos de vencer também outra guerra, a da burocracia e a das entidades. Não basta só liberar recursos para resolver o problema, os próprios órgãos de meio ambiente, se continuarem no ritmo que se encontram, demorarão cinco anos para conceder a licença ambiental para construir a estação de tratamento de esgoto. É assim que tem sido.

Precisamos combinar com os Tribunais de Contas do Estado e da União, com o Ministério Público, com a AGU, com tantos órgãos ambientais do Brasil - são nove: Ibama, Igam, Feam, ANA e outros -, uma ação conjunta para vencer a burocracia. Não basta liberar recursos se não vencermos a burocracia; esperaremos cinco ou seis anos, e essas obras tão importantes, que deveriam ter sido feitas há muito tempo, não serão iniciadas.

Portanto, deixo essa contribuição para o debate: vamos enfrentar com vontade essa questão. Temos de ir atrás de recursos. A Assembléia de Minas pode fazer uma emenda de bancada, colocá-la no orçamento do Estado, exigir que o Governador a aplique e que a Copasa e a Cemig façam sua parte. Essas empresas gastam horrores com propaganda, e é o povo quem paga a conta. E temos no Norte de Minas centenas de comunidades rurais sem água, porque a Cemig se recusa a ligar a energia de poços artesianos públicos.

Vamos discutir, então, com firmeza. Ser contra ou a favor não quer dizer nada, faz parte do debate; porém, ser contra ou a favor da transposição é uma questão, e ser a favor da revitalização é outra, que une todos nós. Então, vamo-nos unir sem hipocrisia, sem divisão partidária, sem dizer que o culpado é o governo federal, o governo do Estado ou o governo dos Municípios; unir esses entes da Federação, os órgãos de meio ambiente, os movimentos sociais, as organizações que defendem o rio. É preciso que todos façam uma reflexão, Toinho Pescador, porque, em Minas Gerais, existem várias transposições: Jaíba, 80m³; três transposições do São Francisco; uma transposição em Lagoa da Prata, onde uma empresa de usineiros desviou o rio criminosamente. E há também uma transposição em Pirapora e tantos outros projetos que existem em Minas Gerais, na Bahia, enfim, ao longo de todo o rio. Mineroduto e tanta coisa acontecendo aqui! Temos que enfrentar tudo com coragem, convicção, garra e vontade, contra todos e contra tudo, mas a favor de que todos se unam para vencer essa burocracia.

É muito fácil falar, principalmente contra a transposição. Todos batem palmas, os jornais publicam artigos. Portanto, já que essa discussão continuará não só aqui em Minas, mas também na Bahia, em Sergipe, em Pernambuco e no País inteiro, nós, mineiros, o povo do rio e da minha região - pelo menos a que estou percorrendo, de Manga a Pirapora - vai reagir. O povo da nossa região vai exigir, vai cobrar ações efetivas, seja do governo federal, seja do governo estadual, seja do governo municipal, porque nós, barranqueiros, mineiros, pescadores, ilheiros da região do São Francisco não mais nos calaremos. Pode haver censura na imprensa, mas na tribuna desta Casa não. O povo irá às ruas. Amanhã, teremos uma pequena demonstração. Virão caravanas de todas as cidades ribeirinhas para abrilhantar e esquentar este debate. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Fábio Avelar

Boa-noite a todos e a todas. Rapidamente, Sr. Presidente, gostaria de dizer da minha satisfação de ser um dos Deputados que apresentaram o requerimento para que tivéssemos a oportunidade de, por meio de um ciclo de debates, levantar novamente a discussão sobre esse polêmico projeto da transposição do Rio São Francisco.

Serei breve, mas quero expor uma preocupação. Na manhã de hoje, recebemos a Codevasf, que, durante a reunião da Comissão de Meio Ambiente, apresentou para todos nós, por meio de um requerimento do Deputado Almir Paraca, um resumo das atividades previstas para o processo de revitalização. Confesso a todos os senhores que, embora tenha demonstrado uma boa-vontade muito grande pelo apresentado, a Codevasf aumentou ainda mais a minha preocupação, em virtude dos parcos recursos destinados à revitalização. Até o ano de 2010, serão alocados, ainda sem destinação exata, cerca de R\$450.000.000,00 para todo o processo de revitalização, num período de 20 anos, estimado pela própria Codevasf.

Concordo que a revitalização do Rio São Francisco une todos nós, mas não podemos permitir que esse projeto deixe de lado ou esconda outro grande que vai caminhando ao largo: o de transposição. Portanto, isso deve ser debatido sim, Deputado. Não podemos esquecer que o projeto de transposição está intrinsecamente ligado ao de revitalização. O meu receio é exatamente esse: nos engajarmos no que é devido, o projeto de revitalização, e deixarmos de estudar e debater esse outro projeto.

E vou dizer mais, sem querer radicalizar: o Deputado Almir falou muito bem, e já senti que este próprio ciclo de debates apresenta o tema se referindo a semi-árido brasileiro, e nele deverão ser estudadas e debatidas as alternativas prováveis e possíveis, sendo a transposição uma

delas.

O que queremos é debater e estudar esse projeto. A caravana idealizada de defesa do São Francisco, capitaneada pelo Projeto Manuelzão, tem propostas alternativas para serem debatidas. Queremos que esse debate seja aberto. O Deputado Paulo Guedes falou aqui da burocracia do licenciamento ambiental, mas nunca vi um licenciamento tão rápido como o da transposição. Ele foi aprovado rapidamente, com audiências públicas mascaradas e manipuladas. Acho que não podemos permitir isso. Temos de levantar nossa voz. Não gostaria de me aprofundar nas questões técnicas. Já falamos demais sobre isso. O Deputado de Sergipe falou-nos com muita clareza e objetividade, resumiu todo o debate sobre essa questão. Graças a Deus, a Cipe de Minas foi restabelecida. Nosso coordenador, Deputado Gil Pereira, é um conhecedor profundo da região. Temos aqui o nosso Presidente, Deputado Antônio Passos, que está articulando a revitalização em nível nacional. Já definimos com o nosso coordenador que a Cipe se reunirá, de 15 em 15 dias, para acompanhar de perto todos os projetos que serão aqui apresentados e debatidos.

Que Deus nos proteja e nos dê um dia de trabalho profícuo, para que tenhamos condições de estudar todas as propostas que aqui serão debatidas. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Tilden Santiago

Quero apenas fixar alguns pontos importantes deste encontro. Em primeiro lugar, quero dizer que acabo de percorrer cidades ribeirinhas neste final de semana, juntamente com o Deputado Paulo Guedes. Quero dizer também que conheci, no meu tempo de Padre operário no Nordeste, o que foi a seca de 1970, que é o pretexto para se aprovar essa transposição. Estou de acordo com Paulo Guedes. Corri com ele as cidades ribeirinhas e sou contra a transposição, mas isso não nos impede de ter uma proposta de luta pela revitalização.

Quero lembrar as primeiras palavras do companheiro Paraca, quando diz que a luta pela revitalização do rio está muito dispersa. Talvez quem tenha passado quatro anos fora do Brasil, Apolo, possa observar essa dispersão do trabalho. Há muitos órgãos envolvidos, o governo federal, o governo estadual, os Municípios, as representações da sociedade civil, do empresariado. Você tem razão, Paraca, há uma dispersão. Espero que os participantes deste encontro levem esse dado da luta pela revitalização. A luta está muito dispersa.

Representante do Ministro Geddel, meu governo, meu Presidente Lula, quero dizer também que a revitalização merece a preocupação e um projeto grande, forte e bem organizado, com grana e cronograma de inversão. E isso não está ocorrendo. A ação está muito dispersa. Repito: talvez quem tenha passado quatro anos fora do Brasil e veja os trabalhos agora esteja com os olhos muito atentos a essa situação.

Deputado Paulo Guedes, essa luta da revitalização é nova para o nosso povo, assim como é nova para os pobres e trabalhadores brasileiros, pescador Toinho. Se em pouco tempo levamos a luta social, a luta sindical, a luta política e eleitoral de maneira muito arraigada, essa luta aqui é diferente. Ela não se fará sem a adesão de um tripé para obter resultados: o governo, o poder do Estado; o setor produtivo - não dá para, pura e simplesmente, incentivar os trabalhadores contra o setor produtivo nesse tipo de luta -; e as comunidades. Tenho essa experiência como resultado de dois anos na Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais.

A luta ambiental é diferente das outras. Após a luta eleitoral, a luta sindical, a luta política e a luta social, existem vencidos e vencedores. Em qualquer luta ambiental, como a de revitalização de um rio, não existem, a médio e longo prazos, vencidos e vencedores. Ou seremos todos vencidos ou vencedores.

Portanto, precisamos de um projeto. Temos de dizer isso ao Presidente Lula, ao Ministro Geddel, à Ministra Marina, à Ministra Dilma Rousseff. Precisamos de um projeto tão competente quanto o da revitalização; precisamos de grana, de gente, de recursos e de vontade política. E só pode isso quem tem poder. A transposição ocorre quando existem vontade política e projeto concreto, com início, meio e fim. A revitalização está dispersa, Deputado Paraca. V. Exa. tem razão. Não existe projeto com início, meio e fim.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a contribuição dos palestrantes e convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. João Mendes da Rocha Neto, Secretário Executivo do Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido, representando o Ministro de Estado da Integração Nacional, Geddel Quadros Vieira Lima; Deputado Antônio Passos, da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe e Presidente da Cipe São Francisco no biênio 2005/2006; Luiz Carlos da Silveira Fontes, Geólogo, Professor da Universidade Federal de Sergipe e Coordenador Regional do Baixo São Francisco do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; e Jesuito José Gonçalves, Representante das Populações Tradicionais e Presidente da Associação Quilombola da Lapinha.

Registro de presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Júlio Rocha, Diretor-Geral do SRH da Bahia; Guilherme Hermeto Costa, Ouvidor Ambiental de Minas Gerais; Euler Silva, representante do Crea-MG; Helena Maia, representante da UFMG; Geraldo Flávio Rabelo, Prefeito barranqueiro da Cidade de Ponto Chique; Ronaldo Mota Dias, Prefeito Municipal de Coração de Jesus; Sônia Mattos, Vereadora da Câmara Municipal de Coração de Jesus, representando aquele parlamento municipal; e Augusto César Soares, representante da Ruralminas.

Palavras do Sr. Luiz Carlos da Silveira Fontes

Boa-noite a todos, quero saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Gil Pereira, e agradecer o convite da Assembléia Legislativa de Minas Gerais para debatermos a questão do uso sustentável do semi-árido brasileiro e do Rio São Francisco. Este debate é fruto de um compromisso assumido com os Deputados da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais por ocasião do início da Caravana em Defesa do Rio São Francisco e do Semi-Árido. O compromisso foi assumido, e agora está sendo devidamente honrado num momento muito especial, num momento em que precisamos retomar as questões ligadas ao São Francisco, às questões ligadas à sua transposição.

Como já foi dito por muitos que me antecederam, vivemos momentos graves de poluição do São Francisco por contaminação por algas azuis, tanto em Minas Gerais quanto na Bahia, com ameaça de o baixo São Francisco seja atingido. Por exemplo, 60% do abastecimento de Aracaju depende do São Francisco. Isso mostra a degradação do rio e a necessidade de cautela antes de se iniciarem as obras de transposição, sem que sejam mencionadas as questões graves pelas quais o rio passa.

As questões ligadas à revitalização aqui expostas, no nosso entender, não podem ser colocadas como contrapartida para a transposição. Temos de tratar da revitalização sem esquecer que a transposição já foi iniciada pelo Exército Brasileiro e segue avançando a licitação para a

contratação de empreiteiras. É necessário que Minas Gerais, por meio de seus parlamentares e de seus movimentos, assumam uma posição enfática, solicitando do governo federal que abra o diálogo, que até hoje não existe.

Vamos fazer uma apresentação de "slides", que pode repetir algumas exposições feitas anteriormente, talvez apenas mostrando as coisas de uma forma mais organizada. Vou deter-me em alguns pontos, mas quero demonstrar a relação entre transposição e semi-árido.

Como é do conhecimento dos senhores, temos, no semi-árido brasileiro, duas regiões: a região meridional, que corresponde à própria bacia do São Francisco e a região setentrional.

Nessa transparência, estão representados 11% do território brasileiro. No caso da bacia do São Francisco, ela representa 40% do semi-árido brasileiro, e quase 60% da bacia do São Francisco é semi-árido. Então falar do semi-árido é falar da própria realidade da bacia do São Francisco.

Comparando a bacia do São Francisco ao Ceará, onde se pretende construir o Eixo Norte, sempre se mostra, nas apresentações do Ministério da Integração, o mapa de risco de secas, apresentando o Ceará como a região mais sujeita ao risco de seca, com cerca de 80%. Mas outra leitura desse mapa mostra que também a bacia do São Francisco está sujeita a secas. Na medida em que temos a concentração de água na calha do rio, as bacias afluentes têm carência hídrica. Num dos mapas à nossa esquerda, o qual mostra a distribuição de chuvas, vocês podem verificar a área vermelha.

Estão solicitando-me 1 minuto para mostrar as fotos do início das obras.

A Sra. Gislene Margarida Pereira - Sou mais conhecida como Gisa. Sou da articulação popular pela revitalização do São Francisco e gostaria de mostrar algumas fotos comprovando que a obra está avançando a passos largos, apesar de a população não saber disso e de a mídia tampouco mostrar.

Trouxe aqui algumas fotos dessa obra. Na ocasião em que estivemos em Cabrobó, havia apenas uma esteira de trator e, hoje, essa obra está "sub judice", no Tribunal de Contas da União; entretanto, ela continua sendo executada, como se nada disso estivesse acontecendo. Ela está sendo feita pelo 2º Batalhão do Piauí, e o Ministro Geddel confirma que, dentro de 15 dias ou 1 mês, as empresas licitadas já começarão a operar. Obrigada pela atenção.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de fotos.

O Sr. Luiz Carlos da Silveira Fontes - Obrigado pela intervenção. Realmente, este é um momento grave que exige de todos nós um posicionamento e é bastante favorável a oportunidade que nos está sendo aberta pela Assembléia de Minas. Prosseguindo, o semi-árido é apresentado pelo projeto de transposição de forma distorcida para a população brasileira, dando a entender que os problemas do semi-árido são restritos ao semi-árido setentrional, que pode ser considerado como o semi-árido sem água. Isso casa muito bem com o imaginário popular do povo brasileiro quanto à existência de uma terra nordestina, em que falta água por completo.

Então, infelizmente, neste debate sobre transposição, há uma distorção que leva a crer que a bacia do São Francisco não faz parte desse semi-árido e que a única solução para os problemas ambientais do semi-árido seria exatamente a importação de água, isto é, a transposição, sendo as outras alternativas possíveis, de convivência com a seca, apenas complementares a essa mega obra da transposição.

Por outro lado, a bacia do São Francisco é apresentada como uma região privilegiada, rica em água, que detém 70% das águas do Nordeste. Em todos os debates que acompanhamos nos últimos tempos sobre a transposição, os habitantes do São Francisco e aqueles que defendem o rio são taxados de egoístas ou de privilegiados. Tem-se dito que se vai retirar apenas um copo d'água do São Francisco e que nós estamos negando esse copo d'água, mas, na realidade, uma conta simples sobre a vazão mostra que serão retirados algo em torno de 20 trilhões de copos de água por dia, o que daria para abastecer integralmente 100 milhões de pessoas, um número muito superior àquele que é divulgado, o de 12 milhões de pessoas que serão atendidas pela transposição.

A leitura desse quadro é feita como sendo um quadro de desequilíbrio regional, justificando-se, com isso, a imposição da transposição. A intervenção do governo federal se daria exatamente para restabelecer esse equilíbrio, mas queremos demonstrar que não existe desequilíbrio entre essas duas regiões. Para a população do Nordeste Setentrional, são distribuídas cartilhas prometendo maravilhas, mudanças na vida de todo mundo, inclusive com afirmativas do tipo "até D. Aurora poderia curar-se daquela coceira horrível", como se a transposição pudesse promover todas essas mudanças.

Vamos fazer uma breve análise desse semi-árido dito sem água. Antes de mais nada, é importante esclarecer que existem duas realidades distintas: uma do interior da Paraíba, de Pernambuco; e outra do Ceará e do Rio Grande do Norte. São duas transposições que estão sendo propostas, do Eixo Leste ao Eixo Norte, mas, na realidade, tudo é colocado como se fosse uma única transposição, com objetivo de confundir.

É sabido que há um déficit hídrico na região do Eixo Leste, que se destina, na sua maior parte, ao abastecimento humano.

Portanto, esse não pode ter o mesmo tratamento do chamado Eixo Norte. No caso do Eixo Leste, há um reconhecimento, como disse anteriormente, das cidades do aporte de água do São Francisco. Todavia, ficam as perguntas: Por que um canal, e não adutoras? Por que não se utilizarem as soluções adotadas por Sergipe e Alagoas, que, no mapa, aparecem em linhas vermelhas? Foram construídas diversas adutoras para atender suas cidades.

Conforme essas linhas pontilhadas, há aquelas adutoras planejadas para atender o interior de Pernambuco. Essas adutoras, que ainda não estão construídas, ficam exatamente ao lado do canal da transposição. Quer dizer, estão substituindo as adutoras, que são muito mais efetivas e realmente atendem às necessidades de consumo humano, por um canal, que sairá muito caro e precisará de um subsídio cruzado a ser pago pela população do Estado de Pernambuco.

O Comitê do São Francisco, desde 2004, aprovou a transposição, o uso das águas do São Francisco para abastecimento humano em outras bacias. Não haveria problema, pelo menos do ponto de vista do Comitê, desde que provado que a água realmente é necessária e a quantidade a ser transposta exatamente a de que se precisa para esse abastecimento.

No caso do Eixo Norte, a situação é totalmente distinta. Nesse eixo, a motivação principal é a irrigação, conforme reconhecido pelo próprio texto do projeto do Ministério da Integração. Cerca de 90% da vazão do Eixo Norte são destinados à irrigação. Esse eixo custará cerca de 70% do custo total das obras de transposição.

Isso, na prática, significa a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico, com uso intensivo da água, cujo custo é elevadíssimo em regiões de carências hídricas, ou seja, em regiões semi-áridas, com a pretensão de também atingir o litoral do Rio Grande do Norte e do Ceará. Esse modelo é questionável, porque está baseado numa água que vem de fora, sob situação de conflito, por um alto custo. Assim, cria-se uma situação não sustentável a longo prazo.

Realmente há necessidade de aporte dessa água para o Nordeste Setentrional, mesmo que seja para irrigação? Precisamos lembrar-nos de que esse projeto vem da época do Império, quando secas dizimaram muitas vidas no Nordeste, porque não havia nenhuma obra de infra-estrutura hídrica de reserva na área. Todavia, esse quadro mudou muito daquele tempo até hoje, assim como os conceitos e as tecnologias desenvolvidas na gestão de recursos hídricos.

Dessa época até agora, desenvolvemos o maior programa de açudes do mundo em regiões semi-áridas. Hoje essa região detém mais de 70 mil açudes públicos e 700 deles são plurianuais, o que significa que resistem às secas. São preparados para resistir durante 30 anos secos, a cada 100 anos. Com esses açudes, numa capacidade total de 37.000.000.000m³, é possível o enfrentamento das secas do Nordeste, tanto que isso já vem ocorrendo ao longo das últimas secas.

Já dizia Theodomiro Araújo que nunca viu nenhum carro-pipa do Ceará vir buscar água no São Francisco, o que significa dizer que toda necessidade de água para abastecimento humano foi resolvida com os próprios estoques existentes no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Esse mapa mostra claramente o esforço do governo federal, por intermédio do DNOCS, para a construção desses açudes. O que os senhores estão vendo, em azul, são concentrações de espelhos de águas no Brasil. Algumas regiões, como o Amazonas e a Bacia do Paraná, são naturais, mas a área que nos chama a atenção é a do Nordeste, onde se concentram essas manchas azuis, que são exatamente os 70 mil açudes construídos nessa região. Se analisarmos o balanço hídrico do Ceará, assim como os documentos oficiais da Agência Nacional de Água, do próprio governo estadual, perceberemos rapidamente que o total de demanda do Estado, incluindo a irrigação, que utilizará 60% das suas águas, para 2025, será de 83,5m³/s. No entanto, a disponibilidade do Estado é da ordem de 102,1m³/s.

Isso significa dizer que haverá um saldo, em 2025, de 18,60m³/s. Portanto, ousamos afirmar que não será necessário aporte externo para esse Estado, pelo menos nos próximos 50 anos, mesmo para irrigação.

Esse é um quadro do plano de recursos hídricos do Estado do Ceará, publicado em 2007. Por meio desses gráficos, pode-se concluir que o Ceará ainda não usa nem a metade das suas disponibilidades hídricas.

O Eixo Norte pretende levar água do Rio São Francisco para a Bacia do Rio Jaguaribe, que possui a maior potencialidade de recursos hídricos do Ceará, ou seja, levar água para onde já tem água. Esse mapa nos mostra que essa é a região do Estado mais rica em água. Já a região oeste do Ceará, carente de recursos hídricos, não será beneficiada pela transposição. Está claro que essa obra não se destina a atender as necessidades de abastecimento humano.

Esse é o documento oficial do processo de outorga do projeto de transposição, mostrando que a demanda total do Ceará no Eixo Norte é da ordem de 54,7m³/s, e a vazão regularizada da Bacia do Rio Jaguaribe de 53m³/s. Se se adicionar a isso a transposição, em 2030, o Ceará terá um saldo de 46m³/s. Ou seja, estamos falando sobre a geração de um saldo da ordem de 46m³/s, em 2030.

Também o Banco Mundial e a USP fizeram estudos, que confirmam isso. Esse gráfico nos mostra que não há necessidade de água no Ceará para o crescimento previsto, nos próximos 30 anos. A única necessidade projeta uma demanda potencial baseada nas terras irrigáveis, e não nas possibilidades efetivas de ocupação dessas terras com projeto de irrigação. Então, por que o Ceará e o Rio Grande do Norte lutam tanto pela transposição, se não há necessidade nos próximos 30 anos? É claro que há objetivos imediatos, políticos e econômicos. Entre eles, destacamos que há o interesse de serem feitos grandes projetos de irrigação, com preços subsidiados pelos usuários urbanos, por meio do método do subsídio cruzado, em que o usuário urbano pagará 20% a mais em sua conta de água, e os agricultores, principalmente os grandes empreendimentos, receberão água do São Francisco por preço irrisório, para poderem competir com os agricultores da beira do São Francisco e de Minas Gerais. Eles poderão exportar frutas, a partir dos portos do Ceará e do Rio Grande do Norte, mais próximos da Europa e, portanto, muito mais convenientes do ponto de vista econômico, se compararmos aos agricultores posicionados na Bacia do São Francisco, seja em Pernambuco, na Bahia ou em Minas Gerais.

Por trás de tudo isso, há uma estratégia. O Ceará sabe muito bem o valor da água e avançou muito no que diz respeito à gestão de água. Esse Estado tem o objetivo, de longo prazo, de deter reserva para o futuro, o que foi feito no Estado da Califórnia, em relação ao Rio Colorado, nos Estados Unidos. O Estado da Califórnia procurou apropriar-se de grande quantidade de água para prover seu desenvolvimento futuro. Estamos diante desse mesmo quadro, em relação ao São Francisco. E o Estado de Minas Gerais precisa estar atento a isso, porque detém a maior parte das águas desse rio. Entretanto, o que se reserva para Minas é muito menos do que o Ceará pretende levar. Talvez daqui a 30 anos, quando da previsão do esgotamento da vazão alocável para os usos retirados das águas do São Francisco, Minas Gerais e os demais Estados da bacia estarão em amplo conflito, com o esgotamento da vazão, enquanto o Ceará deterá reserva para garantir o seu desenvolvimento. Isso ocorrerá quando a água estiver valendo, talvez, tanto quanto o petróleo.

Para vocês fazerem uma comparação, o Nordeste brasileiro, apresentado como sem água, tem quantidade de terras irrigáveis praticamente igual às da Bacia do São Francisco, o que mostra que não se trata de terra sem água, como o governo federal procura demonstrar.

Na realidade, com a transposição, pretende-se irrigar cerca de 200.000ha a mais nessa região, atingindo todo o potencial irrigado, enquanto, na bacia do São Francisco, usando toda a vazão alocada, não atingiremos nem 30% da nossa potencialidade de terras irrigadas.

Para chamar a atenção, só na bacia do São Francisco, temos cerca de 180.000ha a 200.000ha de terrenos irrigados por falta de investimentos. No Nordeste setentrional, aonde se quer levar mais água, há cerca de 200.000ha paralisados. A maior parte deles não é por falta de água, mas por simples problema de gerenciamento ou de mercado.

Estudos realizados pela Universidade de São Paulo mostram que o custo da água nesses perímetros irrigados do Nordeste setentrional custará cerca de 10 vezes mais que na bacia do São Francisco. Então, com o investimento da transposição, poderiam ser gerados cerca de 10 vezes mais empregos na própria bacia do São Francisco, sem se recorrer a subsídios.

Há uma agravante em tudo isso. A transposição retirará água de uma região para outra de maior IDH. Esse é o quadro da bacia do São Francisco. Nela temos cerca de 11 dos 100 piores IDHs do Brasil; aliás, o 4º pior IDH fica nas margens do São Francisco, em Alagoas. No traçado Eixo Norte, não há nenhum Município dessa lista dos 100 piores IDHs do Brasil, o que mostra que esse projeto é socialmente injusto para as populações da bacia do São Francisco. E ele é um projeto de transferência de renda.

Concluimos que a transposição não mudará o quadro de seca do semi-árido. O problema é climático, e não de falta chuva, muito menos de falta de água, pois há água estocada. Esse problema de seca do semi-árido exige um tratamento diferenciado, tem de ser distribuição espacial

do acesso à água, enquanto a transposição é uma solução linear.

Nos documentos da transposição, verificamos que menos de 5% da água serão destinados ao trajeto do canal do semi-árido. A maior parte da água destina-se aos grandes açudes, próximo ao litoral, a exemplo do Armando Ribeiro, no Rio Grande do Norte, e do Castanhão, no Ceará.

Agora, a transposição é justificada como necessária para o abastecimento humano, seja urbano, seja rural. É dito que ela matará a sede de 12 milhões de pessoas; que não se pode negar um copo de água para quem tem sede, e assim por diante. Será que esse projeto tem esse cunho humanitário? Quem dá a melhor resposta é a própria Agência Nacional de Águas, que fez um estudo amplo, chamado de Atlas do Semi-Árido. Ele concluiu que o problema da água nas cidades do semi-árido não é de estoque, mas sim de acesso, falta de distribuição do estoque da água reservada ao longo desse processo de açudagem. Há uma insuficiência da rede adutora. Muitas estão paralisadas. Há uma perda da ordem de 50% na distribuição. Enquanto não se fizer esse dever de casa, não há necessidade de transposição.

Na maior parte das sedes municipais onde há problema de água, no Ceará, a própria Agência Nacional de Águas detectou que se trata de um problema de gestão ou de falta de adutora para mananciais próximos.

Há um caso sempre citado, o da Região Metropolitana de Fortaleza. Dizem que nessa cidade faltará água e haverá necessidade de água da transposição. Essa afirmação é desmentida pelo próprio governo do Ceará. No "site" do governo do Estado, há o projeto do canal da integração, que levará 22m³/s para o Ceará e resolverá o problema dessa região pelos próximos 30 anos. Estivemos lá com a Caravana da Transposição.

Aproveito aqui para elogiar a iniciativa do Projeto Manuelzão, na pessoa do Apolo e do Thomaz, que tiveram a iniciativa da Caravana. Pudemos ver, ao vivo, qual é a situação da região. Dialogamos com a população que vive no entorno do Castanhão. Vimos que, dos 250km, foram construídos 50km até agora. A água está parada lá, sem uso. Se a necessidade é tão premente, por que não concluir esse canal e levar a água que já está disponível no Castanhão e hoje é perdida para o ar e para o mar?

Então, é isso que estamos vendo. A população da região sabe que a transposição levará mais água, mas não mudará em nada essa realidade.

Como eu disse, o governo do Ceará afirma, categoricamente, que, nos próximos 30 anos, esse canal resolverá totalmente os problemas da Região Metropolitana, inclusive os de irrigação. Isso mostra como é falso o número de 12 milhões de pessoas. Só nessa região, há 5 milhões incluídos nesse número a que me referi, o qual é alardeado todos os dias. Eu mesmo sou obrigado a ver, quase diariamente nos jornais, que serão beneficiados 12 milhões de pessoas com o projeto de transposição.

Essas são fotos da caravana. Vimos de fato lá no Castanhão um grande desperdício de água. Nem um terço da vazão regular de água do Castanhão está sendo usada até agora. Quer dizer, não há necessidade da transposição neste momento. E, pasmem, parte da população, principalmente nos assentamentos, não recebe água. São atendidos por carros-pipas, os mesmos carros que vão ser eliminados pela transposição.

A Agência Nacional de Águas mostrou no "Atlas de Recursos Hídricos" que existirão áreas críticas para abastecimento humano nas cidades em 2025. Essas áreas estão mostradas ali no mapa, são aqueles polígonos em vermelho. Eu queria que vocês observassem que, onde está previsto o canal do eixo norte, não há nenhuma área em que se prevê abastecimento crítico em 2025; entretanto, a maior parte das áreas é na própria Bacia do São Francisco, em Minas, na Bahia, Alagoas e Sergipe. Exatamente nessas áreas, o governo federal deveria ter um programa prioritário de atendimento, e não tem.

Quanto custa resolver o problema de abastecimento das cidades? Muito menos que a transposição. Para atender aos Estados do Nordeste setentrional, custaria aproximadamente R\$2.000.000.000,00, o que é apenas uma pequena fração do custo total da transposição. E, para atender a todo o semi-árido, inclusive Minas Gerais, o custo seria de R\$3.600.000.000,00 - mesmo assim é a terça parte do custo real da transposição.

Falamos em cidades, mas quem sofre mais com a seca é a população difusa, dos pequenos povoados, a que vive na área rural. O próprio governo admite que essa população não será atendida pela transposição: não adianta, não se pode resolver o problema dessa população com o aumento de estoques localizados. A solução realmente tem de ser espacial, com pequenas obras amplamente distribuídas ao longo do semi-árido.

O maior exemplo de que canais não resolvem a transposição é o da própria transposição natural que existe no Brasil, a do São Francisco. Ele leva águas das terras úmidas de Minas Gerais até o Nordeste semi-árido, pois o rio cruza Minas, a Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Nessa região o que vemos é a população ainda fazer uso de carro-pipa - muitas cidades de Sergipe fazem uso de carro-pipa. Então, a transposição não resolverá o problema da lata de água na cabeça nem do carro-pipa. Eu diria que, sob esse aspecto social, a transposição para usos econômicos só se justificaria após o atendimento adequado à população da bacia doadora.

A mais sensata solução hídrica seria a distribuição espacial e um escalonamento no tempo. Aí, sim, haveria uma grande revolução no semi-árido. Estaríamos levando água para todos. Seriam as águas da redenção do semi-árido, em substituição a esse projeto, que é de água para poucos, criando "as águas da ilusão".

Em curto prazo, poderiam ser gerados benefícios imediatos, levando a água a quem precisa, para a população dispersa. Há inúmeras propostas. Não vou me delongar em cada uma delas, mas há, por exemplo, o projeto das cisternas. De um milhão, não foram construídos nem 20% ainda. Poderia investir-se muito mais na perfuração de poços tubulares e na recuperação dos poços, que, em sua maior parte, estão sem uso no Nordeste, por falta de manutenção. Poderiam concluir essas obras paralisadas, que são da ordem de 400.000ha do semi-árido, e garantir a execução real do projeto de revitalização do São Francisco.

Não temos assegurados recursos efetivos para o projeto de revitalização. A proposta de emenda à Constituição do Senador Valadares dorme no Congresso Nacional. O governo federal nunca demonstrou nenhum interesse em votá-la. E ela garante recursos firmes para a revitalização ao longo dos anos. O que está previsto no PAC para a revitalização é um sétimo do que está previsto para a transposição e não atende às necessidades de revitalização da bacia.

Enfim, em médio e longo prazos, haveria tempo para se discutirem essas posições e chegar-se a um acordo, a um pacto de gestão das águas do São Francisco, tão importante para garantir o futuro do rio. Poderíamos firmar um pacto sobre o semi-árido e, só assim, em longo prazo, chegaríamos à possibilidade de transposição. Este seria um procedimento mais adequado: o governo abrir a negociação, o diálogo, o que, até hoje, não houve.

Sendo um projeto para uso econômico, como é nosso entendimento, poderíamos dizer que é legítimo uma região pleitear o uso da água de outra bacia para promover seu desenvolvimento econômico. O que não é legítimo é utilizar de meios políticos para impor essa transposição. É o que está ocorrendo em relação ao uso das águas do São Francisco. Chamo a atenção para o fato de que, em todos esses anos, não vi sequer

um representante dessa região vir à Assembléia de Minas Gerais dialogar com os comitês de bacias hidrográficas, com o próprio Comitê da Bacia do São Francisco. Ninguém aqui veio dialogar, negociar, pleitear. Sempre optaram por impor. E é dessa forma que as coisas estão sendo conduzidas. Mas a caravana da transposição fez o caminho inverso. Fomos os únicos a ir lá, levar nossa palavra e conhecer a realidade de cada local.

As experiências de transposição no mundo indicam que transposições não devem ser impostas. É essencial que sejam precedidas de pactuação. Não deve haver ganhadores nem perdedores, e é preciso assegurar ganhos equitativos tanto para uns quanto para os outros. Se isso não ocorrer, o que o governo federal estará fazendo será perpetuar esse conflito, que já dura décadas e pode se acirrar nos próximos anos, à medida que a situação se agrava, à medida que as mudanças climáticas levarem à diminuição de vazões do São Francisco.

Não há certeza sobre sinais futuros no Brasil, mas algumas sinalizações do Inpe mostram a possibilidade de diminuição da vazão do São Francisco, pela diminuição das chuvas, aqui, no Estado de Minas Gerais. É sabido que parte das chuvas de Minas Gerais é decorrente do fato de que a Amazônia gera vapor d'água, esse vapor d'água transita ao largo dos Andes e se choca com as massas de ar frio que chegam do Sul. Então, Minas Gerais transforma-se numa caixa d'água. Se houver mudanças no Amazonas, haverá mudanças também em Minas Gerais, portanto mudanças na vazão do São Francisco. É, no mínimo, inconseqüente fazer essa grande intervenção, sem antes analisar melhor a possibilidade de agravamento da situação naquele rio.

Diria mais: a imposição da transposição pode gerar conseqüências graves para o futuro sustentável do rio. Sabemos que 94% da disponibilidade hídrica do São Francisco provém dos afluentes; portanto não é verdade que as águas do São Francisco são federais; são, antes, águas estaduais. E dependem do uso que cada governo estadual fará de suas águas e do uso que fará de seus afluentes. E aí vem uma questão importantíssima, para a qual poucos atentam, mas que preocupa o Comitê do São Francisco, que são as chamadas vazões de entrega. Quanto Minas Gerais terá de entregar, de cada afluente, para o São Francisco? Foi previsto um número muito grande: salvo engano, Minas Gerais terá de entregar aproximadamente 80% das águas de cada afluente, para que se mantenham as vazões do São Francisco, previstas para garantir a energia elétrica para o Nordeste e a transposição do rio. Se essa condição não for atendida, não há garantias de vazões suficientes, no São Francisco, para todas as demandas. Precisamos fazer um pacto na Bacia do São Francisco, que chamamos de Pacto das Águas, e saber como vamos distribuir a vazão, que pode ser retirada do rio, para uso construtivo. Quais serão as vazões de entrega de cada Estado? Enquanto isso não for firmado, qualquer retirada de água para transposição afeta todo o Estado daquela bacia.

Fazendo uma simulação, proposta feita pela Agência Nacional de Águas, no plano da Bacia do São Francisco e que foi rejeitada pelo Comitê, à ocasião, esse quadro mostra que Minas Gerais tinha direito de retirar 31m³ por segundo da calha do São Francisco, enquanto a transposição pretende levar de 65m³ a 67m³ por segundo, em média, quer dizer, a transposição terá direito de retirar da calha do São Francisco duas vezes mais do que Minas Gerais.

Os senhores podem ver que essa transposição não é tão pequena como se diz diariamente na mídia nacional.

Para concluir, entendemos que a transposição poderia até ser um dos atos finais em outro programa de desenvolvimento integrado e sustentável até mesmo do semi-árido brasileiro. Poderia ser fruto de um pacto pelo semi-árido e pela gestão das águas do Rio São Francisco. Mas, com certeza, nunca o primeiro. Neste momento histórico, a atuação do Estado de Minas Gerais e dos seus parlamentares pode ser decisiva para o futuro do Rio São Francisco. Essa é a esperança que depositamos aqui, a partir desse ciclo de debates que está sendo promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado pela atenção.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se a apresentação de "slides"

Palavras do Sr. Jesuíto José Gonçalves

Boa-noite ao Gil Pereira, boa-noite a todos e a todas. Meu nome é Jesuíto e sou representante do Quilombo da Lapinha e das comunidades tradicionais ribeirinhas.

Esse é o símbolo do vazanteiro, o barranqueiro como é chamado. Essa história começa numa longa caminhada da organização dos vazanteiros. Essa imagem é da matriz da minha cidade Matias Cardoso. Não sou contra o agronegócio, sou a favor do desenvolvimento. Mas o grande problema advindo com a Ruralminas, ainda com o financiamento da Sudene, foi que, em Matias Cardoso, os pequenos produtores da agricultura familiar ficaram com 7% da área de seu Município, enquanto 93% ficaram para a produção de frutas para exportação - não sou contra isso, até louvo falar que estamos exportando fruta - e para a criação de gado extensivo. Essas famílias ficaram encurraladas e foram para a beira do rio. Há mais de 10 mil famílias de vazanteiros que vivem desde Manga e Matias Cardoso até Pirapora e Buritizeiro.

Quem somos os vazanteiros? Os ribeirinhos que trabalhamos um pouco na terra alta e na vazante do rio. A nossa vida está associada aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca do Rio São Francisco. Somos um povo que vive em suas ilhas e barrancas, manejando suas terras crescentes, tirando o sustento da pesca, da agricultura nas vazantes, do extrativismo e da criação de animais. Hoje, com o desenvolvimento, limitaram-nos aos 7%. Veio um problema grande com a criação do parque. O Município, que só tinha 7% para o produtor, hoje tem 56% com o parque. Não sou contra o meio ambiente, sou a favor. Mas, quando se pensa em meio ambiente, deve-se pensar também no cidadão que vive lá.

Temos um grande problema com a labuta dos pequenos agricultores e dos pescadores. A fiscalização do IEF e do Ibama é grande. Tudo é proibido fazer. Não há solução. Perguntamos a um funcionário do IEF o que o parque levou para o Município de bem econômico e social, porque com o ambiente não se pode fazer nada. Não sou contra o Projeto Jaíba, mas que fosse considerado aquele povo que é remanescente dos quilombos, que são famílias tradicionais que vivem às margens do rio. Eles deveriam ser considerados e ter oportunidade.

Quando criaram o programa de distribuição de terras de colonos, em uma reunião, perguntei por que não davam preferência a esse pessoal que a Ruralminas e os fazendeiros expulsaram. Responderam que não. Iriam trazer o pessoal de fora para experiência. Só 1% do pessoal daqui da região teria direito à área de irrigação.

Há 8 anos, para se implantar essa área de irrigação, o custo era de R\$40.000,00 por 5ha, por produtor. Na mesma ocasião, havia o benefício do Pronaf D, que limitava a R\$15.000,00, para manter um pequeno proprietário ali. Ora, para se estruturar um produtor de 5ha eram necessários R\$40.000,00 e o Pronaf D, em que as coisas sempre eram pensadas de um jeito e planejadas, já não dava certo, - os caras endividavam e não tinham mais acesso a outro crédito. Entre o pessoal que está no assentamento do projeto da Codevasf há muitos enrolados com as dívidas.

O que me revolta é que o pessoal que veio de fora tem um tratamento diferenciado. Eles têm água tratada, assistência médica, energia elétrica e estradas. Os tradicionais, não. Eu moro nessa comunidade, desde que nasci. Há 300 anos, os meus antepassados já moravam ali. Se são registrados 100mm de chuvas já não se consegue ir à cidade. A cidade de Matias Cardoso não tem maternidade. Só em Manga ou em Jaíba. Em Matias Cardoso só se morre.

Essa é a minha preocupação, e sem querer ofender os políticos, mas, para mim, quando eles passam por lá é de olhos vendados e ouvidos tapados. Eles não nos ouvem nem nos enxergam. Essa é questão.

Essa fotografia que vocês estão vendo aí é de um dos quilombolas tradicionais, que foi expulso de suas terras para dentro da ilha. Estamos reivindicando essa área, mas o IEF ainda cria briga. O IEF pegou 56% do Município. Há essa área de 2.600ha com plantação de mudas de árvores nativas. O mesmo governo nos está perseguindo.

Temos outra área, a do chamado Pau Preto. É outra briga porque eles querem expulsar o pessoal dali. Além do parque em si, há o entorno, que se chama APA, ou seja, nos 4km em torno não se pode plantar isso nem fazer aquilo. Uma bióloga me falou: "Vocês não poderão pescar esse peixe aí porque ele é para o jacaré e para os pássaros comerem". Então, falei: "E esse pessoal que foi criado aqui com os peixes?". Ela disse: "Não, eles têm de procurar uma outra alternativa".

A alternativa é uma bolsa-renda de R\$45,00. Um dos pesquisadores da Unimontes me entrevistou. Perguntou se uma bolsa-renda de R\$90,00 era satisfatória. Disse que não era. Perguntou-me se uma bolsa-renda de R\$200,00 era satisfatória. Disse que não. Perguntou-me então se uma bolsa-renda de R\$300,00 era satisfatória. Disse que não. Falei que era necessário uma reciclagem do pessoal, uma capacitação e que encontrassem uma maneira de se agregar valor ao produto para que o pessoal não ficasse dependente do bolsa-família ou do bolsa-renda.

A Sudene e a Ruralminas desenvolveram o nosso Município? Desenvolveram, mas para o agronegócio. Quanto às famílias tradicionais não se vê uma comunidade em boas condições. Para o projeto Jaíba, para os japoneses, holandeses - e não sou contra os imigrantes - há estradas, energia e água tratada. De Matias Cardoso a Gado Bravo são 50km e ocorre o mesmo problema. Se chover 100mm não se consegue parar. Lá tem médico, mas não tem um hospital para fazer um parto, uma cirurgia ou pelo menos para engessar uma perna. Eles não enxergam que Matias Cardoso precisa de uma assistência.

Aí se vê a grande diferença. Os grandes empresários estão lá. Não se vê um desses empresários junto à comunidade. O projeto Jaíba investe quase U\$1.000.000.000,00 na agricultura empresarial. Não sou contra. Se tirassem 1% desse projeto e se pensassem nas comunidades tradicionais dali, já seria bom.

O Incra e o governo federal devem pensar em acertar com os fazendeiros disponíveis e negociar com os sem-terras e com os quilombolas, pois vivemos em situação de ocupação também. Ocorrem no rio a destruição da mata seca, o uso abusivo da água do São Francisco e a contaminação com agrotóxico. Culpam o vazanteiro por esse assoreamento, porém eles possuem apenas enxadas. Pode ser que contribuam um pouco, mas, na verdade, a degradação vem das nascentes, dos venenos dos irrigantes e do grande volume de água puxado pelo Projeto Jaíba. Os vazanteiros não têm dinheiro para comprar bomba, nem sequer para comprar comida.

Quem está pagando a compensação ambiental da degradação do Jaíba e do São Francisco? Cobram dos pequenos produtores. Não sou geólogo, não tenho conhecimento técnico, mas acredito que o assoreamento do São Francisco é ocasionado pelas barragens, pela velocidade da água levando tudo que encontra pela frente - dá para saber quando se está por uma grota, porque ali há terra. Não é o vazanteiro que causa esses problemas.

Falam sobre a APA, e aparece o lagedão. Em Matias Cardoso, há um morro que adoro. Ele fica perto da igreja onde fui batizado, crismado e casado. Sou a favor de que aquele morro seja conservado. Mas há uma pedreira nesse lagedão, da qual não podemos tirar brita nem pedra, porque a APA não permite. Entretanto podemos comprar pedra de Janaúba, a 150km, ou seja, em Janaúba pode-se tirar brita; em Matias Cardoso, não. Parece que as autoridades vedaram os olhos e os ouvidos para a nossa região, porém o agronegócio avança sobre o cerrado, com a monocultura do eucalipto.

Participamos de uma reunião sobre biodiversidade em Riacho dos Machados, porque o São Francisco não é apenas a barranca, mas as nascentes do Gurutuba, do Rio Verde, etc. Com a expansão da cana-de-açúcar, com a implantação da usina de álcool, além de estarem comprando grande parte das terras, estão arrendando-as também. O governo do Estado está arrendando terras para plantar eucalipto, aquelas em que o sertanejo vive da cata do pequi.

Há um grande programa da Cooperativa Grande Sertão para se fazer o aproveitamento das frutas nativas, aumentando seu extrativismo, mas convivendo com a natureza. Desde 2002, há um projeto de revitalização para a Lagoa e para a comunidade da Lapinha, o qual foi encaminhado para o governo, que o devolveu. Voltou, mas não sei como está seu andamento.

As conseqüências da seca das nascentes e dos córregos são a poluição e o assoreamento. O que será feito? Antes de transpor, é necessário socorrer o rio, que está pedindo socorro. Nunca vi tirar sangue de um doente para se doar a outro, doente ou não. Com o pouco conhecimento que tenho, peço às autoridades, e aos políticos que revejam esses problemas do Norte de Minas e do rio São Francisco.

"Vim te dar um gole d'água e pedir tua bênção. O que queremos é revitalização. O que queremos é um apoio aos vazanteiros, terra para os quilombolas em busca de terra firme."

Esse é o acampamento de uma terra ocupada desde a Ressaca, em uma área de 2.400ha. O IEF possui mais de 50.000ha, mas quer essa terra para plantar mudas de árvores nativas. Esse acampamento está a mais de 8km do São Francisco e a mais de 12km do Rio Verde Grande. Mas para eles só serve essa terra.

Já temos experiência. Essa foi uma visita que fizemos à Serra do Ramalho. A Vila Boa Esperança situa-se às margens do São Francisco. Lá, o Incra já implementou um programa de assentamento extrativista.

Lá já existem mais de 600 famílias que criam pequenos animais e valorizam o peixe - defumam, congelam e tiram o filé. Nós, aqui de Minas, podemos pegar esse exemplo para agregar valor ao produto.

A Resex de Pau Preto possui um projeto de convivência com o Parque Estadual Verde Grande. Essas famílias já convivem lá há mais de 30 anos. Não posso alongar-me, mas a verdade tem de ser dita, custe o que custar. Enquanto o grupo de moradores estava nessa reserva, ela ficou intacta. Quando o IEF entrou lá, com um guarda-parque e não sei quantos fiscais, um jatobá de 100 anos foi cortado. O governo diz que é fiscal, mas parece-me que o particular fiscaliza muito mais.

Na vizinhança, temos o Quilombo da Vargem da Manga, onde a Codevasf comprou uma reserva. Quando a reserva de 500ha era do fazendeiro, ninguém mexia. Lá tinha jacarandá e uma série de madeiras. Há tempos, por mais de anos, eles tiram madeira de lá, e ninguém vê. Agora, nesse acampamento de quilombo, fechamos um termo com o Juiz para ocupar uma área de 23ha. Ao desmatar para fazer roça, disseram que não podíamos fazer isso porque a área era de preservação ambiental. Todos os dias, eles estão lá multando, e nem a polícia nem o IEF vêem a madeira que eles levam do parque. Assumo o que digo. A prova de que estão extraindo madeira está lá, pois não conseguem arrancar os tocos.

Falei com o representante do IEF que o lugar só era bom para reserva, porque o conservávamos. Se há 100 anos tivéssemos destruído a reserva, não haveria mais nada. Lá há família da quinta geração, e ainda há mata virgem, onde nunca colocaram uma carvoeira, nada.

Pedimos que agreguem valor aos produtos nativos, com o beneficiamento de frutas nativas e dos quintais, como o umbu, o maracujá nativo, a manga, etc. O programa do PCPR para essas fabriquetas e para assentar um produtor gasta R\$40.000,00. Eles destinaram R\$500.000,00 para 20 associações em Matias Cardoso. Então cada produtor disputa pela comunidade um trator. Só um trator custa R\$80.000,00. Fica aquela briga: dividir R\$500.000,00 para 20 famílias, e não sobra dinheiro para o programa.

Como agregar valor? Como fazer uma fábrica ou promover melhoria de uma unidade de licenciamento de rapadura, de farinha? O padrão permitirá a comercialização dos produtos? Falam que temos de dar um jeito, entrar com a participação da sociedade e fazer uma coisa para tapear, só para dizer que existe, mas, se chegar uma fiscalização, o produto não poderá ser colocado no mercado.

Apresentamos uma carta-manifesto das mulheres e dos homens vazanteiros. Povos das águas e das terras crescentes do São Francisco. Falamos nessa língua barranqueira: Terra crescente, por quê? Essas ilhas nascem, crescem, aumentam, saem aqui, saem lá e desaparecem. Não se trata de uma terra firme, por isso se chama crescente.

Queremos ser reconhecidos, ter os nossos direitos garantidos, direito ao uso de nosso território, às terras altas, margens, ilhas, e às terras crescentes; queremos que o Incra priorize de imediato a desapropriação das áreas de fazendeiros em conflito com os vazanteiros e que implante um modelo de reforma agrária que respeite nossa forma de viver e de produzir; queremos que cesse a degradação do rio, de seus afluentes, de suas cabeceiras, nascentes e áreas de recarga; queremos que os cerrados e as caatingas sejam preservados e que seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 131/2003, que os torna biomas nacionais; que os povos das gerais e da caatinga sejam apoiados em suas iniciativas de produção e de acesso à terra; queremos que as carvoarias sejam submetidas a rígido controle, quando não reprimidas e coibidas; queremos a intensificação das investigações, seguida de punição e medidas imediatas de controle, correção e impedimento da poluição dos Rios das Velhas e São Francisco, como a provocada pela Copasa e pela Votorantim Metais; queremos dar a nossa contribuição na recuperação dos peixes, das lagoas criadeiras, na recomposição de sua vegetação de acordo com o nosso jeito de produzir e viver. Por isso precisamos de uma legislação ambiental e de políticas públicas apropriadas.

Voltando a essa reivindicação do Incra, quero dizer que participei de uma audiência pública em Janaúba. Quando se chega ao Incra em Belo Horizonte, os representantes dizem que não existe pessoal nem recursos. Mas provamos que voltaram R\$1.000.000,00 para pagar as terras que estão na área dos quilombos, o que é justo, pois é a área do conflito. Então, com todo o respeito aos políticos, isso parece ser um desinteresse, porque o que vejo é a história de quererem aumentar de 250ha para 2.500ha essas terras devolutas, e não fazer justiça e dividir renda, terras. Não entendo isso.

Queremos a multiplicação de reservas extrativistas em toda a bacia do São Francisco, para preservação, controle e uso sustentável das comunidades ribeirinhas e vazanteiras, geraizeiras e caatingueiras; queremos ter respeitado o nosso direito à educação em todos os níveis e que o ensino reconheça e estimule o nosso jeito de viver, de produzir, de conviver com o rio; que o projeto de transposição seja imediatamente paralisado. Precisamos é, um dia, poder dizer que o São Francisco não mais vai morrer.

Queremos ter respeitado o nosso direito à saúde, a estradas, a transporte até as sedes dos Municípios; queremos acesso à eletricidade, que se façam investimentos em formas alternativas de produção de energia, suspendendo a construção de novas barragens que expulsam famílias e degradam ainda mais o rio e o povo do rio.

O Rio São Francisco não pode ser recuperado, revitalizado, como vocês estão dizendo agora, sem nós, o povo vazanteiro. A história conta, é nosso dever, nosso direito e obrigação dos senhores. Por isso escrevemos esta carta.

Esse é um tempo em que muitos estão falando do Rio São Francisco. Falam até em transpor suas águas, mas nós aqui continuamos esquecidos. Nós somos como o rio, nós somos o rio. Sofremos com ele quando suas nascentes secam, seu leito se enche de areia, suas águas diminuem, perdem força, são represadas, poluídas, degradadas. O rio é como a gente: se ele está humilhado, nós também estamos humilhados.

O povo do rio pede a sua proteção.

Propostas de articulação popular em defesa do Rio São Francisco: apoiamos o que propõe a revitalização de verdade, com terra, água limpa, peixes, rios correndo; uma revitalização popular, com o povo da bacia definindo os rumos desse processo. Defendemos o rio e o povo vivos. Como? Com reforma agrária; agricultura familiar; assentamento das comunidades quilombolas; prioridade absoluta para a preservação ambiental; freio no processo de monocultura do eucalipto; seriedade nos licenciamentos ambientais; investimentos pesados em saneamento e tratamento de esgoto; reforço dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se a apresentação de "slides".

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de amanhã, dia 22, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 52ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/11/2007

Presidência dos Deputados José Henrique e Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. João Mendes da Rocha Neto - Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa - Palavras do Deputado Paulo Guedes - Palavras do Sr. Antônio Thomaz Matta Machado - Palavras do Deputado Almir Paraca - Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

José Henrique - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elisa Costa - Fábio Avelar - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Tadeu Leite - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado Paulo Guedes, membro da Comissão de Transporte desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado Gil Pereira, Vice-Líder do Governo nesta Casa, Coordenador da Cipe São Francisco em Minas Gerais e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado Almir Paraca, membro da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado Antônio Carlos Arantes, membro das Comissões de Política Agropecuária e do Trabalho desta Casa e da Cipe São Francisco em Minas Gerais; João Mendes da Rocha Neto, Secretário Executivo do Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido, representando o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; Deputado Antônio Passos, da Assembléia Legislativa de Sergipe e Presidente da Cipe São Francisco no biênio 2005/2006; Promotor de Justiça Alex Fernandes Santiago, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Rio São Francisco; Antônio Thomaz Matta Machado, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; e Apolo Heringer Lisboa, Coordenador da Caravana em Defesa do São Francisco, do Semi-Árido e Contra a Transposição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Luiz Carlos da Silveira Fontes, geólogo, professor da Universidade Federal de Sergipe e Coordenador Regional do Baixo São Francisco do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Jesuíto José Gonçalves, representante das populações tradicionais e Presidente da Associação Quilombola da Lapinha; Ronaldo, Prefeito Municipal de Francisco Sá; Iton Reis, Prefeito Municipal de Baldim; Antônio Chaves, Prefeito Municipal de Igarapé; Vereador Gilson, da Câmara Municipal de Vargem Bonita; Brexinha, Vereador à Câmara Municipal de Várzea Bonita, na nascente do Rio São Francisco; Tim, Prefeito Municipal de Santana do Jacaré; José de Oliveira, o Juca, Prefeito Municipal de Capitão Andrade; e José Nery, Prefeito Municipal de Cristiano Otôni.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "O Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido", com a apresentação do painel "Propostas de Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro".

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Bom-dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa dizendo da nossa satisfação de coordenar, na parte da manhã, os nossos trabalhos. Ontem tivemos a abertura deste importante ciclo de debates e, dando continuidade a ele, teremos algumas palestras que serão proferidas a partir deste momento. Lembro a todos que, após as exposições, abriremos o debate. Daremos início à reunião, convidando o Sr. João Mendes da Rocha Neto, Secretário Executivo do Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido, que representa, neste evento, o Sr. Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional, e disporá de até 30 minutos para sua exposição, sobre o tema "Proposta de Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro, segundo a visão do Ministério".

Palavras do Sr. João Mendes da Rocha Neto

Bom-dia a todos e a todas. É um prazer estar nesta Casa Legislativa representando o Ministério da Integração e trazendo um pouco do que temos para contribuir com essa discussão que envolve a conservação e a preservação desse importante curso d'água, o Rio São Francisco, e a relação que ele estabelece com suas populações próximas e mais distantes, em um processo de desenvolvimento da região do semi-árido brasileiro. A nossa fala é uma síntese de um trabalho feito - depois vou passar esse documento às mãos do Deputado Fábio Avelar -, "O plano do semi-árido", que está publicado desde 2005. Vamos, aliás, fazer aqui o "mea culpa" do governo federal, que não tem divulgado esse documento construído com a preocupação exatamente de tirar - ou de não centralizar - o foco dessa ou daquela obra, mesmo porque um processo de desenvolvimento não pode estar centrado somente em uma grande obra estruturante. Fizemos uma discussão e verificamos que existia um outro conjunto de políticas públicas que poderiam encaminhar o processo de desenvolvimento do semi-árido. Falaremos um pouco sobre essa nossa discussão do desenvolvimento do semi-árido. Vou começar tentando mostrar a questão da desigualdade, como pensamos os desequilíbrios regionais brasileiros nas escalas macrorregionais e microrregionais. Sempre trabalhamos com esses quadros que mostram as desigualdades entre algumas unidades territoriais do bloco da União Européia, dos Estados Unidos e do Brasil.

Só para termos uma breve noção do assunto, a diferença entre o produto do Estado mais rico e o do Estado mais pobre dos Estados Unidos, em 2004, era de aproximadamente duas vezes, como mostra a transparência. São os Estados de Delaware e de Montana.

Chamo a atenção para a situação da Europa dos 15, dos 25 e dos 27. A Europa dos 27: a inclusão da Romênia e da Bulgária fez com que a Europa se assustasse bastante, porque até o que havia era aproximadamente três vezes o PIB de Luxemburgo, que era o país proporcionalmente mais rico. Não falamos em números absolutos, pois é claro que a Alemanha é a maior potência econômica do continente; mas, proporcionalmente, era o maior PIB, em relação ao da Grécia.

Quando há esse alargamento - e entraram os 10 e mais os outros 2 na seqüência -, chega-se a quase 8. Nos "nuts", que são como as nossas microrregiões, recortes menores do continente europeu, isso chega a quase 13 vezes. Isso é muito assustador para eles.

Chegamos ao Brasil, para termos uma dimensão de como são dramáticas as nossas desigualdades. Em 2002 tínhamos quase 29% entre a unidade da Federação mais rica e a unidade da Federação mais pobre. O PIB proporcional eram o do Distrito Federal e o do Maranhão. Esta coluna mostra nossas microrregiões em números absolutos. É claro que o PIB de São Paulo supera todos os demais PIBs municipais do País, mas o nosso PIB proporcional mais alto é o do Distrito Federal. O nosso menor PIB em microrregião é o da baixada maranhense. Temos uma diferença de 36 vezes entre a área mais rica do País e a área mais pobre, mostrando que somos um País marcado pela desigualdade. Mais à frente mostraremos que o semi-árido é uma síntese do mundo e do Brasil. Apesar de os números apontarem um agregado de extrema pobreza, há áreas dinâmicas. Isso não quer dizer que nessas áreas não exista pobreza; há também áreas completamente estagnadas.

Falarei um pouco sobre a missão do Ministério, em função dessas desigualdades. O Ministério tem a tarefa precípua de promover o desenvolvimento sustentável e a integração das regiões menos dinâmicas. Nossa preocupação é relacionada às regiões que têm pouca oportunidade no processo histórico. Sabemos que o mercado cria assimetrias, desigualdades e injustiças. A iniquidade territorial está presente no Brasil e precisamos diminuí-la. O Ministério da Integração deve ter essa missão precípua de cuidar das áreas estagnadas.

Essa é a nossa política de desenvolvimento regional. Precisávamos ter uma política que norteasse o caminho por onde o Ministério deveria caminhar.

Estou no Ministério da Integração há quatro anos. Não sou do Ministério da Integração, mas do Ministério do Planejamento. Estou cedido ao Ministério da Integração há quatro anos, para cuidar da área dos planos de desenvolvimento.

O que tínhamos? Há quatro anos, começamos a discutir essa política de desenvolvimento regional, que só ganhou corpo no início deste ano, após decreto do Presidente da República, que a instituiu. Refiro-me ao Decreto nº 6.047. Na política, está claramente definido que ela deve tentar reverter as tendências de concentração que existem pelo processo natural de crescimento do País, que concentra riquezas nas áreas que já são mais ricas. Precisamos reverter essas injustiças. Essa reversão passa pela dimensão econômica, de ativação e animação das economias locais. No entanto, existem áreas em que a situação de estagnação passa também pela ausência de cidadania. Por isso mencionamos a articulação com as políticas sociais, quer dizer, na ausência completa de oportunidades, não podemos deixar esses pequenos territórios ao sabor do mercado. Precisamos chegar também com uma cesta de políticas públicas às áreas sociais. Basicamente essa é a missão da política de desenvolvimento regional do País. Esse desenvolvimento objetiva ampliar as oportunidades de regiões desassistidas, a fim de que sejam incluídas e, conseqüentemente, ofereçam oportunidades às suas populações.

Ontem fiquei muito feliz ao ouvir o Jesuíto dizer que o Bolsa-Família era importante, mas que ele, mesmo que fossem R\$90,00, R\$100,00, R\$150,00, R\$200,00, gostaria de ter outro ganho. Quer dizer, o trabalho dele. No Ministério temos dito sempre que temos de achar a porta de saída do Bolsa-Família. Com isso, não quero dizer que estamos desejando dar fim a esse programa, que é muito importante. Temos de possibilitar que essas populações tenham seus próprios ganhos, que se insiram no mercado, que consigam ter possibilidade de não ficarem somente com a renda de R\$90,00, R\$120,00, pois precisam ir pelo menos um pouco mais adiante. E essa conquista passa pela questão de dar oportunidades, que podem ser individuais ou coletivas. Esse mapa está disponível no "site" do Ministério da Integração, onde há a explicação do método que o gerou. Esse é o mapa-síntese da política de desenvolvimento regional do Brasil. O recorte é microrregional. Cruzamos a dinâmica do PIB das microrregiões com a renda, para que pudéssemos fazer uma classificação, que nos mostrasse as regiões estagnadas, as dinâmicas, as de alta renda e as de baixa renda. As regiões de alta renda basicamente estão nas metrópoles. Volto a dizer: quando falamos em alta renda, os números muitas vezes não revelam a realidade completa. Sou geógrafo e trabalho muito com a discussão acerca dos números. Falo aos meus alunos que as estatísticas são instrumentos, mas não revelam a realidade completa, que só se revela quando desembarcamos nos territórios. As metrópoles são classificadas como de alta renda, mas sabemos que também nessas regiões há grandes bolsões de miséria. No entanto, na política o raciocínio é a discussão social. Não estou dizendo que o Ministério da Integração se isenta disso, mas a política social está sujeita aos Ministérios que dela cuidam, especificamente, o Ministério do Desenvolvimento Social, que deve tratar disso. No nosso caso, a política de desenvolvimento regional passa por um conjunto de instrumentos, que se ligam ao financiamento e ao desenvolvimento para animação das atividades econômicas. Assim, hoje, não podemos financiar aquelas áreas que já têm dinâmica própria, sob pena de reconcentrarmos recursos. Para que vocês tenham noção, o "site" do Ministério tem um estudo mostrando que a Sudene e a Sudam, ao longo de suas existências, concentraram 85% de seus recursos nas metrópoles. Oitenta e cinco por cento dos recursos que a Sudene financiou no Nordeste ficaram em Fortaleza, Recife e Salvador. Isso não possibilitou a justiça territorial para a Região Nordeste como um todo. O mesmo ocorreu com a Região Norte, onde os recursos ficaram concentrados em Belém e Manaus. Ao classificarmos regiões de alta renda, estamos dizendo que nós, Ministério da Integração, por meio de nossos instrumentos de financiamento, não chegaremos àqueles locais onde o mapa está branco, ou seja, regiões de alta renda. Iremos às três outras classificações. Chegaremos aos locais identificados nesse mapa pelas cores verde claro, verde escuro e alaranjado. Gostaria que vocês observassem a questão do Maranhão, lá em cima, verde, ou seja, uma área de extrema pobreza, e a questão do Norte de Minas, Estado de vocês. Minas Gerais é uma síntese do Brasil: o Sul de Minas está representado pela cor branca, ou seja, é classificado como alta renda, mas o Norte do Estado tem a presença das três outras classificações, isto é, baixa renda, estagnada e dinâmica. Essa dinâmica no Norte de Minas foi definida - questão para refletirmos - pela chegada da soja na área de cerrado. Como disse anteriormente, o IBGE nos mostra o número frio. Posteriormente, analisamos a qualidade do número. Trabalhamos aqui com o número frio que nos foi entregue pelo IBGE e com o qual faremos o cruzamento.

Premissas da política. É uma política de âmbito nacional, tem um papel estratégico do governo federal criando nexos para as iniciativas endógenas. Por que colocamos isso? Porque não podemos chegar com receitas prontas e acabadas, sob pena de reproduzirmos todos os desastres que tivemos nos últimos anos. Precisamos ter critérios. Temos um mapa de referências. As iniciativas devem surgir dos territórios, que devem identificar suas potencialidades, suas possibilidades. É uma política de governo, porque combina ações transversais em parceria com Ministérios afins, Estados e Municípios. Ao final de minha exposição, chamarei um pouco a atenção de vocês sobre isso.

Abordagem em múltiplas escalas. Macrorregional. Colocamos o Nordeste-Semi-Árido e o Jequitinhonha-Mucuri grifados. O Jequitinhonha-Mucuri é uma área prioritária, para a qual temos um plano desenhado e publicado. Chegamos à questão do Nordeste. Se expurgássemos o semi-árido, os números ficariam muito semelhantes. Verificamos como está a situação do Nordeste e imaginamos, por conseqüência, como estaria o semi-árido. O Nordeste, apesar da população de nove Estados, participa com menos de 10% do PIB brasileiro. No PIB "per capita", alcançamos cerca da metade. Lembro que a metade desse PIB "per capita" significa uma situação dramática. Se retirarmos as metrópoles e deixarmos somente o resto, a média do PIB para o Nordeste brasileiro cairá drasticamente.

Nível de escolaridade. Lembro sempre que esses números do Nordeste estão um pouco melhorados, porque as grandes cidades e as capitais nordestinas estão inclusas. Se as retirarmos, as diferenciações serão drásticas, dramáticas.

Instrumentos da nossa política. Coloquei aqui somente os planos que nos interessam mais. Temos outros planos.

Temos o Plano do Nordeste, um documento elaborado pelo Ministério e que está disponível no "site". Faltou divulgação também. Há o plano do semi-árido, e, como já mostrei, estamos aguardando uma agenda para iniciar as audiências públicas. Os nossos fundos de desenvolvimento do Nordeste estão a cargo da Adene, que hoje voltou a ser Sudene. Não tenho autorização do Ministro e não sei se, quando chegar em Brasília, ainda terei meu lugar no Ministério, mas queria dizer a vocês que boa parte da RG do Norte de Minas está dentro da Sudene. Não sou mandatário da Sudene, mas como ela é vinculada a nós, sinto o drama por que estão passando. A Superintendência foi recriada no início do ano pela Lei Complementar nº 124, juntamente com a Sudam. E o seu decreto de instalação saiu há aproximadamente 40 dias, só que estão com dificuldades. Não se consegue instalar a Superintendência, há uma série de questões. E boa parte dessa pressão pode ser feita pela sociedade, a fim de que a Superintendência se instale de fato não somente no Nordeste, como no Norte de Minas Gerais.

Outros instrumentos que temos são aqueles ligados à infra-estrutura hídrica e irrigação, desde barragens, pastagens molhadas, grandes e pequenas obras. Temos procurado uma articulação interministerial com a Câmara de Políticas, da qual fazem parte 23 ministérios. É um esforço que o Ministério da Integração tem feito para fazer com que os outros ministérios voltem sua atenção para a discussão da política de desenvolvimento regional. Ela precisa deixar de ser setorializada. Sempre nos esforçamos para isso, mas nos sentimos tristes pelos ministérios não terem essa visão. Eles falam em desenvolvimento - e me desculpe se estiver aqui algum representante de outro ministério -, mas não sabem o que ele significa, porque o desenvolvimento é um conjunto de ações. Não posso falar em desenvolvimento somente sob uma ótica. Preciso ter um "portfólio" de políticas que possibilitem esse desenvolvimento. Essa Câmara tem sido um esforço envidado no âmbito do Ministério, para que consigamos avançar. O semi-árido foi colocado como uma região prioritária pelo Presidente desde o início do primeiro

mandato. Por isso mesmo, ocorre uma coisa muito engraçada no ministério. Todos os planos saíram com números. O plano do semi-árido é o número 1, e o Plano do Nordeste veio com o número 4. Ele terminou depois do plano do semi-árido, porque tínhamos a máxima urgência em colocar esse documento inicial para discussão do semi-árido. O norte da discussão do plano, posta no documento em função da situação que encontramos no semi-árido, é a inclusão social. Colocamos em um dos braços a competitividade sistêmica, que é a inclusão através das atividades econômicas, como bem mencionou ontem o Jesuato. É exatamente para que essas populações identifiquem suas potencialidades e possam competir. O processo envolve também a distribuição dos ativos sociais, ou seja, desconcentrar os bens e serviços coletivos. Estive há 15 dias em Fortaleza falando sobre o desenvolvimento do semi-árido, e a Dra. Silvana, da Secretaria de Planejamento de lá, informou que a cidade concentra 85% dos serviços do Estado do Ceará. Mais 10% ficam entre Sobral e Juazeiro do Norte, e os outros 174 Municípios dividem os demais 5%, o que é uma concentração absurda. Tenho certeza de que esses números chegam muito perto dos valores de todos os Estados do Nordeste brasileiro; essa concentração é muito grande. Precisamos distribuir os ativos sociais: universidades, escolas técnicas, escolas de ensino médio, hospitais. Esse conjunto de serviços possibilita também que essa população se fixe nas cidades. Colocamos ainda ações em múltiplas escalas territoriais, porque precisamos entender que a política é de âmbito nacional. Temos os planos macrorregionais, mas também devemos olhar para o território, a parte menor.

Só conseguiremos ir adiante se houver a discussão da gestão ambiental, ou seja, se conduzirmos esse processo de desenvolvimento olhando para o meio ambiente.

Princípios do Plano. São vários, mas estes são grandes estratégias: reorganizar, fortalecer, criar novas frentes de expansão econômica e divulgar a importância da economia do semi-árido. O Norte de Minas é uma área que, apesar de dinâmica, como aparece na nossa política, assim como boa parte do Nordeste, tem de depender menos da soja e das grandes produções e diversificar a sua base produtiva. Promover a utilização dos recursos hídricos, respeitando o preceito da preservação, da conservação e do manejo controlado dos recursos. Aliás, não podemos pensar em nenhum tipo de uso do Rio São Francisco, dos rios que o alimentam e de tantos outros do Nordeste se não tivermos a preocupação de garantir, a vida deles. Esse é um dos pontos que a nossa equipe sempre aborda quando discutimos outros programas, até do Ministério. Promover atividades que chamamos de "rurbanos", que casam o meio rural com o meio urbano. Ou seja, não podemos ter aquela visão de que a economia do semi-árido se baseia nas atividades agrícolas e também não podemos conferir primazia total à rede urbana da região. Precisamos promover um casamento, que tem sido muito difícil, pois vivemos um momento de competição não somente entre países, Estados, mas também entre Municípios.

Para terem uma idéia, o Plano do semi-árido traz alguns dados contundentes. O semi-árido é uma síntese do Brasil. Dos 1.133 Municípios do semi-árido, 15 concentram 25% do PIB do semi-árido. Ou seja, é uma riqueza extremamente concentrada. Então, a discussão das atividades "rurbanas" visa ao fortalecimento das cidades médias localizadas no semi-árido brasileiro, com aquela distribuição dos ativos sociais.

Há um nexo em tudo o que estamos colocando. Apoiar o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar e a reestruturação fundiária com base no desenvolvimento territorial. Temos procurado estabelecer um diálogo com o MDA sobre os seus territórios rurais para saber como podemos potencializar as ações daquela câmara dos 23 Ministérios e levá-las para as nossas e para as áreas deles como sendo prioridade.

Fortalecer os mecanismos de participação e organização da comunidade e a cidadania. Essa também tem sido uma de nossas preocupações. Quando falamos em comunidade, referimo-nos à sociedade como um todo e às instâncias municipais. Lá em Brasília sentimos muito isso, em razão da pouca capacidade técnica dos Municípios. Isso não é culpa deles. Muitas vezes, o que os leva a essa incapacidade é justamente a falta de continuação dos projetos. Alguns Ministérios trabalham por demanda, publicam seus editais, pedem os projetos com determinado formato, mas eles não chegam. Então, a culpa não é do Município. Hoje somos reféns dos órgãos de controle. Não podemos aprovar projetos nem liberar convênios se esses documentos técnicos não atenderem aos manuais, sob pena de, mais para a frente, o Tribunal de Contas da União ou a Controladoria-Geral da União nos impedirem de agir, causando-nos um problema maior.

Então, o que hoje discutimos no âmbito da discussão do Plano do Semi-Árido é que precisamos fortalecer os Municípios, capacitá-los, para que eles consigam chegar ao governo federal, para que eles dependam menos de consultorias, pois consomem 50% do dinheiro que o Município recebe. Então, apenas 50% da obra será feita.

Apoiar criação de institucionalidade e mecanismo de gestão regional, sub-regional e local. Sempre falo que o Ministério da Integração é um Ministério pequeno: não temos braço para acompanhar muita coisa. Temos ações vinculadas como o DNOCS, a Codevasf, a Sudene, a Sudam, mas não temos braço. O governo está sem capacidade para chegar a 100% na gestão. Precisamos estabelecer parcerias com institucionalidades, fazer pactos que nos ajudem na gestão desses planos.

Aqui vemos os principais projetos de ações do governo federal específicos para o semi-árido: Conviver, Promeso, Produzir, Promover, APLs, Proágua Semi-Árido, o combate à desertificação, que está no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Bioma Caatinga, o Zoneamento Ecológico Econômico, Inclusão Digital, a Recuperação e Transferência de Perímetros de Irrigação, que está conosco, e o DNOCS, o estímulo à irrigação privada, a construção da ferrovia transnordestina, que é uma obra do Ministério dos Transportes, mas que teve a sua engenharia feita pelo Ministério da Integração, com financiamento do BNDES, a hidrovia do São Francisco, a revitalização e o projeto de integração das bacias.

Desafios para o semi-árido: retomada do planejamento estratégico, para que consigamos ver o semi-árido não somente amanhã, mas em médio e longo prazo. Sub-regionalização e enfoque territorial. Temos que encarar que o semi-árido, apesar das condições fisiogeográficas semelhantes, é muito diverso no seu interior. Fortalecimento das instâncias de pactuação sub-regional: participação, precisamos ter parceiros na ponta. Articulação de programas federais, estaduais, municipais e o terceiro setor. Precisamos também fazer isso. Quando fizemos o plano do semi-árido, fizemos uma rodada de reuniões com os governos dos Estados. O Plano contempla esses programas que os governos estaduais nos apontaram e que casavam com os programas do governo federal.

Precisamos fazer novas rodadas, o que já está sendo objeto de negociação do Ministro, porque os governos mudaram e alguns programas foram modificados e outros foram incluídos por ocasião da entrada dos governadores. Garantia de instrumentos e recursos para viabilizar as políticas dos projetos. Aí concordo com vocês. Temos observado na imprensa que o orçamento federal é aprovado e, no início do ano, temos os famosos contingenciamentos que vão cortando tudo e, às vezes, chegamos ao final do ano com pouquíssimo dinheiro a ser disponibilizado. E quando temos um superávit, o dinheiro é disponibilizado e, dentro do Ministério, temos um problema: temos pouco tempo para analisar projetos, fazer todo o fluxo e encaminhar para a consultoria jurídica aprovar. E, quando chega o dia 14 de dezembro, a Secretaria de Orçamento Federal faz o rapa do Tesouro Nacional, e levam todo o dinheiro. Quem não aprovar até o dia 14, acabou-se. Isso é algo que a sociedade deve nos ajudar a garantir porque nós, lá, somos apenas a Secretaria do Plano do Semi-Árido, muito pequena dentro de uma estrutura muito grande.

A criação do Fundo de Desenvolvimento Regional está incluída na reforma tributária, da forma como pretendemos, e já está bem encaminhada. Depois de muitos embates, o Ministério da Fazenda aceitou esse Fundo, que teria um olhar nacional, salientando sempre que esse Fundo não vai para as áreas brancas do nosso mapa.

Não deixei meu "e-mail", desculpem-me. Quem quiser anotar: joao.neto@integracao.gov.br.

Como havíamos dito, o semi-árido é uma síntese. Nossa preocupação em construir esse plano surgiu quando fui para o Ministério da

Integração, e a Profa. Tânia Bacelar era Secretária de Política de Desenvolvimento Regional. Discutimos, verificamos o que era o Nordeste e o que era o semi-árido brasileiro. Os dados do censo de 2000 do IBGE mostram que 56% da população do semi-árido é hoje urbana, reside em pequenas e médias cidades. Na área de atuação da Sudene, esse percentual sobe para 68%, ficando muito próximo da média brasileira, de 85%. Temos de ter grande cuidado com as cidades do semi-árido. A garantia hídrica para essas cidades deve ser objeto da nossa preocupação.

Outra discussão que travamos no início desse plano e que os dados mostravam é que a participação da agricultura vem caindo aceleradamente. Há uma transferência feroz para o setor de serviço. Isso também nos preocupa bastante. Estamos construindo uma economia do semi-árido voltada para a prestação de serviços, que pode gerar riqueza, mas há um problema na origem: de onde virão os alimentos para essa população? Sabemos que o mercado é perverso. As áreas que melhor pagam estão no centro-sul, e vão receber alimentos. As áreas que não podem pagar, ficarão sem. Essa queda acentuada na participação da agricultura foi objeto de preocupação.

A riqueza do semi-árido está concentrada em poucas cidades. Quando digo riqueza, subentende-se o PIB. Isso não significa que não haja pobreza nas cidades consideradas ricas. Enfatizo isso quando estamos em Brasília, porque em pesquisa da Unesco e da Unicef publicada em julho, entre as dez cidades mais violentas do País, quatro estão na rota da soja, considerada uma das áreas ricas do País. Onde há muita riqueza, também há muita pobreza. As pessoas se deslocam procurando oportunidades.

Essa síntese do semi-árido fez com que a Profa. Tânia mostrasse a necessidade da elaboração de um plano inovador, que traga estratégias. Não deveríamos descer ao nível de programas, porque somos somente Ministério da Integração. Não temos ascendência sobre os demais Ministérios nem mandado para mandar nos outros ministérios. Ao construir o plano do semi-árido, elaboramos um conjunto de estratégias passíveis e possíveis de debates e embates, que deveriam ser comunicadas aos outros Ministérios, para que eles saíssem do seu enfoque setorial passando para um processo de desenvolvimento regional, como algo muito maior, que incorpora a dimensão territorial. Todos os Ministérios territoriais, como o MDA, o MMA, o MI, os Ministérios da área econômica, do Planejamento, do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio e da Fazenda. Apesar de a política pública do Ministério da Fazenda não ter materialidade, é ela quem comanda tudo, que é a política macroeconômica do País. E também os Ministérios da área social. O esforço de construir o Plano de Desenvolvimento do Semi-árido nada mais foi do que uma tentativa de sensibilizar os demais órgãos do governo federal para que eles consigam ver o processo de desenvolvimento como resultante de um esforço, num momento histórico, para transformarmos a realidade do semi-árido.

Encaramos a presença do Rio São Francisco como um fator muito importante. Relativamente à questão fisiogeográfica, no Nordeste um conjunto de características aponta para uma grande fragilidade. Digo sempre aos meus alunos que o bioma caatinga é muito frágil. Na caatinga, a agricultura tem de ser implementada com muito cuidado, porque no Nordeste há graves problemas de solo. Se tiramos a vegetação original, plantamos e o regime pluviométrico é de enxurradas, se um processo de lixiviação desnuda a parte de cima, acabou-se; entramos num processo de desertificação, e para revertê-lo fica muito caro. Quando apontamos esse conjunto de estratégias e problemas, desejamos afirmar que o problema não é apenas do Ministério da Integração. Tentaremos articular, mas o problema está na área social, na agricultura, na questão ambiental.

Nosso desejo e nosso desafio - para o que contamos com a colaboração de vocês - é fazer com que esse plano seja do conhecimento do maior número de pessoas, para que consigamos, de fato, abrir essa interlocução e fortalecer a interlocução da secretaria, do Plano do Semi-árido, com os demais Ministérios. Quando a população toma conhecimento do plano, pergunta se o restante do governo federal está atuando nisso.

Hoje, temos sido uma voz isolada. Conseguimos nos articular com o Ministério da Integração, mas não conseguimos sensibilizar os outros órgãos do governo. Precisamos da pressão popular, para que os outros órgãos do governo saibam que a população tem conhecimento disso e quer algum tipo de resposta. Agradeço a atenção.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa

Bom-dia. Estou achando vocês meio desanimados. Vou ver se consigo contribuir positivamente, porque é um debate fundamental para o Brasil a questão da água. Aliás, em se falando do São Francisco, é um debate nacional fundamental. E, ao tratar do rio, da região semi-árida e da transposição, posso discutir não só todos os problemas brasileiros, como também os problemas do mundo inteiro. Quando discutimos transposição, estamos imbuídos de um sentimento universal, que mexe com todos os problemas do mundo. Isso não está separado.

Gostaria que apagassem a luz, que ficassemos em atitude de reflexão e que assistíssemos à projeção que aparecerá no telão durante um minuto e meio. Acho que conseguiremos ficar quietinhos nesse tempo. Peço que todos acompanhem a apresentação.

Terminou. Muito obrigado. Peço que acendam as luzes novamente.

Essa é a bandeira do planeta Terra que estamos propondo a todos os povos da África, da Europa e da América Latina. Vamos sugerir que cada Nação, não digo Estado, coloque no mastro as suas cores nacionais, mas que a bandeira do planeta Terra seja a mesma para todos os povos.

Esse negócio de cada país ter uma bandeira está-nos levando a formar exércitos, a fazer guerras, e queremos a paz no mundo. Guerra só serve a ricos e poderosos, fabricantes de armas, que mandam os filhos dos pobres para morrer e, depois, ganham muito dinheiro. A nossa luta é pela paz, pela inclusão social e está interligada. E com esse espírito que falarei alguma coisa para vocês.

A miséria e o sofrimento não ocorrem somente no semi-árido e não estão ligados apenas à questão da água. Querem dizer que há miséria, porque não há água, mas o que dizer quanto à miséria das favelas de São Paulo? E a miséria das favelas de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de Recife e de Fortaleza? Há casas chiques e, ao lado, uma favela, gente sofrendo, morrendo e vivendo menos. Portanto, não é só problema de água. Quem não tem água não tem dentista, não tem dente, não tem roupa, não tem carro, não tem estrada, não tem escola boa para os filhos. Estão mentindo ao povo brasileiro quando dizem que o problema é a falta de água. O problema é sociopolítico-econômico, ainda mais se me refiro aos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

A Caravana chegou até lá, onde estivemos. Na região do Nordeste setentrional, há o fenômeno da seca. Na época em que a seca é prolongada, morre o gado, a pessoa fica desesperada, mas direi algo que os assustará um pouco, mas vocês me darão razão. A seca não é por falta d'água no Brasil. A seca é por concentração de água. Explicarei melhor. A chuva, no clima semi-árido, na região do Norte de Minas - sou de lá, fui criado em Salinas, meu pai era agrônomo, eu viajava muito pela região -, cai pesada apenas por dois ou três meses, ficando o resto do ano sem chover. Quando chove, enchem-se os rios, depois, a água vai embora. Acabou. Se há falha de chuva por um ano, sofreremos. Por que não há uma política de coletar a água da chuva naquelas fazendas, na agricultura familiar? Por que o governo não investe em obras hídricas para coletar água e guardá-la na região ou para fazer poços? Há vários poços artesanais construídos no Norte de Minas que não funcionam, e estão estragando por falta de energia elétrica.

Quanto à questão da concentração de água, no Ceará existe a maior reserva de água de todo o semi-árido brasileiro. Está lá, nos açudes, que

começaram a ser construídos há 100 anos, mais precisamente em 1906. E essa água doce, equivalente aproximadamente a umas seis ou sete Baías de Guanabara, está concentrada. A concentração de água no açude não resolve o problema do povo que mora espalhado pelo sertão. Estou falando da população difusa, dispersa, que mora lá longe. Consegue-se facilmente levar água para as cidades e para projetos de irrigação, mas como levar água a uma população espalhada no meio do mato? Esse é o problema. A população difusa só pode ser atendida por oferta difusa de água. E oferta difusa de água é chuva e poço. Como levar um cano para cada casa espalhada no meio do mato? Mas, para a cidade é fácil, executando-se obras de adução de água, que são aqueles canos que levam água a uma cidade, para ser distribuída. Portanto, é mentira - não há outra palavra - dizer que se vai fazer a transposição do São Francisco para levar água para o povo pobre, o povo que sofre com a sede no sertão nordestino. Para isso não há outra palavra: é mentira, para enganar o povo. Esse é o principal argumento contra a transposição, e só esse basta. É impossível distribuir água do São Francisco para a população dispersa do sertão do Nordeste, do Vale do Jequitinhonha ou do São Francisco. É tecnicamente impossível. Posso levar água para a população de uma cidade ou de um projeto grande de irrigação. Demanda difusa, oferta difusa. Demanda concentrada, oferta concentrada. Essa é uma lei irrevogável, não há como ser contra ela. Prometer levar água para o povo que está com sede e dizer que é por isso que se fará a transposição é mentira. O governo federal tem o dever, e devia ser cassado se não o cumprir, de ir à televisão pedir desculpas ao povo brasileiro por ter mentido. Isso é mentira. Está enganando o povo, usando a sede, a fome, a miséria, e é terrível aproveitar-se de uma situação de miséria e oferecer a ilusão da água. É a mesma coisa que eu chegar a uma região pobre - o povo passando fome -, e dizer: tenho muita pena de vocês, construirei, aqui, um grande supermercado. E construo um supermercado, cheio de mantimentos, com todo o tipo de comida. E daí? Como vão comprar o que está no supermercado? É ilusão. Esse é um problema sério.

A engenharia pode fazer a transposição e construir grandes obras. Não discuto a capacidade dos engenheiros; todavia, como diz João Suassuna, de Pernambuco, não há nada mais sem sentido do que fazer com competência algo sem sentido. Farei muito bem-feito algo que não serve para nada?! O problema é a concentração de água. É preciso distribuir a água dos açudes com obras de adução de água para povoados e cidades. Isso precisa ser feito. Por exemplo, fui criado em Salinas. Sempre havia água no Rio Salinas; todavia ele está começando a secar; aliás, agora já não seca, porque construíram umas barragemzinhas. Em torno das barragens do Norte de Minas, que era para o povo pobre morar, mas só há rico, casas de campo da burguesia. O povo está morando no antigo campo de aviação, numa favela. Isso acontece na região do Ceará e do Rio Grande do Norte em torno do Castanhão, do Armando Ribeiro. Fomos lá agora. Está escrito nesta revista - aliás, os senhores poderão lê-la aqui - que essa água não é para a população, mas sim para os grandes. O povo não pode nem chegar perto, pois o canal é muito grande. Tem polícia vigiando. Estamos diante de uma questão complexa. Quer fazer a transposição é complexo de faraó. Para que o faraó construía aquelas pirâmides? Será que já pensava em turismo há 2.000 ou 3.000 anos?

A transposição é uma obra desnecessária, uma mentira, e custará muito caro: no mínimo, R\$20.000.000.000,00. Gastarão uma e meia represa de Três Marias só no bombeamento e, depois, na água que se perde. É retirada água antes da produção de energia elétrica. Então não produzirá energia elétrica na cascata da Chesf. Há necessidade de mais água ali.

Há um estudo da Chesf que foi publicado no Dossiê de Energia da USP. O engenheiro Bermann, especialista em energia, disse que há quatro turbinas em Xingó e Itaparica que não foram construídas conforme o projeto inicial das hidrelétricas, porque não havia água suficiente. Produziriam 3.500MW - aliás, 10 turbinas de energia elétrica de Três Marias não foram construídas, porque não tem água. Eles dizem que levarão só um pouco de água: 26m³, que é 1% do que vai para o mar. Se assim for, levarão apenas 1,6% da água que já existe nos açudes. Como podemos fazer uma mudança total levando um pouco só mais de água, ou seja, 1,6%? Eles dizem que, de vez em quando, levarão 127m³. Isso daria uma média de 64m³ por segundo. Se no ano inteiro se for bombeando, levariam 4,1% dos 37.000.000m³, ou seja, mais de 12 Baías de Guanabara. Na transposição, o que desejamos levar, num grau máximo, equivale a 2.100.000.000 por ano na série histórica. Isso é o que evapora de água no Castanhão todo ano. Quer dizer, eles levarão o que evapora por ano. Não é possível essa transposição!

Gostei muito do discurso de ontem do Sr. Tilden e dos Deputados Paulo Guedes e Almir Paraca. Temos uma afinidade, pois as nossas opiniões convergem. Realmente o imediato é a revitalização do Rio São Francisco, que está podre, matando os peixes. Por que estão morrendo? Por que o rio está assim? Porque tudo é feito para servir à ganância dos seres humanos, que querem ganhar dinheiro com tudo. Só não vendem a mãe, porque não acham quem compre.

Direi algo que chocará vocês: para revitalizar qualquer bacia hidrográfica, temos de desumanizar. Enquanto tudo na natureza estiver a serviço do ser humano, não haverá saída. O ser humano arrebenta a natureza. Até o momento, isso tem ocorrido, mas, um dia, nossa consciência mudará, e seremos diferentes. É impossível revitalizar o Rio São Francisco priorizando as atividades humanas.

O humanismo é coisa do diabo, é guerra, desmatamento, monocultura, agrotóxico, é transformar mata atlântica em carvão. Temos de pensar que o ser humano tem a mesma importância dos pássaros, dos peixes, das árvores. Temos de pensar o mundo desse jeito, senão não haverá saída. Justificam o desmatamento de todo o cerrado, secando o São Francisco ainda mais, para plantar cana-de-açúcar, agora cana de álcool, para salvar o planeta. O etanol salvará o planeta. O Lula, o Bush e o Al Gore salvarão o planeta com monocultura, desmatando a Amazônia para plantar capim. Isso é humanismo, o ser humano no centro de tudo. Temos de tirar o ser humano do centro de tudo.

Quem é o melhor representante dos rios? Os peixes. Se é bom para o peixe, é bom para os nossos filhos. Temos de mudar o raciocínio. Antigamente, achavam que o centro do universo era a Terra. Demorou milhares de anos para esse conceito mudar. Temos de mudar essa idéia. Os passarinhos, os peixes, as árvores têm o mesmo direito à vida que nós. Até a cobra jararaca tem o mesmo direito. Com o seu veneno faz-se medicamento para tratar pressão alta. Mas, mesmo que não houvesse remédio, ela é importante. Não é por ser útil ao ser humano que a mata deve ficar de pé ou não. O uso de agrotóxico está envenenando todos.

Revitalização não é apenas tratar esgoto. Deputados Paraca e Paulo Guedes, revitalização é mexer no modelo econômico de produção e consumo, que confunde riqueza com dinheiro. Riqueza são os rios vivos, as matas, as crianças nas escolas. Riqueza de um país é a floresta amazônica; não é transformar tudo isso em dinheiro, em carvão, e acabar com tudo, criando desertos.

Os políticos só correm atrás de voto. Os políticos e os partidos só estão preocupados com eleição. Quem se preocupa com as futuras gerações? O calendário partidário eleitoral está criando problema ao nosso planeta. A nossa referência tem de ser a Terra.

Querem levar um canal da transposição para o Nordeste, dizendo que essa água acabará com a miséria de lá. Não é o que dizem? O Rio São Francisco não é um canal de água? Resolveu o problema dos ribeirinhos, de quem mora a 10km do rio? O Rio Jequitinhonha não é perene? Resolveu o problema da miséria do Jequitinhonha? Como levar água do São Francisco em um canal para o Ceará resolverá o problema de uma região com 400.000km², quase do tamanho de Minas Gerais? Minas possui 580.000km². Levarei água de um canal para todas as roças espalhadas no mundo, com cano subindo e descendo morro, ligando energia elétrica? Quando botam fogo no mato, queima-se o cano, roubam o cano. Como controlarei o pagamento da energia elétrica? Lá custará seis vezes mais caro, no canal; no Norte de Minas, custa seis vezes mais barato, na fazenda.

Peço ao pessoal do PT, Deputados e militantes - em minha juventude, ajudei a fundar o PT -, que diga ao Lula que ele está errado.

Eu, muitas vezes, divergi do meu pai. Sou de origem evangélica, e hoje não tenho nenhuma religião, penso com a minha própria cabeça. Aprendi na minha igreja que o Papa podia errar. A Igreja Católica falava que o Papa era infalível, mas aprendi que o Papa erra. Se o Papa erra, o Lula não pode errar? Viajávamos com o companheiro Lula e tomávamos cachaça juntos. Agora ele não erra mais, agora que virou amigo do PMDB, de todos e daqueles que nos combatiam. Tudo bem, o seu governo tem muita coisa boa. Ele não é pior que o Fernando Henrique. Mas

ele não pode errar? Será que o pessoal do PT, Paraca e Paulo Guedes, não pode chegar lá e dizer: "Companheiro Lula, seu governo está ótimo, mas você está errando na transposição."? Vocês não podem falar isso? Vocês estão com medo do companheiro? Não queríamos construir um partido de baixo para cima? Agora é de cima para baixo?

Vamos, então, nos unir em torno da revitalização do rio e de um programa brasileiro para o semi-árido, a fim de levarmos água para a agricultura familiar e a produção animal familiar. Vamo-nos unir para acabar com o desmatamento. A Marina Silva disse que a produção pode aumentar três vezes sem se desmatar mais nada. O Brasil já foi muito desmatado, e o problema é sistema de propriedade que sempre terá de desmatar mais. Um coisa grave: estão usando o Exército brasileiro para amedrontar os povos indígenas e quilombolas que moram na região do São Francisco a fim de se fazer a transposição. Um dos maiores hidrólogos do Brasil, o Aldo Rebouças - infelizmente, ele está doente e queremos até homenageá-lo, pois não está mais com uma vida acadêmica -, autor de "Água doce no Brasil", disse que o Nordeste do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco têm grande quantidade de água sim. Ele disse o seguinte: o pernambucano tem 1.320m³ por habitante por ano, quase igual ao alemão. A disponibilidade hídrica de um pernambucano é quase a do alemão. O baiano tem o mesmo tanto de água que um francês. O piauiense tem quase a mesma quantidade de água que um norte-americano. A água existe, mas está concentrada nos açudes e no chão, sem contar a água subterrânea e a chuva que cai. Ou seja, o problema não é a falta de água, mas a má gestão e administração da água. José do Egito aconselhou ao Faraó que, na época das vacas gordas, juntasse mantimento para a época das vacas magras. Se houvesse obras hídricas nas roças, fazendas e onde mora o povo visando capturar, coletar e armazenar água da chuva, teríamos um estoque de água para o resto do ano. Mas isso não é feito.

Tais obras deveriam ser feitas com recursos do governo federal, que usaria os R\$20.000.000.000,00 - não sou contra o uso dos R\$20.000.000.000,00 - para o semi-árido brasileiro. Aliás, a Agência Nacional de Água - Ana -, um órgão do governo federal, propõe que o Atlas do Nordeste faça adução de água para 34 milhões de pessoas do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Rio Pardo, do Vale do São Francisco, do Ceará e da Paraíba. Ou seja, 34 milhões de pessoas seriam beneficiadas com água para abastecimento humano e dessedentação de animais.

O custo total dessa obra que atingiria uma cidade de 5 mil habitantes seria de R\$3.600.000.000,00, o que é muito mais barato. É uma proposta do governo federal que mostra que a transposição não é necessária. Estamos diante de uma falsidade: não falta água na região do semi-árido, a água está mal administrada. Se utilizarmos a água da chuva e as reservas subterrâneas, fazendo uma obra hídrica de adução de água dos rios e dos açudes para as cidades pequenas, médias e grandes e povoados, resolveremos grande parte do problema.

Estamos diante dessa situação. É preciso fazer a revitalização, mas não há prioridade para isso. A revitalização virou distribuição de dinheiro para fazer o tratamento de esgotos. É muito importante tratar os esgotos, mas, se não tivermos um projeto de revitalização com visão de bacia hidrográfica e não com visão municipal, não se resolverá o problema. Temos que ver o rio como um todo. O Rio São Francisco, por exemplo, não é um rio federal, estadual ou municipal. A bacia hidrográfica é nacional. A bacia do Rio Amazonas é internacional. A Bacia do Paraná e do Prata é internacional. Para os peixes, o rio é internacional. Para o vento, o mundo não tem fronteiras. Para a água do oceano, que evapora e chove para todos os lados, para os tubarões que atravessam o rio, para as correntes aéreas e marítimas, o planeta Terra é a nossa casa.

O nosso raciocínio tem que ser feito também na área econômica. Enquanto estivermos dominados por um sistema econômico que visa destruir nossas matas, produzir combustível para a pessoa gastar com o carro desnecessariamente, em que não se prioriza o transporte coletivo, e sim o transporte individual, e em que há um gasto enorme de energia desnecessário, não se resolverá o problema do Norte de Minas nem o do Rio das Velhas. A globalização não existe só no capitalismo, mas também na biologia e na geologia. Essa visão fragmentada é que causa a miséria.

Há um dado muito importante vindo do escritor Manuel Bonfim Ribeiro, muito conhecido no Nordeste: "O consumo de água nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte é de 2,26 bilhões de metros cúbicos por ano para o atendimento da população e para a irrigação. Subtraindo 17 bilhões, os 37 bilhões menos 60% de evaporação que existe, resta a reserva de 14 bilhões de metros cúbicos de água, que pode atender os quatro Estados para o abastecimento da população e para a irrigação durante 6,6 anos consecutivos sem chover uma gota.

As pessoas que defendem a transposição falam muito sobre D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. O Cel. Mário Andreazza fez a Transamazônica, que foi o maior fracasso. Disseram que levariam o povo do Nordeste, que tinha muita gente e pouca água, para outro lugar que tinha pouca gente, muita água e muita terra. A Transamazônica resolveria todos os problemas brasileiros, mas foi o maior fracasso, foi uma ilusão. O Mário Andreazza também é autor do projeto da transposição. Se o Lula cometer o desatino de realizar a transposição, quem ficará famoso não será ele, mas o Mário Andreazza, Coronel da ditadura militar, que foi o autor do projeto.

Por que apelar para a época da Colônia, com D. Pedro I e D. Pedro II? Temos que mudar o Brasil da época colonial, do coronelismo e da miséria do povo. Temos que olhar para a frente. A transposição é um projeto do passado. Hoje o mundo mudou. Temos de priorizar a educação, a inclusão social etc.

A obra do canal da transposição não sairá do papel. O pessoal que defende a transposição ainda se lembrará de mim, o que é bom. A obra não sairá do papel. Se sair, se for iniciada, não haverá continuação. Pode ser que dêem prosseguimento a essa obra, porque a teimosia e a estupidez humana não têm limites, mas ela não será concluída. No entanto, vamos dizer que a terminem, não funcionará, não levará água para o povo pobre. Essa é a grande mentira.

Já disse a membros do governo com os quais mantenho contatos pessoais que a transposição pode transformar-se no Iraque do governo Lula. O Bush não falou que faria a democracia no Iraque, que acabaria com a ditadura naquele país? No fundo, ele queria o petróleo. A transposição também tem segundas intenções. Os senhores acham que essa transposição é transparente? Se há transparência, porque não discutem o projeto conosco? A transposição oculta... Bom, não vou falar. Posso falar?

A transposição oculta interesses tais como o financiamento de campanha; o favorecimento dos produtores de cimento e aço, como o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, carrasco do Rio São Francisco; as empreiteiras; a Funcat, ONG de São José dos Campos, a qual sobrou da gestão do Sr. Mário Andreazza, o lobista da transposição; as campanhas eleitorais, que enganarão o povo, que posteriormente descobrirá que tudo não passou de ilusão, tal como ocorreu com Orós. Orós não seria a redenção do Nordeste? Os senhores se lembram de Orós? Do Castanhão e da água? O problema foi resolvido? Conforme previsto, o canal da transposição terá 720km de concreto, a mesma distância de Belo Horizonte a Brasília. De concreto: cimento, brita, areia, água e ferro. Vejam que loucura.

Lerei informações acerca do canal: "Tem 25m de largura". Essa medida de 25m de largura vai desta parede até depois daquela outra parede, fora do auditório. "Cinco metros de altura", que corresponde à distância entre aquela faixa até o chão. Além disso, o canal, que terá a distância de Belo Horizonte a Brasília, possuirá 35 reservatórios de água intermediários, 8 túneis de 37km, 27 aquedutos com 4,8km, 4,4km de adutoras, 9 estações elevatórias de bombeamento e 2 centrais elétricas para reprodução posterior da água. Toda essa estrutura levará para aquela região 2.100.000.000 litros de água, em média, cerca de pouco mais de 60m³, o que corresponde ao que evapora, por ano, no Castanhão. Não gostaria que a transposição continuasse sendo motivo de problemas com o governo Lula, que poderia conversar conosco. Está aqui a carta da Caravana, cuja cópia poderá ser distribuída a todos os senhores. Quando eu terminar de falar, aparecerão anjos levando a todos tal mensagem. Essa carta da transposição propõe alternativas. O Comitê do São Francisco, a Caravana, os representantes dos índios e dos povos tradicionais, os movimentos sociais, os Promotores, os técnicos e os cientistas da bacia propõem o quê? Além disso, a carta está assinada por mim, que represento a Caravana, pelo Thomaz, Presidente do Comitê do São Francisco, e pelo Frei Luiz Flávio Cappio, que fez a

greve de fome. Todos assinaram esse documento, o qual unificou a luta do São Francisco com a dos povos do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. A proposta foi unificada por meio dessa carta.

Estamos insistindo para que o Lula nos receba. Pediria às pessoas que apóiam a transposição que leiam essa proposta. De repente, poderemos conseguir uma unificação. Aceitamos levar água, se for necessário, para certas regiões de Pernambuco e da Paraíba para abastecimento humano. O Comitê do São Francisco apóia isso. Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte não precisam da água. Algumas regiões da Paraíba, se for necessário, a aceitam. Não me refiro aos canais leste e norte, mas à adução, se for necessária. Essa concessão foi feita para eles perceberem que temos boa-vontade e que desejamos buscar uma solução. Vamos ficar nesse impasse? Precisamos unir forças em torno de um projeto de revitalização que tenha lógica, ou seja, uma revitalização racional, que possamos compreender. Hoje à tarde será apresentado o biomonitoramento. Vocês poderão perceber a maravilha que é. O governo federal pediu ao Banco Mundial que fizesse um estudo sobre a transposição. Esse banco, com seus técnicos, disse que não apóia a transposição, porque tem baixíssimo impacto social, é muito cara e existem obras mais baratas que resolveriam o problema. O Banco Mundial deu bomba na transposição. Disseram que tirarão água de Pernambuco, mas que essa água não fará falta em Minas Gerais. Todos acham isso, não? Dizem assim: "Tiraremos água em Pernambuco. Como já saiu de Minas Gerais, que falta essa água fará para vocês? Vamos levar uma caneca de água para aqueles pobrezinhos que estão com sede". Os pobrezinhos do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha já conhecem essa história da caridade. Um pessoal do governo federal fará um estudo para a construção de barragens nos Rios das Velhas, Paracatu e Urucuia, rios da Bacia do São Francisco que mais têm água em Minas Gerais. Com isso, irão federalizar as águas de Minas e reservar água em função da possibilidade de mandá-la para a transposição do São Francisco. Essas barragens são filhotes da transposição. Inundarão terras férteis. Essas barragens acabarão com o peixe de piracema, mudarão a temperatura da água, reterão o barro, o sedimento que alimenta os peixes. Além disso, aumentarão as algas e as bactérias cianofíceas, porque o sol penetra mais profundamente nas águas mais paradas das barragens.

O Deputado Gil Pereira - Apolo, quero apenas mostrar-lhe uma amostra da água do Rio das Velhas.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Vi uma grande quantidade de garrafas. Quem trouxe garrafas?

- Procede-se à entrega das amostras.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Vejam a cor da água, vejam o verde das bactérias cianofíceas. Sobrevoei a região dos Rios das Velhas e São Francisco. Por favor, levante sua garrafa. Ai tem algas e bactérias cianofíceas. As bactérias são tóxicas. As pessoas estão proibidas de nadar, beber e cozinhar com essa água. Os animais não podem bebê-la. Isso é resultado de anos e anos de esgoto lançado nos rios. Não foram analfabetos que lançaram esgoto nos rios, mas "analfabestas" com diplomas nas mãos. A minha sogra, que é do sertão, do semi-árido, de Salinas, costuma dizer algo interessante: prefiro um analfabeto inteligente que um estudado besta. Quem começou a jogar esgoto e agrotóxico nos rios? Pessoas com diplomas, porque os diplomas estão a serviço do capital. Com o objetivo de ganharem dinheiro, muitas pessoas passam por cima da própria mãe, não respeitam o meio ambiente, não pensam no futuro. Isso vem desde a época da colônia: os colonizadores chegavam aqui e roubavam filhos de índios para darem de presente lá. Uma tribo ficava guerreando contra outra, porque roubavam o filho de outra tribo, a fim de não darem seu próprio filho. Lançaram a divisão entre nós. Desmatavam. A cobiça está na base de tudo. Minha contribuição aqui é que as barragens não podem ser feitas em Minas, porque não há necessidade. O Rio São Francisco está morrendo. Eles falam que não, que Sobradinho está cheio de água. Aquilo é água da chuva, mas os afluentes estão secando. É uma bacia mecânica, é como uma pessoa que perdeu a perna e anda com uma de pau ou de metal. Estamos destruindo a bacia hidrográfica por causa do desmatamento. O rio tem dois inimigos, consequência do modelo econômico: um é a poluição, com o lançamento de esgoto, de agrotóxico, de lixo; o outro é o desmatamento. Não tem nada pior para o rio que o desmatamento. Digamos que temos de desmatar para produzir. Algumas pessoas não raciocinam bem, e temos de explicar melhor. Nosso raciocínio é o seguinte: se desmatar, faça um mosaico na região, de tal maneira que, se um dia houver uma doença naquela cultura, aquilo não der dinheiro mais ou a humanidade acabar, a própria natureza recuperará a região por si própria. A natureza não precisa do ser humano, ele é que precisa dela. Mas não, eles desmatam tudo. Sobrevoei o Triângulo Mineiro até o Norte de Minas e São Paulo, e não tem nada mais. Não sobrou semente de animal nem de planta para o futuro. Isso é pouco inteligente.

Ao discutir a transposição, estamos debatendo todo o problema brasileiro. Peço só mais um tempo para encerrar. Tenho em mãos aqui, mas não vou ler, a relação das obras inacabadas no Piauí, mais de 10; no Ceará, etc. Todas são projetos de irrigação inacabados, é como o Jaíba. E também projeto de adutora, de barragem, tudo parado há mais de 30 anos. Projetos de irrigação em Pernambuco são mais de 15, na Paraíba existe também. Por que o governo não termina essas obras primeiro? Vamos aprender, adquirir experiência e depois discutiremos se tem de fazer ou não a transposição. Essas obras inacabadas são um argumento irresponsável. Vejam aqui: "Canavia da racionalidade", no "Estado de Minas", o jornal mais vendido no Estado. Estão desmatando todas as nascentes do São Francisco para plantar cana e produzir o etanol para salvar o planeta Terra. Se desmato o cerrado para plantar capim, café ou o que for, vou ter água no São Francisco? O rio é filho do cerrado, gente! Aquelas raízes das plantas do cerrado foram feitas para juntar água da chuva. São muitos problemas. Quando o engenheiro fala que a transposição pode ser feita, tem de ser explicado a ele que eu poderia fazê-la se realmente aquela região precisasse muito, se não fosse muito longe e nem muito alto. Ai, tudo bem, posso fazer. Mas não posso desmatar, senão o rio vai secar. Temos de ter pensamento sistêmico. Tem gente que pensa como se fosse caixinha de botar correspondência no prédio, é tudo setorizado. Temos de ter pensamento sistêmico.

Eu queria mandar um recado para o Gen. Fraxe. Gosto muito de general. Tive uma convivência na juventude, por vários meses, com generais nas prisões, na época da ditadura. Há general inteligente; outros, infelizmente, não são. O General Fraxe comanda as obras de terraplanagem e desmatamento em Cabrobó, ameaçando fazer a transposição. Estamos mandando uma carta para o Exército, dizendo o seguinte: "O Exército tem tido participação importante quando há calamidade, desastres, problemas nas fronteiras. Mas a participação do Exército dizendo que vai fazer a obra da transposição causa estranheza e revolta entre o povo brasileiro. A obra se encontra longe de fronteiras nacionais. Não está ameaçando a segurança nacional. Não tem caráter de apoio à comunidade carente. Está distante das instalações do Exército. Não se localiza em área de risco ou de calamidade. Além disso, esse projeto da transposição cria um conflito federativo. Não tem segurança jurídica e não foi lícitado." Como é que o Exército entra lá só para ganhar R\$100.000.000,00? Muito espertamente, o Ministério da Integração - isso é coisa do Ciro - passou R\$100.000.000,00 para o Exército. Um batalhão de obras para ganhar esse dinheiro. Se venderem para um projeto que não une o Brasil. E o pior: pertinho da região de Canudos, onde o Exército Brasileiro tem uma mancha que não acaba nunca: o massacre do Arraial de Canudos. Será que não se lembram disso e vão lá amedrontar os índios? O Exército não quis ocupar favela no Rio de Janeiro com medo dos traficantes de drogas, mas foi lá, em Cabrobó, fazer medo nos índios e ameaçar as populações quilombolas. Isso é uma vergonha e não tem justificativa. A obra não foi lícitada e está "sub judice" no Supremo Tribunal Federal. O Exército não deveria ter feito isso. Entregaremos essa carta ao Comandante do Exército. Já estamos agendando horário com o Lula. Mais de 100 Municípios mineiros decretaram estado de calamidade pública por causa da seca. Não é por causa da seca, mas porque não há infra-estrutura hídrica de assistência ao trabalhador rural para evitar que ele sofra quando não há chuva. A seca não é a culpada, culpado é o ser humano, que não administra bem. É como o caso da dengue. Dizem que o culpado pela dengue é o pernilongo, mas não é. É falta de saneamento básico. O pernilongo só transmite dengue se ele foi contaminado por alguém. Nós é que contaminamos o pernilongo. O Brasil está assim: na propaganda, é de um jeito, na prática, é de outro. O Brasil não irá para a frente, se o povo depender de esmola para viver. Tem de haver emprego. O Brasil não irá para frente, se o SUS só atender pobre. Todas as pessoas responsáveis pelo SUS têm plano particular. É como dizer: o SUS, em si, é bom, em mim, não.

Agradeço muito. Espero ter contribuído para o esclarecimento desse tema. Proponho aos Deputados do PT, que estão na mesa, e a todos os outros Deputados da Assembléia trabalharmos uma agenda de convergência em torno da revitalização, um programa de gestão do semi-árido brasileiro de inclusão social, uma política mais independente no Brasil, que não seja dominada pelos interesses das grandes potências internacionais, que não gostam de nós e, pelo amor de Deus, que dêem uma moratória no projeto de transposição. Vamos deixar a transposição para 2010. Ai, trabalharemos unidos e o povo sairá ganhando. Temos de ter coragem de dizer ao Lula: companheiro Lula, nesse ponto você está errado, só Deus não erra, você erra. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Prof. Apolo. Infelizmente, o Deputado Federal do PT de Pernambuco, Fernando Ferro, membro da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, não pôde comparecer a este ciclo de debates e solicitou ao colega de partido, Deputado Paulo Guedes, que o representasse. Com a palavra, o Deputado Paulo Guedes, que disporá de até 20 minutos para a sua exposição.

Palavras do Deputado Paulo Guedes

Sr. Presidente, demais autoridades da Mesa, Deputados e Deputadas, lideranças e representantes de comunidades ribeirinhas, nossos pescadores, professores, artistas, poetas, todos os que nos assistem neste momento pela TV Assembléia em mais de 300 cidades de Minas Gerais; como todos já perceberam, o ciclo de debates sobre o Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável do semi-árido transformou-se num ciclo de debates contra a transposição. Foi assim ontem e está sendo assim hoje. Na minha fala ontem, eu propus aos representantes que mudássemos um pouco o foco. Propus que, em vez de discutirmos apenas a transposição que irá acontecer no Nordeste, voltássemos o foco desse debate para a revitalização, que é necessária em Minas Gerais. Prometi até não falar em transposição, porque, aqui neste Plenário, os pescadores, os ribeirinhos, o pessoal da minha região é contra essa transposição. E eu, depois de estudar o tema, de conhecer um pouco do projeto e de ter vivenciado a seca, como o povo que está aqui vivencia, revi meus conceitos. Eu nasci nas barrancas do Rio Itacarambi, afluente do São Francisco, ao lado da reserva indígena dos índios xacriabás, filho de trabalhador rural, numa família de 12 irmãos, todos nascidos e criados na roça. Cresci vendo minha mãe pegar água na cabeça a 600m de casa para cozinhar, lavar, etc. Conheci a seca na sua essência e tive oportunidade, alguns anos depois, com a vitória do Presidente Lula, de conhecer a seca ainda mais de perto em toda a região, quando tive a felicidade de ser coordenador do DNOCS por dois anos e seis meses. Visitei Januária, São Francisco, Salinas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri. Em São Francisco, uma cidade que leva o nome do rio, havia 5 mil famílias sem água em casa. Conseguimos mobilizar-nos e já estamos levando água para 4 mil famílias. E isso não é diferente das outras cidades de nossa região.

Neste pequeno espaço, gostaria de fazer algumas reflexões importantes, porque só conhecemos o projeto de transposição por um lado. Conversei com algumas pessoas em Manga que achavam que o rio seria desviado em Pirapora e já levaria a água para o Nordeste, porque é dessa forma que a imprensa passa essa imagem. Mas vou fazer algumas provocações sobre o que acontece em Minas Gerais. Esse debate da transposição mereceria outros ciclos para aprofundarmos a discussão. Quem sabe o Apolo conseguiu me convencer de que ele está certo? O debate é muito importante. Ter também a coragem de falar que é a favor é coisa para poucos. Como se diz no Nordeste, tem que ser cabra macho. Aqui em Minas foi vendida uma imagem totalmente distorcida dessa obra, mas não queria que esse debate se voltasse para esse tema, porque nós, mineiros de Manga, de Matias Cardoso, de Itacarambi, de Januária, de São Francisco, de São Romão, de Pedras de Maria de Cruz, de Ibiaí, de Pirapora e das cidades que estão no Rio das Velhas, estamos agonizando. Está aqui a colônia de pescadores de Januária, de São Francisco, de Manga, de Matias Cardoso, que está proibida de beber água, que está proibida de pescar, que está proibida de comer peixe.

Vejam aonde chegamos. Não vejo as autoridades competentes de Minas Gerais e do País tomarem atitude alguma. Todos se calam diante desse crime. Não vi o Ibama se pronunciar. Não vi o Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, José Carlos de Carvalho, dizer um "a". Também não vi o Igam se pronunciar sobre isso, muito menos o IEF, a Feam ou a ANA se manifestarem. Há nove órgãos ambientais no País, mas todos se calam contra esse crime, esse desastre que está acontecendo com o rio.

No mês passado, o Igam, órgão de gestão das águas de Minas Gerais, foi a São João das Missões, terra onde nasci. Na beira do Rio Itacarambi, minha mãe pegava água e a levava na cabeça. Há 20 anos, havia guerra pela água, porque o rio secava todos os anos. E, há 20 anos, a Codesvasf construiu uma barragem, e o rio se tornou perene. Há água o ano inteiro no Rio Itacarambi.

O Município de São João das Missões tem em torno de 10 mil habitantes: 7 mil são índios e 3 mil são pequenos agricultores familiares. Lá, não existe latifúndio, nenhuma propriedade acima de 100ha. Temos o menor IDH de Minas Gerais. Sem dúvida, é o Município mais pobre do Estado. Mas o Igam foi lá aplicar multas exorbitantes aos pequenos produtores, aos agricultores familiares do Vale do Itacarambi. São multas de R\$10.000,00, R\$20.000,00, R\$30.000,00, que superam o valor da terra do pobre coitado. Não vejo o Igam, o IEF, o Ibama, nenhum órgão em Minas Gerais ter coragem de autuar a Copasa, que joga o esgoto da Região Metropolitana de Belo Horizonte sem tratamento em nosso rio.

Está aí a água. Depois, gostaria que todos que estão aqui, à exceção dos ribeirinhos, que já sentem esse fedor todos os dias, cheirassem essa água. Parece que um bicho passou por lá. É um cheiro horrível, fede a enxofre, a tanta coisa. A água está ali. Gostaria que o pessoal de Belo Horizonte e de outras cidades que estão aqui, que não moram próximo ao rio, chegassem ao pessoal do São Francisco, abrissem aquela garrafa, cheirassem aquela água, que é a que está chegando em Manga hoje e já está passando para a Bahia. O Deputado Antônio Passos, Deputado de Sergipe que está aqui, deu uma saidinha, talvez ela chegue lá.

Proponho, neste ciclo de debates, a inversão desta pauta ou pelo menos um pacto. Está aqui o representante do Ministério da Integração Nacional e do Ministro Geddel Vieira. Aproveito para pedir a inversão da pauta. Ouvi vários argumentos contra a transposição. Por exemplo, o Apolo disse que a transposição vai gastar muito dinheiro e vai ajudar as empreiteiras e o agronegócio. Se isso realmente for verdade, o Apolo está com razão. Frei Cappio também deve estar com razão quando faz a greve de fome, se tudo isso for verdade. Mas não vi ninguém, nem frei, nem padre, nem ambientalista, fazer um dia de greve de fome contra o bolo fecal e o esgoto que são jogados no rio de mais de 4 milhões de belo-horizontinos e de moradores da Região Metropolitana.

Muita gente diz que há muito dinheiro. Para que esse dinheiro todo para o Nordeste? Mas o governo federal gastou neste ano e no ano passado quase R\$5.000.000.000,00 nos jogos pan-americanos. É o mesmo valor da transposição. Lá no Rio. Um mês. Passaram os jogos, acabou. Quase R\$5.000.000.000,00. Construíram até estádio. Jornal nenhum falou nada; só bateu palma. Ninguém disse nada. Ninguém fez greve de fome, mas acho que há preconceito contra o povo nordestino, contra o norte-mineiro, porque sempre que é para fazer uma obra no semi-árido mineiro aparece tanto crítico, tanta gente colocando defeito. Estamos vivendo um problema que é "para ontem". Limpar as águas do São Francisco é problema "para ontem", não é para hoje.

Proponho à Copasa, que joga os esgotos no rio, responsável pelo tratamento do esgoto, que recebe por isso - e pelo que pagamos muito caro -, à Prefeitura de Belo Horizonte, que é sócia da Copasa, com 10%... Não estamos aqui para passar a mão na cabeça de ninguém nem para colocar a culpa no Governador ou no Presidente. Vim aqui para um pronunciamento mais incisivo, que tem de chamar a atenção das autoridades, não pela picuinha da disputa eleitoral do PT ou do PSDB, mas para chamar à responsabilidade a Prefeitura de Belo Horizonte, o Governador de Minas Gerais, o Presidente Lula, o Ministro Geddel, os órgãos ambientais. Vocês já imaginaram quanto o País gasta para manter nove órgãos ambientais? O que eles fazem? É um querendo mandar no outro.

Temos uma notícia boa. O Ministério da Integração Nacional está liberando em torno de R\$1.000.000.000,00 para as cidades da calha do rio fazerem rede de esgoto e estação de tratamento. Isso será suficiente? Será que conseguiremos fazer essas obras em curto prazo? Ou será que o Ibama, a Amda, o Igam, o IEF vão começar a brigar? Será que vão demorar cinco anos para dar licença ambiental, para proibir jogar esgoto no rio? É assim que fazem. Cinco anos para conceder uma licença.

O Rio Pardo, perto de Salinas, na região de Taiobeiras, seca todo ano. O DNOCS está tentando fazer uma barragem lá para levar água para oito cidades da região e perenizar o rio. Está aqui o Prefeito de Francisco Sá, que conhece a história. A obra começou há 10 anos e está embargada

há 8. A Feam exigiu um EIA-Rima, porque o primeiro estava ruim. Fizemos o segundo EIA-Rima. "Ah, não, nesse EIA-Rima aqui está faltando isto, está faltando aquilo. Tem de fazer um terceiro EIA-Rima." Orientaram que se deveria fazer em outro órgão do Estado, o Idene, porque tinha gente lá que conhecia o pessoal da Secretaria, que ia dar informação. O Idene levou dois anos para fazer o terceiro EIA-Rima. Quando entregou, o técnico disse que a barragem entupiria em três anos. Esqueceu-se de ir lá, porque o técnico é de Juiz de Fora, não conhece o Norte de Minas. Esqueceu-se de ver que mais embaixo há a Barragem de Machado Mineiro, muito menor, construída há 15 anos, que nunca entupiu. Aí pediram o quarto EIA-Rima, que está sendo feito. E o povo daquela região está agonizando com a sede. Não entendo. Vou fazer outra proposta. Quando os governos - federal, estadual ou municipal - quiserem fazer alguma obra que dependa de licença ambiental, acho que os próprios órgãos ambientais deveriam fazer o projeto, falar antes o que pode ou não. Não é ficar sentado no ar condicionado, pedindo papel, pedindo EIA-Rima, pedindo não-sei-o-que, que é tudo copiado de computador. É clonado. Pedem um, clonam o outro, colocam umas informaçoezinhas, quando chegam lá, eles olham e falam: "Está faltando isso". Ah, mas não deram solução para o gambá. São umas picuinhas, e o povo passando sede, e a região assolada pela crise.

Estamos vivendo hoje a maior seca dos últimos 40 anos no Norte do Estado e no Nordeste brasileiro. Como diz um colega meu, "calango tá andando com perna de pau pra não queimar a barriga".

E aí, gente? Marcamos um debate tão importante como este e vamos ficar brigando e dizendo que a culpa é do Lula ou da transposição ou de não-sei-o-quê? Neste momento não quero saber se a transposição é ruim ou boa, mas quero ter certeza de que vamos sair daqui, Apolo, caro Deputado de Sergipe... Aliás, ontem ele me passou dados importantes: disse que 70% do seu Estado já possui água transposta do Rio São Francisco.

Vejo também algumas incoerências, como, por exemplo, uma série de materiais gráficos da Copasa relativos a meio ambiente. Em vez de se gastar com papel, com cartilha, esse orçamento deveria ser voltado para as obras realmente necessárias.

Para quem não sabe, gostaria de falar rapidamente que 90% do esgoto de Belo Horizonte é coletado, mas a imagem que nos passam é a de que é tratado; no entanto, 45% recebem tratamento primário. O tratamento correto é o terciário ou, pelo menos, o secundário.

Tratamento secundário é feito por filtros biológicos, em que microrganismos consomem matéria orgânica, podendo ter uma eficiência, em termos de limpeza da água, de até 95%. O problema é que nada disso ou pouco está sendo feito aqui. O Vice-Governador Anastasia me falou que está sendo construída uma estação, e o Deputado Fábio Avelar disse que parte do esgoto coletado já recebe tratamento secundário. No entanto, fiz um desafio: gostaria de ver essa estação, porque ninguém a mostrou ainda. O Vice-Governador disse que me convidará. Realmente, quero visitar as ETEs de Belo Horizonte e da Região Metropolitana.

A informação que funcionários da Copasa, que o pessoal técnico que lá presta serviço me passou é que apenas 45% do esgoto recebe tratamento primário. E cheguei à conclusão de que isso é verdade, porque nunca ocorreu o que está acontecendo agora: a catinga e a cor que a água do rio está apresentando. É um absurdo fedor do esgoto de Belo Horizonte chegar a Manga, que fica a quase 800km daqui. Então, é preciso fazermos um esforço.

Para encerrar a minha fala, mais uma vez faço um gesto chamativo para que este debate dê frutos e não fiquemos apenas gastando dinheiro com os ônibus que trouxeram os pescadores, que podem sair daqui como se nada tivesse acontecido. Não; temos que sair daqui com um documento desta Casa. A Assembléia Legislativa de Minas é respeitada no Brasil inteiro. Assim, que saia daqui um documento, uma agenda com audiência marcada com o Governador.

O Governador precisa saber o que está acontecendo. Acho que ele é um homem sério, mas parece que existe um filtro que não deixa os problemas chegarem a ele. É o que percebemos nesta Casa. A defesa é tanta que os problemas não chegam ao governo. A imprensa também faz esse papel. Então, vamos furar esse bloqueio. Vamos ao Governador, ao Presidente da Copasa, ao Ministro da Integração, ao Prefeito de Belo Horizonte, aos Prefeitos de cidades ribeirinhas e ao Presidente da República.

Vamos exigir que venham para cá três ou quatro milhões, como os disponibilizados para construir os estádios do Pan-Americano. O Rio São Francisco atende mais de 15 milhões de habitantes deste país. Os governos federal e estadual têm de enviar recursos para salvar o nosso rio. Na dotação orçamentária do Estado, tem havido uma mixaria para a revitalização nos últimos quatro anos. E o que mais me entristeceu: os poucos recursos disponibilizados pelo governo do Estado não foram aproveitados. Aqui está: manejo da Bacia Hidrográfica do São Francisco - valor: R\$300.000,00. Execução: Zero. E mais: gestão de recursos hídricos - valor: R\$1.000.000,00. Execução: Zero. Não adianta o recurso constar do Orçamento, não adianta ter-se a intenção. Precisamos é de ação. E essa ação compreende uma série de coisas, das quais a primeira é vencer a burocracia que se instalou no serviço público brasileiro. A burocracia, neste país, é a grande responsável pelo atraso de tudo, porque não adianta só o Presidente da República, só o Governador ou o Prefeito terem boa vontade para fazer as coisas. Tem-se de vencer a burocracia do serviço público, que corrói grande parte da produção do País, atrasando tudo. Quando se libera o dinheiro, tem a CGU, a AGU, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, os órgãos ambientais, as licenças, o cão e o diabo, e as coisas não andam. Enrolam por três ou quatro anos para iniciar uma obra. Isso não pode continuar no Brasil. E aí começa-se uma obra, como ocorreu em Berizal, a qual, iniciada no governo Fernando Henrique, ainda não foi concluída no governo Lula. E ainda há aqueles governos que dizem que não terminarão a obra iniciada no anterior. E vêm as obras inacabadas, o desperdício de recursos e tantas outras coisas.

Faço aqui um chamamento às igrejas, ao movimento social, aos ecologistas: sejamos ecologistas verdadeiros, ambientalistas de verdade, não "ambienteiros". Um amigo meu me disse essa palavra "ambienteiro", e perguntei-lhe o que era aquilo, ao que me respondeu: "ambienteiro" é gente metida a ambientalista, mas que não entende nada de meio ambiente. Deixemos de ser "ambienteiros" para ser ambientalistas de verdade, de coração, falando com a alma, exigindo, enfrentando, seja qual for o governo. Enfrente o seu governo. Eu estou disposto a isso.

Coloco-me à disposição desta Casa, desse povo, de toda essa região para ser o principal cobrador do governo Lula, que é do meu partido; o principal cobrador do Prefeito de Belo Horizonte, que é sócio da Copasa e também é do meu partido. Mas que vocês, que defendem com unhas e dentes o Governador, sejam o seu principal cobrador, assim como da Copasa, dos órgãos do Estado, dos órgãos do meio ambiente, do Secretário de Meio Ambiente, de todos eles. Façamos uma corrente verdadeira, não para acusar A ou B, dando desculpas, transferindo responsabilidades, escondendo o problema existente no rio para discutir sua transposição. Discutamos a revitalização, salvemos o nosso rio. Queremos água limpa para os pescadores de Minas Gerais, de Pirapora a Manga; água limpa para os moradores das proximidades do Rio das Velhas. Depois, discutiremos a transposição. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Antônio Thomaz Matta Machado

Gostaria de cumprimentar a Mesa, os Deputados Fábio Avelar, Paulo Guedes e José Inácio e os Srs. Alex e João Mendes, representante do governo federal, do Ministério da Integração Nacional. Bom dia a todos e a todas. O meu olhar é o mesmo do Comitê da Bacia do São Francisco, que reúne todos que têm interesse na bacia, como pescadores, ribeirinhos, companhias de saneamento e hidrelétricas, governos, Municípios e sociedade civil. O Comitê foi fundado em 2002 e está na sua terceira gestão. Desde então, tenho participado dessa discussão sobre a questão da Bacia do São Francisco.

Chegamos à conclusão de que a possibilidade de se revitalizar a Bacia do São Francisco, ou seja, de salvar o Rio São Francisco só existe se o

projeto da transposição for suspenso. Não há a possibilidade de se elaborar um projeto de desenvolvimento do semi-árido brasileiro, com a transposição, por uma questão econômica. A obra de transposição consumirá todo o recurso disponível para várias ações que precisam ser feitas no semi-árido brasileiro, na roça, na pequena fazenda, na agricultura familiar, nas cidades pequenas, médias e grandes e até para as grandes obras hídricas. Além disso, inviabiliza uma atuação e intervenção no conjunto do semi-árido brasileiro.

Por outro lado, a obra da transposição inviabiliza a revitalização do Rio São Francisco porque produz conflito pelo uso da água entre os seus usuários, as companhias hidrelétricas, as pessoas que irrigam, a agricultura familiar e a companhia de saneamento. Todos ficarão brigando por água.

Na camisa dos companheiros, aqui, está escrito: temos o rio, mas não temos água. Como levaremos a água desse rio para o Ceará e o Rio Grande do Norte se temos o rio, mas não temos água? Essa frase resume tudo. De um lado não temos água para levar; e de outro, se for levada para lá, não será para quem precisa. Chegará dentro dos açudes que já têm água. Essa é a verdade da transposição.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco fez um diagnóstico da bacia. Todos conhecem esse diagnóstico, não porque o leram, mas por estarem aqui, por morarem na beira do São Francisco, por estudarem o rio.

A partir da década de 70, principalmente com a inauguração de Sobradinho, em 1976, iniciou-se um intenso processo de construção de barragens na Bacia do Rio São Francisco. Além das oito barragens existentes, estão propondo a construção de mais quatro: uma em Pirapora, outra em Januária e mais duas no Baixo São Francisco.

Houve desenfreado processo de desmatamento do cerrado e, agora, da caatinga, para a produção de ferro e aço em Minas Gerais. E a agricultura irrigada com tecnologia gasta água em excesso. Não há incentivo ou apoio do governo ou das agências federais para a introdução de tecnologia que gaste menos água. Todos os tipos de detritos são jogados na Bacia do São Francisco. Quando digo bacia, refiro-me a todos os rios da bacia, desde o Alto São Francisco até Uruçuia, em Minas Gerais. Em toda a calha do São Francisco, joga-se qualquer tipo de detrito: esgoto, detrito mineral, agrotóxico, NPK, adubo. Por isso, o rio ficou verde. O rio sofreu um fenômeno de intensa proliferação de cianobactérias.

Depois do diagnóstico, chegamos à conclusão de que, para recuperar o Rio São Francisco, a responsabilidade não é apenas de uma companhia hidrelétrica ou de saneamento, de um Governador ou Prefeito, de um fazendeiro, mas de todos nós. Temos de fazer um pacto de gestão dessa bacia. Temos de mudar a nossa mentalidade. Quem construiu barragens, jogou esgoto, fez agricultura irrigável com agrotóxico e NPK em excesso, derrubou matas para fazer carvão foi a minha geração. Tenho 53 anos de idade. Para recuperarmos, para revitalizarmos a Bacia do Rio São Francisco, temos de fazer um pacto entre nós. O Comitê chegou à conclusão de que, para manter, durante todo o ano, o funcionamento das barragens, com baixo risco de apagão, só podem ser tirados 360m³ de água do Rio São Francisco, senão as barragens secam.

Vocês apresentaram aqui hoje um jeito muito fácil e simples de se acabar com a cianobactéria que apareceu em outubro: chover. Mas a chuva não veio. Vocês conhecem outro jeito? Abrir Três Marias, porque encheria de água. Por que não abrem Três Marias? Porque é preciso reservar água para garantir Sobradinho, que está apenas com 17%. Para se garantir água nas barragens, 85% da outorga da possibilidade de gasto de água da Bacia do Rio São Francisco estão comprometidos. É esse o problema. Por isso, não pode haver transposição. A transposição irá gerar 127m³ de água por segundo, o que criará um conflito absoluto entre nós. Se é preciso garantir água nas barragens, plantar, sanear, tratar, fazer tudo isso, temos de nos autolimitar. O potencial de agricultura da Bacia do Rio São Francisco é superior a 1.000.000ha. Com as barragens, não chega a 600.000ha. Trata-se de uma autolimitação.

Então, esta é a verdade: temos de fazer um pacto entre nós. A partir do momento em que foi dada a licença pela ANA, pelo Ibama e por não sei mais quem a fim de se tocar essa obra da transposição, dentro do Comitê, não foi mais possível discutir pacto. Todos ficaram só discutindo seu umbigo: Minas quer água para ela, Bahia quer água para ela, a hidrelétrica quer água para ela, o irrigante quer água, e o pessoal da agricultura familiar está irritado e indignado porque não tem apoio nem água nem obra hídrica para os pequenos, apenas para os grandes. Então, criou-se uma cisãnia absoluta. A obra da transposição inviabiliza a revitalização por causa disso: porque a revitalização só pode ser feita por um conjunto de esforços de todos nós. Essa é a idéia principal que deve ser compreendida. Ela inviabiliza a revitalização e o desenvolvimento do semi-árido brasileiro. Por que eu digo que inviabiliza o desenvolvimento do semi-árido brasileiro? Porque não existe somente uma mágica, somente uma obra ou somente uma idéia genial que resolverá o problema do semi-árido.

O companheiro apresentou um conjunto de diagnóstico e sugestões para um projeto de desenvolvimento do semi-árido brasileiro. Precisamos de um projeto de desenvolvimento do semi-árido brasileiro de fato. Reconheço o esforço do companheiro e de sua equipe no Ministério, mas um projeto de desenvolvimento do semi-árido brasileiro deve reunir todos, os Municípios e os Estados. É como a revitalização. Por que ninguém vê a revitalização? Porque ninguém sentou-se junto nem definiu prioridades, metas e onde devemos intervir de fato. Há um monte de pessoas que coloca dinheiro aqui, coloca dinheiro ali, algo completamente disperso. Acaba que isso não se viabiliza. Então, é essa a preocupação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A primeira questão, a mais importante na conjuntura atual para viabilizar um projeto de revitalização da Bacia do São Francisco, o qual significa limpar a água, garantir água para todos, fazer funcionar as hidrelétricas e limpar o rio, deve ser a suspensão do Eixo Norte da transposição de águas do São Francisco. Sem isso, não há revitalização. Aqui já foi dito por outros, ontem e hoje, que o Eixo Norte da transposição leva 80% da água. São 127m³/s, sendo que 90m³/s são para o Eixo Norte. Destes, 80m³/s são para o Ceará e caem dentro do Castanhão, o maior açude do semi-árido do planeta. Bem gerido, ele regulariza o Jaguaribe e a água. Fui lá e vi isso. Depois, joga-se no Armando Ribeiro, no Rio Grande do Norte, que não está nem aí para a transposição. A Universidade do Rio Grande do Norte não está nem aí para a transposição. Reunimo-nos lá com o movimento social, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, a imprensa e os empresários. Deixaram para o Rio Grande do Norte um pinguinho de água, e o Estado sabe que tem água, pois possuem o Armando Ribeiro, o Mossoró e águas subterrâneas, plantam mamão, criam camarão e possuem petróleo, cuja produção continental é a maior do Brasil. Eles diluem o óleo que sai muito grosso com água, no Rio Grande do Norte, que não precisa dessa água nem a quer. Então, suspender o Eixo Norte é a primeira questão.

A segunda questão é incrementar o apoio à agricultura familiar, principalmente para as pessoas que moram nas regiões, Municípios e distritos, o que significa incrementar um projeto que tem hoje o apoio do governo federal, o projeto coordenado pela Articulação do Semi-Árido - ASA. Esta reúne um conjunto de entidades e tecnologias. Significa que, no lugar onde não há água, você pode captar água de chuva, fazer uma pequena barragem subterrânea em um rio que enche e depois seca, todos os anos.

Significa guardar a forragem para o gado e para o cabrito dentro de um barril e enterrá-lo para garantir a umidade. Significa fazer banco de semente. Significa um conjunto de tecnologia hídrica e de produção. Para isso é preciso haver apoio e gestão. Essa é a segunda questão para o desenvolvimento do semi-árido brasileiro. A primeira é a suspensão do Eixo Norte da transposição.

A terceira questão é o apoio à agricultura familiar e ao seu desenvolvimento.

A quarta questão, que é fundamental, como falou o representante do governo federal, se refere às cidades. Existe um projeto na Agência Nacional das Águas, um órgão de Estado que lista 1.132 Municípios do semi-árido brasileiro, incluindo o Norte de Minas e o Jequitinhonha, o qual viabiliza, com várias tecnologias, a água para o abastecimento humano em cidades pequenas de até 5 mil ou com pouco menos de 1.000 habitantes.

A quinta questão é admitir grandes obras hídricas onde há necessidade de abastecimento humano. Na Bacia do São Francisco, qual é o problema se Sergipe puxa água do São Francisco, uma vez que Sergipe está na Bacia do São Francisco? Toda a água de Belo Horizonte vem da Bacia do São Francisco. Toda a água de Manga vem da Bacia do São Francisco. Qual é o problema? Não há nenhum problema. Se Sergipe conseguiu desenvolver a adutora, temos que aprender. Se Pernambuco precisa de água na Bacia do Pajeú, em Moxotó, vamos fazer a adução. Em 2004, o Comitê fez essa proposta e, se o governo tivesse concordado, Lula estaria inaugurando a obra e a água do São Francisco estaria chegando a Garanhuns, a Afogados da Ingazeira, que estão dentro da Bacia do São Francisco. Por que não? Ao invés de 127m³ por segundo, que é um número maluco e faraônico que dá para abastecer 60 milhões de pessoas com o padrão Copasa e Sabesp, enviaremos 9m³ por segundo para Pernambuco e para a Paraíba. Vamos levar a água até Campina Grande. Vamos liberar o boqueirão para as pequenas cidades e para a produção. Vamos usar o açude em benefício do pequeno agricultor, da produção. Essa é a quinta questão do desenvolvimento do semi-árido brasileiro.

O Deputado Paulo Guedes falou, com muita propriedade, sobre uma questão fundamental, que é a burocracia. O setor público não consegue fazer nada por causa de uma série de interferências existentes, como o licenciamento e os problemas do Ministério Público. Quando há uma obra acertada, há o recurso, todos concordam com a obra e há um convencimento da comunidade quanto a sua importância, não conseguimos realizá-la. A transposição não sairá porque é muito polêmica. Há 14 processos no STF - por enquanto, pois todos os dias surge mais um processo. Como Presidente do Comitê, recebi um novo processo que ainda não está no Supremo, mas está na Justiça Federal de Brasília. O Juiz notificou-me para fornecer um processo administrativo que está no Comitê, o qual estabelece a transposição como conflito de uso de água.

Não fizeram a licitação - ficou cinco meses presa do STJ. Na hora da habilitação, só a Odebrecht foi habilitada. A carioca Christiani-Nielsen Engenharia achou ruim e fez uma representação junto ao STJ, a qual ficou lá por cinco meses. Agora começaram a habilitar, abriram oportunidade para todos, e o maior preço era o da Odebrecht.

Sairá a licitação, e haverá contestação. São 36 condicionantes ambientais. Começou a obra; se uma ou duas condicionantes não funcionam, o Juiz mandará parar a obra para se cumprir a condicionante ou não?

Essa obra não sairá porque não há consenso. Conseguimos construir tudo aqui graças a esforço tremendo da sociedade civil e do Ministério Público Federal, por meio de uma proposta alternativa de negociação que viabilize adução imediata para Pernambuco e Paraíba, que incrementa a agricultura familiar da forma que falei, que viabilize o atlas do Nordeste, que dê prioridade às regiões do Ceará que necessitam de água, ou seja, ao sertão central desse Estado, ao Oeste do Ceará, e não, ao seu litoral, onde já existem açudes. Nossa proposta visa a que se priorize água para o Rio Grande do Norte, mas para o sertão de Inhamuns, onde não há água, ao contrário de Mossoró.

A proposta é que se construa tudo isso de maneira rápida, evitando a burocracia, por intermédio de um termo de ajustamento de conduta - TAC - entre o Ministério Público Federal e o empreendedor da obra, o Ministério da Integração Nacional. Queremos uma proposta que harmonize interesses, que crie espaços para se discutir um projeto de desenvolvimento do semi-árido brasileiro capitaneado pelo governo federal, mas com participação de todos nós. Desejamos uma proposta que faça um programa de revitalização que seja programa, e não, um nome, uma compensação que fique apenas dentro do Ministério.

Aguardamos por um programa que envolva todos os atores. Muitos estão trabalhando para salvar o São Francisco. Aqui mesmo, vemos muitas dessas pessoas. Vamos reunir todos os atores, na linha do pensamento do Deputado Almir Paraca, conforme disse ontem e escreveu no boletim de hoje. Todos os atores precisam reunir-se para ver o que está sendo feito, quanto está sendo gastado, qual a prioridade temática: reflorestamento, saneamento, hidrelétrica? Vamos definir as prioridades e estabelecer metas, prazos e espaços para discussão, e o Comitê pode ajudar nisso, porque seu papel é o de articulador. Não só o Comitê pode contribuir; refiro-me a um auxílio muito maior que o do Comitê.

Essa, a nossa proposta. Com transposição, não há revitalização nem desenvolvimento do semi-árido brasileiro. Obrigado.

Palavras do Deputado Almir Paraca

Bom dia a todos. Quero concordar com muito do que foi dito ontem e hoje. Há visões que se opõem e se combatem e visões que são concorrentes e disputam entre si a primazia da verdade. Defendo que a verdade está no meio do caminho; enfim, há a visão da interdependência daquilo que é complementar. As visões que se opõem e as que competem entre si, na verdade, completam umas às outras, e essa é justamente a base da visão sistêmica e da ecologia. É isso que precisamos preservar aqui.

Portanto, reforço o que disse ontem e consta no boletim que distribuímos, ou seja, não podemos ficar aprisionados, paralisados na polêmica.

Não concordo de maneira nenhuma com a opinião de que não podemos fazer nada pela revitalização enquanto não se define ou não se obstrui, de forma definitiva, a transposição. Continuaremos discutindo, brigando. Vamos promover o debate, vamos trabalhar junto ao governo federal para que o diálogo seja aberto novamente com todos aqueles que resistem e se opõem à transposição do São Francisco. No entanto, não podemos ficar aprisionados nesse debate, nessa polêmica, senão, daqui a quatro, cinco ou seis anos, quando não tivermos mais o governo Lula, mas qualquer outro governo, estaremos aqui do mesmo jeito, debatendo as mesmas questões, a mesma polêmica que se arrasta há muitos anos.

Precisamos discutir se isso está correto ou não, se existe ou não visão sistêmica. Pelo menos existem recursos para a revitalização. São suficientes? Certamente não. Estão sendo aplicados da maneira correta? Tenho dúvidas, questiono isso, porque acho que não. Ninguém melhor que o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que tem o conjunto da representação do governo, da sociedade, dos usuários para realizar esse debate e fazer os encaminhamentos necessários. Não podemos ficar presos na polêmica, no debate.

Ontem foi dito na Comissão de Meio Ambiente desta Casa, pelo Superintendente da Codevasf, que neste ano sobrarão recursos destinados à revitalização, porque as Prefeituras não têm capacidade para apresentar projetos e vencer a burocracia dos órgãos ambientais. Os recursos da revitalização, que já são poucos - todos concordam com isso -, estão sobrando. Devemos trabalhar para que não sobre nenhum centavo desses recursos. Precisamos fazer esse debate sobre a revitalização e canalizar esses recursos para uma visão construída com a sociedade. Tenho certeza de que não haverá nenhum óbice, nenhuma oposição por parte do governo federal a essa orientação.

Enquanto isso, o carvão está sendo feito com as matas nativas no Norte de Minas. Ao debatermos o problema da mata seca no Norte de Minas, a bancada dessa região é contra, não aceita discuti-lo. Mas quando a seca vem impondo restrições, quando o gado começa a morrer - como está acontecendo -, todos reclamam. Não percebem a interdependência de todas as coisas? Continuaremos fazendo carvão e acabando com a mata seca no Norte de Minas? O que acontecerá? Isso não irá contribuir para maior escassez hídrica na região? Onde está a visão sistêmica do processo?

Nós e o Deputado Padre João, há alguns dias, dissemos ao Ministro Patrus que é preciso destinar mais recursos às ações da Articulação do Semi-Árido - ASA -, que está realizando muito bem o seu trabalho. Não adianta destinar recursos para a construção de cisternas de placas a quem quer que seja, isto é, a Prefeituras, ao Idene, ao governo do Estado ou a empresas, porque não as constroem, não têm metodologia, não conseguem discutir, não conseguem mobilizar a sociedade, não conseguem dar formação necessária para a implantação efetiva, comunitária e para a gestão desses recursos nas cisternas de placas. Não adianta.

O Idene está com mais de R\$5.000.000,00 sem nenhuma utilização. Agora está informando que irá comprar caixas d'água, daquelas azuis, de plástico, em vez de construir caixas de cimento e ferro, sem nenhum processo de capacitação, de mobilização da comunidade. Isso não funciona.

As "barraginhas" são outra tecnologia conhecida, eficaz. É preciso que os órgãos ambientais de Minas Gerais dêem sua contribuição efetiva em toda esta discussão e que façamos um experimento científico, que até hoje não existe. As "barraginhas" funcionam porque, onde foram feitas em grande quantidade numa microbacia, nascentes que estavam secas há muitos anos voltaram a correr e não secaram mais. Empiricamente, no olho, testando, vendo acontecer, sabemos que funciona, mas não existe um único estudo para provar isso. Quando se parte para grandes discussões, é preciso ter uma série histórica ano após ano, para ver como determinada microbacia reagiu com uma certa quantidade de "barraginhas". E, aí, faz-se a medição pluviométrica para ver quanto de água de chuva caiu no local e como isso se refletiu no curso de água, até para que tenhamos condição de discutir se é possível utilizar a tecnologia das "barraginhas" para evitar as "barrajonas", as grandes barragens. Sabemos, Thomaz, que realmente a "barrajonas" acumula muito água, mas não resolve o problema da dispersão territorial, não atende às famílias, à produção no grande território da bacia.

A Articulação do Semi-Árido - ASA - tem o Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC. Na semana passada, estavam comemorando 250 mil cisternas de placas. Só da meta, ainda estão faltando 750 mil. É preciso que o governo federal e o estadual aloquem recursos e ajudem uma instituição como essa, que desenvolveu competência para fazer bem feito. Onde fez, está funcionando. Há três semanas fui ao Quilombo do Gorutuba, no Município de Pai Pedro, e visitamos três ou quatro cisternas de placas. Com toda essa seca, ainda temos lá pelo menos 30% de água nessas cisternas, e as famílias sobrevivem delas.

Outro programa da ASA é o Uma Terra, Duas Águas - P1+2: água para consumo, água para produção. São diversas tecnologias desenvolvidas pelas próprias comunidades, para coletar e armazenar a água de chuva também para produção. O povo sabe como fazer. Já foi testado, está sendo aplicado. É preciso aplicar recursos nessas propostas também.

Nós sabemos por onde caminhar. Temos de romper com esse imobilismo de oposição, que não nos deixa avançar. Vamos continuar discutindo, questionando, criticando e propondo alternativas mais amplas para o desenvolvimento do semi-árido? Sim. Contra a transposição? Por que não? Não sou apologista da transposição só por ser petista e apoiador do governo Lula. Isso não existe. A maioria da nossa militância e dos nossos parlamentares tem dúvidas, críticas, questiona. Mas não podemos ficar parados, presos no debate e sem atuar, porque os recursos estão voltando. Este ano já está sobrando dinheiro da revitalização. Com que argumentos vamos alegar que precisamos de mais recursos para a revitalização - e é verdade - , se aquilo que está disponível está voltando porque Prefeitos, Deputados, Governador e todos os envolvidos nesse processo não estamos conseguindo aplicá-lo? Muito obrigado.

Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes

Sr. Presidente, demais companheiros da Mesa, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembléia, sou da região da nascente do Rio São Francisco - estou a 70km dali. Há aproximadamente cinco anos, percorri, juntamente com o Deputado Federal Carlos Melles, o trecho da nascente do Rio São Francisco, em São Roque de Minas, até Petrolina. Vi muita coisa bonita, mas fiquei muito triste com a maioria das coisas que vi: erosão, assoreamento, desmatamento e pobreza. Vi riqueza em Petrolina e em Pirapora. Paramos só em Petrolina e em Pirapora. Na época era Prefeito e, depois, tornei-me Deputado Estadual. Tenho uma paixão muito grande pelos Rios São Francisco, Grande e São João, que é na outra bacia. Aliás, na época, criamos um consórcio para preservar os Rios São João e Santana, o qual deu certo. Tanto é que hoje ele tem sido reconhecido como um rio que realmente está vivo.

Qualquer cidadão comum, grande, médio ou microempresário, antes de fazer qualquer investimento, montar qualquer negócio, faz uma análise econômica de quanto vai gastar, de quanto vai ganhar e de qual será o retorno econômico daquilo. Aí, procura os especialistas para saber se as pessoas que já estão fazendo estão tendo sucesso ou não, porque deu certo e porque não deu. A maioria dos investimentos em grandes e megaprojetos do governo federal - de todos os governos -, como os feitos na Transamazônica, no Pró-Várzea, não deu certo. O Pró-Várzea, na região da Fernão Dias, é uma tristeza. O Rio Cabo Verde, em Cabo Verde, pertinho da minha cidade, Jacuí, tem um baixadão, foi drenado e todo inundado por brejo. Seria a salvação da região, pois geraria milhares de empregos, mas o rio foi erodido, a baixada está seca, morta, a cada ano o rio fica mais fundo - além do assoreamento do Lago de Furnas -, e isso não gerou quase nenhum emprego. Essa é realidade.

Se 80% dos casos não deram certo no mundo, precisamos fazer uma análise. Ora, só porque é dinheiro público não temos de nos preocupar se vai ou não dar certo? Se fosse dinheiro particular, de empresários, pessoal, do próprio governo ou dessas pessoas que estão influenciando mais, duvido que fizessem a transposição. É brincar com o dinheiro público. O Presidente Lula, que está bem-intencionado e quer fazer deste um país melhor, está sendo mal informado por pessoas que não são sérias com relação à causa pública. Não tenham dúvida disso.

Nós, que já fomos Prefeito, somos Deputado e vivemos num governo que, no meu entendimento, tem feito milagres - o Governo Aécio salvou este Estado e hoje está fazendo com que o povo sonhe com um Estado melhor para se viver -, ficamos realmente impressionados. São R\$20.000.000.000,00. Às vezes falam em R\$9.000.000.000,00, R\$10.000.000.000,00, R\$12.000.000.000,00. Ora, R\$1.000.000.000,00 é dinheiro que não acaba mais, principalmente num país com inúmeras favelas, com esgoto correndo a céu aberto, com criança brincando na lama e morando debaixo de ponte.

Ai, meu Deus do céu! Será possível que não dá para usar dinheiro com prioridade para tirar as pessoas dessa humilhação? São coisas que nos preocupam.

Vamos em frente. Tenho a maior satisfação em falar que sou da nascente do Rio São Francisco, do Rio da Integração Nacional. É triste chegar lá e ver que o pessoal do Parque Nacional da Serra da Canastra não tem dinheiro nem para o combustível dos carros que o fiscalizam. E, dentro do Parque, quando este pega fogo, nada consegue apagá-lo. Não tem estrutura, não tem pessoal, não tem nada. As matas ciliares dentro do Parque já estão todas queimadas. Fora do Parque, as fazendas ainda estão preservadas. Vemos o rio nascer bonito ali, mas, quando desce para São Roque de Minas, já vemos problemas. E quando se fala em transposição, vamos fazer transposição de quê? De um rio que está morrendo? Por que não salvá-lo, e não, se falar em transposição?

Exemplo claro de dinheiro público bem gasto está lá no nosso Rio São João. Sou mais prático porque sou da roça, e o Deputado Almir Paraca, que é professor e técnico, fala que são necessários estudos científicos e técnicos para ver a viabilidade do projeto. Isso é bom para mostrar cientificamente o resultado, mas basta ir ao local e ver o resultado na prática. Se querem ver o resultado de uma bacia seca, que é aquela que não tem água na seca e enche na época das chuvas, é só ir ao Jacuí e ver o que aconteceu com sete Municípios do consórcio. Nascentes que tinham sido extintas há mais de 40 anos, no primeiro ano após a construção da "barraginha", apareceram e não secaram mais. E exemplos como esse estão lá, espalhados em mais de 2 mil nascentes.

Se colocarmos R\$20.000.000,00, R\$10.000.000,00 ou R\$1.000.000,00 em pequenas barragens, teremos um excelente resultado. Também podem ser feitas cisternas, que são baratas. Se esse dinheiro for distribuído de forma séria, de forma econômica, todo o problema de água do Nordeste será resolvido.

Fico preocupado com o nosso governo, que, num país de Terceiro Mundo, está com um discurso de Primeiro Mundo, com megaprojetos, com coisas faraônicas, esquecendo que o nosso povo está querendo coisas simples que resolvem e que não custam caro. Até parece que está faltando dinheiro para o povo e sobrando para o governo. O governo está concentrando muito dinheiro nos cofres federais e está distribuindo mal para Estados e Municípios. Muitas vezes as oportunidades passam porque os Estados e Municípios não têm condição de montar os projetos.

Aqui já se falou sobre a responsabilidade do Estado. Isso é responsabilidade do Estado. Na nossa região, na nascente do São Francisco, já há estradas ecológicas implantadas em dois Municípios e aprovadas em vários Municípios. A Ruralminas está trabalhando aceleradamente para montar os outros projetos. Também se falou ontem que é preciso um projeto de revitalização do Rio São Francisco com começo, meio e fim. Isso é real. O Estado de Minas já tem um projeto que atende muito a revitalização do Rio São Francisco. Ontem estava aqui o Augusto César, da Ruralminas, que fez um belo projeto, mas o governo federal precisa colocar os recursos, como o Estado já se propôs a fazer.

Não tenham dúvida de que, com muito menos dinheiro que o necessário para transpor o rio, poderemos salvar esse rio. Se o argumento para se transpor é levar água a quem precisa, com muito menos Deus manda água. É só segurá-la na hora certa, da forma certa, com tecnologia barata e simples: uma calha coleta a água e a joga em uma cisterna ou nas "barraginhas". A média de chuva do Nordeste é de 700mm, é muita água. Se souberem fazer o aproveitamento dela, ninguém passará sede, ninguém passará fome. É questão de seriedade e respeito com o dinheiro público e com o cidadão. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais à Mesa. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Darei algumas informações. Há 9 pessoas inscritas para fazer questionamento oral e mais ou menos 10 perguntas por escrito. Adotarei a seguinte sistemática: farei a leitura de todas as perguntas. Peço a atenção dos componentes da Mesa para que anotem aquelas em que forem pronunciado-se. Também gostaria de contar com a colaboração dos membros da Mesa para abreviar ao máximo as respostas, sendo bastante objetivos.

A assessoria me transmitiu uma solicitação vinda da Copasa, em que se manifesta a intenção de mandar representante da empresa aqui, à tarde, para prestar esclarecimentos sobre sua área de atuação na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Esse assunto tem sido bastante discutido aqui, principalmente pelo Deputado Paulo Guedes. A Copasa se prontificou a vir aqui, o que considero muito importante. Evidentemente, isso estava fora da programação. Terei de negociar com a pessoa que vai proferir a palestra, mas está praticamente acertado que a Copasa dará aqui explicações sobre as questões abordadas. Acredito ser equivocada a questão apresentada pelo Deputado Paulo Guedes, e será uma oportunidade de a Copasa prestar seus esclarecimentos. Há algumas perguntas referentes à Copasa e também à Secretaria de Meio Ambiente.

Gostaria, se houver necessidade de a Mesa se pronunciar a respeito, que o fizesse o mais brevemente possível, tendo em vista que à tarde teremos oportunidade de aprofundar-nos nessas questões. Gostaria da atenção da Mesa, pois farei todas as perguntas de uma só vez. A primeira pergunta é de Aullus Mota Leite, dirigida à Mesa: "A questão energética da Barragem de Três Marias, quanto ao aumento do volume das águas, deve suplantará a questão da saúde e consumo humano?".

Pergunta de Geovani Ferreira Santos Nunes, da Associação dos Pequenos Produtores de Derivados de Frutas do Cerrado de São Francisco, encaminhada ao Prof. Thomaz. Como ele teve de ausentar-se, deixo à vontade se alguém achar que deve fazer algum comentário a respeito dessa pergunta, não há problema. De qualquer maneira, essa pergunta será encaminhada ao Prof. Thomaz, que certamente lhe enviará a resposta por escrito. A pergunta tem o seguinte teor: "Como fica a situação do pescador e do vazanteiro que necessitam exclusivamente da água do rio, sendo que muitos não recebem água tratada pela Copasa?".

Pergunta do Sr. Paulo Afonso da Matta Machado, do Banco Central do Brasil, encaminhada ao Sr. João Neto: "O Presidente do CBHSF disse que a vazão de transposição é de 127m³ por segundo, sendo 80% para o Ceará. O senhor confirma isso?".

Pergunta de Ruth Paraíso, encaminhada ao Deputado Paulo Guedes: "Onde andam os Prefeitos de Lagoa Santa, Sabará, Santa Luzia e Belo Horizonte, os grandes poluidores da Bacia do São Francisco?".

Pergunta do Sr. Gilson Moura, da Escola Municipal Pe. Ricardo Thrischler, também dirigida ao Deputado Paulo Guedes: "Em seu pronunciamento, o Deputado sugeriu certa parcela de responsabilidade da Copasa com relação à situação do Rio São Francisco. Diante disso, qual é a postura que o poder público deve assumir? É lícito negligenciar toda essa situação em detrimento dos ribeirinhos?".

Pergunta do pescador Antônio de Almeida Brito, dirigida ao Deputado Paulo Guedes: "O senhor falou sobre o nosso rio. Como vamos ficar, eu e meus colegas que também são pescadores? Há dias que a pesca foi fechada, e estamos sofrendo".

Pergunta de Remington Diamantino, da Câmara Municipal de Manga, encaminhada aos Deputados Gil Pereira e Paulo Guedes: "Por que não levamos documento assinado por todos os presentes ao Governador Aécio, solicitando medidas urgentes no tratamento do esgoto de Belo Horizonte, pois só temos a fala e nada oficial? Estamos sofrendo com a poluição de Belo Horizonte. Não somos culpados por esse desastre. Queremos solução".

Perguntas do Vereador Luiz Ferreira de Souza, de São Francisco: "Qual é a medida que o Secretário de Estado, a Copasa e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais vão tomar na defesa e na descontaminação do rio, garantindo o direito das pessoas de sobreviverem?".

"É importante um programa sustentável, mas é necessário também se preocupar com os direitos humanos, a saúde e a correção dos problemas do Rio São Francisco, que são graves."

"Por que a Comissão de Defesa do Rio São Francisco não leva ao governo Lula a situação do Rio São Francisco e a de outros rios, de igual gravidade no momento?"

"Por que os ambientalistas, os Secretários de Estado, o Ministério do Meio Ambiente não se preocupam com o Rio São Francisco e com outros rios que estão morrendo em Minas Gerais?"

Essas foram as perguntas feitas por escrito. Passarei a palavra ao Prof. Apolo, perguntando se ele gostaria de fazer algum comentário sobre as questões levantadas. Mais uma vez, peço a compreensão e a colaboração relativamente ao prazo.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Darei um "show" de rapidez. Vocês vão ver. Fui anotando as perguntas e classificando-as em meu "laptop". O problema é que a preocupação vai mais para o lado da poluição. As pessoas estão mais preocupadas com a poluição que com o desmatamento. Chamo a atenção de vocês. Todos vêm rio poluído, peixe morrendo, pessoas sofrendo, mas ninguém falou sobre desmatamento. O desmatamento seca o rio, porque a sorte do rio decide-se em terra. Agimos muito em função do momento, sem fazer uma reflexão mais profunda, em longo prazo.

A poluição de lá também está relacionada com a pouca quantidade de água, com a seca, além dos esgotos. Mas quero chamar a atenção, sem contradizer você, para raciocinarmos sobre o seguinte: com as taxas de desmatamento que existem, com ou sem poluição, o rio vai acabar. Pode haver água em barragem, mas o rio seca. Não há sustentabilidade, porque a água não se infiltra no chão quando existe desmatamento. Secam as nascentes; então, o rio seca. As matas - e não só as ciliares -, a vegetação segura a água, enche as nascentes e faz o rio viver o ano inteiro.

Há muita gente que fala que o meio ambiente não faz nada. Sou ambientalista e médico e constatei que muitas doenças só existem em razão da má qualidade da água. Aliás, por isso foi fundado o Projeto Manuelzão. E a Meta 2010 é a maior tentativa de se revitalizar um rio em todo o Brasil.

Já percorri o País inteiro. Trabalhamos 804km no Rio das Velhas. Então, Paulo, tenho trabalhado para revitalizar o Rio São Francisco, e você sabe disso. Com a Meta 2010, fizemos uma canoagem de 804km de Ouro Preto a Pirapora. Foram 30 dias remando. Mobilizamos todo o povo; saíram reportagens no "Globo Rural"; o povo foi para as margens do rio. Então, somos nós que estamos lutando para revitalizar o Rio das Velhas e o Rio São Francisco. Alguém discorda de que é o Projeto Manuelzão o que mais luta?

Conseguimos definir o seguinte: a maior parte da poluição vem da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de lançamentos de esgoto em rios. O Projeto Manuelzão denunciou que a Região Metropolitana é a maior poluidora do Rio das Velhas. Depois, poderemos conversar mais a respeito, mas é importante ouvir a opinião de vocês.

O Projeto Manuelzão tem reconhecido e lutado por isso. Agora, é fundamental o que está escrito na camiseta de vocês: "Temos um rio e não temos água para diversos usos". E muito menos para a transposição, para os meninos nadarem, para pescarmos, etc.

Há uma pergunta para mim, de Rui Viola: "Do jeito como as autoridades de Minas estão levando a termo a despoluição do Rio das Velhas, você ainda sonha em nadar nele, em pescar com a sua família em 2010?". Esse é o prazo que propus. Quero dizer que, mesmo se for para morrer, atravessarei o rio em 2010, se viver até lá - este foi um compromisso que assumi publicamente -, e acompanhado do Governador. Temos gravada a declaração que ele fez à imprensa dizendo que irá atravessar o rio conosco e que apoiava a Meta 2010.

É um desafio. Acreditamos numa proposta e fazemos um desafio. Agora, o governo do Estado tem feito investimentos, sobretudo a Copasa, para despoluir os rios e tratar os esgotos de Belo Horizonte. Já foram construídas duas ETEs. Esta é a única Capital do País que tem ETEs para tratar 100% dos esgotos, só que não trata, porque a maioria das pessoas joga os esgotos nos rios e na drenagem de chuvas.

A população, seja pobre ou rica, também joga animal morto nos rios, cachorro morto, agrotóxico, faz desmatamento. Portanto, o problema social é geral. Mesmo assim, o peixe está voltando ao Rio das Velhas. O pessoal que mora perto dos Rios Cipó, Paraúna e Bicudo e que mora em Curvelo está dizendo que os peixes estão subindo, que a situação está melhorando. A mortalidade continua porque, quando chegam perto de Belo Horizonte, os rios morrem.

Portanto, a luta é muito grande. Se não houvesse a Meta 2010, seria muito pior. Foi depois que ela surgiu que muita coisa melhorou e melhorará ainda mais.

Acho que precisamos fazer uma reflexão e nos unir aos Deputados Paulo Guedes e Fábio Avelar e aos demais Deputados aqui presentes, porque a despoluição do São Francisco é parte da nossa luta. A revitalização implica em parar o desmatamento, replantar, fazer a natureza ser parecida com o que era antes, e não, só tratar esgoto. E penso que vamos conseguir, porque a humanidade não tem saída: ou ela faz isso ou vamos desaparecer do Planeta Terra. Agradeço.

O Sr. Presidente - Indago ao Dr. Alex se gostaria de fazer uso da palavra com relação aos questionamentos levantados.

O Procurador Alex Fernandes Santiago - Boa tarde a todos. Sou Coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco. O Ministério Público está atento a todas as questões relativas ao Rio São Francisco. Nossa Promotoria é a primeira Promotoria por bacia hidrográfica do Brasil, num investimento tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto do Ministério Público mineiro.

As várias questões aqui tratadas mostram que temos um passado histórico de erros a corrigir. E a questão da transposição traz assuntos maiores para nós, porque o governo tem pautado essa discussão, oferecendo, como moeda de troca, a revitalização. Esse é um argumento simplista, e os senhores não podem se deixar iludir, pensando que vamos revitalizar para transportar. Não é isso. A transposição está incorreta. O Ministério Público Federal e o Estadual já questionaram juridicamente a questão, e a decisão cabe ao STF. Isso é uma retratação do próprio dilema da captura. Os senhores estão sendo induzidos a uma discussão: ao mesmo tempo em que faremos a transposição, vamos revitalizar. E os senhores acabam sendo capturados por essa proposta simplista, e não é isso que se tem de discutir. Tem-se de revitalizar o rio, isso é fato. E revitalização passa, como salientaram alguns, por mudanças na nossa própria legislação. Nossa legislação estadual permite que as siderúrgicas adquiram 10% de mata nativa, e aquilo que exceder pagam em taxa de reposição florestal de seu consumo. Só que pagar a taxa de reposição florestal sai ainda mais barato que consumir floresta plantada. Com isso, todas as siderúrgicas de Minas Gerais preferem desmatar o nosso território e o dos outros Estados da Federação, pagando mais barato, a ter florestas próprias para o auto-suprimento de carvão vegetal.

Além disso, há a questão dos esgotos. Temos de tratar todos os esgotos dos Municípios da Bacia do Rio São Francisco. Quanto a isso, o primeiro passo foi dado pelo Ministério Público mineiro ao enviar recomendação ao Conselho Estadual de Política Ambiental para que todos os Municípios tivessem prazo para tratar o esgoto. E surgiu, a partir daí, a Deliberação Normativa nº 109/2006. O Ministério Público roga aos Deputados de Minas Gerais que elaborem uma lei estabelecendo prazo para que todos os Municípios tenham tratamento integral de esgoto. Devemos cuidar do esgoto para que, depois, não haja pescadores lamentando as algas azuis e tudo o mais. Essas questões têm de ser contempladas, como também tem de ser dito que muitos Municípios não querem tratar o esgoto. Exemplo: em Divinópolis, fizemos um termo de ajustamento de conduta para que houvesse tratamento de esgoto; o Prefeito encaminhou o projeto à Câmara, e os Vereadores não o

aprovaram. O que é isso? Os Municípios não querem enfrentar o ônus político de cobrar da população o tratamento do esgoto.

Existem várias questões, e devemos fazer um exame de consciência, verificando se, realmente, queremos revitalizar o Rio São Francisco, e isso dependerá de todos nós. E o Ministério Público estará ao lado da população para que isso verdadeiramente aconteça.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. João Mendes.

O Sr. João Mendes da Rocha Neto - O Presidente do Comitê disse que a vazão da transposição é de 127m³, 80% para o Ceará. A pergunta foi do Paulo Afonso, do Banco Central. Achei bom receber essa pergunta porque gostaria de contestar esse dado. Na outorga da ANA, que está disponível no "site" da Agência Nacional de Águas, acessível a qualquer um de vocês, são tomados 26m³ do rio. Em sua cheia, pode ir até a 127m³, guardadas as proporcionalidades do volume que o rio tomar. Mas a vazão perene para retirada são 26m³ por segundo.

O Sr. Presidente - Dr. João, também tenho uma dúvida sobre uma importante questão, que foi muito comentada, sendo importante o seu esclarecimento. O senhor fala que são 26m³, mas que poderá chegar, na cheia, a até 127m³. Então, faça uma indagação a V. Exa: As obras, que, no nosso entendimento, são vultosas, serão implantadas apenas para serem usadas eventualmente?

O Sr. João Mendes da Rocha Neto - Não. O canal opera minimamente com os 26m³, com a capacidade de agüentar até os 127m³.

O Sr. Presidente - Pois é! O Prof. Apolo, Presidente do Comitê, disse-nos, na sua exposição, que teremos canais, nove elevatórias, túneis. Então, eles foram projetados e serão implantados para atender aos 127m³. Seria isso?

O Sr. João Mendes da Rocha Neto - Ele tem de atender à carga máxima.

O Sr. Presidente - Estou satisfeito com a resposta.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Sr. Presidente, o João Mendes é uma pessoa cordata. Conheço-o das várias reuniões das quais participamos e o admiro muito. Queria ter a metade da sua educação. A pergunta foi se irão 80% da outorga. Podem ser 26m³, 64m³ ou 127m³. Está dizendo que irão aproximadamente 80% para o Eixo Norte; aliás, do Eixo Norte, 80% vão para o Ceará. Ele quer dizer que o projeto de transposição é basicamente para o Ceará, sejam 26m³ ou 127m³. Essa é a resposta.

O Sr. Presidente - O Sr. João Mendes deseja fazer uma réplica?

O Sr. João Mendes da Rocha Neto - Não havia completado ainda a minha fala. Não respondi a essa segunda parte, apenas falei sobre os 26m³ e a carga máxima que o canal pode suportar.

Em relação à divisão dos dois canais, entre o Canal Norte e esse dique, que vão para o Ceará, e o Canal Leste, que pegará o sertão pernambucano e a Paraíba, as proporções de tomada de água são iguais. Então, não há essa primazia do Ceará em detrimento dos dois outros Estados, mesmo porque o projeto mostra que esse canal que caminha para o Norte sobe a Chapada do Araripe, local dessas obras às quais o Apolo se referiu. O que esse Eixo Norte tem de diferencial é que sairá mais caro que o outro eixo, em razão dessas obras de engenharia, porque ele sobe a chapada para depois descer por gravidade, alimentando o Rio Salgado e depois o Jaguaribe.

No caso do outro eixo, a questão de relevo está mais resolvida. São poucas as diferenças de altitude entre a saída do eixo e o lançamento da água no Pajeú-Moxotó e no Rio Paraíba.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Várias perguntas foram dirigidas a mim. Tentarei resumi-las numa só resposta. A primeira foi do companheiro Aulos Helanio Mota Leite, de Manga, que pergunta sobre a questão energética quanto à barragem de Três Marias no que diz respeito ao aumento do volume de água, ou seja, se isso é mais importante. Além disso, que, no caso, poderia ter saltado a água para melhorar a sua qualidade, mas foi retida pela questão energética. Ele pergunta se a questão da saúde e do consumo humano não são tão importantes quanto a produção de energia.

Temos feito várias indagações em relação à atuação da Cemig em nossa região. Minas Gerais exporta energia. Essa companhia tem tratado dessa questão energética de forma diferenciada. Pelo que tenho visto, ela dá mais ênfase à venda de energia para os grandes consumidores que para os pequenos produtores. Temos 200 postos artesanais perfurados e equipados para levar água para milhares de pessoas no Norte do Estado. Todavia, há três anos, a Cemig ainda não fez a ligação energética desses postos. Denunciamos isso há dois meses, mas até hoje nenhuma providência foi tomada.

Que fique claro que o interesse econômico da Cemig, que possui ações na Bolsa de Valores de São de Paulo e de Nova Iorque, está acima dos interesses da sociedade. Precisamos discutir isso, porque a Cemig é uma empresa nossa, do povo mineiro. Neste momento de angústia do povo do São Francisco, liberar um pouco da água da Barragem de Três Marias não faria mal a ninguém; muito pelo contrário, diminuiria o sofrimento do povo e as causas do que ocorre em nossa região.

Em relação às perguntas sobre onde estão os Prefeitos, gostaria de fazer um chamamento a eles, principalmente aos Prefeitos da bacia do Rio São Francisco, como já fiz.

Encerro minha participação pedindo que voltemos a discutir revitalização como questão principal, pois, na maior parte deste debate, discutiu-se transposição. As pessoas que fizeram uso da palavra deram grande atenção à transposição.

Gostaria de salientar que há transposições em Minas. O Projeto Jaíba possui 80m³ de água outorgados, quase o triplo do que a ANA outorgou para levar água ao Nordeste. Em Lagoa da Prata uma indústria fez uma transposição "na marra", desviando o leito de um rio, e os órgãos ambientais de Minas se calam. Não vi ninguém enfrentando os grandes.

Não queria simplesmente defender a transposição. Este debate deveria ter como objetivo a proposta inicial: cobrar de todos os governos - municipal, estadual e federal - uma ação conjunta para a revitalização a fim de se salvar o rio, em Minas, para nós. Enquanto ficamos discutindo transposição no Nordeste, bebemos esgoto de Belo Horizonte em Manga. Temos de discutir essa questão aqui.

Estamos dispostos a chamar todas as autoridades, ir ao Presidente e aos Governadores, para fazer uma agenda positiva, que de fato funcione. Chamaremos a Promotoria, o Ministério Público, a Justiça, os órgãos ambientais, para todos fazerem sua parte. Na hora de atrapalhar, todos metem o bedelho, querem aparecer, mas quero ver agora. O rio pede socorro, está agonizando, e nós, ribeirinhos, que estamos vivendo e sentindo o mau cheiro dessa água, queremos providências imediatas. Tenho certeza de que todos os presentes estão convictos e unidos nesse objetivo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para seus comentários, o Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira - Boa-tarde a todos. Serei breve, em respeito ao horário e aos nossos barranqueiros do São Francisco.

Tenho a felicidade de minha mãe e meus avós terem nascido em Maria da Cruz e Januária, onde passei parte da minha infância. Inicialmente, quero dizer que desde que aqui cheguei, em 1995, tenho trabalhado pela revitalização do Rio São Francisco. Hoje, o Dr. Alex Mendes Santiago é o responsável pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Defesa do São Francisco. A criação dessa importante Coordenadoria deve-se a um projeto de nossa autoria.

Também sempre lutei em relação à Copasa. Desde o meu primeiro mandato, apresentei o projeto de revitalização para Juramento, a fim de se construir nesse Município uma ETE e possibilitar que o Rio Juramento tivesse aquela grande bacia abastecendo de água despoluída a nossa cidade de Montes Claros. Embora o PT administre parte da Prefeitura de Montes Claros, falo desse Município, pois o governo do Estado, atendendo a nosso pedido, está gastando mais de R\$100.000.000,00 para a construção da ETE em Montes Claros, grande poluidora do Rio Verde Grande, que, por sua vez, poluía o Rio São Francisco.

Nossa luta sempre foi em defesa da revitalização do Rio São Francisco, principalmente dos pequenos rios. Para isso, como o nosso grande Apolo disse, temos de renovar as nossas matas ciliares.

Quanto a isto aqui, pedi à Copasa que fizesse um estudo, e o Deputado Fábio Avelar disse que a Copasa estará aqui na parte da tarde. Isso é uma vergonha. Passei lá, na quinta-feira passada, na cidade de Pirapora, na Barra do Guaicuí, e fiquei abismado com a cor da água. Fizemos esse levantamento, e está aqui a amostra da péssima qualidade desta água, que, infelizmente, todos nós, ribeirinhos - e alguns não têm condições - tomamos.

Quero dizer com muita firmeza que, sobre a transposição, acho que estamos chegando a um consenso, Paulo Guedes. Você mesmo, no início, tinha uma posição e agora muda não por mudar, mas porque o diálogo é importante. Primeiro, queremos uma audiência com o Presidente Lula. O Presidente do Comitê da Bacia do Rio São Francisco já pediu uma audiência. Qual o problema de conversarmos? Penso que precisamos de conversa com o Presidente, Dr. João Mendes, o que será importante. Por quê? Hoje vi aqui, Fábio Avelar e Apolo, que o Eixo Leste é uma unanimidade. Por que não fazer agora o Eixo Leste, de imediato, pois ele é só 20% dos recursos, deixando os outros 80% dos recursos que seriam para o Norte, o mais caro, para serem aplicados em Minas Gerais? Seriam 80%, R\$4.000.000.000,00 para revitalizar a Bacia do São Francisco. É isso que temos de dizer e o que queremos para o Rio São Francisco. Vamos pegar esse dinheiro e fazer a transposição. O Presidente Lula será um vitorioso, porque conseguirá já transpor parte do seu projeto, o Leste, a fim de atender à Paraíba e a outros Estados, e suspenderemos o Eixo Norte e aplicaremos todo esse recurso, que é muito. Como disse o Paraca, os recursos estão voltando para Brasília, porque não há como aplicá-los. Sabem por que isso não ocorre? Porque não temos projetos. Para algumas cidades, como Pedras de Maria da Cruz, Januária, Manga, Ibiaí, São Romão, a Codevasf não tem projetos. Farão a licitação a fim de fazer os projetos para, depois, realizar outra licitação que iniciará o projeto, o que demanda muito tempo. Então, temos de agilizar isso e encontrar um meio comum. Para isso, você, Deputado Paulo Guedes, que é do PT, junto aos Deputados Federais e ao Deputado Virgílio Guimarães, pode, sim, conseguir uma audiência com o Presidente Lula, com a caravana, o Presidente do Comitê, os Deputados da Cipe São Francisco e os representantes ribeirinhos. Em Minas, nós já temos um consenso: vamos pegar esse dinheiro, revitalizar a bacia do São Francisco e fazer o Eixo Leste, enquanto se discute o outro eixo, o Norte, que é 80% dessa obra.

Quero parabenizar todos vocês, pois estão aqui desde as 8 horas da manhã, e já são 13 horas, assistindo a esse importante ciclo de debates. Podem ter certeza de que esse ciclo, a Cipe São Francisco e a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais não vão parar. Se Deus quiser, Apolo, com sua ajuda, a do Ministério da Integração Nacional e a do Ministério Público, encontraremos uma solução para revitalizarmos 100% desse grande rio de integração nacional, o Rio São Francisco. Muito obrigado.

O Sr. Apolo Henriger Lisboa - Um momentinho. Deputado Gil Pereira, a posição de unanimidade está nesta carta. Ela fala de adução, água do Eixo Leste para abastecimento humano e dessedentação de animal. Não é o Eixo Leste com aqueles grandes canais; é um pouco diferente, mas é um acordo de todos. Retifico isso, para não ficar mal-esclarecido. Quem quiser pode ler isso aqui, pois está bem claro.

O Sr. Presidente - Agora faremos as intervenções orais, e, mais uma vez, gostaria de pedir a maior objetividade possível, porque, às 14 horas, teremos de reiniciar a nossa atividade da tarde. Então, darei 2 minutos para a intervenção de cada pessoa, no máximo, pedindo à assessoria que nos ajude a informar àquela pessoa que o seu tempo está esgotado. Não queremos deixar de escutar todas as pessoas que se inscreveram. Vou chamá-las de três em três, pedindo às pessoas que se postem em frente aos microfones da parte central. Assim que um terminar, imediatamente passamos a palavra para o outro a fim de ganharmos tempo.

Da mesma maneira, peço aos componentes da Mesa que anotem as intervenções para que façam os comentários logo após, quando encerrarmos nossas atividades da parte da manhã. Peço a compreensão de todos, porque o início das atividades da parte da tarde será às 14 horas.

Ouviremos os comentários de Dayse Fernandes, da Opará Vídeos; Gislene Margarida Pereira, da Articulação Popular pela Revitalização do Rio São Francisco, e de Márcio Passos Ribeiro da Silva, Secretário Municipal de Agricultura de São Francisco. Com a palavra, Dayse Fernandes.

A Sra. Dayse Fernandes - Boa tarde. Farei algumas considerações sobre o que ouvi e que não podemos deixar passar despercebido.

Falou-se sobre a humanização, sobre a questão humana. A humanização precisa ter maior sustentabilidade. Falou-se algumas vezes sobre o nome de Deus. Quero citar um provérbio chinês: "Deus moverá montanhas para fazer aquilo que o homem não é capaz de fazer, mas não moverá uma palha naquilo que é de responsabilidade humana".

Isso frisa a fala do Deputado Paulo Guedes sobre nossa responsabilidade de preservar o Rio São Francisco. O que é mais imediato para mim é reconhecer a questão do desmatamento, a seriedade do desmatamento, do assoreamento, da destruição das matas ciliares e das lagoas marginais. Considero extremamente importante o trabalho do Projeto Manuelzão com relação à educação nas escolas. Sou professora e trabalho com meus alunos sobre a importância das águas e da nascente do Rio São Francisco. Acho que a prioridade agora, Prof. Apolo, é a revitalização do Rio das Velhas. Não consigo ver a revitalização do Rio São Francisco se não forem tomadas providências emergenciais com relação ao Rio das Velhas. Passo pelo Rio das Velhas, na região da Serra do Cipó, e vejo que o rio está negro. O Rio São Francisco está verde, e o Rio das Velhas está negro. Você disse que os peixes estão vivendo em algumas regiões. Gostaria de ver isso e, se Deus quiser, atravessar o Rio das Velhas com você, se me convidar. Quero fazer uma pergunta: quais são os trechos em que há a proliferação de peixes?

Visitei a ETE há 2 anos, e eram tratados só 17% dos esgotos de Belo Horizonte. Aqui ouvi dizer que 45% dos esgotos são tratados. Não sei se esse valor aumentou nos últimos dois anos. Acho que deveriam investigar esses 80% do Eixo Norte, começando pela questão da construção de novas estações de tratamento, já que, pelo que sei, havia sido feito o tratamento de apenas 17% dos esgotos de Belo Horizonte.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, a Sra. Gislene Margarida Pereira.

A Sra. Gislene Margarida Pereira - Quero fazer uma denúncia. Nos dias 7 e 8 de novembro, diversas colônias de pescadores de Ibiaí, Buritizeiro, Pirapora, Januária, Pedras de Maria da Cruz, Brazilândia de Minas, Buritis e pescadores de Três Marias organizaram-se solicitando que fosse estabelecida uma mesa de negociação com representantes do Ministério do Meio Ambiente, IEF, Ibama, Secretaria do Meio Ambiente em Minas Gerais e a Copasa para apresentar uma pauta de reivindicações. Eram R\$500,00 para cada pescador e um conjunto de ações para a despoluição e para a revitalização do Rio das Velhas e do Rio São Francisco.

As cartas de convocação foram entregues e protocoladas na secretaria dos órgãos anteriormente citados. Hoje, vergonhosamente, nenhum órgão compareceu ou justificou sua ausência, mostrando descaso para com a situação dos pescadores e dos vazanteiros. Neste momento, estão encaminhando alguns atos públicos para o dia de hoje, em Pirapora.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Márcio Passos.

O Sr. Márcio Passos - Senhoras e senhores aqui presentes, boa-tarde a todos. Quero registrar aqui um manifesto do PJB, um grupo de pró-reativação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no Município de São Francisco, e do Codema. (- Lê:)

"Senhores Deputados, a população ribeirinha está vivendo um momento de muita aflição, quando se vê impedida de chegar ao que lhe é mais caro e precioso: o Rio São Francisco. A história mostra a importância do Rio São Francisco desde os primeiros tempos da civilização brasileira, quando se fez no caminho da interiorização, chegando-se à denominação de Rio da Unidade Nacional.

Outro fator importante é saber que ele é o principal rio que nasce e morre em terras brasileiras, e que, neste contexto, Minas Gerais é responsável por mais de 70% de suas águas. O Rio São Francisco tem sido motivo de muita preocupação para a população ribeirinha, que vem trabalhando no sentido de preservá-lo e, antes, revitalizá-lo. Em nosso Município, desenvolvemos importantes projetos de recuperação e proteção de nascentes, os quais hoje têm repercussão nacional por meio do Projeto João Botelho Neto, que tem um parceiro muito importante: a Procuradoria de Justiça de Defesa da Bacia do Rio São Francisco. Este projeto nos tem permitido compor com grandes empresas para recompor áreas degradadas do cerrado em decorrência do plantio de eucalipto.

Todo esse esforço, no entanto, perde hoje o sentido quando percebemos que o nosso rio está morrendo. Anos atrás, eram os peixes que morriam à fartura, e nada foi feito. Agora, é o homem que está correndo risco de vida. E por que está? Porque não pode beber da água "in natura", não pode tomar banho no rio, não pode plantar as roças nas vazantes, não pode regar suas plantas e dar de beber aos seus animais. E não foi por sugestão de cada barranqueiro, foi recomendação taxativa da Defesa Civil do Estado. Então a situação é grave.

Imaginem os senhores aquela gente morando na beira do rio, vendo e sentindo a água, que é a sua vida, sem poder se aproximar dela. É a morte lenta do barranqueiro. Queremos, com o coração na mão, mostrar o que acontece com a nossa gente, com os pescadores, com os vazanteiros, com os agricultores e com toda a nação barranqueira, que morre aos poucos. Os senhores, o Estado, a Nação, todos precisam socorrer nossa gente, salvar o nosso rio para que não registremos o óbito. E pergunta-se: 'Quem vai assinar o óbito? Quem se responsabilizará por tamanho desastre?'. Pedimos às autoridades competentes que não deixem isso acontecer, para que não se manchem na história. Muito obrigado".

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Paulo Afonso da Mata Machado, do Banco Central do Brasil. Na sua ausência, com a palavra, o estudante de direito Ulisses Sales. Em seguida, falarão os senhores Dêniston Diamantino e Luís Rocha Neto. Com a palavra, o Sr. Ulisses Sales.

O Sr. Ulisses Sales - Na pessoa do Deputado Paulo Guedes cumprimento todos os integrantes da Mesa e todo o povo do Norte de Minas, que, com muita garra, está aqui hoje.

Gostaria de ver dirigida a minha pergunta ao Antônio Thomaz, que estava aqui e proferiu algumas palavras, porque fez alguns comentários sobre a nossa camiseta, onde está escrito "Temos o rio, mas não temos água". A nossa preocupação com a transposição é grande. Ao confeccionarmos as nossas camisetas com esses dizeres, a nossa maior angústia, a nossa maior dor diz respeito ao que estamos sofrendo lá hoje, mas não desprezamos a possibilidade de pensarmos nessa transposição, que está sendo debatida há anos.

Quanto à questão abordada pelo Deputado Almir Paraca, confesso que volto triste para o Norte de Minas porque ouvi um Deputado dizer que Prefeitos, Vereadores e Deputados não têm capacidade para discutir a gestão dos recursos destinados à revitalização. Gostaria que o Deputado Almir Paraca estivesse aqui para responder-me como cidadão manguense: de quem podemos esperar essa resposta? Quem nos mostrará como devemos utilizar esses recursos? Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Dêniston Diamantino.

O Sr. Dêniston Diamantino - Boa-tarde a todos. Sou barranqueiro de Manga. Hoje moro em Matias Cardoso, sou conterrâneo do meu amigo Deputado Paulo Guedes. Concordo que não deveríamos estar discutindo a transposição do São Francisco. As pessoas na beira do rio estão bebendo água deste tipo.

- Procede-se à exibição de uma garrafa cheia de água esverdeada.

O Sr. Dêniston Diamantino - Nas ilhas, as crianças estão bebendo água como esta. As pessoas que moram nas ilhas não têm acesso a caminhões-pipa. Não devemos falar em transposição enquanto as crianças do São Francisco estiverem bebendo uma água como esta.

Um poeta da minha cidade escreveu o seguinte poema: "O Rio de São Francisco é um poema a sorrir / as águas que agora descem não voltam mais a subir / elas nos viram nascer / nos deram leite a beber / criaram os nossos avós / é o rio de nossas vidas / é a vida de todos nós".

O São Francisco é a nossa vida. Quero cobrar ações emergentes quanto à situação da água. Posições precisam ser tomadas. Devemos sair dos discursos, da promoção política e pessoal, porque, repito, as crianças das ilhas estão bebendo água poluída. Fico indignado com o fato de estarem discutindo transposição, Eixo Norte, Eixo Sul, desmatamento, etc. enquanto os moradores das ilhas estão bebendo uma água como esta. As pessoas de Belo Horizonte dizem que o esgoto está descendo para os rios. Lá o esgoto está entrando em nossas vidas, como diz o poema. Precisamos de uma ação energética e rápida, porque o povo do São Francisco não aceitará essa situação. Esse povo barranqueiro irá

rebelar-se. Isso será pior para todos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Luís Rocha Neto.

O Sr. Luís Rocha Neto - Cumprimento todos os membros da Mesa na pessoa do Deputado Paulo Guedes, a quem agradeço a sensibilidade demonstrada a todo o nosso povo. O nosso governo tem sido um exemplo e uma referência em nosso país. Isso só foi possível graças ao trabalho desenvolvido pelos Deputados, ou seja, mantendo os Poderes distintos, porém harmônicos.

Gostaria que os senhores tivessem também a sensibilidade de desenvolver um trabalho voltado para a questão ambiental, ou seja, para a proteção do nosso Rio São Francisco. Disseram que a solução do problema é muito simples: basta chover. Esse é o meu medo, ou seja, que chova, mas que os senhores não tenham noção da gravidade do problema.

Como foi dito aqui, se se soltasse a água de Três Marias, talvez se estivesse maquiando o problema, que é gravíssimo; ele tem conseqüências de várias naturezas. Mas a principal seqüela são os dejetos, os esgotos da área metropolitana da Grande BH. Isso pode ser resolvido se houver uma ação conjunta e vontade política.

Eu gostaria que os senhores tivessem sensibilidade e assumissem isso como meta principal, para que essas pessoas que aqui estão, sem poder beber sua água, sem poder fazer sua prática para colocar comida na panela, saíssem daqui otimistas, com esperança. Na verdade, estão prejudicadas por uma situação em relação à qual os senhores poderiam tomar uma providência imediata. Recebemos a visita da Defesa Civil lá, mas nada foi feito para resolver o problema que estão enfrentando. O carro-pipa não chegou, e eles estão sendo obrigados a beber a água do jeito que ela se encontra, para não morrer de sede. Essas pessoas que foram totalmente prejudicadas não estão tendo o tratamento que mereciam. Meus senhores, pelo amor de Deus, olhem para nós, porque essa situação é para ser resolvida o quanto antes.

A transposição é uma questão séria e merece, sim, ser estudada com muito carinho. Quando se fala em transposição, eu gostaria que se transpusessem só 2km, para matar a sede do ribeirinho, que está morrendo por falta de água e que está esquecido.

O Sr. Presidente - Chamamos agora os dois últimos inscritos: Jussara Ribeiro, do jornal "O Médio São Francisco", que fará uma intervenção oral dirigida ao Deputado Paulo Guedes; e o Sr. Luís Ferreira de Souza, Vereador em São Francisco, também inscrito para manifestação oral. Com a palavra, Jussara Ribeiro.

A Sra. Jussara Ribeiro - Farei as duas coisas, observação e pergunta, e queria que fossem dirigidas também ao Apolo, pessoa que admiro e cujo trabalho no Projeto Manuelzão venho acompanhando. O nosso jornal, "O Médio São Francisco", traz na reportagem "O São Francisco agoniza, o drama dos ribeirinhos". Ouvimos várias pessoas à margem do São Francisco, ouvi hoje os colegas, os co-irmãos de São Francisco, e a Rute, uma senhora do São Francisco, fez uma observação interessante. Nós fomos enganados o tempo todo. Digo que essa é uma pergunta que não pode calar. Deputado Paulo Guedes: por que os ribeirinhos ainda não estão conscientes de toda a omissão das autoridades? As autoridades estão-se esquecendo de dizer a eles o que realmente está acontecendo. Navegar e pescar no Rio das Velhas em 2010, essa é a proposta, não é, Apolo? Assistimos ao filme "Navegando no Rio das Velhas" e sabemos, sim, da poluição. Temos noção do que está acontecendo no São Francisco. Mas o Deputado Paulo Guedes, como é ribeirinho, sabe que, com o nível baixo da água, nunca vimos o que está acontecendo, apesar de salientar que realmente há algum tempo não vemos chuva. O período de estiagem é muito grande.

Eu queria fazer uma observação, Deputado Paulo Guedes. O Apolo se referiu ao problema do desmatamento, sobre o qual temos de pensar também. Temos, sim, mas temos de pensar também na poluição das águas do Rio São Francisco, que é algo relevante. Tem de haver uma política séria do poder público, porque, por enquanto, só estamos ouvindo enrolação.

Digo mais: não viemos aqui, não saímos de Januária, de Manga, de São Francisco, de Pirapora, por acaso. Acredito que a ação tem de ser agora. Antes tarde que nunca. Estamos com os senhores para a revitalização e para a causa da despoluição do Rio São Francisco. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Vereador Luiz Ferreira de Souza.

O Vereador Luiz Ferreira de Souza - Boa-tarde Deputados e demais presentes. Srs. Deputados, como Vereador, assim como os senhores, sou representante do povo. Está na hora de esquecermos a questão partidária. Está faltando respeito para com o povo que votou em todos nós. Poucos Deputados estão preocupados com essa situação. Uma Deputada teve a coragem de falar em São Francisco que a Copasa não tem nenhuma culpa. Quero dizer ao Prof. Apolo, nosso amigo, que o IEF e outras entidades liberam, se pagar, o desmatamento. Agora, um trabalhador que desmata um hectare para matar a sua fome paga multas altíssimas. Por isso, digo que no momento temos de nos preocupar com a saúde e com a alimentação do nosso povo. Até hoje, não tivemos um laudo sobre os peixes que morreram no Rio São Francisco. Está faltando respeito para com o nosso povo do Norte de Minas. Estamos sendo deixados de lado. Porque as coisas estão acontecendo na nascente, como disse o nosso amigo Deputado, e não mais para baixo de Pirapora? Está na hora de agirmos. Vamos todos ao Governador. As coisas têm de sair do papel. A Copasa já soltou muitos panfletos, mas precisamos de ação já. O momento é realmente sério. Não são vocês, daqui, de Belo Horizonte, que estão passando o que estamos passando. O nosso sofrimento é muito grande. Lá, as pessoas não conseguem dormir com o mau cheiro da água, muito menos ingeri-la. A situação é realmente séria. Obrigado.

O Sr. Presidente - Solicito aos componentes da mesa que façam os comentários que acharem interessantes com referência às abordagens, aproveitando para fazerem, o mais rápido possível, as suas considerações finais. Cada um disporá de 2 minutos. Com a palavra, o Prof. Apolo.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - O Projeto Manuelzão começou há 10 anos. Na época, dissemos que o destino do peixe anuncia o nosso. Há 10 anos lutamos, dia e noite, para despoluir o Rio das Velhas. Uma luta, como voluntário, que prejudica a nossa saúde, a nossa família. Sou da sociedade civil e militante dessa causa. O que está acontecendo é prova de que o destino do peixe anuncia o nosso. Hoje à tarde, teremos a apresentação do biomonitoramento do Rio das Velhas, que começamos há 8 anos, uma coisa maravilhosa. Vale a pena que todos estejam presentes. É o único rio do Brasil que tem biomonitoramento da nascente até a foz. Não olhamos só a qualidade química e física, temos anotadas todas as espécies. Muitas vezes, vocês nem sabem dessa luta porque a grande imprensa não divulga o nosso trabalho.

Gostei muito do que a Daise falou sobre a humanidade, o modelo humano. Depois, podemos discutir isso. Concorro com o Deputado Paulo Guedes, que me surpreendeu positivamente. Os governos federal, estaduais e as Prefeituras estão devendo. Nenhum governo está fazendo 100%. Agora temos de melhorar. É preciso haver um melhor conteúdo das propostas de revitalização e mais verbas também.

Temos que nos unir porque a mentalidade da sociedade nunca colocou meio ambiente em primeiro lugar. O pessoal prioriza asfalto, fonte luminosa nas praças. Tudo isso é maquiagem. E os políticos seguem esse tipo de eleitor. Se mudar a sociedade, muda o Brasil, mas governo nenhum irá mudar o Brasil. Quem vai mudar o Brasil é o povo.

A meta de 2010, que está-se encerrando, foi uma grande iniciativa, mas, infelizmente, precisa de mais ritmo, mais verba, maior integração

entre os órgãos do governo, porque parece que cada um fala uma linguagem diferente. É preciso maior esforço para revitalizarmos o Rio São Francisco. Estive com a Defesa Civil em Várzea da Palma; fui no avião do governo para ver o problema das algas verdes e das cianobactérias. Pedi para falar ao final da reunião, e o Sargento não deixou. Ele falou que o problema era muito grave e não podia haver debate, para não alarmar o povo. A Defesa Civil não é defesa militar, a sociedade civil é que tem que se defender. A questão das algas azuis tóxicas mostrou a realidade dos nossos rios e a realidade da poluição.

Quero sugerir aos Deputados que façam um projeto de lei sobre tratamento de esgoto em Minas Gerais, pondo fim a essa prática de lançar esgoto, de lançar resíduos industriais, lixo, agrotóxicos e fertilizantes nos nossos rios. Meio ambiente é fundamental, não é agenda secundária.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Alex.

O Procurador de Justiça Alex Fernandes Santiago - Agradecendo o convite da Mesa, quero dizer que estamos diante de um momento histórico. Há um consenso de toda a população quanto à necessidade de tratar o esgoto de Minas Gerais. O povo do Norte já não tolera mais receber esgoto sem tratamento, prejudicando sua própria convivência.

Assim sendo, diante deste momento histórico, o Ministério Público faz coro com a solicitação do Sr. Apolo para que haja uma lei estadual prevendo prazos para que os Municípios tratem os esgotos de Minas Gerais. Só assim passaremos do discurso à prática efetiva, para que todos tenham um prazo para o cumprimento dessa determinação legal. O Ministério Público se encarregará de fiscalizar. Essa iniciativa seria um passo louvável desta Casa, que tem esse estabelecimento legal. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. João Mendes.

O Sr. João Mendes da Costa Neto - Agradeço o convite, em nome do Ministério da Integração, e a possibilidade de vir aqui participar e colaborar, juntamente com os Deputados e com a sociedade, deste evento tão importante.

Para encerrar, gostaria de passar às mãos dos senhores um documento para que seja incluído no acervo da Casa -, o Plano de Reabilitação do Semi-Árido do Nordeste. O documento que estamos deixando aqui, assim como o documento que está impresso no "site" do Ministério da Integração, diz que está aberto para discussão. Aqui, tentamos dar o pontapé inicial nessa discussão e, para isso, estamos aguardando a agenda das audiências públicas que irão possibilitar essa interface entre o que o Ministério propõe e o que a sociedade civil deseja. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Respondendo às indagações, começarei pela Jussara. Volto a dizer o que falei no início e que deve ser o tema principal deste debate. Gostei do que você falou sobre as autoridades. O que elas estão fazendo, a meu ver, é muito pouco. Por isso, precisamos vencer a burocracia e o medo, cobrando uma ação efetiva dos órgãos ambientais. Não devemos ficar apenas no ar condicionado, em Belo Horizonte, ditando leis, elaborando decretos, mas partir para a prática.

Gostei da manifestação do Ministério Público, com intervenção positiva. A partir de agora, o Ministério Público fiscalizará, isso é muito importante, é um avanço deste seminário.

Apolo, acenderei vela e rezarei para Nossa Senhora Aparecida para que o senhor, o Governador e eu nademos no Rio das Velhas em 2010. Faltam apenas dois anos. Temos de avançar, sair do discurso, fazer o Orçamento andar, fazer com que os órgãos ambientais dêem licença para tratar do rio, porque eles demoram, "embolam o meio de campo". Temos de vencer a burocracia e tudo o mais para garantir os recursos no Orçamento. A Assembléia exerce grande papel nisso, pois estamos votando o Orçamento do Estado. Podemos fazer uma grande emenda de bancada destinando recursos para a revitalização. O Congresso Nacional deve fazer o mesmo. Está sendo votado o Orçamento da União. Temos de mostrar na prática que as autoridades podem fazer alguma coisa e sair do discurso de que o culpado é A ou B, que há o Eixo Leste, o eixo não-sei-o-quê, enquanto o povo de Matias Cardoso, Bom Jesus da Lapa, Manga, Januária e São Francisco estão bebendo esse veneno, esse esgoto podre que sai do Rio das Velhas e está poluindo nossos rios.

O dinheiro para a transposição e revitalização existe, o País está arrecadando muito. O Orçamento de Minas para o ano que vem é de R\$33.000.000.000,00. Deveriam tirar R\$500.000.000,00 para investir no tratamento do esgoto de Belo Horizonte. É isso.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira - Com este ciclo, vocês viram qual é a nossa preocupação. O ciclo de debates foi realizado com a participação da Cipe São Francisco, da qual sou coordenador, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente. Convidamos a autoridade mais importante dessa área, o Ministro da Integração Nacional, Geddel. Estivemos lá por três vezes, solicitamos que ele marcasse a data. Dr. João Mendes veio representá-lo e o fez muito bem, mas ele é que deveria estar aqui.

A Codevasf vai revitalizar o rio, principalmente. Como Apolo bem sabe, de tudo que é arrecadado no País, 70% ficam com o governo federal; 20%, com os 27 Estados da Federação; e 10% vão para os 5.656 Municípios, que ficam quase sem dinheiro algum.

Parabéns, Luís, por sua manifestação, pois quem está a 2km ou 3km do São Francisco não tem água. Mas queremos levar a água a 700km do rio. Para isso, temos de dar água aos mineiros, ao povo que está passando sede, e recompor as matas ciliares daqui. Se Minas não fizer essa recomposição e tiver água limpa, não daremos água para o Nordeste.

A Assembléia Legislativa está cumprindo seu papel. Fiquei satisfeito com este debate e, ao seu final, solicitaremos uma audiência ao Presidente Lula. Não tenho dúvida de que o PT concederá essa gentileza para entrarmos em contato com o Presidente, para que a Caravana possa ir lá junto à Cipe São Francisco, levando todos os Governadores para debatermos, pois precisamos dos recursos. A revitalização é necessária para que todas as cidades do Norte de Minas, da bacia do São Francisco, tenham 100% de esgoto e ETE, para que todos os rios sejam recompostos, assim como as matas ciliares e as nascentes.

Parabenizo cada um de vocês por estarem aqui. Sei que viajaram centenas de quilômetros para participar ativamente deste importante processo na Assembléia. Garanto aos senhores que a Cipe São Francisco, a Comissão de Meio Ambiente e a Caravana não ficarão parados.

Vamos atuar diariamente para revitalizar a bacia do São Francisco. Parabéns a todos vocês.

O Sr. Presidente - Estamos terminando nosso encontro. Agradeço a presença de todos e a participação do Dr. João Mendes, do Prof. Apolo, do

Prof. Matta Machado e do Dr. Alex. Reiniciaremos às 14h30min, para termos tempo de fazer um lanche rápido. É importante a participação de todos vocês à tarde, porque trataremos de assuntos muito importantes no processo de revitalização, que são exemplos de revitalização. Teremos a presença dos Secretários, da Copasa. Será um momento muito importante.

Apolo, desde já, em nome da Comissão de Meio Ambiente, comento o item VI, de suas proposições: "Apoio técnico e político ao Comitê da Bacia do São Francisco para a elaboração do Pacto de Gestão das Águas do São Francisco, com inclusão imediata do atendimento às demandas para o abastecimento humano do Estado da Paraíba, em consideração aos preitos do Ceará e do Rio Grande do Norte, para abastecimento humano e dessedentação de animais". A Comissão de Meio Ambiente vai apoiá-lo, e tenho a certeza de que a Cipe São Francisco, coordenada pelo Deputado Gil Pereira, também dará esse apoio.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/11/2007

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Paulo Guedes

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Sr. Vítor Luís Curvelo Sarno - Palavras do Sr. Carlos Bernardo Mascarenhas - Palavras do Sr. Pablo Moreno - Palavras do Sr. Athadeu Ferreira da Silva - Palavras do Secretário José Carlos Carvalho - Palavras do Sr. Ronaldo Matias de Souza - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Deputado Paulo Guedes, membro da Comissão de Transporte desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; João Mendes da Rocha Neto, Secretário Executivo do Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido, representando o Ministro de Estado da Integração Nacional, Geddel Quadros Vieira Lima; Deputado Antônio Passos, da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe e Presidente da Cipe São Francisco no biênio 2005/2006; Deputado Gil Pereira, Vice-Líder do Governo nesta Casa, Coordenador da Cipe São Francisco em Minas Gerais e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Vítor Luís Curvelo Sarno, Diretor Adjunto da Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia, representando o Diretor-Geral da Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia e Coordenador do Grupo de Trabalho Estadual do Rio São Francisco, Sr. Júlio César de Sá da Rocha; Carlos Bernardo Mascarenhas, Biólogo do Projeto Manuelzão e Coordenador do Programa de Biomonitoramento da Bacia do Rio das Velhas; Pablo Moreno, Biólogo do Projeto Manuelzão e Doutorando em Ecologia pela UFMG; e Athadeu Ferreira da Silva, Engenheiro Agrônomo, Gerente de Empreendimentos Sócio-Ambientais da Codevasf, representando o Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da Codevasf, Sr. Jonas Paulo de Oliveira Neres; a Exma. Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -; e o Exmo. Sr. Ronaldo Matias de Souza, Superintendente de Serviços e Tratamento de Efluentes da Copasa-MG.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença do Exmo. Sr. Paulo Romano, Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates "O Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável do semi-árido", com a apresentação do painel "Investimentos e Exemplos de Revitalização".

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Guedes) - Boa-tarde a todos. Com a palavra, o Sr. Vítor Luís Curvelo Sarno.

Palavras do Sr. Vítor Luís Curvelo Sarno

Muito obrigado. Boa-tarde a todos e a todas. O Dr. Júlio Rocha, Diretor-Geral, não pôde comparecer em razão de outras demandas, mas incumbiu-me de trazer-lhes as palavras do novo governo da Bahia, Estado cujo Governador Jaques Wagner assumiu este ano, após muito tempo em que muito se falou em revitalização e transposição, mas pouco se fez. O papel que cabia ao governo do Estado, em termos de assumir as suas responsabilidades no processo de revitalização do rio e na gestão sustentável das águas dos afluentes estaduais, não foi executado durante muitos anos, embora houvesse sempre muito discurso, até mesmo contra a transposição.

Quando o Governador assumiu, uma de suas primeiras ações foi a criação, em março de 2007, de um grupo de trabalho para cuidar da questão do São Francisco, acompanhar as ações na bacia do São Francisco, principalmente as relativas à garantia da sustentabilidade hídrica, ao saneamento ambiental e ao acesso à água nessa bacia. Esse grupo é também responsável por estabelecer o diálogo com os diversos atores sociais que atuam na bacia do Rio São Francisco, principalmente as populações tradicionais: quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Em sua composição estão representadas 11 Secretarias: Meio Ambiente, Casa Civil, Relações Institucionais, Justiça, Agricultura, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento e Integração Regional, Infra-Estrutura, Promoção da Igualdade e Planejamento. Portanto, o grupo, que é vinculado à Casa Civil e coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente, tem uma estatura política, uma força e um papel importantes na atuação até mesmo transversal de várias políticas públicas. Assim, para qualquer ação do governo na bacia do São Francisco, busca-se que seja de conhecimento desse grupo e que seja feito um planejamento integrado, o que previne diversos problemas e conflitos que poderiam ocorrer. Essa é a idéia.

Esta tela mostra os membros de cada Secretaria. Como falei, o Dr. Júlio Rocha é o coordenador pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Ele pode convidar representantes de outros órgãos da administração pública, federal, estadual ou municipal, organizações não governamentais, especialistas em assuntos ligados à área de atuação. Várias reuniões já foram realizadas com pessoas de fora do governo.

A metodologia proposta consiste em reuniões periódicas, acompanhamento, instalação da sala de situação e emergência, especificação das áreas temáticas de atuação, agenda de visita e diálogo com os setores sociais, proposta de realização de atividades internas de governo, acompanhamento de eventos externos sobre o tema, realização de reuniões com o governo federal, convocação de técnicos estaduais que

possam subsidiar os trabalhos da equipe, elaboração de relatórios regulares para a Casa Civil, definição dos procedimentos de comunicação com a nossa Agência Central de Comunicação, realização de seminário e visitas técnicas às diversas cidades da bacia.

Foram várias as atividades realizadas. Diversas reuniões da equipe do GT com técnicos de vários órgãos públicos, universidades e sociedade civil - aconteceram discussões francas, democráticas, sem definições prévias. Realização de seminário aberto em setembro, para sistematizar uma série de opiniões, informações e propostas para a revitalização do rio e do uso sustentável das suas águas. Visitas técnicas a diversas cidades. Recentemente, foi feita, no Lago Sobradinho, uma visita de barco a várias comunidades. Elaboração de relatórios. Alocação de recursos no PPA para revitalização das sub-bacias - esse é um dos pontos mais importantes. Como disse, o antigo governo falava de revitalização, colocava até uma rubrica no Orçamento, mas esse valor era pequeno, e mesmo assim não o aplicava na revitalização. Esse é um ponto fundamental. O governo da Bahia, a partir de agora, assume a sua responsabilidade em relação aos afluentes estaduais, às águas de domínio estadual, claro que sempre com a articulação dos órgãos federais, com o comitê da bacia e os comitês das sub-bacias. A contratação de um consultor para assessorar o GT na construção de um banco de dados sobre o rio na Bahia; aliás, esse banco subsidiará a Sala de Situação. Isso não é para criar nada, mas é para articular os dados que já existem no próprio comitê, no Ministério e na ANA, como uma forma de sistematizar, para que o próprio Governador possa acompanhar os dados da Sala de Situação. Esse banco está integrado com o sistema de formação de recursos hídricos. Prioridade na concessão de outorgas para abastecimento humano e saneamento básico, ou seja, na discussão dos procedimentos. Várias Prefeituras estão com uma série de convênios na área de saneamento, e temos priorizado a análise dessas outorgas. Regularização de pequenos irrigantes por meio da contratação de agrônomo. Esse é o apoio que estamos dando às associações para regularizar a situação desses pequenos irrigantes, tanto dentro da bacia como fora do Estado como um todo.

Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos dos afluentes baianos com prioridade para a sub-bacia do Salitre. O mais novo plano da Bahia é de 1997, ou seja, há 10 anos, não se faz planejamento de recursos hídricos nas suas diversas bacias. Esses planos que já existem são, na verdade, grandes diagnósticos, não aprofundam concretamente as atividades e ações detalhadas para serem implementadas, ficam mais na parte de diagnóstico, e não são efetivamente implementados.

Lançamento do Programa Monitora. Esse é outro ponto fundamental. O conhecimento da realidade do rio, o acompanhamento sistemático das informações de qualidade. Quantidade já existia. Há uma rede hidrométrica que estamos ampliando, mas, fundamentalmente, do ponto de vista da qualidade, muito pouco se fez.

Só quando as emergências surgiam, tomava-se uma atitude, mas temos de prevenir as ocorrências, saber onde estão os problemas e quais são os que existem na qualidade da água para atacá-los e resolvê-los efetivamente.

Fomento e apoio financeiro para a criação e manutenção dos comitês das sub-bacias. Já existiam dois comitês criados. Agora são três, com diretorias provisórias, já aprovados pelo Conselho Estadual e ainda faltam duas sub-bacias. Então, na Bahia, são sete sub-bacias da bacia do São Francisco. Até o final de 2008, esperamos que todos os comitês das sub-bacias do São Francisco na Bahia estejam formados. Em relação às outras bacias que não são do São Francisco, a idéia é de que todas as 17 regiões hidrográficas da Bahia estejam com os comitês instalados e funcionando.

Foi inédita a publicação de uma portaria da Superintendência de Recursos Hídricos - SRH - neste ano, destinando recursos para todos os comitês criados, e esses recursos são geridos de forma autônoma pelos comitês. Os comitês têm - claro, dentro das limitações de recursos que temos - uma quantia alocada, discutida, e planejam quais serão os eventos e as atividades. Então há esses recursos para aplicar na manutenção dos comitês.

Outros projetos de revitalização da bacia do São Francisco estão sendo desenvolvidos por intermédio de outras áreas da própria SRH. Estamos buscando recursos com o governo Federal para o programa Terras Sustentáveis, com o MST, na linha de assentamentos, de reforma agrária, para cuidarmos da recomposição das matas ciliares, das áreas de recarga e do uso sustentável das águas nesses assentamentos.

Uma outra iniciativa é que somos ponto focal do programa do combate à desertificação na Bahia. Então estamos elaborando, buscando recursos também com o governo federal, por meio de uma emenda parlamentar da bancada, para construir o plano, em parceria com a sociedade, de combate à desertificação e também garantir recursos para algumas ações iniciais. Não adianta ter somente o plano, mas sem ele não começamos a operar efetivamente o programa no Estado. Já havia 10 anos que se falava muito sobre o combate à desertificação, mas praticamente nada foi feito. Houve muita reunião, mas efetivamente nada saiu do papel. O objetivo agora é também atacar esse ponto. Há áreas, e não só na caatinga, mas também no cerrado, Oeste baiano, altamente sensíveis à desertificação. Esse é um problema, e buscamos recursos para atacá-lo.

Esta é uma frase do Velho Theo, importante para a nossa atividade: "O Rio São Francisco corre nas minhas veias e deságua no meu coração". Nós temos nos inspirado nisso e nos guiado para desenvolver uma série de atividades para buscar a revitalização. Aliás, não está nos "slides", não nos preparamos para esse debate específico da transposição, viemos para falar sobre a questão da revitalização. Para o debate, podemos detalhar um pouco mais as ações objetivando a revitalização. É importante expor a posição do Governador Wagner, que, com certeza, apóia o governo federal. Ele sempre expôs publicamente, e também para o Presidente Lula, a necessidade de se priorizar a revitalização que muitos falam, mas que pouco sai do papel. Então é preciso melhorar a efetividade na realização dos gastos e chegar na ponta, a quem precisa. E o governo estadual também deve fazer sua parte com as Prefeituras e o governo federal.

A outra questão é priorizar o Eixo Leste. O Governador já se posicionou, mas essa é uma discussão que cabe ao governo federal, responsável por tocar a obra. O Governador o apóia em suas ações. Essa é a posição do governo em relação à transposição, mas é fundamental continuar com a revitalização. E discordo do que foi falado aqui, pela manhã, quanto ao fato de a transposição inviabilizar a revitalização. Essa vinculação dos dois projetos sempre emperrou a revitalização, que precisa continuar, independentemente da discussão sobre a transposição, que é importante.

Os esforços e recursos devem ser dirigidos para a revitalização, para discutir até o modelo de desenvolvimento dentro da bacia. Se, por um lado, a carnicultura será beneficiada com a transposição no Rio Grande do Norte, por outro lado existe pivô central desperdiçando água no Oeste da Bahia, no agronegócio, na monocultura extensiva. Além disso, há desmatamento em larga escala, assoreamento, poluição, agrotóxicos, irrigação de forma perdulária, enfim, todos os problemas observados aqui e que todos já conhecem.

Há ainda o conflito de uso da energia elétrica. Temos vários projetos de pequenas centrais hidrelétricas que são muito mais sustentáveis que os grandes barramentos, mas que não podem ir a cabo porque já não há água em alguns afluentes - para alguns afluentes da Bahia, já não temos condições de dar a outorga. Essa é uma realidade com que precisamos nos confrontar e frente à qual temos de tomar atitudes concretas. É preciso conseguirmos recursos efetivos de todos os entes da Federação e juntarmos esforços, por meio do comitê. É importante que todas as ações passem por ele, mas principalmente a de revitalização, que deve ser discutida, independentemente da questão da transposição, que também deve ter sua discussão legítima, paralelamente. Todas as vezes em que vinculamos, criamos problemas dos dois lados.

Essa é a mensagem do governo da Bahia, e esperamos, em 2010, ao final desse governo, ter implementado vários instrumentos de gestão da política de recursos hídricos e também várias ações concretas para a recomposição das matas ciliares. Existe o Programa do Produtor de Água, que já estamos elaborando. Precisamos tirar esses projetos do papel para, efetivamente, revitalizar o rio e oferecer água de qualidade para

todos.

Existe um programa do governo da Bahia, o Água para Todos, e estamos inseridos nele. Ele visa, para todo o nosso Estado, à garantia de sustentabilidade hídrica e à melhora das condições de vida da população. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Carlos Bernardo Mascarenhas

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de, mais uma vez, estar aqui, mencionando ao público uma série de dados que o Projeto Manuelzão tem levantado. Como o Apolo disse, há mais ou menos 10 anos temos trabalhado na bacia.

Vou falar um pouco sobre o porquê de acreditarmos que a meta 2010 é viável. Esse trabalho foi apresentado recentemente, em um Congresso nos Estados Unidos. Temos tentado dar credibilidade às nossas informações, não só nacional, mas também internacionalmente.

Nossa área de estudo é a Bacia do Rio das Velhas, uma das principais Sub-Bacias do Rio São Francisco, a única que possui uma Capital de Estado. Pela concentração humana e pela industrialização, possui uma série de problemas. Temos problemas ligados aos efeitos da urbanização, com cidades construídas sem levar em consideração os cursos de água onde elas estão inseridas, provocando uma poluição bastante evidente.

Temos aqui a fotografia da foz do Ribeirão do Onça, no Rio das Velhas. Uma imagem dessa fala mais que muitas palavras. Temos uma degradação muito grande dos ambientes. A população humana gera uma enorme quantidade de lixo, que, em vários lugares, tem sido disposto de forma incorreta, trazendo grandes problemas para a saúde humana, dos rios e dos nossos ambientes aquáticos. O que costumamos ver são eventos constantes de mortandade de peixes, que variam de porte - acontecem eventos pequenos, localizados, mas também eventos drásticos, com a morte de toneladas de peixes, afetando várias espécies, como mostram as imagens.

Dentro do nosso trabalho de monitoramento, fazemos amostragens da qualidade da água, seja físico-química, seja biológica. O Pablo, que se pronunciará em seguida, falará um pouco mais sobre a qualidade da água. Trabalhamos com vários grupos da biota aquática, ou seja, os seres vivos que habitam as águas. Trabalhamos com o fitoplâncton, que são as algas; o zooplâncton, que são invertebrados microscópicos; e os bentos, que são os macroinvertebrados visíveis a olho nu - larvas de insetos e uma série de animais. Fazemos trabalhos com peixes e temos amostrado vários tipos de ambientes com os mais diversos apetrechos de pesca, para ter uma caracterização já mais efetiva de todos os ambientes.

Como resultado do nosso trabalho dentro da bacia, temos amostragens em afluentes. Temos o Rio Cipó, que, para o Rio das Velhas, é o principal. Temos o Ribeirão do Onça, que vem de Cordisburgo; o Rio Curimatá, o Rio Pardo Grande e o Rio Bicudo. Existe uma certa desformatação nos caracteres. Aquilo era uma setinha, mas, quando transferimos o arquivo de um computador para outro, gera-se uma mudança de caractere. Aquilo era uma setinha, e não uma interrogação. Aqui não existe dúvida, os dados são bastante confiáveis. Como resultado, temos que os afluentes do Rio das Velhas hoje possuem uma qualidade ambiental muito boa, comportando cerca de 75% de toda a fauna que vimos, que hoje está em torno de 120 pés, uma quantidade bastante expressiva em relação à bacia do São Francisco como um todo, mesmo estando poluído. Também, notamos que esses rios têm uma conexão com o Rio das Velhas, o rio principal, ou seja, não há nenhuma barreira física, seja natural - uma grande cachoeira, por exemplo -, seja artificial - as barragens.

Outros ambientes estudados foram as lagoas marginais. Fizemos levantamentos com imagens de satélites, com sobrevôo, e através dos mapas. Estudamos várias dessas lagoas, como a Lagoa do Saco, Peri-Peri, Olaria, Sucuriú, Boa Vista. Atualmente, já repetimos esse estudo e visitamos outras lagoas também.

Por que são importantes essas lagoas? Isso tudo faz parte de um ciclo. Então, há um sítio de desova. Começarei pelo sítio de alimentação, onde ficam os adultos. Quando os adultos estão no período reprodutivo, algumas espécies migram rio acima e vão para os sítios de desova. Lá ocorre a reprodução efetivamente, e são gerados ovos, larvas e as formas jovens dos peixes. Esses ovos e larvas tendem a ir para um sítio de desenvolvimento inicial, que é a planície de inundação, onde se situam as várzeas e as lagoas marginais. Quando se tornam adultos, os jovens voltam para os sítios de alimentação, fazendo novamente o sítio. E ainda há alguns sítios de refúgio, nos quais os subadultos - peixes que ainda não estão totalmente maduros - podem ficar, porque, no caso, também são muito importantes os afluentes. Depois, tornam-se adultos e fazem esse ciclo novamente.

O que temos que pensar, no sentido natural, é que isso ocorre. Se, por algum motivo, cortamos esse processo de alagamento do rio e que a água e os ovos atinjam essas lagoas marginais, há uma quebra nesse ciclo, que pode comprometer todo o processo.

Aqui, durante o nosso período de estudo, foi muito claro: tivemos, no período de 2004 para 2005, três grandes picos de vazão no Rio das Velhas. A cada pico, houve, a nosso entender, a entrada de ovos dentro das lagoas. O que vimos nas lagoas foram exatamente várias das espécies migradoras. Exceto o surubim, todas foram encontradas nas lagoas: dourados, as duas espécies de curimatãs, várias espécies de piau, matrinxã, mandi-amarelo. As espécies mais importantes comercialmente foram encontradas na bacia. Aqui, podemos ver exatamente três classes de tamanho - no caso, de piaus -, representando os três picos de entrada de água na lagoa. A cada cheia, entrou uma leva nova de ovos - no caso, da mesma espécie de piau. Então, temos piaus de 3 idades diferentes, com uma diferença de 15 a 20 dias. As lagoas são muito importantes porque, assim como os afluentes no Rio das Velhas, encontram-se hoje num estado razoável de conservação, pelo menos as que visitamos. Encontramos uma boa quantidade de espécies lá dentro, não só as espécies que usam esporadicamente a lagoa, mas também os peixes migradores, peixes que completam seu ciclo de vida dentro da lagoa. Todas as espécies migradoras foram encontradas, exceto o pirá, que ainda não reencontramos na Bacia do Rio das Velhas, apesar de sabermos que, há 150 anos, eles vivem no rio - houve relato histórico sobre isso. E o surubim, que não capturamos, mas, por outro lado, pescadores locais informaram-nos que ele viveria ali. Mas só trabalhamos com o que realmente pegamos ou vemos em poder dos pescadores. Capturamos várias espécies com indivíduos jovens. Isso gerou também um cartaz, que foi divulgado, explicando não só o projeto mas também os resultados que tivemos, com apoio também da Fapemig. Em relação ao rio principal, o nosso primeiro estudo, por volta de 1999 até 2000, teve um resultado que passarei a explicar, de acordo com a transparência.

Considerando o ponto 1 como o da cabeceira, próximo a São Bartolomeu e a Ouro Preto, e o ponto 6 o de Lassance, observamos que, na curva vermelha, seria esperado o aumento do número de espécie ao longo do rio. É muito claro para nós que não encontraremos um surubim de 30kg ou 40kg num riacho de cabeceira como o Rio das Velhas, como ocorre em São Bartolomeu, que tem 10m de largura. A partir do momento em que o rio começa a ganhar corpo, afluentes, volume, uma grande variedade não só de ambiente, como de substratos, ou seja, fundo de cascalho, de lajes ou de areia e uma grande diversidade de velocidade de água que satisfazem diferentemente cada espécie, é esperado, então, da cabeceira para a foz, um aumento do número de peixes. O ponto próximo à foz seria o mais rico. Observamos que, logo após os esgotos de Belo Horizonte - na época não eram tratados, não havia as ETEs Arrudas e Onça -, houve um decréscimo, logo abaixo, em Lagoa Santa, muito expressivo do número de espécie de peixes. Todos já sabiam da grande influência negativa de Belo Horizonte sobre o rio, mas ninguém havia ainda comprovado. Após a construção da ETE Arruda principalmente, e a entrada em operação do tratamento secundário que hoje é feito, apesar de não ser tratado todo o volume que ela tem capacidade, vimos, agora, que há uma certa recuperação do rio naquele ponto abaixo de Belo Horizonte. São dados importantes. Na seta, há o ponto de lançamento, em quilômetros, da entrada do esgoto de Belo Horizonte, agora

parcialmente tratado.

Algumas espécies aumentaram sua área de distribuição. Vemos, na figura, o cascudo, uma espécie bastante comum, que, aliás, tem várias espécies. Antes, ela ocorria até a região de Corinto; hoje, chega um pouco mais acima, até a região de Curvelo. O piáu, uma outra espécie, anteriormente ia até Corinto; hoje, está vindo até próximo a Lagoa Santa. A próxima figura é uma piaba, o "bryconamericus", um peixe de pequeno porte, mas que ocorre até próximo a Lagoa Santa. A próxima é o dourado, a principal espécie comercial, juntamente com o surubim. Antes ocorria no baixo Rio das Velhas e, hoje, já está sendo capturado aqui próximo à ponte da MG-10, que vai para Serra do Cipó. Isso é bastante surpreendente, e não só por se tratar de uma espécie de grande porte, sensível e importante comercialmente, mas que, em ambientes poluídos, realmente não seria esperado. Então, durante uma época do ano, ele já foi encontrado aqui, próximo a Belo Horizonte. O mesmo ocorre com a matrinxã, que é uma das espécies mais sensíveis da Bacia do Rio São Francisco. Anteriormente, ocorria somente até Lassance. Hoje já chega até próximo a Belo Horizonte. Houve uma ampliação muito grande de sua área de distribuição. Por fim, o curimatã. Ele já ampliou e passou a área de Belo Horizonte, ou seja, passou por aquela região de Sabará e Nova Lima e já foi coletado lá em Honório Bicalho.

Outro trabalho que temos feito, e é o mais recente, diz respeito ao monitoramento ambiental participativo. Seleccionamos, ao longo do rio, membros da população ribeirinha para se juntarem ao Projeto Manuelzão e fazerem coletas de água conosco. Foram treinados pela agência. Trouxemos vários deles a Belo Horizonte. Fizemos uma oficina de treinamento para explicar-lhes o projeto. Além disso, nós os levamos ao laboratório. Houve várias etapas, como reuniões, visitas, treinamento e desenvolvimento de formulários. Iniciamos a coleta em outubro. Estamos no segundo mês de coleta. Vamos realizar coletas mensais em 35 pontos ao longo de toda a bacia, com a ajuda dos amigos do rio, que são esses ribeirinhos escolhidos. A análise da água também já está sendo feita em laboratório. Esse projeto visa mobilizar a população, capacitar os voluntários, padronizar informações e ensinar a coletar amostras. Estas deverão ser tratadas com técnicas corretas. Apesar da boa-vontade, essas pessoas, quando acontece uma mudança dentro da água, não agem de acordo com a técnica. Pegam uma garrafa Pet e levam a amostra ao laboratório. Aquilo, em termos de análise química, não tem muito valor. Infelizmente, não podemos dizer que não dá para fazer nada com aquilo. Temos de ter critérios. Sabemos disso. A Copasa é nossa parceira. Há todo um regulamento internacional para análise de água. Se não seguirmos o padrão internacional - há normas brasileiras também -, vamos ter informações duvidosas. Cada pessoa já tem uma caixinha de isopor, com frascos, com equipamentos de segurança, com os aparelhos necessários para fazer a coleta de água. Mensalmente, o carro do Projeto Manuelzão, com o apoio da Feam e da Semad, tem percorrido toda a bacia trazendo essas amostras. A campanha dura de 10 a 15 dias. Elaboramos um mapa com a localização. Cada pontinho vermelho é a localização de um amigo do rio, desde a nascente até a foz do rio. Há outros mapas para localização em campo, para que possamos deslocar-nos. O projeto tem vários motoristas, que saem com os mapas. Assim, poderão chegar ao local. Os próprios amigos do rio recebem o mapa mostrando onde está o ponto, quem são os amigos. Há a jusante e a montante. Há também os telefones das pessoas, que permitem comunicação entre nós. Isso tem-se mostrado eficiente, principalmente quando alguma alteração da água é evidente no Rio das Velhas. Fizemos as coletas juntamente com eles e foi muito produtivo. Outro projeto que estamos desenvolvendo, com o apoio do CNPq e do CTHIDRO, que é uma linha de pesquisa do CNPq, é a revitalização física de um ambiente no alto do Rio das Velhas. O escopo do projeto é bastante amplo, incorporando peixes, macrovertebrados bentônicos, anfíbios, geologia e engenharia. O que fizemos foi pegar outros trechos de afluentes que têm o mesmo porte do Rio das Velhas em Rio Acima, área escolhida para a reabilitação. Estamos fazendo amostragens em todos eles. Num ambiente saudável, estamos observando o que pode ser encontrado em relação a essas características da biota, quais são as espécies de peixes num ambiente saudável e quais são as esperadas na parte poluída e assoreada pela mineração. Diante das nossas conclusões, vamos fazer uma intervenção física no ambiente, tentar torná-lo o mais natural possível e acompanhar periodicamente como o ambiente e as espécies que ali estão vão reagir. Aqui estão os subprojetos, mas vou "passar batido" em relação a eles.

Em relação a perspectivas de recuperação da bacia, temos um crescente e evidente investimento em ETEs. Podemos contar com uma crescente conscientização da população em relação à questão ambiental e da saúde. No caso da bacia do Rio das Velhas, isso acontece em função do Projeto Manuelzão, da capilaridade das informações junto à população. As informações são distribuídas por meio da nossa revista. Temos 100 mil exemplares publicados de dois em dois meses. O último número está aí; há parte das pesquisas demonstradas.

Outro aspecto que nos faz acreditar na revitalização é a possibilidade de fazer comparações históricas. Então, incluí ali, propositadamente, peixes que foram desenhados em 1875, na região de Lagoa Santa. Vejam, por exemplo, a piranha desenhada naquela época e o pacu capturado por nós. Podemos fazer uma inferência sobre o que era o rio no passado e o que é hoje. Outro aspecto importante seria a conectividade não só com os afluentes, mas também com o próprio Rio São Francisco. Ou seja, não há barreiras entre eles. Os afluentes estão em bom estado de conservação. Está em curso o Programa de Recomposição da Mata Ciliar, que é feito por uma das equipes do Projeto Manuelzão, ou seja, as matas ciliares estão sendo recuperadas. As lagoas marginais estão cumprindo seu papel biológico. Como próximas etapas, vamos aumentar esses estudos e fazer parcerias internacionais. Ademais, vamos usar o Rio das Velhas como uma bacia-piloto. No caso da deliberação do Conama, do biomonitoramento, que já foi determinada numa deliberação normativa do Copam, teríamos a bacia-piloto para os próximos cinco anos e parcerias internacionais. Para finalizar, diante de tantos dados e informações encorajadores, notamos que ainda existem problemas. Então, temos a proliferação das cianobactérias, conforme todos viram recentemente, e alguns casos de mortandade de peixes. Se os problemas existem, como resolvê-los? Há várias sugestões. Todavia entendemos que deve ser feita a implementação imediata do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco. Além disso, é preciso incentivar a construção de ETEs e acelerar o programa estruturador do governo de Minas, considerando-se a meta de 2010. Trata-se de um bom programa; conforme ainda se demonstra, sua velocidade não está compatível, por exemplo, com a prevenção da mortandade de peixes, que respondem rapidamente diante da melhoria da qualidade da água. Ênfase ainda que todo esse trabalho é feito com o apoio de muitas instituições oficiais e empresas de fomento à pesquisa, que têm dado apoio ao Projeto Manuelzão. Só temos a agradecer. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Pablo Moreno

Boa-tarde a todos. Também agradeço-lhes a oportunidade de mostrar o trabalho que desenvolvemos dentro do Projeto Manuelzão, qual seja utilizar organismos para indicar a qualidade da água da Bacia do Rio das Velhas. Farei uma breve introdução a fim de que todos consigam entender o que são os macroinvertebrados bentônicos. Na verdade, eles fazem parte de um grupo de organismos que podem indicar a qualidade das águas onde vivem. Então, temos organismos como os citados pelos Carlos: algas, zooplâncton, macrófitas e peixes. Além desses, temos os macroinvertebrados bentônicos. O nome é feio, mas, na verdade, são larvas ou insetos em fase juvenil, moluscos, minhocas d'água, que, ao viver no ambiente aquático, dentro dos nossos rios, lagos ou reservatórios, informarão se a água está boa para eles viverem ou não. Então, o nome, na verdade, quer dizer que são organismos invertebrados de tamanho grande - por isso consta no nome "macro"; "bentônico" é uma palavra de origem grega que significa "fundo dos ambientes aquáticos". Essa palavra foi usada para fazer referência ao fundo dos oceanos. Quando os pesquisadores começaram a estudar os ambientes aquáticos do continente, denominaram esses seres como organismos que vivem no sedimento dos ambientes aquáticos. Então, eles são grandes; seus corpos são maiores que 0,2mm. Portanto, em qualquer cachoeira, em qualquer riacho, conseguiremos encontrá-los.

Aqui temos fotos de três insetos que geralmente são encontrados em ambientes limpos. Eles estão na base da cadeia alimentar, ou seja, eles são alimento, eles se alimentam de detritos, de matéria orgânica, de folhas que caem dentro do rio, de algas, de fitoplânctons ou plânctons e, ao mesmo tempo, eles servem de alimento para outros organismos, insetos maiores ou peixes. A importância da sua utilização no processo de bioindicação de qualidade de água é exatamente isso. Se já começamos a encontrar esses organismos nos ambientes, isso permite que outros também vivam ali, como é o caso dos peixes, como tem acontecido na bacia do Rio das Velhas. A utilização deles está basicamente demonstrada neste quadro aí. Temos uma diversidade de muitos tipos diferentes de insetos que conseguem viver nos rios limpos. À medida que vamos impactando, alterando esses ambientes, alguns que não são tão resistentes a esse tipo de impacto são os primeiros a morrer até que em um ambiente totalmente degradado, com muita poluição, só vivam aqueles organismos que são extremamente resistentes a esse tipo de impacto. Apenas alguns poucos sobreviverão ali, e não mais aquela diversidade, aquele número de muitos organismos que encontramos nos

ambientes mais limpos. Na Bacia do Rio das Velhas, utilizamos esses organismos a fim de verificar se há uma diversidade muito grande e organismos sensíveis, se o ambiente está relativamente limpo. E, se chego a um ambiente que só tem organismos extremamente resistentes à poluição, consigo falar que o ambiente está com sérios problemas de qualidade de água. Como já se falou da Bacia do Rio das Velhas, esse programa hoje é realizado dentro do NuVelhas, um laboratório dentro da UFMG. É o Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional para Revitalização do Rio das Velhas. Esse programa de biomonitoramento começou em 2003. De lá para cá, estamos tendo uma série de resultados extremamente interessantes. A bacia é enorme. Quando chegamos aos rios, escolhemos as sub-bacias do Rio das Velhas e escolhemos o melhor trecho a ser mostrado, o trecho que melhor retrate toda aquela bacia, porque não temos condição de coletar em todos os trechos da bacia. Chegando a cada trecho, coletamos no que é lama, pedra, folha, musgo, para achar esses insetos.

Em 2003 começamos com 17 estações ao longo da bacia. Agora, já temos 37 estações em toda a Bacia do Rio das Velhas. Além dos macrovertebrados, temos uma série de outras variáveis físicas e químicas e de outras qualidades, que são mensuradas tanto em campo quanto em laboratório. Aí vemos alguns aparatos que usamos para coletar a comunidade desses insetos. Sabemos que há uma série de problemas no alto, no médio e no baixo Rio das Velhas. O panorama, que encontramos, dessa comunidade de organismos é que no alto Rio das Velhas temos desses organismos sensíveis, ou seja, que não suportariam grande grau de poluição, mas existe um grande número de organismos que começam a dominar o ambiente porque já existe poluição no trecho alto. Essa poluição fica ainda mais forte em função da Capital de Belo Horizonte. Temos 13 estações de coleta dentro de Belo Horizonte. Quanto ao resultado final, por exemplo, aí é o ponto do Ribeirão da Onça, já depois da ETE Onça. Temos somente esses quatro insetos nessas larvas que conseguem viver no ambiente. Essas larvas são larvas de insetos extremamente resistentes. O quarto inseto é aquela mosquinha preta que normalmente fica nos banheiros. Se há muitos deles nos rios é porque o esgoto é abundante. E como só há esgoto, só eles conseguem sobreviver. No caso do Arrudas, o resultado é ainda mais drástico. Apenas essas duas larvas conseguem sobreviver. Este é um ponto de coleta localizado abaixo da estação de tratamento. Em virtude da sua instalação, começamos a observar algumas melhorias na qualidade na água. Todos os nossos pontos estão de acordo com o Drenurbs, de Belo Horizonte, que é um programa de revitalização dos corpos d'água dentro da Capital. Estamos fazendo estudos desde 2005 e seremos capazes de, continuando esse programa de biomonitoramento, saber se as alterações desse programa estão sendo capazes de melhorar realmente os corpos d'água. O resultado final, juntando as bacias do Onça e do Arrudas, é a existência desses três grupos de organismos que conseguem sobreviver, o que é muito pouco e evidencia não apenas o impacto desses rios, mas de todos os riachos que fazem parte das duas bacias.

Portanto, após a instalação da ETE Arrudas, começamos a enxergar certa melhora. Este traço azul está aumentando em função do número de tipos de organismos que consegui encontrar. Em 2004, havia aqueles dois tipos de insetos. Em 2007, já consegui encontrar oito tipos de organismos. Além disso, a abundância, ou seja, o tamanho dessas populações está em declínio. Isso indica que o número de esgoto dessa comunidade está diminuindo, graças à instalação da ETE, e não há tanto alimento disponível para esses organismos tolerantes.

No caso da região central do Rio das Velhas, há outros tipos de problemas. Em razão da carga de poluição que recebeu da região metropolitana, existe uma diferença. Naquele primeiro gráfico que mostrei, havia um número maior de insetos. Agora só existem esses quatro.

Apesar de o resultado do trecho do médio Rio das Velhas indicar que o impacto é muito grande - estudamos esse assunto desde 2003 -, esse ponto localizado bem no meio da bacia mostra que encontramos nove tipos de organismos nessa data. Em 2005, 2006, encontramos 15 tipos. Além do número ter aumentado em razão da instalação das estações de tratamento de esgoto, a comunidade - para quem é biólogo, fica mais fácil entender esse processo... Antes, havia um número grande de nove indivíduos que conseguiam viver em ambientes muito poluídos. Em 2006, tínhamos 15 indivíduos, mas eles não conseguem viver em ambientes totalmente poluídos. Portanto, isso indica que existe melhora, tanto em número quanto em tipos de organismos que conseguem viver em ambientes menos poluídos.

Há menos problemas no trecho mais baixo, os impactos são menores, há piscicultura, campos irrigados, pequenos centros urbanos. Como ocorre alta depuração natural do Rio das Velhas nesse trecho mais baixo, tendo em vista que a carga de poluentes é menor, por ter 800km de extensão, as águas vão sendo depuradas.

Além disso, existe uma série de outros rios menores com muito melhor qualidade de água, como é o caso dos Rios Cipó, Paraúna, Curimataí e Bicudo. Com isso, voltamos a ter aquele cenário inicial das cabeceiras do Rio das Velhas, com uma diversidade maior de organismos mais sensíveis.

O panorama geral diz respeito às pequenas alterações que vêm sendo feitas para a melhora da qualidade da Bacia do Rio das Velhas, principalmente na região metropolitana, que já estão sendo extremamente sentidas por esses organismos aquáticos. Então, além de avaliar a qualidade física e química, isto é, os parâmetros de oxigênio dissolvido e o pH, também avaliam a sua quantitatividade, para saber se está havendo alguma alteração.

O mais importante é o fato de a comunidade de insetos estar realmente sentindo isso, e, se ela está sentindo, é porque essa alteração está sendo consistente. Ou seja, não se trata de uma alteração que ocorre apenas em três meses no ano, já que ela está se mantendo durante um certo período do ano, permitindo que a comunidade de insetos se instale e fazendo com que os peixes subam à superfície, porque começa a existir alimento para eles. Além disso, a quantidade de oxigênio está aumentando, melhorando, e os peixes conseguem respirar nesses ambientes.

Por meio da comunidade dos macrovertebrados, dos peixes, dos fitoplânctons e dos zooplânctons, conseguimos enxergar que essa melhora está existindo a uma velocidade ainda lenta. A comunidade do Rio Paraúna é muito mais diversa, por isso, comparativamente, ainda não podemos afirmar que o Rio das Velhas, no trecho de Belo Horizonte, vá alcançar, nessa velocidade, um estado de naturalidade e de qualidade de água próximo ao do Rio Paraúna, por exemplo. Entretanto, as mudanças estão acontecendo e a comunidade está mostrando isso. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Athadeu Ferreira da Silva

Boa-tarde. Gostaria de agradecer a oportunidade que está sendo dada à Codevasf, vinculada ao Ministério da Integração, pelo governo federal.

Meu nome é Athadeu Ferreira da Silva e sou Gerente da Área de Empreendimentos Socioambientais, da Diretoria de Revitalização de Bacia Hidrográfica da Codevasf. Não sou o Diretor, conforme foi dito. O Diretor é o Jonas Paulo de Oliveira Neres. Parece que escrevi errado, ou minha letra não ficou legível.

Conforme a programação estabelecida, foram convidados o Presidente, que, por motivo já justificado, não pôde comparecer, e o Diretor Jonas Paulo, que seria a pessoa mais indicada para falar, mas, como estamos no final do ano e ajustando todos os processos de revitalização, que são muitos, ele também não pôde vir. Ontem fui indicado para representar a empresa e falar do tema "Investimento e exemplos de revitalização".

Falando diretamente do processo de revitalização, todo trabalho que está sendo feito tem como cartilha magna o Plano Decenal de Recursos Hídricos, constituído por mais de 500 mãos, a bacia como um todo, capitaneado pelo Secretário José Carlos de Carvalho, Presidente do Comitê de Bacias do Rio São Francisco à época. Esse trabalho envolveu toda a população com muita intensidade, tanto no aspecto de massa popular

quanto no aspecto técnico-científico-político.

Portanto, tudo o que está sendo feito se baseia no Plano Decenal de Recursos Hídricos, que dá uma visão ampla da bacia. Foram agregadas ao plano todas as informações que já existiam antes. A revitalização já tem um aspecto harmônico, está na etapa de planejamento. Até então, entidades sociais, igrejas, ONGs, universidades, centros de pesquisa, governos estaduais, municipais e federal já faziam isso, mas não havia um planejamento que fizesse uma aglutinação visando a obter resultados palpáveis. O Plano Decenal de Recursos Hídricos teve esse objetivo de juntar todo o acervo de conhecimentos acumulados ao longo do tempo.

O plano é constituído, basicamente, de 17 cadernos específicos, como o caderno "Desenvolvimento e economia sustentável", que engloba irrigação, mineração, turismo e outros itens, cuja existência era necessária para nossa sobrevivência. E há o caderno "Conservação e recuperação hidroambiental da bacia". Conservação e recuperação hidroambiental é o que costumamos chamar de "lixão", o passivo com o qual estamos trabalhando hoje. Esse passivo é o produto dos recursos sobre os quais vamos discutir. São recursos que visam objetivamente a melhorar a qualidade e a quantidade da água, que está conforme o que a pessoa que me antecedeu disse a respeito de monitoramento. Portanto, o objetivo final é obter informação sobre a qualidade e a quantidade da água.

Uma das metas propostas foi o enquadramento de trechos do Rio São Francisco e dos tributários das sub-bacias. Os indicadores com que trabalhamos para fazer a mensuração são a turbidez, o PH e a DBO5. Cada um sinaliza o que ocorre no ambiente. Na DBO5, temos a matéria orgânica proveniente de esgoto sanitário, como é o caso do Rio das Velhas. O PH pode ser exemplificado no Rio Paraopeba, em que o PH ácido ou básico indica presença de produtos químicos provenientes de indústrias. E o aspecto da turbidez é voltado para o carreamento de material sólido, que é indicativo de falta de cobertura vegetal ou manejo agrícola mal direcionado.

Então, devemos atacar as fontes de poluição. O que precisamos fazer é exatamente atacar essas fontes poluidoras: o esgotamento sanitário, fonte significativa de poluição; o resíduo sólido, que é o lixo; e a turbidez.

A meta do Conama para o enquadramento do corpo d'água é a Classe II, aquela em que se pode nadar, criar peixes e coisas assim - com um tratamento primário, é possível até se beber a água. Então, em um primeiro momento, a meta que está sendo trabalhada é essa, e é preciso assumir alguma coisa a respeito, o que evidentemente foi retirado do Plano Decenal, que estou comentando.

Outro aspecto importante é que o plano recomendou também onde fazer as aplicações prioritárias. Em Minas Gerais, em escala, temos a Calha do São Francisco como um todo, mas temos ainda o Rio das Velhas, o Paraopeba, o Pará, o Paracatu e o Verde Grande. Em etapa subsequente, teríamos o Uruçuia, além dos outros rios que, de uma maneira ou de outra, convergem para formar esse contexto.

Em cima disso, foram estabelecidos os critérios de classificação para fazer esse atendimento. Como se vê na tela, a prioridade é, em primeiro lugar, concluir os projetos já em andamento. Depois, nos Municípios da Calha, temos as sub-bacias prioritárias, com tributários primário, secundário, terciário e quaternário. Em seguida, as outras sub-bacias, nas mesmas circunstâncias. Outro importante critério considerado foi a perenidade dos rios, deixando para uma escala secundária os que são intermitentes - o que não quer dizer que não serão atendidos.

A partir disso e tendo também como parâmetro campanhas orientadas pelo Ministério Público e feitas em Minas e na Região Nordeste, foram levantadas outras demandas, como recomenda o próprio plano. Ele recomenda, por exemplo, que a distribuição orçamentária oriente-se também pela participação geográfica, participação hídrica da bacia, IDH, população e aspectos fisiográficos - área, densidade populacional e contribuição hídrica.

O critério adotado para a priorização do esgotamento sanitário foi o seguinte: a primeira prioridade é a Calha do São Francisco; a prioridade B são as sub-bacias hidrográficas; e, em cidades de até 50 mil habitantes, a cargo da Codevasf e da Funasa - o foco da Funasa é endemias; o foco do programa em que trabalhamos não é esse, mas a contenção da poluição. Pode até parecer um pouco esquisito, mas não é bem assim; o objetivo do programa, na verdade, é a melhoria da qualidade da água, e não carrear material sólido para dentro do rio. Assim, a Funasa atua onde não atuamos, e, de início, selecionou locais com maior mortalidade infantil. As cidades com mais de 50 mil habitantes - normalmente, as regiões metropolitanas - ficaram a cargo do Ministério das Cidades. Assim, discutiu-se também o aspecto da capacidade de endividamento da cidade. Algumas cidades - normalmente, as cidades ribeirinhas - não têm capacidade de endividamento, e muitas delas não têm nem sequer concessão de água, pois não têm como pagar. Assim, a atuação focou-se nisso.

Pensou-se também no aspecto das obras pesadas, para trabalhar no controle de processo erosivo, principalmente dentro da Calha do São Francisco, de que vou falar daqui a pouco. Quanto aos resíduos sólidos, por recomendação vinda da experiência dos GTs, trabalhamos com consórcios, evidentemente onde possível. Isso porque qualquer demanda colocada tem de ter sustentabilidade. Por exemplo, para o esgotamento sanitário ser implantado, tem de ter o sistema de tratamento, pois a água residual vai ser lançada. Entretanto, há um custo operacional, e ele tem de estar seguro de que terá essa capacidade operacional; caso contrário, as coisas piorarão.

Quanto ao problema do resíduo sólido, não adianta fazer toda a estrutura para virar apenas um lixão, tem de ter capacidade operacional. E, até então, o que se mostrou viável foi o consórcio. Nesse primeiro momento, trabalha-se nisso. O Ministério do Meio Ambiente trabalhou - como todos conhecem -, com editais, mas agora está focando nesse outro aspecto. No ano que vem, por existir uma diretoria no Ministério do Meio Ambiente que cuida disso, eles darão novo rumo com base nesse laboratório que está sendo feito.

Tudo o que comentamos aqui, com base no planejamento existente, deverá, até 2010, estar já contratado, ou a obra deverá estar em fase de conclusão. Refiro-me à parte das obras que citei. O que é mais demorado e complexo é exatamente a recuperação da área degradada, que é o processo erosivo.

O Sr. Presidente - Athadeu, você poderia falar do volume de recursos que será investido pelo Ministério?

O Sr. Athadeu Ferreira da Silva - Sim. Tenho uma planilha específica, mas deixarei para o final. Serei rápido, quero apenas vender esse peixe, pois é muito importante.

A parte da hidrogeologia é mais complexa. Trata-se de um trabalho mais demorado, não é uma obra puramente determinada. Na verdade, vamos recuperar um ambiente que tem vida - fauna e flora -, que é processo complexo. A nossa experiência nesse aspecto é pequena. Não há projeto para ser executado, o que é muito difícil.

Para ajustar o investimento, temos de definir alguns critérios e ter conceitos para trabalhar. Essa nota técnica ficará disponível. O pessoal poderá ter acesso a ela, que orienta como podemos aplicar recursos, já com o foco do PAC. Ela explica algumas concepções. Fala sobre a importância do monitoramento. O nosso monitoramento é todo o contexto do processo, seja de controle de cheias, seja de qualidade e quantidade, que é parte de vazão. Essa questão é bem extensa.

Vamos passar para os recursos. Recursos previstos até 2010. Essa é a primeira formatação, quero deixar claro isso. À medida que o processo

avança, as coisas vão se alterando, e o trabalho muda. Você recebe o projeto, começa a analisá-lo, e ele toma, às vezes, outra dimensão. Uma coisa é a proposta; outra, é o trabalho e, conseqüentemente, a aplicação do recurso público.

Nesse primeiro momento, estão previstos R\$1.499.000.000,00. Sendo, para 2007, R\$327.000.000,00; para 2008, R\$438.000.000,00; para 2009, R\$440.000.000,00; e, para 2010, R\$292.000.000,00, envolvendo a bacia do São Francisco e a bacia do Rio Parnaíba.

Vamos ver, em outra planilha, o que temos para cada Estado. Aqui temos uma distribuição do Orçamento, que ficará para quem quiser consultar. Para o esgotamento sanitário: em 2007, R\$223.000.000,00; em 2008, R\$306.000.000,00; em 2009, R\$315.000.000,00; em 2010, R\$204.000.000,00. Esses são os valores planejados, entretanto, há editais na praça, e isso já mudou, o valor já foi aumentado. Então tem de ser feito o remanejamento. São ajustes equacionais que só são feitos com o andamento da análise do projeto. E há mais: há algumas obras licitadas, e o que valerá é o valor da licitação, não há como segurar isso. Para os resíduos sólidos, em um total de R\$66.000.000,00: em 2007, R\$16.000.000,00; em 2008, R\$10.000.000,00; em 2009, R\$18.000.000,00; e em 2010, R\$20.000.000,00. Para processos erosivos, em um total de R\$371.000.000,00: em 2007, R\$82.000.000,00; em 2008, R\$118.000.000,00; em 2009, R\$103.000.000,00; e em 2010, R\$66.000.000,00. Para obras, em um total de R\$10.000.000,00: em 2007, R\$4.000.000,00; em 2008, R\$2.300.000,00; em 2009, R\$2.000.000,00; e em 2010, R\$1.800.000,00.

Nessa planilha aqui, fizemos a separação de todas as demandas que comentamos por Unidade da Federação - UF. Minas Gerais e Bahia tiveram o maior volume: R\$448.000.000,00 para Minas Gerais e R\$386.000.000,00 para a Bahia. Esse é o planejamento básico. Evidentemente, faremos um balanço no final de ano que terá, conseqüentemente, um replanejamento. Em termos de ações executivas, mostraremos o Estado de Minas.

Em Minas Gerais, na bacia como um todo, no que diz respeito ao processo erosivo, por exemplo, que é uma ação importantíssima, mas de conhecimento e operacionalização mais difíceis, temos os governos de Estado como parceiros.

Em Minas Gerais, por exemplo, são nossos parceiros as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente, a Emater, a Ruralminas, o IEF e o Igam. Nos outros Estados esses entes se repetem. Talvez na semana que vem fique pronto um convênio de R\$22.000.000,00 com o governo de Minas objetivando esse trabalho que estamos comentando. O MDA também fez um convênio na área de territórios tradicionais, onde esses lotes estão envolvidos. A Emater de Minas, com a sua experiência, deu um treinamento para toda a bacia do Rio São Francisco, a fim de os técnicos elaborarem os projetos, pois, como já comentei, temos muitas dificuldades nesse aspecto.

O programa de revitalização é do Ministério do Meio Ambiente, que o coordena como um todo. Ele também foi alocado em cada Ministério que tem titularidade para a ação a fim de desenvolver o trabalho. No caso específico da Codevasf, executamos as políticas seguindo as diretrizes que cada titularidade específica. Por exemplo, o Igam apresentou três ou quatro propostas para o Rio das Velhas e também algo para a nascente do São Francisco, e fizemos uma discussão junto com a ANA, exatamente porque os parâmetros mínimos a buscar devem ter uma conotação nacional e não de caráter localizado. Essa discussão, então, foi feita. O mesmo acontece na Bahia e em Alagoas, no Parnaíba.

Infelizmente, os assuntos são muito extensos, e o tempo é pouco. Temos materiais sobre experiências feitas, mas pararemos por aqui. Se for o caso, poderemos voltar à tela, pois temos aqui diversos exemplos de trabalhos executados, boa parte deles executados em Minas Gerais pela Emater, pela Ruralminas e pelo Igam.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Secretário José Carlos Carvalho

Exmo. Deputado Paulo Guedes, coordenador desta Mesa de trabalho, na pessoa do qual quero saudar os demais membros deste Parlamento - Deputados e Deputadas que aqui estão -; demais autoridades da Mesa; Deputado Antônio Passos, da Assembléia Legislativa de Sergipe; meus colegas do Sistema Estadual do Meio Ambiente - Sisema -; dirigentes dos comitês de bacias hidrográficas, meus senhores e minhas senhoras; ao lado de todas as exposições aqui realizadas para destacar as ações realizadas para a recuperação ambiental do Rio São Francisco, gostaria de destacar que, da mesma forma como há uma total e praticamente intransponível divergência em relação ao projeto de transposição, notamos uma grande convergência, ao falarmos da sua revitalização; porém, mesmo considerando essa convergência, sempre é bom lembrar que ainda não há um pleno nivelamento de conceitos, quando falamos em revitalização do rio. É muito comum verificar a proposta de grandes obras de infra-estrutura com impacto sobre a bacia catalogadas como iniciativa de revitalização. Entretanto essas obras, evidentemente, não correspondem às expectativas, porque temos de imaginar a revitalização como um conjunto de iniciativas para recuperar as condições naturais do rio. É disso que temos de tratar, quando falamos de revitalização. A realidade que constatamos na bacia do Rio São Francisco foi medida e mensurada de maneira muito intensa, quando se teve a oportunidade de elaborar o Plano Diretor da Bacia, aprovado pelo Comitê. Esse plano, evidentemente, tem uma grande base de diagnóstico, por meio da qual esses problemas se evidenciam, e também tem um marco propositivo, um prognóstico, de tal maneira que o plano diretor deve ser considerado, como aqui mencionou o Dr. Athadeu, da Codevasf, como o grande marco lógico, o grande marco conceitual de todo o esforço de gestão da bacia e de recuperação hidroambiental do nosso Rio São Francisco.

Ao lado dessa rápida introdução, gostaria de destacar algumas iniciativas que o governo de Minas Gerais vem realizando, com foco na revitalização da bacia do Rio São Francisco. Mas, antes de fazer menção, vou tratar aqui, ainda que resumidamente, do nosso projeto estruturador, da meta 2010, que já foi aqui mencionada nas apresentações dos representantes do Projeto Manuelzão. É preciso reconhecer, e essa Casa talvez seja o local mais adequado para se fazer isso, que o sucesso da recuperação de um rio terá de ser, necessariamente, uma obra coletiva e solidária. Não é possível imaginar recuperar um rio com a complexidade geopolítica do que é a bacia do Rio São Francisco para o Brasil, especialmente para os Estados que compõem essa bacia, sem imaginar uma obra coletiva, uma obra solidária, e não apenas solidária na esfera de governo, mas uma obra solidária que necessariamente terá de trazer o engajamento da comunidade, dos agentes econômicos e da sociedade; por isso o projeto de revitalização tem de ir além dos projetos governamentais. Não podemos imaginar a revitalização de uma bacia hidrográfica pensando apenas no que os governos, num determinado momento, nas suas três esferas, podem fazer, porque temos de imaginar um conceito de transposição que vá além, necessariamente, das fronteiras do Estado para permitir que nele seja inserida a sociedade e a cidadania. Porque acreditamos que dessa forma deve ser feito, caminhamos, em Minas, para adotar um projeto iniciado no seio da sociedade.

O projeto estruturador da meta 2010 é incorporado ao planejamento estratégico do governo, integrando uma iniciativa da sociedade liderada pelo Projeto Manuelzão e depois aprovada no âmbito do Comitê da Bacia do Rio das Velhas, que foi o primeiro afluente do Rio São Francisco no Brasil e em Minas a elaborar seu plano diretor. Então operamos o projeto de recuperação do Rio das Velhas e priorizamos os investimentos do governo de Minas no âmbito da bacia do São Francisco no Rio das Velhas exatamente pelas razões já mostradas aqui. Primeiro, por ser o rio de Minas e o afluente do São Francisco mais poluído pelo fato de cortar a Região Metropolitana de Belo Horizonte e receber praticamente o esgoto sanitário de uma população superior a 2.500.000 habitantes. Essa é uma questão fundamental. Então tratar com preferência o Rio das Velhas é hoje a mais importante de todas as prioridades de revitalização do Rio São Francisco, quando consideramos o aspecto da qualidade das águas.

Nesse exato momento, temos enfrentado problemas que têm sido reverberados e colocados, com muita freqüência, pela imprensa, das cianobactérias - uma combinação de fatores. Um deles é o lançamento de esgoto, mas só ele não traria os problemas que existem. Aí temos uma série de questões de natureza climática, de redução do volume de água, de aumento da temperatura média da água, e a combinação

desses fatores produz os problemas que temos. Isso revela claramente que temos - e que teríamos de ter -, no Rio das Velhas, essa prioridade.

No âmbito da meta 2010, a partir do momento em que o Governador Aécio Neves, tomando conhecimento da proposta, determinou que esse projeto pudesse tornar-se um projeto estruturador do planejamento estratégico, incluído no PMDI, recentemente aprovado nesta Casa, uma série de iniciativas e de recursos vêm sendo canalizados para o cumprimento desse objetivo: recursos da Copasa, das Prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem. E isso é mais um exemplo de que essa é uma obra coletiva e solidária, como mencionei no início.

Não é possível, no caso do Rio das Velhas, fazer um trabalho desarticulado. O governo do Estado e os Municípios, especialmente os da Região Metropolitana, têm de cooperar na busca desse objetivo. E demos seqüência a iniciativas que já vinham sendo adotadas em governos anteriores.

Já tínhamos encontrado a ETE do Arrudas, e foram feitos investimentos para completá-la. Inauguramos, no ano passado, a ETE do Onça, e, já neste mês, está na praça o edital lançado pela Copasa para fazer o tratamento secundário de todo o esgoto da bacia do Onça e o plano de saneamento ambiental da bacia do Ribeirão da Mata.

Por que o Ribeirão da Mata? Se trabalhamos com prioridades, se entendemos que essa é uma questão que precisa de uma abordagem técnica, além das eventuais avaliações políticas que se possam fazer, se o objetivo é despoluir o Rio das Velhas, tínhamos de começar pelos seus afluentes mais poluídos. Essa é a razão de ter feito a ETE do Arruda; de já ter feito o tratamento primário da Estação do Onça, fazendo agora o tratamento secundário - passaremos de 75% para mais de 90% da remoção da carga orgânica também no Ribeirão do Onça -; de se aliar às Prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem para o tratamento de fundo de vales e a possibilidade de coleta e transporte de esgoto, para que esse esgoto possa chegar às estações de tratamento. Não basta fazer a estação de tratamento, se o esgoto não puder ser coletado e lançado nessas estações.

Uma vez já construídas as ETEs do Arruda e do Onça, estamos trabalhando intensamente no Ribeirão da Mata, porque é o 3º mais poluído. Saímos de uma seqüência Arruda, Onça, Ribeirão da Mata, que abrange um conjunto de 10 grandes Municípios da Região Metropolitana. Desses 10, mais da metade já estão tendo suas ETEs também construídas, para que o objetivo previsto para 2010 possa ser alcançado.

É evidente que teremos de avançar com mais celeridade.

Mas, da mesma maneira que precisamos avançar com mais celeridade, gostaria de deixar absolutamente claro que, sem a existência dessa meta de um projeto estruturador do governo, não teríamos chegado ao patamar de investimento que já temos hoje, superior a R\$1.000.000.000 na despoluição do Rio das Velhas, quando somamos os investimentos do governo do Estado por meio da Copasa, das Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem, que têm uma parcela significativa desse esforço, e da União, sobretudo mais recentemente por meio do PAC, que tem alocado os recursos num processo liderado basicamente pela Codevasf, cujos representantes já tiveram a oportunidade de falar aqui neste seminário.

Então, queria mencionar esse esforço por entender que, com ele, estaremos atacando um dos nossos principais problemas. Da mesma maneira que temos a cianobactéria como um indicador claro de que os problemas são graves e, por essa razão, precisam ser enfrentados, tivemos aqui os números do biomonitoramento apresentados pelo Projeto Manuelzão, já indicando claramente avanços que decorrem desse esforço que está sendo realizado.

Estamos parametrizados ainda pela existência de um problema que é a razão de existir do próprio projeto, que objetiva reunir os esforços do Estado, dos Municípios, da União e da sociedade civil para o seu enfrentamento, ao mesmo tempo em que começamos a colher os primeiros resultados desse esforço.

Se, por um lado, o problema que estamos detectando hoje da cianobactéria é um exemplo claro para demonstrar a necessidade de continuar avançando, por outro os outros números positivos são um alento para que esse avanço possa continuar.

Então, faço menção a essa iniciativa por achá-la extraordinariamente importante, não como um instrumento em si para a solução do problema, mas pela maneira como foi concebida e como foi incorporada ao planejamento governamental dentro dessa lógica de que temos de ter uma ação que se projete para além das fronteiras do Estado nacional, para o enfrentamento dessa questão. Nesse particular, acho que deve ser ressaltado o papel do Comitê da Bacia do Rio das Velhas e o protagonismo do Projeto Manuelzão nesse processo, desde o início.

Em relação à bacia do Rio São Francisco, para além do esforço que estamos fazendo no Rio das Velhas, é preciso considerar, na minha avaliação, três grandes eixos fundamentais para a revitalização. Temos de tratar do problema da qualidade da água, em razão do lançamento de esgoto "in natura" nos rios e nos afluentes. Lamentavelmente, isso ainda é uma marca praticamente do saneamento no Brasil. Avançamos muito pouco, quase nada, quando falamos de tratamento de esgoto.

Temos de falar da questão do uso da terra. É por isso que, dos recursos anunciados pela Codevasf, a maior parte está indo para a Emater, pois entendemos que é fundamental mudar as práticas de uso da terra, a fim de que tenhamos menos erosão e menos assoreamento dos rios. Nesse contexto, é necessário enfrentar um outro problema que constitui um outro projeto estruturador do Estado de Minas Gerais, que está relacionado ao desmatamento das matas remanescentes florestais nativas.

Assim, para nós esses três eixos são absolutamente fundamentais, ao lado, obviamente, de investimentos de infra-estrutura hídrica que temos de fazer.

Concluo com essa observação a que me referi. No plano institucional, avançamos hoje para ter comitês de bacia organizados e instalados praticamente em todos os afluentes mineiros do São Francisco. Da mesma forma, como o nosso colega da Bahia mencionou, para o Orçamento de 2008 estamos provisionando recursos para o funcionamento desses comitês, numa ação coordenada pelo Igam.

Estamos atuando num plano institucional, mas é preciso também nesse contexto, já que falamos da recuperação do Rio das Velhas e do esforço para a recuperação da bacia do São Francisco, concluir com o outro tema desse seminário, que é questão do semi-árido.

Estamos aqui com vários Deputados do Norte de Minas, que testemunham a realidade da seca e dos vários problemas que temos. Temos de refletir que a solução do semi-árido vai além das grandes obras de infra-estrutura hídrica. Temos centrado o debate sobre as possibilidades de resolver os problemas do semi-árido pensando nas grandes obras de infra-estrutura, que podem resolver parte do problema; jamais irão resolver o problema do universo que se apresenta. É fundamental imaginar políticas públicas que signifiquem aumentar a oferta de água no semi-árido. Isso é absolutamente indiscutível. Ninguém pode, em sã consciência, se negar a discutir a necessidade de aumentar a oferta de água no semi-árido; mas, por outro lado, é preciso discutir intensamente como aumentá-la.

Ao lado de investimentos de infra-estrutura, sabemos que o problema do semi-árido mineiro e brasileiro tem uma quantidade enorme de domicílios rurais pulverizados no espaço do território que jamais poderão ser atendidos com obras de infra-estrutura hídrica. Estas terão de ter sua atuação prevista para reserva de água local, para cisterna, para pequenas captações, para alternativas tecnológicas que já estão disponíveis e que, certamente, serão necessárias para completar esse quadro.

Quero concluir chamando a atenção para a importância da revitalização do rio, mencionando o esforço que estamos fazendo no Rio das Velhas, mas deixando claro, para suscitar o debate, que não se resolverá o problema dessa maneira. É iludir o povo brasileiro e o povo do semi-árido achar que vamos resolver o problema com grandes obras de infra-estrutura hídrica. Aliás, isso é manter o modelo clássico da gestão do Estado brasileiro baseado na filosofia obreirista.

Palavras do Sr. Ronaldo Matias de Souza

Em razão do adiantado da hora, vou complementar algumas informações para facilitar o entendimento. Hoje, na bacia do Rio das Velhas, na região metropolitana, temos 18 ETEs em operação. Temos estações planejadas, com recursos financiadas pelo PAC, mais duas ETEs em Santa Luzia, uma estação já licitada para São José da Lapa e outra em implantação em Vespasiano. Vamos levar os esgotos de Capim Branco para serem tratados em Matozinhos. Vamos implantar a ETE de Pedro Leopoldo e mais três em Ribeirão das Neves. Além disso, a Copasa tem a meta de, até 2010, tratar 70% dos esgotos onde atua. Existe uma deliberação normativa do Copam sobre isso. Somos o único Estado brasileiro que estabeleceu prazo para que todos os esgotos sejam tratados. O prazo seria 2017. A Copasa está trabalhando para, em 2014, universalizar o tratamento de esgoto em todas as cidades onde atua.

Quanto ao Rio das Velhas, especialmente no que se refere às cianobactérias, avaliamos o monitoramento da qualidade da água onde ocorreram as florações desse espécime. Esse monitoramento está no "site" do Igam. Observamos que, nos pontos onde ocorreu a floração das cianobactérias, não houve deterioração da qualidade das águas, mesmo antes da implantação das ETEs do Arrudas e do Onça.

O que isso significa? As cianobactérias são microorganismos existentes na natureza há milhões de anos. Hoje, há várias condições que favorecem a sua floração. Como já mencionado, há muita intensidade luminosa, temperaturas elevadas do ar e da água, baixa turbulência das águas, baixa turbidez e nutrientes. O que isso significa? Não é uma ação isolada que pode favorecer a formação de cianobactérias. Na verdade, é muito difícil mensurar o peso de cada um desses fatores. É importante ratificar que esse problema nunca ocorreu, mesmo antes da existência das ETEs do Arrudas e do Onça na Região Metropolitana. O maior desafio que se tem com o projeto de despoluição não é implantar as ETES, mas fazer com que todos os esgotos gerados nas bacias de contribuição das ETEs sejam direcionados para elas.

Considerando-se as ações que dependem exclusivamente da Copasa, a expectativa desta empresa, principalmente nas bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça, onde há o maior contingente populacional, é que, em dois ou três anos, esses problemas estejam resolvidos. Temos parcerias excepcionais com as Prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem, tendo em vista a promoção de intervenções de fundos de vales, conforme mencionado. Nos fundos de vales, ocorrerão a remoção de famílias e o reassentamento. São obras extremamente caras, mais caras que as intervenções da Copasa para implantação de interceptores. Para realizar essas intervenções, existem as parcerias entre a Copasa e os poderes públicos municipais.

Tenho plena convicção de que o projeto de revitalização tem grande possibilidade de sair vitorioso, considerando-se as várias ações que estão sendo implementadas, bem como os resultados alcançados até então. Conforme mencionado, há estudos excepcionais do Projeto Manuelzão no que se refere ao biomonitoramento de peixes e bentos. Trata-se de algo inédito no Brasil e que vem ratificar que estamos no caminho certo. Todavia, para se atingir esse objetivo, mais do que nunca, é preciso haver o engajamento harmônico dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Gostaria de lembrar a todos que a ata deste ciclo de debates, contendo a transcrição completa das exposições e debates, será publicada no "Diário do Legislativo", na edição do dia 8/12/2007, sábado.

Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do ciclo de debates, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A reprise será exibida nos seguintes dias e horários: dia 25 de novembro, domingo, às 8h30min, programação do dia 21 de novembro; dia 26 de novembro, segunda-feira, às 9h10min, programação do dia 22 de novembro.

Debates

O Sr. Presidente - Vamos passar à fase dos debates. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Nobre Deputado Paulo Guedes, ontem e hoje me vi numa situação bastante citada no interior de Minas, ou seja, fiquei com "um olho no peixe e outro no gato". Eu estava na Comissão de Participação Popular, envolvido no processo de análise das 546 emendas apresentadas ao PPAG, mas não perdi a oportunidade de acompanhar, pela TV Assembléia, todos os debates ocorridos aqui.

Devo registrar que fiquei muito mais satisfeito com o debate ocorrido hoje porque parece que ontem ficamos muitos presos a outro tema, o da questão da integração de bacia ou transposição, como queiram chamar. Acho até que devemos marcar um outro debate especificamente para esse tema da integração e da transposição.

Devo salientar que o governo do Presidente Lula tem um mérito muito grande porque, pela primeira vez na história dos 500 anos do Brasil, a questão da revitalização do Rio São Francisco passou a ser pautada no País, coisa que muitas vezes as pessoas tinham medo de discutir. A revitalização é uma questão essencial sobre a qual pouco se discutia e se discute ainda no País, inclusive no Estado de Minas Gerais.

Quando se fala em revitalização, temos de pensar no papel do poder público, das instituições públicas. Para revitalizar e consertar o que foi destruído em 500 anos, o poder público tem de estar disposto a colocar a mão no bolso. Não adianta vir aqui e fazer discursos bonitos pela revitalização se, quando olhamos as nossas leis orçamentárias, percebemos que o discurso não passa apenas de falatório, porque não se concretiza na prática. É isso o que está ocorrendo em Minas Gerais, que pouco investe na parte da revitalização.

Os números mostram que, nos últimos quatro anos, do Tesouro de Minas Gerais só foram investidos R\$36.000.000,00. Estavam previstos R\$99.000.000,00. Houve uma execução orçamentária de apenas 36%. Isso é muito grave. Mostra o descompromisso que Minas Gerais ainda tem com a revitalização.

Da mesma forma, isso tem refletido agora na discussão do PPAG. Quando verificamos a proposta original do governo do Estado no PPAG para 2008-2011, as ações que dizem respeito à revitalização do Rio São Francisco são ações ainda tímidas do ponto de vista de investimento.

Não é à toa que várias emendas de iniciativa popular vêm ao encontro do reforço desse investimento. Acreditamos que esse é o grande debate. Para consertar o que foi estragado no últimos 500 anos, temos de abrir realmente os cofres públicos e mostrar que isso é a prioridade.

Temos de enfrentar o problema da poluição dos rios. Não adianta a gente ter uma das maiores empresas de saneamento básico, a nossa querida Copasa, se ela, com seus lucros, não investe mais efetivamente para a recuperação do Rio das Velhas. Estou convencido de que instituições como a UFMG ou o próprio Projeto Manuelzão têm capacidade técnica para fazê-lo. Mas, para isso, tem de haver investimento. Infelizmente, os investimentos que Minas Gerais tem dispensado para esses projetos ainda são muito tímidos. Isso demonstra que Minas Gerais, na verdade, quando insiste em discutir a transposição, é porque está com medo de discutir a revitalização. Está com medo de colocar a mão no bolso. Essa é a verdade nua e crua que precisa ser dita com todas as palavras. Muito obrigado.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Com licença. Meu nome é Clarise Fernandes da Silva e sou representante da ONG Clarosofia Núcleo Mundial. Vocês são pessoas habilitadas e preparadas e estão aqui com toda disposição para realmente trabalhar novos conceitos e valores. Gostaria de informar a vocês porque ainda não se adequou o modelo de Israel, que é a irrigação, que realmente funciona. A irrigação no Brasil é feita conforme 3.500 anos antes de Cristo. No caso, gasta-se muito.

A forma certa é a irrigação gota a gota, no modelo de Israel. O Exército Brasileiro sabe tratar e transpor a água, já que recebe o seu salário para cuidar da nossa sociedade.

Portanto, quero saber por que o plano ainda não foi viabilizado, sendo que 6 milhões de nordestinos precisam do abastecimento de água doce. Infelizmente, como essas matas ciliares não tiveram um plano efetivo, específico, com critérios reais, ocorrerá um desastre ecológico que matará os nossos peixes, e todas as terras serão inundadas pelo mar.

Aparentemente, uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas passarei o seguinte informe: Minas é o segundo Estado mais leproso do Brasil, e o nosso país é o mais leproso do mundo. Com o desastre ecológico, as viroses, não haverá nenhum tipo de controle social daí para frente. Chamo a atenção dos senhores para esse enfoque e peço-lhes que realmente nos ajudem a zelar pela sociedade. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Euler.

O Sr. Euler - Parabenizo a todos pelo evento, que foi muito proveitoso. Participei de sua preparação e achei que não deveríamos discutir o semi-árido. Não faz muito sentido Minas Gerais ficar discutindo propostas do semi-árido nordestino. Precisamos discutir a situação do nosso Estado.

Na sua apresentação do balanço energético, o Prof. José Carlos disse que o nosso cerrado está sendo destruído em média 6.000.000m³ por ano, mais 6 milhões da Bahia, e vem de Goiás. Acho isso estranho, porque a transposição criou um efeito-manada: todo o mundo vai, quem fica parado na frente ou é contra é atropelado. Muitos são contra a transposição e nem sabem o motivo. Pode até ser que ela não seja realmente boa.

Assisti aos debates de ontem. O professor apresentou um mapa da água do Nordeste, dando-nos a impressão de que o problema desse Estado é a falta de canoa. O Deputado de Sergipe disse que o problema tem de ser resolvido pelo DNOCS, que tem 95 anos e não o resolveu até hoje. Depois que a pessoa sai, começa a dizer que o órgão é que resolve os problemas. Da forma como está sendo tratada a questão do semi-árido, com a construção das cisternas, que é pontual - já foram construídos 22% do total de 1 milhão... A água é um fator de produção.

Quem conhece Fortaleza e a Avenida Atlântica sabe que as crianças de 12, 13 anos estão-se prostituindo com estrangeiros. Elas saem do semi-árido, não ficam no interior. Não adianta dizer que se deve apenas construir cisterna. O indivíduo vai ficar lá apenas plantando mandioca? Pelo amor de Deus, isso parece plano de igreja, não pode ser plano de governo. Plantar mandioca é uma atividade de subsistência?

Conversei com algumas pessoas da Pastoral da Criança que estavam aqui, a quem perguntei o que faziam para evitar filhos. Responderam que não têm planos para isso e que apenas tratam das crianças.

Ou seja, não dá para ficar tratando o semi-árido como se fosse um plano de igreja, já que ele tem de produzir, ou melhor, as pessoas estão lá para isso.

O Apolo é de Salinas, mas ele não volta para lá, assim como a maioria das pessoas também não voltam para esses lugares, porque encontraram uma ação produtiva aqui. Mas, se tivessem tido a mesma oportunidade lá, eles teriam ficado. Essas pessoas saem do semi-árido e vão para as Capitais porque não encontram em sua terra natal as possibilidades de sobrevivência. Não digo só de sobrevivência, mas também a possibilidade de se encontrarem como cidadãos.

Gostaria de tratar de uma questão, tentei falar sobre ela quando da organização do debate, mas não sei por que fui impedido de fazer isso. Há quatro meses que venho falando a esse respeito. É uma questão que é mineira e da qual temos de tomar consciência, já que afeta o Rio São Francisco. Estou-me referindo à matéria publicada no jornal "Estado de Minas" de segunda-feira, sob o título "Canaviais sufocam o São Francisco". Tentei incluir essa discussão na organização do evento, mas não foi possível e não sei o porquê.

É muito importante produzirmos cana, mas, da forma como isso está sendo feito, não. Quem visitou a região da nascente do São Francisco sabe que não adiantam todos esses discursos, como, por exemplo, o do Thomaz e o do Apolo, que foram muito bonitos, contra a transposição, porque daqui a pouco não haverá rio, que dirá transposição. Então, temos de tratar do rio aqui em Minas, e isso é muito sério.

Segundo a informação do Prof. José Carlos, do cerrado, que está sendo destruído a uma taxa de 6.000.000m³ por ano, nós não estamos tratando. Não sei por que este evento, que deveria tratar um pouco de Minas Gerais, e, infelizmente, assim não o fez. De qualquer forma, este seminário foi produtivo e muito bom, apesar de ainda precisarmos discutir mais essa questão do Rio São Francisco em Minas Gerais. É importante debater a transposição desse rio, sem nos esquecermos das outras questões igualmente importantes que o envolvem.

O representante do Projeto Manuelzão apresentou o estudo maravilhoso que fizeram em Minas Gerais, mas acho que não devemos discutir o

que será feito no Sergipe, uma vez que essa é uma discussão da alçada da Assembléia do Sergipe.

O Secretário Adjunto Aluizio Fantini - As minhas palavras serão mais na linha da valorização do entendimento e da convergência, já que a revitalização envolve uma mobilização muito forte, sobretudo na área institucional.

Gostaria de aproveitar a presença do Sr. Athadeu para noticiar as observações que o Secretário fez, rapidamente, "en passant", dentro de sua apresentação. É importante que se diga que há um conjunto de projetos encaminhados que vão envolver ações de integração no Estado, por meio da Codevasf. Ações essas que envolvem a Copasa, e está aí o Dr. Ronaldo, que não me deixa mentir. Como estava dizendo, são quase 40 projetos, inclusive no Rio das Velhas, com investimentos de mais de R\$300.000.000,00, em vias de contratação. Esses convênios já estão bem avançados no seu entendimento. Há ainda projetos envolvendo ações da Secretaria de Agricultura e de Meio Ambiente, mobilizando o Igam, a Emater, o IEF e a Ruralminas. Tudo isso nos permitirá atuar em 90 projetos-pilotos de recuperação e preservação de sub-bacias hidrográficas. São projetos mobilizadores, que envolvem a comunidade.

O Igam está com vários projetos de monitoramento em diversos rios importantes do Norte. Enfim, quero enaltecer essa convergência porque, mais de que nunca, temos de somar esforços para superar as terríveis dificuldades que se colocam nesse esforço de revitalização.

Nunca perdemos a oportunidade para falar desse nosso vício já assumido, em uma visão urbana, de só enxergar calha de rio e mata ciliar em calha de rio. Cerca de 93% da água de precipitação ocorre nas propriedades rurais, e, em razão à minha formação agrônômica, tentamos colocar o produtor como o ator principal na recuperação das bacias hidrográficas. Ficamos muito centrados nas calhas de rio, mas o rio nada mais é que um dreno fluvial da natureza. Toda sustentação desse processo de captação, reservação e melhoria de oferta de água depende essencialmente das bacias hidrográficas, esses espaços enormes e coletores das águas que caem.

Quero enaltecer esse esforço de integração porque acredito nessa forma de atuação convergente. Já houve vários projetos no Estado que mostraram a importância de se valorizarem os esforços além das críticas que devemos fazer. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Secretário Adjunto Paulo Romano.

O Secretário Adjunto Paulo Romano - Cumprimento esta Casa, que tem recebido temas tão relevantes; os componentes da Mesa, especialmente o nosso amigo Secretário José Carlos Carvalho; os Deputados; e os representantes do Ministério Público, do governo federal e das demais instituições.

A Secretaria de Agricultura tem trabalhado com a máxima atenção, levando em conta um conceito que não tem sido permanentemente considerado na discussão da transposição do Rio São Francisco. Há pouco, o Dr. Fantini disse - às vezes, de passagem, muitos também o fazem - que Minas Gerais, por razões estratégicas, não deve ficar refém do tema Rio São Francisco exclusivamente. Devemos falar de bacia. As águas do Rio São Francisco são de domínio da União, portanto, em toda essa discussão do Rio São Francisco, quando falarem de repartição dessa água, falarão de Minas Gerais e dos outros Estados. Isso é complexo, mas é uma realidade. As águas de domínio de Minas Gerais são dos afluentes, portanto são parte de um processo difuso, do qual precisamos cuidar, pois é estratégico. As águas que saem ou que estão retidas em Três Marias são para regularizar Sobradinho, que depois vai servir rio abaixo. Isso é uma questão político-estratégica a que devemos prestar atenção, com ou sem transposição. Nesse sentido, devemos lembrar que, quando falamos de revitalização do Rio São Francisco, que é emblemático e nos mobiliza, estamos falando, na verdade, de processos difusos. Aliás, alguém disse que eles vêm há mais de 500 anos; mais do que isso, são difusos. Não será com obras - o Dr. José Carlos Carvalho já fez essa referência - que resolveremos problema de água. Os problemas são, antes de mais nada, difusos e complexos. A questão estratégico-política da água, seja para o proprietário rural, seja em uma microbacia, seja em uma macrobacia, é estratégica enquanto está nos limites considerados. Então, a retenção de água no âmbito da propriedade é fundamental, se queremos servir aquele produtor. Estamos falando da água no ciclo biológico a partir da chuva. Daí, a outra questão que geralmente é esquecida: a água para o semi-árido, ainda que escassa, só é disponível em um pequeno período, quando chove.

Para atender à grande população difusa do semi-árido, há uma estratégia que o governo federal diz ser importante e prioritária: a água de captação para armazenamento nas cisternas. Esse é o contraponto.

Mas vou colocar outra questão política, vindo à minha frente o meu querido Deputado Avelar: prevalecer - e lá vai sendo tocado - o projeto físico de transposição, não podemos esquecer que a água que sair daqui tem uma conta altíssima, e não se discutiu quem vai pagar por essa água, mesmo que ela não vá para o semi-árido - porque não será possível distribuí-la difusamente no semi-árido, e, como é sabido, vai especialmente para onde já há água: os grandes reservatórios e, depois, as grandes cidades, inclusive e principalmente as que estão no litoral. Quem vai pagar por esse custo? Nessa agenda, espero que comecemos, pelo menos, a ter esse registro.

Nós, da Secretaria de Agricultura, esperamos ter oportunidade de continuar contribuindo, inclusive e principalmente, em mudanças de processo de uso do solo, para facilitar a vida do produtor, mas sobretudo a permanência da água no território mineiro por mais tempo. Refiro-me a essa água retida na natureza; não é a água retida por barragens que responde à nossa questão, e quero ressaltar bem esse ponto.

Também queremos contribuir para o belo trabalho que vem sendo feito há tempos pelo Secretário José Carlos Carvalho. A Secretaria de Agricultura tem agora um mandado sobre floresta plantada, e pretendemos trabalhar em sistema de produção integrado de lavoura, produção e floresta - os sistemas agroflorestais, que o Dr. José Carlos tem apoiado e por cuja expansão estamos trabalhando, com o treinamento de técnicos da Emater e de produtores. Neste ano já começamos várias experiências de campo, ou melhor, vários campos de demonstração - já não é preciso fazer experiências, pois já está consolidado, com a chancela da Embrapa e de outras instituições, o Sistema de Produção Integrado de lavoura, pecuária e floresta.

Produzir floresta é a principal maneira que temos para preservar as nossas matas nativas. E esse é um ponto que nos incomoda. Minas Gerais ser um Estado importador de madeira é algo perigoso, vergonhoso, politicamente vulnerável e socialmente danoso para nós.

Essa é a contribuição que queríamos deixar registrada, lembrando que, em síntese, processos difusos na natureza não se resolvem com obras. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Paulo Afonso Mata Machado.

O Sr. Paulo Afonso da Mata Machado - Boa-tarde. Estou achando, pessoal, que o debate sobre a transposição está insofrito, pois estamos falando de transposições feitas na Europa e na antiga Mesopotâmia, esquecendo-nos de que temos no Brasil diversas transposições, algumas das quais anotei aqui. Em Fortaleza, por exemplo, uma transposição resolveu o problema de água na Capital do Estado mais seco do Brasil, o símbolo da sequeidão. Lembro-me de que, quando criança, quando comíamos muito, alguém dizia que devíamos ter vindo do Ceará, pois parecíamos morrer de fome. Era o que diziam. Então, o símbolo da secura, Fortaleza, é um exemplo de transposição.

Outro caso interessante: quando se fundou Brasília, não havia água. Então, pensaram na transposição para se criar o Lago Paranoá. Muita

gente dizia que isso era bobagem, que não ia encher, pois não havia clima para isso. Quando encheu, JK mandou um telegrama a um desses contrários: "Encheu".

No Rio de Janeiro, o saudoso Governador Carlos Lacerda pensou no abastecimento a partir da transposição do Rio Paraíba do Sul. Disseram: "É muito poluído, tem de ser revitalizado primeiro". Mas ele decidiu: "Não vamos revitalizar coisa alguma; vamos pegar essa água e jogar no Guandu". E está lá até hoje, abastecendo 2 milhões de habitantes.

Em São Paulo, a Cantareira também tem transposição. O Deputado de Sergipe disse que 70% da população de Aracaju é abastecida com a transposição do São Francisco. Estão criticando tanto o assunto, mas o São Francisco abastece Aracaju com transposição, portanto vamos deixar isso de lado.

Aproveito a presença do Apolo, meu grande amigo, para fazer-lhe um apelo publicamente. Vamos deixar de gastar energia contra a transposição e vamos cuidar da Agenda 2010 do Rio das Velhas. Quando criança, pesquei no Rio das Velhas, perto de Jabuticatubas, e, em 2010, quero voltar a fazê-lo. Apolo, conto com você! Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Herbert Levi, do Núcleo de Desenvolvimento dos Moradores do Município de São Romão.

O Sr. Herbert Levi - Caro Deputado, autoridades, na verdade, gostaria que, no meu lugar, estivesse alguém com representatividade superior à de um simples representante de associação. Entretanto, como tive oportunidade, vou aproveitá-la.

Deputado, quero dar, em nome do nosso Município de São Romão, um grito por misericórdia, para que as autoridades, sejam do Estado, sejam do governo federal, sejam as que cuidam dos recursos da Copasa, implementem isso em favor da causa do nosso Rio São Francisco, que está sendo atingido com essa situação. Não entrarei na questão do sofrimento por que passam os nossos ribeirinhos, pois já foi muito discutida.

Quero destacar um fato que aconteceu na semana passada e foi objeto de importante notícia na "Folha de S. Paulo". Em Pirapora, o vapor Benjamim Guimarães foi terceirizado para uma empresa paulista, para pegar turistas de todo o Brasil e dar uma volta pelo nosso São Francisco. Acredito que seja vergonhoso para o Estado de Minas Gerais o fato de o problema se iniciar no nosso território. Esses turistas, quando saíram de Pirapora e chegaram ao encontro das águas do Rio São Francisco e do Rio das Velhas, perceberam um rio podre, impróprio até para admiração. Essa é uma causa com que nos devemos preocupar, pois nos causa incômodo tanto pelo sofrimento dos ribeirinhos quanto pela imagem que Minas está transmitindo: a de um Estado que não toma providências com relação a esse problema.

Portanto, pedimos às autoridades que incluam no orçamento, tanto no estadual quanto no federal, uma solução para que esse povo não sofra mais com essa situação e não tenha que ficar clamando ao céu, deixando de acreditar nos nossos governantes. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Antônio Passos, de Sergipe, para as considerações finais.

O Deputado Antônio Passos - Quero apenas complementar alguns tópicos. Em 1991, criou-se a Cipe São Francisco na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que convidou Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco para fazer parte. Nós, Deputados, criamos essa Comissão para estudar os problemas do Rio São Francisco, mas, com o passar dos anos, surgiu o problema da transposição.

Todos somos unânimes quanto à necessidade de preocupar-nos com a revitalização do Rio São Francisco. Todos os Estados têm afirmado isso.

Em relação à transposição, quando falei a respeito do DNOCS, foi porque os técnicos desse órgão, que estão há 95 anos trabalhando no semi-árido nordestino, não foram convidados. O governo federal recebeu de um conjunto de construtoras um projeto de transposição pronto, e não foram discutidas com a população as causas que no futuro poderão trazer problemas até para Minas Gerais. Se as águas que serão retiradas não são no nível do Estado de Minas, as pessoas enganam-se quando pensam que isso não afetará este Estado. Afetará, sim, porque, no processo de distribuição da água, quando ela estiver saindo para o Ceará, diminuirá a cota que Minas poderá utilizar em projetos que possam empregar as pessoas do semi-árido mineiro. Estamos na foz, e é lá que os rios morrem. Essa é a preocupação dos sergipanos, pois, se faltar a água ou o oceano invadir a calha do Rio São Francisco na altura da foz até a Hidrelétrica do Xingó, todos os processos de adução de água no Estado de Sergipe estarão comprometidos. Setenta por cento da água consumida na Capital sergipana depende do Rio São Francisco, assim como 1.200 pequenas comunidades e mais 47 Municípios. Então, são questões que precisam ser discutidas técnica e cientificamente e não o foram.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Dêniston Diamantino, de Matias Cardoso, próximo inscrito. Esse é o último inscrito para falar, e depois passaremos às perguntas para as autoridades da Mesa.

O Sr. Dêniston Diamantino - Boa tarde aos Srs. Deputados e a todos os presentes. Nasci em Manga e sou barranqueiro. Fui batizado com a água do Rio São Francisco. Hoje moro em Matias Cardoso, cidade também às margens do São Francisco. Vim de Manga com o intuito de discutir hoje a questão da água do São Francisco. Fico muito sentido por discutirmos a transposição. A coisa mais sensata seria parar de discutir a transposição - que não se falasse nisso por enquanto. Enquanto o povo mineiro estiver bebendo esgoto, enquanto as crianças do rio estiverem bebendo esgoto, não se deve falar em transposição, em Eixo Norte, em nada. Essa é uma questão humanitária.

Não sei se é porque o povo do Norte de Minas sempre foi desprezado, humilhado - são uns miseráveis, então pensam que o esgoto pode descer para lá e eles podem beber, podem se intoxicar, podem morrer que não há problema. Então, a questão é discutir a saúde do povo de Minas e esquecer por enquanto a transposição. Pára a transposição, não se fala nisso enquanto o povo dos ilhéus, o pessoal que vive na beira do rio não tiver água limpa. Queremos água para o povo. Enquanto não houver água para o povo, não se fala em transposição. Vamos cuidar da saúde do povo. É essa a minha reclamação. Obrigado.

O Sr. Presidente - Passaremos agora às perguntas feitas por escrito à Mesa e às autoridades.

O Sr. Gilson Moura - Gostaria de pedir apenas 1 minuto da atenção do Deputado Paulo Guedes. Meu nome é Gilson. Sou da cidade de Manga e sou representante da Escola Municipal Padre Ricardo Tritschler. Antes de a caravana de Manga ir embora, pediria apenas 1 minuto para falar tudo o que está engasgado em minha garganta. Apesar de estar à altura de minha formação discutir o assunto com vocês, não viemos aqui para ouvir essa balela de transposição. Gostaria de fazer uma pergunta para a qual todos lá fora estão esperando uma resposta: vamos sair daqui sem solução? Vocês mostrarão que são iguais a todos, que nunca fazem nada? Vamos sair daqui sem respostas? Algumas propostas foram lançadas: por que não abrem a barragem de não sei onde para que o volume de água possa talvez resolver o problema? Jogam uma parcela de culpa sobre a Copasa, e fica um verdadeiro jogo de empurra, uma batalha de egos. Não viemos aqui fazer "lobby" e vimos que não conseguimos sensibilizar nenhum de vocês, a não ser o Deputado Paulo Guedes. Antes de ir embora, queremos alguma resposta - ou partiremos sem ela?

O Sr. Presidente - O representante de Januária, Manuel, pode fazer uso da palavra.

O Sr. Manuel - Boa tarde a todos. Meu nome é Manuel. Quando o Deputado Paulo Guedes nos convidou para participar deste ciclo de debates, convidei a colônia dos pescadores para vir. Primeiramente, não me preocupei em trazer o Prefeito de Januária, os Vereadores ou os intelectuais da região para falarem bonito aqui, no microfone; preocupei-me em trazer estes homens que os senhores estão vendo aqui. São pessoas que sobrevivem do rio e cuja moeda de compra é o peixe.

Assim, pediria a vocês, Deputados, que não deixassem essa causa apenas para o Deputado Paulo Guedes. A Assembléia tem 77 Deputados, e todos eles são de Minas Gerais. E o Rio São Francisco é o rio da integração. Portanto, gostaria que todos se preocupassem com ele, e não, apenas com o Rio das Velhas, rio da região. Preocupando-se com o Rio São Francisco, vocês estarão se preocupando com esses senhores que sobrevivem do rio. Obrigado.

O Sr. Presidente - Passaremos às perguntas formuladas às autoridades da Mesa. A primeira é de Letícia Rocha, da Articulação Popular de Revitalização do Rio São Francisco, e dirige-se ao Secretário José Carlos Carvalho: "Por que a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais não compareceu nem justificou sua ausência à reunião das colônias de pescadores realizada hoje, em Pirapora? Essa atitude não configura o descaso dessa Secretaria para com a situação dos pescadores e vazanteiros?".

A Jussara Ribeiro, de Manga, pergunta ao Secretário: "Considerando tudo o que está sendo discutido sobre o Rio São Francisco, como conciliar o PAC com a saúde do rio, com sua sobrevivência e seu desenvolvimento sustentável?".

A outra pergunta é da Amanda, da Articulação Popular pela Revitalização do Rio São Francisco, para o Ronaldo, da Copasa: "Qual a justificativa da Copasa para o descaso e o não-comparecimento, hoje, dia 22, na mesa de negociação de Pirapora, ou seja, na reunião com os pescadores das colônias locais e dos Municípios vizinhos?".

Por fim, a Ana Vidigal pergunta ao Secretário: "O senhor acredita, sinceramente, na possibilidade de impedir as obras de transposição?". Com a palavra, o Secretário José Carlos Carvalho.

O Secretário José Carlos Carvalho - Vou responder pela ordem em que o Deputado Paulo Guedes fez as menções. Relativamente à nossa ausência na reunião das colônias de pescadores de Pirapora, hoje, é evidente que esta reunião que estamos realizando aqui fala por si, mas, ainda assim, nosso gabinete havia dado instrução para que a nossa Superintendência Regional comparecesse. Se não compareceu, vou anotar para verificar o que houve. De qualquer maneira, quero dizer que temos um diálogo extremamente proveitoso, de alto nível com a Federação dos Pescadores e vamos manter a nossa política de dialogar com todas as entidades de classe do movimento social, do movimento ambientalista, ainda que para ouvir as críticas, porque entendemos que crítica, para quem está na administração pública, não é ofensa. Vamos continuar mantendo esse diálogo no mais alto nível.

Respondendo à questão do PAC, evidentemente, ele é um programa muito abrangente, com obras que vão além daquelas que dizem respeito especificamente ao objeto da nossa reunião. Mas queria aproveitar para dizer aqui, em relação aos investimentos de saneamento do PAC em Minas Gerais, que, depois de uma negociação estreita entre o governo do Estado e o governo federal, definiu-se que nessas ações seria dada prioridade à despoluição do Rio das Velhas, pelas razões que já mencionamos aqui. Então, houve uma convergência do governo federal com o governo do Estado para que se façam os investimentos absolutamente essenciais para responder às críticas pertinentes que tivemos aqui em relação à qualidade do rio a jusante. Realmente, não há por que esconder que temos um problema de qualidade de água, e é por isso que estamos concentrando nossos esforços.

Quanto à transposição, essa é uma iniciativa que está tendo seu curso. Uma parte substantiva da sociedade se opõe por razões que se manifestam, e outra parte é a favor. Sou conhecido pelas minhas posições contrárias. O tempo não é suficiente para debater essa questão, mas, de qualquer maneira, a dificuldade de implementação dessa obra fala, por si, da complexidade de sua execução. O Ciro Gomes prometeu fazer essa obra em três anos, mas ela não consegue sair. E não sei porque, quando se tem uma obra de grande magnitude como essa, em torno da qual não se constroem os consensos necessários, é muito difícil ela ser implementada. Quem tem experiência no setor público sabe que já é difícil implementar as coisas em relação às quais todos estão de acordo. Sabemos que tudo funciona dessa maneira. Quando se tem um alto grau de oposição a uma determinada iniciativa, isso acaba prevalecendo. Então penso que essa é uma questão que ainda vai continuar na ordem do dia.

Já sou o sinal, mas queria aproveitar para fazer um comentário em resposta ao pronunciamento do Deputado Carlin Moura. A leitura do orçamento fiscal não reflete exatamente aquilo que o governo do Estado vem realizando em relação à revitalização, considerando a nossa prioridade de despoluição do Rio das Velhas. Para o período de 2007 a 2010, a Copasa está investindo mais de R\$2.000.000.000,00 em coleta e tratamento de esgoto, sendo mais de R\$1.000.000.000,00 na bacia hidrográfica do São Francisco. Então, temos investimentos. Eles são suficientes no curto prazo? Não. Mas é o maior volume de investimento já realizado. E por que a Copasa, fora do orçamento fiscal do Estado, está investindo R\$1.000.000.000,00? Porque, depois de ter dado prejuízo por 11 anos seguidos, a Copasa foi saneada financeiramente, readquiriu sua capacidade de investimento, readquiriu sua capacidade de endividamento e, por essa razão, pode mobilizar-se para fazer um investimento dessa magnitude.

Querida só fazer essa referência, porque a leitura do orçamento fiscal, com os valores que corretamente o Deputado mencionou, não é suficiente para compreender os esforços que o Estado vem realizando em relação a esse tema. Sempre gosto de deixar claro, em se falando do Rio das Velhas, que isso está-se realizando num processo de integral parceria com os Municípios de Belo Horizonte e Contagem e, mais recentemente, com o governo federal, por meio do PAC, que é exatamente o que queremos: ampliar a convergência, em busca da solução dos problemas verdadeiros que as comunidades mencionaram. Temos de melhorar a qualidade da água para os que estão a jusante.

Só queria fazer este comentário final, agradecendo a oportunidade de estar aqui, nesta tarde.

O Sr. Presidente - Dando seqüência, passo a palavra ao Ronaldo Matias de Souza, representante da Copasa, para responder à pergunta que lhe foi feita.

O Sr. Ronaldo Matias de Souza - O convite para a Copasa participar daquela reunião foi encaminhado para Belo Horizonte ou para Montes Claros? Gostaria de saber a quem foi direcionado, para podermos identificar e saber as razões do não-comparecimento. A quem foi direcionada essa convocação para participar da reunião em Pirapora? Não tenho conhecimento. A minha atuação é na Região Metropolitana, e eu não saberia informar se o convite foi para Montes Claros, que é mais próxima de Pirapora.

O Sr. Presidente - Uma outra pergunta, aproveitando a sua presença: sabemos que a Copasa tem a concessão para tratar os esgotos de várias cidades, entre elas Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Matozinhos, Diamantina, Corinto, Curvelo, Contagem - só sei uma parte. Por que a Copasa ainda não está fazendo o tratamento adequado do esgoto dessas cidades para as quais obteve concessão?

O Sr. Ronaldo Matias de Souza - Onde a Copasa não tem estação de tratamento de esgoto, ela tem estação de tratamento planejada. Por exemplo, Contagem contribui para quatro sub-bacias: Bacia do Arrudas, cujos esgotos são tratados na ETE Arrudas; Bacia do Onça, cujos esgotos são tratados na ETE Onça; Bacia de Várzea das Flores, onde a Copasa está implantando uma estação de tratamento de esgoto, devendo iniciar a operação em janeiro de 2008; e Bacia do Ribeirão Betim, cuja estação de tratamento de esgoto está sendo licitada numa parceria da Copasa com a Prefeitura de Betim. Todas as cidades mencionadas pelo senhor, se ainda não têm estação de tratamento de esgoto, têm o planejamento da Copasa para implantá-las.

Por exemplo, temos três estações de tratamento de esgoto em Santa Luzia e estamos planejando implantar, com recurso assegurado no PAC, mais duas estações, uma para a sede do Município e outra para o Córrego Tenente. Em Ribeirão das Neves, da mesma forma. Em Matozinhos, temos estação de tratamento de esgoto em operação; em São José da Lapa, estamos em construção; e, como mencionei, há estação de tratamento planejada para Pedro Leopoldo. Em Vespasiano, há duas estações e uma em construção.

Somente a implantação das estações de tratamento de esgoto não é suficiente para resolver todos os problemas. Temos de encaminhar todos os esgotos gerados naquelas bacias de contribuições para tratamento.

A Sra. Letícia Aparecida Rocha - Com licença, por favor. Foi protocolado, na Copasa de Belo Horizonte, pela Comissão Pastoral da Terra, que também recebeu resposta ao comunicado.

O Sr. Ronaldo Matias de Souza - Terei de verificar. Depois gostaria de anotar seu telefone. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Os R\$2.000.000.000,00 mencionados pelo ilustre Secretário José Carlos referem-se à taxa de esgoto paga na conta de água da população. Então não vêm de investimento próprio do Tesouro do Estado; essa contrapartida advém do que pagamos.

É um preço público, uma taxa de serviço que a Copasa recebe previamente para aplicar. Então, os R\$2.000.000.000,00 do tratamento de esgoto são nada mais, nada menos do que a aplicação daquela taxa da conta de água, que é uma das mais caras do País.

Quando mencionei os R\$36.000.000,00 nos últimos quatro anos, referia-me ao orçamento próprio do Estado para a revitalização do rio. É importante esclarecer isso, para não dar a impressão de que o Estado está tirando R\$2.000.000.000,00 para revitalizar os rios. Ele está, simplesmente, aplicando aquilo que já pagamos na conta de água, que é a taxa de esgoto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Secretário José Carlos Carvalho.

O Secretário José Carlos Carvalho - Não gostaria de polemizar com o Deputado Carlin Moura, pois a leitura do orçamento é muito árida para aqueles que não dominam a técnica orçamentária. Temos o orçamento fiscal e o de investimento das empresas estatais. Isso, naturalmente, está contabilizado no orçamento de investimento. Não são investimentos do orçamento fiscal, mas são recursos que estão na capitalização da Copasa, até porque a tarifa só será cobrada depois que os serviços forem prestados. Se a Copasa não tivesse antecipado, se o Estado não tivesse feito o saneamento financeiro da entidade, se todo um esforço de gestão não tivesse sido realizado, a Copasa não estaria capitalizada em R\$2.000.000.000,00, inclusive com R\$800.000.000,00 obtidos na bolsa de valores com a sua abertura de capital.

Não quero, portanto, polemizar, pois não estamos falando de orçamento fiscal. Concordo com isso, porque recursos do orçamento fiscal, no valor de R\$500.000.000,00, serão utilizados na Copanorte. Aí, sim, sairão recursos do orçamento fiscal para ampliar a oferta de água exatamente no Nordeste e no Vale do Jequitinhonha, onde há a prioridade das prioridades. Onde houver um caso como esse, o governo usará recursos do orçamento fiscal, no valor de R\$500.000.000,00, para atender à demanda das comunidades urbanas e rurais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Promotor Alex Fernandes Santiago, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Rio São Francisco.

O Promotor Alex Fernandes Santiago - Para complementar, como considerações finais, peço aos senhores que saiam daqui com algumas reflexões. Queremos realmente revitalizar o Rio São Francisco? Há Municípios que não cuidam do tratamento do seu esgoto, e as siderúrgicas de Minas Gerais, que têm uma legislação que lhes é favorável, promovem o desmatamento porque é mais barato consumir mata nativa e pagar em dobro a taxa de reposição florestal. A cana-de-açúcar vem se expandindo em nosso Estado, e não estamos exigindo nem os 50% de mecanização nos licenciamentos.

Depois veremos a tragédia das queimadas, um verdadeiro incêndio em todo o Estado de Minas Gerais. Queremos realmente revitalizar esse rio. A Copasa, nos Municípios em que detém a concessão de esgotos, cobrava o tratamento, mas não tratava os esgotos, como em Montes Claros. Não se deixem enganar pelo unanimismo enganador em favor do meio ambiente. Todos falam que são a favor do meio ambiente, mas a prática é diferente. O Ministério Público está-se indignando cada vez mais e exigindo judicial e extrajudicialmente essas condutas. Os senhores sabem da realidade do rio onde vivem, o cheiro e a cor da água, que repugnam. Os pescadores não podem trabalhar. Então, não aceitem discursos dizendo que está tudo bem, porque não está tudo bem. Temos de nos revoltar e mudar a situação atual.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao Deputado Gil Pereira, gostaria de agradecer a presença e o apoio das caravanas que vieram de Manga, Matias Cardoso, Januária, São Francisco, São Romão e outras cidades ribeirinhas. Se o pessoal tiver que sair antes, não há problema.

Estamos chegando à fase final; por isso, Secretário, gostaria de lhe fazer uma pergunta, bem como aos representantes da Copasa. O pessoal da colônia de Januária está querendo saber como vai ficar a situação, porque a questão não foi resolvida e eles estão proibidos de pescar. Estão querendo saber se o governo do Estado, a Copasa, a Secretaria de Meio Ambiente, a Defesa Civil do Estado têm algum programa de incentivo, algum recurso que possa garantir a sobrevivência do pessoal, até que retorne a pesca no Rio São Francisco.

O Secretário José Carlos Carvalho - Essa questão é pertinente e está sendo examinada. Gostaria de esclarecer que, na verdade, o governo, diante da realidade colocada e adotando uma posição de cautela, antecipou em 12 dias o defeso, que iria começar em 12 de novembro. Já tínhamos o defeso que se iniciaria em 12 de novembro, no qual já é prevista, na esfera federal, a remuneração dos pescadores cadastrados e profissionais. Tivemos uma antecipação de 12 dias, e isso está sendo examinado em reuniões que estamos tendo com o Sr. Raimundo, Presidente da Federação dos Pescadores.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para suas considerações finais, o Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Sr. Secretário, membros da Mesa, para finalizar, quero agradecer aos nossos barranqueiros do São

Francisco, que vieram aqui engrandecer este ciclo de debates; a todas as ONGs, a todas as pessoas que amam a Bacia do São Francisco, que lutam pela sua revitalização. Nós, da Cipe São Francisco e da Comissão de Meio Ambiente, vamos fazer um pacto pela revitalização.

A proposta de pacto, discutida e aprovada, foi a seguinte: (- Lê:) "Os participantes do ciclo de debates 'O Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável do semi-árido', realizado na Assembléia Legislativa de Minas Gerais nos dias 21 e 22/11/2007, vêm propor o estabelecimento de um pacto envolvendo os poderes públicos, o setor empresarial, as instituições da sociedade civil e a população de modo geral, com vistas à consecução de um objetivo que se tornou consensual nas discussões e nas propostas que dizem respeito ao rio. Todos querem a revitalização do rio.

Entendem que o projeto de transposição das águas do São Francisco para as bacias do Nordeste Setentrional vem sendo conduzido sem uma discussão mais aprofundada entre os atores envolvidos sobre sua oportunidade, necessidade e exequibilidade financeira. Assim, sugere-se que as ações em curso sejam paralisadas imediatamente, de forma a permitir a retomada das discussões sobre o assunto.

Entende-se ainda que qualquer projeto referente à utilização das águas do São Francisco estará fadado ao insucesso se não se levarem em conta os ecossistemas de sua bacia hidrográfica, a relação do homem com eles, a qualidade e o regime das águas - não apenas a quantidade; o princípio da sustentabilidade, pelo qual se devem conciliar as atividades econômicas; o bem-estar dos seres humanos e a preservação dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras.

Tais premissas deverão nortear uma discussão anterior à constituição do pacto, para se definir com clareza o conceito de revitalização, incluindo os objetivos, a abrangência e os beneficiários dos projetos a serem implementados. É preciso também que tais projetos, hoje empreendidos de forma desarticulada pelos governos federal, estaduais e municipais, por empresas, por empresas e instituições da sociedade civil, tenham uma coordenação geral, para que se otimizem os recursos, somem-se os esforços e se obtenham resultados mais consistentes.

Como parte das ações voltadas para a revitalização do São Francisco, os participantes do ciclo de debates também propõem: recomposição da Comissão Interstadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - Cipe São Francisco -, formada por parlamentares das Assembléias Legislativas de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe; solicitação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que receba em audiência os Deputados membros da Cipe São Francisco, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e os integrantes da Caravana do São Francisco, que percorreram o Brasil e produziram a 'Carta da Caravana'; criação de uma coordenação geral dos projetos de revitalização do São Francisco, inclusive dos apontados no Atlas Nordeste - Abastecimento Urbano de Águas, elaborado pela Agência Nacional de Águas, e destinação a eles de todos os recursos orçamentários atualmente alocados para a transposição".

Esse é o pacto pela revitalização consensual da Bacia do São Francisco. Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Paulo Guedes.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Cleide.

A Sra. Cleide Izabel Pedrosa - Depois de toda a discussão, chegamos a uma conclusão: esse pacto terá em vista um planejamento de ações. Aqui foram citados muitos aspectos importantes. Trata-se, então, de ações voltadas para o produtor rural, considerando-se a questão da quantidade, bem como a interferência na qualidade, devido ao uso de agrotóxicos e ao manejo do solo, e as formas para se melhorá-lo. Ademais, há a questão da área urbana, onde temos de fazer um trabalho tendo em vista a qualidade da água, contra a poluição.

Sugiro, portanto, que se aprofundem esses debates tanto no que se refere às tecnologias de conservação da água, de melhorias, quanto no que tange às práticas de irrigação. Além disso, é preciso divulgar essas tecnologias a fim de que os produtores tomem conhecimento delas. Em uma das reuniões realizadas para debater sobre o semi-árido, sugerimos que esta Casa, no decorrer das discussões, tratasse da questão das técnicas de irrigação à disposição de todos, a fim de, com a quantidade existente, enfrentarmos menos conflitos. Temos de contar com tudo isso junto, buscando a revitalização. É uma discussão na qual buscaremos a sustentabilidade e melhorias, visando utilizar essas parcerias, esse pacto, em busca de um plano concreto de ações e estudos, com vistas a chegarmos a um resultado real. Obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para suas considerações finais, o Dr. Vítor Luís Curvelo, Diretor Adjunto da Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia.

O Sr. Vítor Luís Curvelo Sarno - Deputado Paulo Guedes, mais uma vez, agradeço a V. Exa. e a todos os membros desta Assembléia a oportunidade. É importante que o governo federal, inclusive a Codevasf, aplique recursos na implementação dos instrumentos de gestão pelos órgãos estaduais de recursos hídricos, junto à ANA. É necessário realizarmos um trabalho articulado a fim de aprofundarmos o planejamento, os planos integrados, o detalhamento do zoneamento ecológico-econômico, que foi iniciado, da bacia como um todo.

Mas é preciso um detalhamento maior, principalmente nas áreas mais importantes em conflito. É fundamental a implementação de corredores ecológicos e ações em conjunto com os órgãos estaduais gestores das águas. Foi criado, aliás, agora, um fórum de todos esses órgãos do Brasil. Complementando, como ação fundamental do governo do Estado da Bahia, temos a criação do Programa de Agentes Voluntários das Águas, que fará o monitoramento participativo da qualidade das águas, com o governo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Athadeu Ferreira da Silva.

O Sr. Athadeu Ferreira da Silva - Minha exposição é sobre o aspecto da amplitude do contexto do processo. O que trouxemos, em nível de discussão, foi a parte "indumentária". Mas, para se avançar no processo da sustentabilidade, temos de ter alocação de recursos. Essa matéria deve ser discutida tanto no aspecto de se melhorar o diagnóstico, na escala de 1 para 1, conforme comentado no caso ZE - porque está havendo dificuldade de planejamento, o que é um complicador no momento -, quanto no das ações de economia sustentável. O programa não restringe o que está sendo feito. Devem ser dadas condições para que a população inserida na bacia tenha condição de viver. Esses recursos devem ser negociados. O programa não se restringe à recuperação ambiental. Não adianta montar um cenário bonito para o pessoal ficar olhando, mas não ter como usufruir daquilo ou então não ter sobrevivência nem para observar o que está acontecendo. Esse é o aspecto crucial.

Quanto ao semi-árido, é uma questão complexa, sim. Há as tecnologias sociais que já são consagradas. Entretanto, observamos que há muitas pessoas envolvidas no contexto do processo, mas que só olham o aspecto de se dar água ao pessoal para beber. É necessário pensar em uma maneira de gerar economia. A cisterna em si é importante, mas é a mesma coisa que se querer dar aula para uma pessoa que está de barriga murcha. Primeiro, é preciso dar estrutura a essa pessoa. Não se pode limitar o horizonte do cidadão. É bom que ele beba água, sim, mas e a cidadania?

Gostaria de agradecer a oportunidade que nos foi dada e dizer que o importante do programa - desde o contexto da fase inicial - é que tenha harmonia, discussão e, de fato, a transversalidade, que é muito propagada, mas, na prática, não funciona. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Deputado Fábio Avelar, para suas considerações finais.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, serei breve, mas gostaria de dizer, como um dos autores do requerimento que deu origem a este ciclo, que me sinto satisfeito. Gostaria de dizer para todos os presentes que este debate foi muito importante, porque mostrou um aspecto fundamental e urgente: a necessidade da revitalização do Rio São Francisco.

Tive a oportunidade de participar, durante estes dois dias, de nossos encontros, em que escutamos as autoridades e os diversos segmentos da sociedade. Foi importante o lançamento do Pacto pela Revitalização do Rio São Francisco, o qual foi lido aqui e que, de uma certa maneira, foi uma síntese dos assuntos aqui tratados. Gostaria de dizer a todos que a Cipe São Francisco já está instalada em Minas Gerais. O Coordenador é o Deputado Gil Pereira, e, como integrantes, temos os Deputados Paulo Guedes, este Deputado, o Deputado Almir Paraca e o Deputado Wander Borges. Já definimos que essa Comissão se reunirá sistematicamente duas vezes aos mês, de 15 em 15 dias. Informamos a vocês que ela estará atenta e acompanhará tudo que aqui foi tratado. Recebemos informações e tivemos exemplos importantes aqui, como o do Projeto Manuelzão, que monitora o Rio das Velhas. Os dados sobre a importância desse instrumento de controle são bastante claros. O representante da Copasa disse que até 2014 atenderá a 100% do tratamento de esgoto do Estado de Minas Gerais. O que a Cipe fará a partir deste momento, independentemente do órgão de atuação, é procurar aprofundar, fazer um diagnóstico detalhado de todas as cidades da Bacia Hidrográfica do São Francisco e então estabelecer metas e acompanhá-las. A revitalização é um aspecto que uniu todos os que participaram deste evento. A transposição do Rio São Francisco também não deixou de ser tratada, porque merece nossa atenção. Não tenho o objetivo de polemizar, mas deixo algumas reflexões para todos nós, até porque tenho certeza de que este debate continuará - aliás, é necessário que continue. O ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe disse que precisamos estar atentos, que o projeto foi idealizado e apresentado por quem tem interesse na sua implantação: os construtores. Por outro lado, entidades importantíssimas são contrárias à transposição: o Projeto Manuelzão e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, composto por pessoas que lidam diariamente com o rio. Acredito que precisamos aprofundar-nos nesse tema.

Outro aspecto me preocupou muito na parte da manhã. O Dr. João Mendes disse que a vazão de utilização do Rio São Francisco seria de 26 mil litros de água por segundo. E houve uma dúvida no Plenário, porque essa vazão poderia atingir até 127 mil litros, ou seja, quase seis vezes mais. Ele procurou esclarecer a todos dizendo que isso poderia ocorrer, mas da seguinte maneira: seriam utilizados 26 mil litros de água por segundo, mas, eventualmente, poderiam ser utilizados até 127 mil litros. Perguntei-lhe se toda aquela estrutura implantada - 700km de canal de 25m de largura por 5m de comprimento, 9 túneis e 10 elevatórias - seria utilizada eventualmente. Ele disse que sim. É essa a minha preocupação. É como se construíssemos um prédio de 123 andares, fôssemos usar apenas 26 e, eventualmente, o restante. Deputado Paulo Guedes, houve consenso sobre a necessidade de aprofundar as discussões sobre esse assunto. E é isso o que queremos. V. Exa. foi muito feliz ao propor audiência com o Presidente Lula para que nós, da Caravana da Cipe São Francisco, tenhamos a oportunidade de falar sobre nossas apreensões. Esse será um passo importante. A revitalização nos une. A partir de agora temos de lutar com todas as nossas forças, sem deixar de lado a transposição, que também é muito importante. Muito obrigado. Parabéns a todos vocês que estiveram aqui durante esses dois dias de debate.

A Sra. Gislene Margarida Pereira - Deputado, gostaria de saber quem representará esta Casa na reunião com o pessoal do São Francisco. Eles não podem sair daqui sem resposta. É o pessoal da ilha que bebe a água. Isso é questão de honra para esta Casa, que é nossa, não estamos invadindo-a. Eles não podem sair daqui sem resposta. Nós moramos em Belo Horizonte e temos a melhor água da Copasa. Aqui não existem cianobactérias, mas lá existe. Temos de fazer alguma coisa.

O Deputado Fábio Avelar - Gostaria de fazer referência a um membro da Comissão que me esqueci de mencionar, que é o nosso Deputado Antônio Carlos Arantes, do meu partido, do PSC, que também faz parte da comissão e que esteve presente conosco durante esses dois dias.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado Fábio Avelar. Com a palavra, o Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira - O Deputado Antônio Passos pediu que constasse nos anais da reunião uma carta aberta ao Presidente Lula sobre a transposição do Rio São Francisco, que o Eng. João Alves Filho fez. Em nome de sua delicadeza e deferência, vamos fazer constar no "site" também.

O Sr. Presidente - Fechando este ciclo de debates, após ouvir os ribeirinhos e as diversas manifestações das autoridades e de todos aqueles que se manifestaram hoje, gostaria de dizer que este debate esteve mais voltado para o problema da transposição, enquanto deveria voltar-se mais para a revitalização. Antes de encerrar, gostaria de agradecer ao Secretário José Carlos, à Diretora do Igam, aos representantes da Copasa e da Codevasf, ao Promotor de Defesa do Rio São Francisco, aos Deputados e a todas as autoridades presentes, como o Deputado Antônio Passos, do Sergipe, e o representante do governo da Bahia.

Deputado Gil Pereira, não poderíamos fechar este evento sem termos uma resposta mais concreta para todos que dele participaram. Peço um pouco de calma para fecharmos este evento com algo concluído. Saio daqui com o compromisso de levar esse assunto ao governo federal, que é do nosso partido. Gostaria de encerrar pedindo ao Secretário de Meio Ambiente que assuma o compromisso com esta Casa de fazer uma audiência com o Governador, com o Presidente da Copasa, com o Ministério da Integração Nacional e com o Presidente da República, para que possamos propor ações concretas para que o problema do esgoto da região metropolitana e das cidades ribeirinhas seja resolvido de fato, a fim de não ficarmos só no discurso. Fiquei um pouco triste com o debate de ontem, à noite, e de hoje, de manhã, porque os debatedores se ativeram mais à questão da transposição que à da revitalização. Os ribeirinhos que aqui falaram pediram urgência e respostas para o que está acontecendo. Só quem vive na região de Manga, São Francisco e Januária conhece o problema do povo ribeirinho. É exatamente por isso que não podemos fechar este debate sem uma proposta concreta. Vou abrir um espaço para que a Jussara, de Manga, faça a sua proposta, em um minuto, e depois faremos o fechamento. Com a palavra, a Sra. Jussara.

A Sra. Jussara Ribeiro - Deputado Paulo Guedes, sabemos, sentimos e estamos convivendo com o cheiro de gás que a água libera, com o cheiro de enxofre, que está causando mal-estar e deixando as pessoas de Manga, Itacarambi e Januária doentes. Queremos propor que a Mesa, pelo menos, sinta o cheiro da água que o povo ribeirinho está bebendo. Gostaria de fazer essa proposta. Não nos deixaram entrar com o vidro de água, mas ela está lá fora, porque o povo não pode se manifestar na Casa do povo. Mas, na hora em que saírem, pelo menos sintam o cheiro da água que está dentro do vidro, e sintam o nosso drama.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença, às caravanas e ao povo ribeirinho.

ATA DA 77ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/11/2007

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 73/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 408/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 885/2007; discursos dos Deputados Durval Ângelo e Antônio Júlio; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.416/2007; requerimento da

Deputada Gláucia Brandão; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.522/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 64, 291, 457, 772, 788, 1.082, 1.154, 1.236, 1.237, 1.414, 1.446, 1.480, 1.481, 1.571, 1.598 e 1.645/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 73/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação, por hospitais e outras unidades de saúde, ao órgão de vigilância sanitária, de casos de intoxicação alimentar e patologias digestivas assemelhadas e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados o Substitutivo nº 1 e a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 73/2007 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 408/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Arinos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 408/2007 na forma do Substitutivo nº1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 885/2007, do Deputado Zezé Perrella, que destina assentos a idosos e deficientes físicos nos terminais rodoviários localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Trabalho opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público e telespectadores, a discussão desse projeto é importante para trazermos aqui uma matéria correlata e discuti-la. Os colegas Deputados mais antigos de casa lembram-se de que, há 11 anos, apresentei uma proposta de emenda à Constituição pioneira no Brasil, que extinguiu o Tribunal de Justiça Militar e unificava o Tribunal de Alçada com o Tribunal de Justiça. Naquele momento, no Brasil havia cinco Tribunais de Alçada e três Tribunais de Justiça Militar, nos Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais. Nos outros Estados, como eram julgados os casos de 2ª instância de militares ou de Bombeiros Militares? Nos Tribunais de Justiça, nas suas câmaras especializadas ou, se a matéria fosse de área criminal, nas suas câmaras criminais. Depois de uma longa caminhada, Sr. Presidente, conseguimos extinguir os Tribunais de Alçada no Brasil e unificar a segunda instância da Justiça comum. Naquele momento, a nossa proposta de extinção do Tribunal de Justiça Militar foi preterida.

Ontem apresentei uma proposta de emenda à Constituição com 52 assinaturas para a extinção do Tribunal de Justiça Militar.

Não recolhi mais assinaturas, porque fiz o trabalho com rapidez. Tenho certeza de que alguns colegas que não foram procurados também assinariam a proposta. Aproveito a discussão do projeto do Deputado Zezé Perrella para dizer por que apresentei a proposta de emenda à Constituição. Nos bastidores militares de Belo Horizonte, correu a notícia de que eu teria apresentado a emenda pelo fato de o Tribunal de Justiça Militar ter acatado, por unanimidade, uma denúncia contra o Deputado Sargento Rodrigues.

Não quero entrar no mérito dessa questão, mas quem conhece a Assembléia Legislativa, Deputado João Leite, sabe que isso não aconteceria em hipótese nenhuma, até mesmo pelos embates internos nesta Casa. Quero dizer por que apresentei a proposta. Srs. Deputados: o diário oficial, no caderno do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, de 6/11/2007, terça-feira, traz um verdadeiro absurdo. Deputado João Leite, V. Exa. estava na Comissão de Direitos Humanos, quando, próximo do dia 17/3/2001, recebemos uma delegação do Morro das Pedras que veio denunciar o assassinato de um adolescente. Recebemos a mãe do adolescente. Diz assim o diário oficial: "Consta, na documentação em anexo, que, no dia 17/5/2001, por volta das 23 horas, na esquina da Rua Pedreira com Rua Estrada Nova, Morro das Pedras, Bairro Nova Granada, nesta Capital, o representado, utilizando arma de fogo, efetuou disparo contra a vítima Marcelo de Araújo Braga, sem, contudo, alcançar o alvo, iniciando, pois, a execução de um homicídio que não se consumou por circunstância alheia à sua vontade". "Por volta de 1 hora, já em 18/3/2001, o representado estava patrulhando pelas proximidades do local em que ocorreria um abaloamento, quando avistou a vítima sentada sobre a motocicleta parada. A vítima, mais uma vez, desobedeceu a ordem de parada e empreendeu fuga, quando, então, o representado efetuou novos disparos de arma de fogo contra a vítima, acertando um tiro no pneu da motocicleta e outro na região infra-escapular direita de Marcelo, o que foi causa eficiente de sua morte". Pois bem, senhores, esse chamado "representado" é, nada mais nada menos que o policial Ten. Moisés Tavares. Foi extermínio. Foi assassinato.

Acreditamos na justiça de Minas Gerais. O Tribunal do Júri de Belo Horizonte entendeu a atenuante desse senhor estar em serviço, mas, mesmo assim, condenou-o a nove anos e dois meses de prisão em regime inicialmente fechado. Estava cumprindo pena e não conseguiu derrubar o júri na segunda instância. E o que aconteceu, senhores parlamentares?

Conforme está no jornal oficial, o Tribunal de Justiça Militar absolveu esse policial e o reintegrou à Polícia Militar, independentemente da decisão do júri. Sabemos que teremos uma longa controvérsia pela frente. Na Constituição anterior, o policial militar, com condenação superior a dois anos, tinha perda imediata do cargo. A partir daí, houve um entendimento de que a perda da patente do oficial seria julgada pelo Tribunal de Justiça Militar. Com a Emenda nº 45, a mesma condição foi dada aos praças. Srs. Deputados, os argumentos são vergonhosos e preconceituosos. É importante verem como a questão foi tratada. Olhem bem o que o Coronel relator diz: "Cumpre dizer que o oficial condenado estava de serviço, combatendo marginalidade na Favela Morro das Pedras, conhecidíssima no meio policial como uma das mais violentas da Capital". Senhores, ser pobre e morar em favela já causa preconceito. Outro voto diz o seguinte: "O Morro das Pedras é sabidamente o local mais perigoso de Belo Horizonte, onde reina tráfico de drogas e constantes brigas de quadrilheiros. Ali não há o Estado de direito. Ali existe um Estado paralelo ao Estado de direito. É claro que quem frequenta o Morro das Pedras, principalmente à noite, ou tem ligações com bandidos, ou é comprador de drogas, ou é manda-chuva da localidade. Quem está ali de madrugada contribui muito para ser assaltado ou morto por quem quer que seja". Justifica-se a morte, chamam de quadrilheiros os moradores do Morro das Pedras. Isso é no que dá um Juiz militar, que não tem conhecimento jurídico nenhum, talvez nem intelectual, falar umas burrices dessas. Isso é que dá ter um Tribunal de Justiça Militar. Ele é incompetente, incompetente. Srs. Deputados, será que ninguém tem um amigo que mora na favela? Será que nenhum de vocês busca votos em aglomerados pobres? Será que nenhum de vocês tem um secretário ou empregado que trabalhou ou mora na favela?

Há uma pesquisa recente sobre consumo de drogas a partir de dados do IBGE. É uma pesquisa de amostragem por domicílio, que comprova que 62% dos que consomem drogas no Brasil são da classe A, que representa 5,8% da população brasileira. Se os somarem aos da classe B, esse número chega a 70%. Se 70% são da elite, é preconceituosa a afirmação desse Coronel. Nego-me a citar seu nome, porque não acho digno citá-lo da tribuna da Assembléia. Mas as pérolas da imbecilidade estão presentes. Se Stanislaw Ponte Preta fosse vivo, diria que é um novo festival de besteiras que assola o País esta sentença deste Tribunal.

Olhem o que diz outro voto de um Coronel: "Após avaliar todos os antecedentes do representado, acredito que a Polícia Militar não merece perder esse profissional, o que acarretaria também um prejuízo à sociedade". Um assassino? É isso que a Polícia Militar quer nos seus quadros, o que foi reconhecido pelo Tribunal do Júri e confirmado pelo Tribunal de Justiça? Diz mais: "Minas Gerais tem um novo ordenamento jurídico". Quanto aos erros, está dito entre aspas: "sic". É assim que está na nota taquigráfica, é outro problema interno de lá. "Tem um novo ordenamento jurídico estabelecido para a plena recuperação da pessoa condenada, que é a Apac, instituída e espalhada por nosso Estado, nas quais foram estabelecidos três critérios como princípio básico na recuperação do condenado. Pela ordem, trabalho, educação e religião. Acompanhando o novo mandamento da execução penal já consolidado no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, fato esse que se soma aos demais para considerar que o representado, 1º-Ten. Moisés Gomes Tavares, condenado a nove anos e dois meses de reclusão, já conta..." Olhem bem, usa a Apac. E aí, senhores, não vou chamá-los de Juizes, porque até biblicamente - já que tem lá gente que usa muito a religião - o termo Juizes tem um sentido diferente, e no Estado Democrático de Direito mais ainda. Mas, senhores, há Coronéis e militares de plantão no Tribunal de Justiça Militar a serviço de causas contra a sociedade. A mãe desse jovem esteve na Comissão de Direitos Humanos. O grande ordenamento da Apac é a experiência do perdão. A mãe declarou que perdoava os assassinos do seu filho. Queria vê-lo preso, mas não com a farda da Polícia Militar.

Vou mandar essa sentença para todas as Apacs do Estado. É uma ofensa às Apacs. Usar o projeto Novos Rumos na Execução Penal, do Tribunal de Justiça, como argumento para absolver um assassino também é uma ofensa ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Senhoras e senhores, é uma vergonha. É por isso que entrei com a PEC nº 37/2007. Minas Gerais não precisa de Tribunal que não trabalha, que tem muita gente que não conhece o Direito. Um tribunal que é caro e oneroso age contra a sociedade. Nesse mesmo jornal há uma condenação por peculato. O policial condenado por peculato na justiça comum e confirmado no Tribunal de Justiça, comprovado o delito, é reintegrado à instituição de Tiradentes.

Uma voz se levanta aqui, porque a votação foi por seis a um. Essa voz é de um Juiz, cujo voto estou querendo localizar aqui, pois não marquei no texto. É o Juiz Fernando Galvão da Rocha. Só um voto contrário. Ainda bem que o Dr. Epaminondas, do Ministério Público, recorreu contra essa sentença. O Juiz Fernando Galvão da Rocha diz: "Constitui manifesto equívoco de interpretação sistêmica entender que crime doloso contra a vida, praticado por policial militar contra civil no exercício de suas funções, perde sua natureza de crime militar e passa a constituir crime comum. A infeliz inovação legislativa, promovida pela Lei nº 9.299/96 no Código Penal Militar, não pode levar os operadores do Direito a erro. Em algumas oportunidades já sustentei isso." E aí o Juiz emite um belo voto, que deveria envergonhar os militares que proferiram votos contrários. Ele diz: "Ainda que a conduta do representado possa ser considerada cumprimento do dever de perseguir pessoa que não atendeu à ordem de parada, não posso admitir adequado o abate de nenhum ser humano em tais circunstâncias.

Os danos produzidos pela vítima na viatura policial, que foi abalroada, têm valor reduzido quando comparados com a vida humana. No caso concreto, não houve resistência da vítima, mas a simples fuga. Não havia nenhum perigo para a vida do representado. A polícia cidadã do Estado de Minas Gerais não pode trabalhar com base no preconceito de que os moradores do Morro das Pedras sejam bandidos e que aquele que foge da responsabilidade de pagar os danos materiais causado na viatura policial deve posteriormente pagar o erro com a própria vida. Como Juiz deste egrégio Tribunal, não posso sustentar que o fato que tirou a vida de Marcelo de Araújo Braga seja fatalidade. Houve decisão livre e voluntária de efetuar disparos de arma de fogo contra ser humano acuado e em fuga. Tal conduta não estabelece qualquer parâmetro de comparação com as condutas negligentes ou atribuíveis num caso fortuito ou por força maior". Aí, o Desembargador Fernando Galvão pede a manutenção da sentença do Tribunal do Júri de Belo Horizonte, ou seja, de condenação do assassino Ten. PM Moisés Tavares, que assassinou, covardemente, o jovem Marcelo de Araújo Braga, e sua expulsão da corporação.

Minhas senhoras, meus senhores, Deputado Antônio Júlio, trarei aqui casos mais graves de absolvição que o "Tribunal faz-de-conta", o "tribunal de injustiça militar", cometeu na "ausência do exercício" do seu múnus público. O tribunal de "injustiça militar" de Minas Gerais precisa acabar, pois é corporativo. Quando se é oficial, têm-se todas as indulgências plenárias, como se lá fosse diferente de Roma, que faz um Ano Santo a cada 25 anos. Lá, todo dia, toda hora e todo minuto é ano santo, indulgência plenária. Se for oficial, basta chegar lá que é absolvido. Ontem, conversei com alguns Deputados sobre o caso daquele Capitão - parece que o seu nome é Marcelo Ribeiro - que uma CPI desta Casa prendeu com 1k de cocaína no Carrefour, mas foi absolvido e hoje é Major. Ele foi pego com 1k de cocaína e provou que a droga não era sua, que estava no carro por acaso. Foi absolvido e promovido a Major. Hoje, a lógica do Tribunal de Justiça Militar é uma só: o crime compensa.

Pergunto, então: é essa a idéia dos Comandantes Militares de Minas Gerais, das entidades de classe policial de Minas Gerais? É essa a proposta do Comandante e do Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais? Se não for, cuidado, senhores. Temos de prestar atenção no horário em que os nossos filhos e os filhos dos servidores desta Casa saem de casa, porque, se encontrarem com algum policial e receberem um tiro na nuca, depois esse policial poderá ser absolvido porque o "tribunal de injustiça militar" está aí. Então, não faz sentido - senti-me ofendido quando falaram isso - vincular a nossa proposta com a do Deputado Sargento Rodrigues. Agora, temos lá no Tribunal o ex-Comandante do Corpo de Bombeiros e o ex-Comandante da Polícia Militar. Será que, se estivessem no comando de suas forças, seria essa a polícia que gostaríamos de ter? Estou levantando as exclusões que ocorreram na polícia no período destes comandantes. Vocês verão que eles eram muito severos, e não estão sendo agora. Uma contradição, como sepulcros caídos. Hoje, dentro do Tribunal, agem de forma diferente. É um absurdo essa questão.

Sr. Presidente, quero anunciar que há uma emenda do Senador Tasso Jereissati, a Emenda Constitucional nº 21, que tramita desde 2005. Há um acordo para que seja votada agora. Essa emenda trata da unificação das polícias. E o Senador não propôs apenas extinguir os três Tribunais de Justiça do Brasil, ele está propondo a extinção de toda Justiça Militar no país. Ele considera que a Justiça Militar é corporativa, é desigual; que trata desigualmente os seus membros e tem um alto custo. A nossa emenda copiou vários artigos da emenda do Senador Tasso Jereissat naquilo que é nossa competência como poder constituinte derivado, de apresentarmos essa extinção só na esfera do Tribunal de Justiça Militar. E quero anunciar também, senhores Deputados, que na Semana dos Direitos Humanos, promoção conjunta da Comissão de Direitos Humanos com a Sub-Secretaria dos Direitos Humanos, cuja abertura será no dia 10, que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, às 9 horas, entre as atividades culturais na área dos direitos humanos, haverá atividades na Câmara Municipal, promovidas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos. E, na terça-feira teremos, neste Plenário, o grande teólogo e escritor Leonardo Boff falando sobre direitos humanos. A semana irá terminar na sexta-feira. Nessa semana iremos lançar em Minas Gerais um movimento "Basta TJM". Vamos envolver a Ordem dos Advogados e os movimentos de advogados. Todos os parlamentares estão convidados a participar. Será o marco do lançamento de um movimento popular em Minas Gerais para a extinção do Tribunal de Justiça Militar. Também estamos fazendo entendimento com o governo, mostrando que hoje a Secretaria de Defesa Social quer agir com rigor por intermédio do Colegiado das Corregedorias, por intermédio da ação das Corregedorias da Polícia Militar. E não está adiantando agir com rigor porque o "tribunal do faz de contas", que é o "tribunal da injustiça militar", está absolvendo, está trazendo para a Corporação novamente membros nocivos. Vamos mostrar ao governo que esse tribunal é caro. Com toda certeza, quando votarmos em Plenário essa emenda do "tribunal da injustiça militar", ela não será uma emenda do Deputado Durval Ângelo, não será uma emenda da Oposição, será uma emenda de todos os Deputados que, como o Deputado Getúlio Neiva, conheceram de perto o arbítrio de uma ditadura militar; que, como o Deputado Getúlio Neiva, responde a inquérito policial militar num Estado de exceção. Hoje, Deputado, estamos num Estado Democrático de Direito e, como Estado Democrático de Direito, temos que acabar com esse lixo que ainda sobra da Ditadura Militar.

Hoje, o "tribunal de injustiça militar" é parte desse lixo, desse entulho autoritário da ditadura. Quero deixar claro que quando essa matéria vier a Plenário será uma matéria da democracia, será uma matéria do Estado Democrático de Direito para acabarmos com um tribunal que reintegra na Polícia Militar um assassino, que deu um tiro na nuca de um adolescente, que poderia ser o filho de qualquer um de nós. Recentemente, um jovem, o David, foi morto, em Contagem, com um tiro na nuca. O que será que vai acontecer? O Tribunal do Júri de Contagem vai condenar os policiais que atiraram, mas aí vem para o "tribunal da injustiça militar", que irá reintegrar, com toda certeza, um assassino. Agora temos que fazer um movimento pelo fim do "tribunal da injustiça militar" - "Basta TJM" - em nome da democracia.

Passarei um manifesto no Plenário e espero ter o voto dos 77 Deputados para apoiarmos no Senado a Emenda nº 21, do Senador Tasso Jereissati, de uma proposta muito mais radical, propondo o fim da Justiça Militar. É interessante, Deputado Adalclever Lopes, que o Senador Tasso Jereissati, ao defender a Emenda nº 21, faz um paralelo do policial civil com o policial militar. Ele diz que o policial civil realiza as mesmas operações que o policial militar, atua no mesmo combate ao crime. Só que na hora de ser julgado, ele tem a lei, a Constituição para puni-lo. O policial militar conta com a impunidade e a convivência dos Tribunais de Justiça Militar e com regulamentos protecionistas do lado da Ditadura Militar. Acho que não podemos permitir que isso continue. Se esta é a Casa da Democracia, vamos acabar com esse cabide de emprego. É evidente que há um item em nossa emenda dizendo que o Juiz Togado que estiver no Tribunal de Justiça Militar será incorporado ao Tribunal de Justiça. O Promotor que estiver no Tribunal de Justiça Militar será incorporado ao Ministério Público de origem, sem problema nenhum. Isso está garantido. Mas aos coronéis, rua. Vão trabalhar, é isso que eles têm de fazer. Vão estudar direito, conhecer lei, conhecer direitos humanos e não votar um absurdo como este: inocentando assassinos, criminosos, bandidos que estão nas ruas escondidos atrás de uma farda. Vão usar discriminação, dureza e rigor contra os Praças, mas convivência, cumplicidade e leniência com os oficiais. Essa será nossa bandeira, pelo fim do TJM em Minas Gerais.

Vamos dar um basta ao TJ Militar. Obrigado.

O Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, o que nos traz neste momento à tribuna é a discussão do Projeto de Lei do Deputado Zezé Perrella, que destina assentos a idosos e deficientes físicos nos terminais rodoviários localizados no Estado de Minas Gerais. Mas aproveite este momento, depois do pronunciamento do Deputado Durval Ângelo, para fazer alguns questionamentos. Não sei se por competência ou incompetência de alguns membros da Polícia Militar do nosso Estado, às vezes esquecem-se das coisas importantes, ficando presos às coisas de menos importância.

Houve uma operação no mês de agosto. Uma viatura da Polícia Militar saiu de Belo Horizonte com destino ao povoado de Córrego do Barro, pertencente ao Município de Pará de Minas, na divisa com São José da Varginha. Foi uma operação sem lógica de inteligência. Foram a um boteco da zona rural, porque lá estavam expostas três armas na parede, há mais de 20 anos, sem gatilho, sem nada. Uma operação que foi a Pará de Minas, minha cidade, sem ordem judicial, sem comunicar às Polícias Militar e Civil de Pará de Minas. Fizeram buscas na casa do coitado, proprietário do boteco, sem autorização do Juiz de Pará de Minas nem de Belo Horizonte. Receberam uma denúncia pelo 0800 de que nesse local havia um arsenal. Acho que houve um desrespeito à Polícia de Pará de Minas. A Polícia Militar de Belo Horizonte desrespeitou a Polícia de Pará de Minas, porque a polícia, com certeza, conhece todos de lá. É um povoado de 200 habitantes. Foram lá, prenderam o rapaz, buscaram-no no sítio onde ele estava tirando leite, algemaram-no, deram um tiro no pé dele, invadiram sua casa. E para justificar a ocorrência, Deputado Durval, quando os policiais registraram que lá não era Região Metropolitana de Belo Horizonte, pegaram esse preso e o trouxeram para Florestal. Ficaram o dia inteiro por conta dessa operação. Ou é muita incompetência, ou é falta de responsabilidade, ou é falta de comando.

Às vezes, vemos isso acontecer e não estamos mais dispostos a levantar essas questões, a falar, mas precisamos falar. Precisamos dar segurança ao nosso povo, às nossas comunidades. A Polícia Militar não pode perder tempo para fazer uma ocorrência dessa, totalmente equivocada, para não dar em nada. Será que eles não têm um serviço de inteligência? Será que o serviço de inteligência da Polícia Militar de Pará de Minas não funciona? Será que o serviço de inteligência da própria Polícia Civil não funciona? Será que, em Pará de Minas, não há um Juiz que poderia expedir um mandado de busca? Poderia ter acontecido coisa pior, eles poderiam ter matado o coitado do sítio que não sabia nem o que estava acontecendo. Forçaram a mulher dele. Reviraram a casa dele. Eu conheço muito bem. Alguém disse - o que não acredito - que isso foi feito porque eles poderiam pedir interferência. Aí é o mais grave, Deputado Durval Ângelo, aí é o mais grave. Eles poderiam pedir apoio da Polícia Militar de Pará de Minas, que não iria a essa comunidade, porque eu sou frequentador dela. Isso é o mais grave: polícia desconfiando de polícia. Não estou preocupado se desconfiam de mim. Tenho 20 anos de vida pública. Jamais fiz qualquer interferência na ação da Polícia Civil ou da Polícia Militar. Podem fazer levantamento da forma que quiserem, do jeito que quiserem. Então, isso é o mais grave. Se houve essa desconfiança entre o Comando da Polícia Militar de Belo Horizonte e o Comando da Polícia Militar e da Polícia Civil de Pará de Minas, é muito mais grave. E muito mais grave foi não terem pedido autorização do Juiz de Pará de Minas para fazer essa autuação lá. E sabem no que deu? O Ministério Público, sabendo de toda a operação, quando recebeu o inquérito do Delegado, não teve como manter o sítio preso. Eles não tinham instrumentos legais para toda a operação. Além de mandar arquivar todo o inquérito, o Ministério

Público ainda teve de habilitar uma fiança e fez a Justiça devolvê-la. Mas o mal já estava feito; o desastre já estava feito. E poderia ter sido muito mais grave, muito mais grave. Fiz um controle, falei com o Cel. Brito, a quem prestei todas as informações, entreguei os inquéritos, as ocorrências, e pedi a ele que desse uma explicação. Mas não haverá explicação, porque não há explicação. Não tem explicação. Quem determinou essa atuação, esse trabalho, está totalmente equivocado, porque, se havia um arsenal, conforme denunciado por telefone, para o 0800, não poderiam ter ido lá quatro oficiais, deveria ter sido um aparato. Concedo um aparte ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, antes de mais nada, solidarizo-me com você, porque essa questão é um absurdo. Como V. Exa. sabe, também é um desrespeito ao Judiciário local e à própria Polícia Militar local. Que estímulo ela terá, se passam por cima de sua autoridade? Mas a raiz dessas coisas todo o mundo sabe: hoje existe em Minas Gerais o "Tribunal de Injustiça Militar". Poderiam até ter matado, que depois o "Tribunal de Injustiça Militar" reintegrava e absolvía. Ou, no caso do Capitão traficante de drogas, até o promovia para Major. O Tribunal de Justiça Militar dá certeza de impunidade hoje no Estado de Minas Gerais. Alguns Juizes nem conhecem o Direito. Acho que nunca abriram um Código de Processo para estudar. E, se estudaram, não entenderam, porque estava além da compreensão deles. É essa a certeza da impunidade. Hoje estão acontecendo esses absurdos. Então, é esta certeza de impunidade que promove estes absurdos. Nós vivemos um estado policial, com toda a certeza. V. Exa. anteriormente abordou algumas ações de cunho fiscal, e em alguns tipos de investigação, questões mínimas, até de autorização judicial para uma escuta telefônica, acabam não sendo respeitadas. Portanto, vivemos um estado policial, e seu ciclo todo tem, no "Tribunal da Injustiça Militar", o seu anteparo, a sua justificativa. Por isso, temos de atacar estes problemas pela raiz, rapidamente extinguindo o "Tribunal de Injustiça Militar" em Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. O que disse, Deputado Sargento Rodrigues, foi em respeito à Polícia Militar da minha cidade. A Polícia Militar de Pará de Minas está entre as melhores das melhores do Estado de Minas Gerais. Antes de fazer este pronunciamento, Deputado Sargento Rodrigues, tive o cuidado de ligar para o Comandante da cidade, e ele só tomou conhecimento da operação após a chegada do preso à Delegacia. Fui à Delegacia para saber se algum órgão emitiu comunicação a respeito daquela operação. E ninguém sabia dessa operação.

Presidente José Henrique, às vezes questiono o fato de a polícia se preocupar com os pequenos delitos, com as pequenas coisas, porque podem ser a origem dos grandes problemas. Mas questiono o desrespeito da Polícia Metropolitana de Belo Horizonte com a Polícia de Pará de Minas. Ela tinha de ser comunicada porque, se isso fosse feito, com certeza não haveria essa perda de tempo, de se deslocar uma viatura de Belo Horizonte para outro Município, que não pertence à Região Metropolitana da nossa Capital, a fim de fazer uma operação totalmente desastrosa, que poderia ter culminado com um assassinato. Disseram que houve a denúncia, e ela tem de ser apurada. E a inteligência da Polícia Civil e da Polícia Militar, que tão bem têm trabalhado em nosso Estado? Quando liguei para o nosso Comandante do policiamento de Pará de Minas, ele também ficou indignado porque sabia que lá, naquele local, não haveria nenhum arsenal, nenhum problema porque na localidade, à beira do Rio Paraobebe, há várias pessoas de bem: Juizes, Promotores, Delegados, policiais, e é, também, onde tenho minha propriedade. Todos sabem que lá não há problema, porque, se houvesse, seríamos os primeiros a denunciá-los.

Está havendo, na localidade, um problema - e estamos cobrando a atuação das Polícias Militar e Civil de Pará de Minas -, como o que ocorre em todos os lugares: a droga está chegando. E nessas denúncias até apontamos aqueles que estão levando as drogas. Não quero nem dizer que estão traficando, mas levam a droga para que as pessoas do distrito as experimentem e depois se tornem usuários, após o que virá o tráfico para realizar os seus negócios. Esse é o meu questionamento.

Ainda na linha de segurança pública, vejo a questão de mulheres presas, juntamente com homens. Fui a duas Delegacias, há pouco tempo, uma, na cidade de Rio Preto; e outra, em Bom Sucesso, onde havia três celas de um lado, e três, de outro. E os presos encontravam-se uns em frente aos outros. Havia uma mulher presa no mesmo pavilhão em que se encontravam os homens. E, à noite, não há quem tome conta desse sistema, fica apenas um soldado. Não há guarda, não há Agente Penitenciário. Isso ocorreu na cidade de Bom Sucesso, e não se trata de informação, pois eu próprio fui lá e constatei o fato. Fui, há três meses, à cidade de Rio Preto, encontrei a mesma situação. Funciona, na mesma cadeia - se é que se pode chamar de cadeia -, a Apac, com os presos indo e voltando, presos condenados, presos provisórios, e havia também uma mulher presa junto com esse pessoal. Portanto, isso não é privilégio de Pernambuco, do Pará, etc. Em Minas Gerais estamos vivendo um problema sério de carceragem.

Deputado Carlin Moura, estamos preocupados com a situação da carceragem nas grandes cidades, como Contagem, Belo Horizonte, Pará de Minas, Itaúna e Formiga, e nas pequenas cidades, onde há comarca. Infelizmente, há algum tempo, instalava-se comarca nas pequenas cidades. Às vezes, as pessoas falam por telefone, denunciam. Eu, não, fui lá, conversei com os presos e com a moça, presa por estar envolvida em investigação de tráfico de drogas. Não entrarei em detalhes sobre a causa da sua prisão, pois não é essa a questão.

Falei ao Deputado Sargento Rodrigues sobre essa preocupante forma de carceragem. Na cadeia pública de Rio Preto, não há segurança alguma. O policial militar que cuida dela fica do lado de fora, morando em um "trailer", cedido por alguém ou da própria Polícia Militar, sem nenhuma condição. A cidade é muito fria e, no verão, muito quente. Na época, lá estavam presos 12 homens e uma mulher, se não me engano. A moça não estava na mesma cela dos homens, mas exposta a eles, a uma distância de menos de 2m.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - V. Exa. aborda vários assuntos relativos à segurança pública. Quero cumprimentá-lo. V. Exa. sabe que tenho grande respeito por V. Exa., ex-Presidente desta Casa, Deputado que está em seu quinto mandato, muito experiente, sensível e atento. Tenho percebido a atuação de V. Exa. e acompanhado o seu interesse por grandes assuntos. V. Exa. é um Deputado combativo, que acompanha a questão tributária, a fiscalização excessiva e tem feito denúncias, apontado falhas. Muitas vezes, querem que sejam votados, de forma atabalhoada, projetos do Executivo que chegam a esta Casa, mas V. Exa. pondera, pede reflexão aos companheiros.

Em relação à cadeia pública de Rio Preto, Município pequeno, na divisa com o Rio de Janeiro, um Estado complicado, conhecido praticamente como terra de ninguém, terra sem lei, como podemos acompanhar pelo noticiário nacional, V. Exa. destaca, de forma brilhante e com sensibilidade, o que lhe é peculiar, a questão de um policial tomar conta de uma cadeia e de uma detenta sem condições. Temos de reconhecer que não há governo que consiga fazer reverter esse quadro da noite para o dia. V. Exa. sabe disso, como homem sério que é e que, de forma ponderada, exerce seu mandato. Mesmo fazendo parte da base do governo, V. Exa. sabe que sou um Deputado com coragem e isenção de tecer críticas ao Governador Aécio Neves. Faço isso com muita tranquilidade, porque tenho um mandato muito independente.

Devemos perceber que, ao longo de muito tempo, alguns governos se limitaram a dizer que estavam investindo em segurança pública, pois adquiriam viaturas e contratavam policiais civis. Mas segurança pública vai muito além disso. Segurança pública é preocupar-se com o sistema prisional, com integração, inteligência, planejamento. Obviamente, tem de haver constante contratação de pessoal, pois, a cada ano, muitos policiais se aposentam. Trata-se de um tipo de servidor público que precisa ser repostado continuamente.

Sou crítico ferrenho e entendo que o governo do Estado não paga salário adequado aos policiais. Falo isso aqui e, muitas vezes, sou incompreendido pelos colegas que não conseguem perceber a necessidade de interlocução política para cobrarmos isso permanentemente do governo.

Nesse aspecto de Rio Preto, quero esclarecer que o governo vem avançando muito na transferência de presos das cadeias públicas para o sistema prisional.

Desde o primeiro momento, tenho dito ao Governador e ao Secretário de Estado que a ação de maior impacto do atual governo na segurança pública é exatamente a desoneração dos policiais civis e militares da custódia de presos e o fortalecimento da Subsecretaria de Administração Penitenciária. Já são 21 mil presos sob a custódia da Subsecretaria, o que desonera, cada vez mais, a Polícia Civil.

Nas cidades pequenas como Rio Preto essa ação ainda não chegou, mas é um fato que precisamos denunciar, fiscalizar e cobrar. E a Comissão de Segurança Pública, da qual faço parte, tem feito isso. É preciso compreender que nenhum governo conseguirá fazer isso da noite para o dia. Obviamente, como Deputados, temos de cobrar ações. O papel que nos resta para atuarmos com firmeza, principalmente nos dias de hoje, é o de fiscalizar e denunciar.

Portanto, cumprimento V. Exa. por trazer, com serenidade, assuntos de maior relevância, diferentemente de outras pessoas que, muitas vezes, fazem estardalhaço para algumas ações; o que não deveria ser feito. V. Exa. sabe da grandeza da Polícia Militar e da Polícia Civil e do número de serviços prestados.

Há pouco, participava de uma reunião da Comissão de Segurança Pública, junto aos Deputados Luiz Tadeu Leite e Délio Malheiros, em que aprovamos três requerimentos de moção de aplauso para duas grandes apreensões de maconha, uma delas de 5t no Sul de Minas, com a brilhante participação do serviço de inteligência da Polícia Civil; para a apreensão de mais de 200 pés de maconha pela Polícia Militar na Região Metropolitana; e outra para a Polícia Civil que prendeu um maluco, tresloucado, psicopata, com não sei quantas bananas de dinamite, que queria tentar fazer grandes assaltos no Estado de Minas Gerais.

Repito: V. Exa. é uma pessoa muito ponderada. Quanto a esse episódio de Pará de Minas, quero prestar-lhe algumas informações. Obviamente, nós que somos do meio, que lidamos com a situação há muito tempo - aliás, pertenci a unidade que esteve lá -, temos algumas informações: trata-se do Batalhão Rotam, as chamadas Rondas Táticas Metropolitanas. Esse batalhão tem jurisdição em todo o Estado de Minas Gerais, portanto é comum ele sair da Região Metropolitana e deslocar-se ao interior em reforço.

Há pouco, o Deputado Antônio Carlos Arantes nos comunicava as diversas ações que estão sendo desencadeadas na sua região em face de uma audiência requerida por ele em São Sebastião do Paraíso, Passos, no Sudoeste mineiro. E tem sido uma tática para que haja uma ação mais tranquila e menos próxima de determinadas situações que outras unidades saiam em apoio a outras regiões e realizem essas operações.

No caso de Pará de Minas, o batalhão que lá compareceu, Rotam, tem jurisdição de atuação, o que não precisaria, porque o Comandante do Batalhão tem autonomia sobre aquela região. Esse é um dado que V. Exa. precisava saber. Trata-se de um dado mais técnico, que não é de senso comum, de domínio dos demais cidadãos.

A unidade foi lá prestar o serviço. Havia, sim, uma denúncia de que lá teria um arsenal, e cabe à polícia conferir as denúncias. Imagine se a Polícia Militar recebe uma denúncia por meio do Disque-denúncia, o 0800 300190, e não vai conferi-la?

No caso pontual de Pará de Minas, cidade de que V. Exa. foi brilhante Prefeito e que representa por cinco mandatos, essa ação foi desencadeada pelo Batalhão Rotam, mas não houve exagero por parte da Polícia Militar que ensinasse queixas dos moradores. Se houve, com certeza, a Corregedoria, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Segurança Pública, o Ministério Público local, enfim, os organismos terão condições de tratar desse assunto.

No tocante às munições e ao armamento apreendidos, logo que chegou ao Ministério Público, em face do estado de conservação desse armamento, a ocorrência foi encerrada, e o Ministério Público entendeu que deveria ser relaxada a questão do flagrante.

V. Exa. há de compreender que há um esforço, porque hoje combater o crime - e V. Exa. sabe disso - é complexo e difícil. Muitas vezes, pensamos que aquelas pessoas estão ali de forma ordeira, pacífica e pacata, na cidade do interior, mas não é muito bem assim que as coisas acontecem. Então, a polícia precisa se certificar, ir e conferir, mesmo porque, a população faz uma denúncia. Quem fez a denúncia foi uma pessoa de Pará de Minas, foram moradores de Pará de Minas, e, portanto, havia a necessidade de um deslocamento de uma unidade especializada, de o Batalhão Rotam ir ao local fazer essa conferência.

Graças a Deus, pensando de outra forma, temos uma unidade que pode fazer esse apoio. O Batalhão Rotam, do ponto de vista estratégico policial, é conhecido como malha de recobrimento. Há as unidades de área, como as companhias do policiamento comum de Pará de Minas, e o Batalhão Rotam é como se fosse um policiamento suplementar, exerce malha de recobrimento em apoio às outras unidades, podendo se deslocar para qualquer parte do Estado de Minas Gerais porque tem jurisdição de atuação e competência.

Quero acreditar que o morador que fez a denúncia, de certa forma, está satisfeito com o fato de a polícia ter ido ao local para conferi-la. Obviamente, os exageros, que porventura tenham sido cometidos, serão reparados e apurados. Quero cumprimentar V. Exa., porque aborda o assunto de forma responsável e sabendo que amanhã é um novo dia, e essa mesma Polícia Militar estará servindo na cidade, que V. Exa. conhece e de onde foi Prefeito. V. Exa., aliás, conhece os próprios policiais civis e militares de Pará de Minas e sabe dos relevantes serviços que prestam ao Estado.

Portanto, pedi esse aparte a V. Exa. para fazer essas ponderações, porque há alguns dados que precisavam ser melhor esclarecidos. Tenho certeza de que V. Exa. tem uma enorme confiança em uma instituição que está há mais de 230 anos prestando serviço neste Estado e é respeitada. Não podemos sonhar em sequer compará-la com a polícia que está lá no Rio de Janeiro. V. Exa. citou a cidade de Rio Preto. A polícia de lá, é sabido nacionalmente, tem uma parte considerável corrupta, é uma polícia completamente indisciplinada e contaminada. Do lado de cá das montanhas mineiras, temos a nossa honrada Polícia Militar de Minas Gerais, da qual, tenho certeza, V. Exa. gosta tanto quanto este Deputado. Tenho certeza de que, se houve algum exagero ou tropeço nessas ações, estas serão corrigidas, porque sabemos que Polícia Militar é uma corporação honrada e séria. Certamente, em uma instituição de 40 mil homens, se há algum tropeço ou incorreção ou desvio de conduta, este será combatido. Portanto, mais uma vez, cumprimento V. Exa. que aborda com responsabilidade e serenidade aquilo que deve ser cobrado. Parabéns a V. Exa. Conte conosco e com a Comissão de Segurança Pública, a qual temos também a honra de presidir nesta Casa.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado. Não abordo a questão da ação. Procurei saber direitinho como tudo funciona. No BO, quando eles viram que estavam equivocados - e havia a autorização para fazer essa atuação, porque falaram que o Córrego do Barro era região metropolitana -, eles colocaram a base no Distrito ou Povoado de Gameleiras, que pertence a Florestal e faz parte da região metropolitana. Mas não é esta a questão.

Houve a denúncia, e penso que a polícia deve agir. Para esse rapaz, que, aliás, trabalhou para mim, sempre dizia: "Tira isso daí, pois você vai ter amolação". O Delegado de Pará de Minas que também frequenta o local também disse: "Tira isso daí". Nós, que conhecíamos a pessoa e os armamentos que estavam lá, sabíamos que não havia a mínima lógica. O mais grave, Rodrigues, é que, se houve por parte da polícia, do comando... E não estou falando o nome de nenhum policial que foi lá, pois tenho todas as ocorrências e tudo direitinho, não é essa a questão e não quero abordá-la. Quero falar a respeito de quem determinou essa operação. Por quê? Porque se houve uma desconfiança da Polícia Militar, e é essa Polícia Militar de Pará de Minas que estou defendendo, é diferente. Estou defendendo a nossa Polícia de Pará de Minas. Confio na Polícia Militar em geral, mas também confio na Polícia Militar de Pará de Minas. Alguém quis dizer que não comunicaram à Polícia de Pará de

Minas, porque eu sou de lá, e que a Polícia Militar poderia querer administrar essa confusão. Nunca defendi bandido e não defendo. Atuo com a Polícia. Podem fazer um levantamento sobre os meus 22 anos de vida pública, pois nunca fiz uma interferência em nenhuma ação da Polícia. Às vezes, quando era necessário intervir, esperava que a ocorrência fosse feita para, depois, tomar as providências, porque respeito a Polícia Militar e tenho consciência de que, se hoje estamos criticando, amanhã precisaremos dela.

Temos que comentar esse tipo de ação para que não aconteça novamente. Uma Polícia não pode desconfiar da outra. Não pode haver desconfiança na mesma corporação. Se houve essa desconfiança, é grave. Mas, se foi só porque alguém denunciou, porque falou que era na região metropolitana e foi do lado do rio, tudo bem. Sabemos que não houve nada, houve apenas uma tortura psicológica com o coitado do Clair, que é meu companheiro. Isso aconteceu há quatro meses e não falei nada na época. Pensei que seria melhor que os fatos fossem apurados, porque poderia ter acontecido alguma coisa que eu não sabia. Às vezes achamos que não tem, mas tem. Mas lá, tenho certeza de que não tinha. Se houve essa desconfiança, isso incomoda-me muito, mas não por mim, pois tenho a consciência tranqüila.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Se V. Exa. me permitir, quero dizer que não houve essa desconfiança, porque conheço a forma de atuação da Polícia Militar. Volto a insistir com V. Exa. que o Batalhão Rotam - Rondas Táticas Metropolitanas - atua de forma complementar e complementar, como malha de recobrimento. Então, é diferente. E obviamente, um Tenente-Coronel comandando o Batalhão Rotam jamais faria uma atuação vendendo ou comandando a Companhia, que é um outro Major, um outro Oficial superior que comanda em Pará de Minas. Isso não ocorre. Sabemos como funciona.

O Deputado Antônio Júlio* - Espero que não exista essa desconfiança com a Polícia. Comigo, não há problemas.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - V. Exa. pode ter absoluta tranqüilidade quanto ao que estou dizendo. O Major com certeza foi comunicado...

O Deputado Antônio Júlio* - Não foi comunicado. Apurei isso. Fui lá. Antes de falar, liguei para o Major, que me disse: "Fiquei indignado, porque fiquei sabendo depois".

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Em que pese à autonomia da unidade, não precisaria, porque é uma unidade de recobrimento, é uma unidade suplementar.

O Deputado Antônio Júlio* - Eu entendi e já procurei saber sobre isso.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Temos o 5º Batalhão, o 16º, o 13º, o 22º e o 34º Batalhão. Ela atua sem precisar comunicar.

O Deputado Antônio Júlio* - Esse caso aconteceu por negligência ou por incompetência do sistema de inteligência da Polícia, que respeito muito. Estou falando em defesa da Polícia Militar, não estou falando contra a Polícia, tanto que não direi o nome. Já tomei as providências. Quero que o Comandante me explique o que aconteceu. Não posso deixar de fazer esse pronunciamento, porque foi uma indignação total, por incrível que pareça. Todos conheciam o rapaz e ficaram indignados pela forma como foi feito. E quando há essa comoção, só serve para fazer palanque. Esperei três meses, pois o ocorrido foi no mês de agosto. Quero só apurar os fatos. Entendo que a Polícia tem de agir, pois bandido não tem identificação na testa, e, às vezes, acontece um equívoco. Mas também em algumas operações há falta de visão e até de competência do sistema de segurança.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Antônio Júlio, V. Exa. apresenta uma série de fatores relativos à segurança pública em Minas Gerais.

Tomei a liberdade de solicitar esse aparte para retomar a discussão que V. Exa. apresentou anteriormente sobre a situação das carceragens em Minas Gerais.

Tive oportunidade de, com a Comissão de Direitos Humanos e o Deputado Durval Ângelo, visitar algumas carceragens da Região Metropolitana, e posso afirmar a V. Exa. que a situação calamitosa das carceragens públicas está generalizada em Minas Gerais. É de dar arrepio. Desrespeita-se a legislação e coloca-se em risco a vida dos trabalhadores, dos policiais, dos carcereiros e também dos presos, porque se misturam os de menor periculosidade com os de maior periculosidade e com os eventualmente inocentes que estão aguardando julgamento.

Fico perguntando-me, Deputado Antônio Júlio, o que está acontecendo em Minas Gerais. Este Estado está de cabeça para baixo, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de prioridades. Não se atendem às principais.

Em vez de resolver o problema das carceragens com a contratação de Delegados, policiais civis e carcereiros, com a realização de concursos públicos, o que o Estado vem fazendo? Está preocupado em construir uma sede nova para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, um novo palácio da justiça. Será que essa é a maior prioridade de Minas Gerais?

A essência do projeto de reforma do Judiciário, que se está discutindo nesta Casa, é tirar Juiz de algumas comarcas que já existem. Ora, precisamos exatamente ter mais Juizes na 1ª instância, na comarca de origem, para julgarem rapidamente, porque a pior injustiça é a justiça tardia. O culpado tem de ser logo condenado e punido, tem de cumprir pena, e o inocente tem de ser julgado e absolvido rapidamente. Para isso, precisamos de Juizes nas comarcas. Mas não. No projeto de reforma do Judiciário, pretende-se fechar algumas comarcas. Enquanto isso, estamos construindo a nova sede do Tribunal de Justiça.

Em algumas comarcas, como as de Betim e Contagem, cada jurisdição está num prédio. O Juizado Especial, a Vara de Família, a Vara Criminal, cada um está num prédio diferente. O advogado tem de usar metrô ou avião para ir de um prédio para o outro.

Em Betim, para se entrar no fórum, é preciso pedir licença ao companheiro advogado, porque não há espaço para circular. Mas, enquanto isso, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais está preocupado com sua obra faraônica de R\$600.000.000,00.

E o governo do Estado? O governo do Estado está preocupado com a construção do novo centro administrativo, que, diga-se de passagem, está com questionamento até na justiça, com denúncia de irregularidade no processo de licitação. Isso está estampado em todos os jornais do País, à exceção, obviamente, da imprensa mineira, que, parece, continua sob censura.

E quem está dizendo isso, nobre Deputado Antônio Júlio, não sou eu, este humilde Deputado, que de empreiteira não entende nada. Quem está dizendo isso são as próprias empreiteiras. Como se vê, todos os dias, na grande imprensa do País, elas estão denunciando "maracutaia" no processo de licitação do centro administrativo.

Minas Gerais está sendo alvo de questionamento em todos os Estados. E aqui, nesta Casa, é como se vivêssemos no país de Alice e suas maravilhas. Ninguém questiona nada. Ninguém fala nada. Está tudo perfeito. Não há erro nenhum no Estado. Só se questiona lá fora.

Minas Gerais está de cabeça para baixo. Está sem prioridades. E, Deputado Antônio Júlio, faço o depoimento de que, à frente da Secretaria de Defesa Social, está uma pessoa altamente competente, com grande conhecimento e capacidade, que é o Deputado Maurício Campos. Por que ele não está conseguindo resolver os problemas? Porque não se resolvem problemas dessa gravidade sem investimentos.

A defesa social e a segurança pública - parece-me - não são prioridade para esse governo. Para se resolver o problema da segurança pública, do 2º Distrito de Contagem, é preciso fazer investimentos. Já estive lá por três vezes e tenho vergonha de voltar. Conversei com carcereiros, com Delegados, com familiares de presos e com os próprios presos. Pedi ao Secretário de Defesa Social que desativasse aquele famigerado depósito de presos. Por que ele não fez isso? Parece que não há vontade política do Executivo de resolver essa questão. Não há como desativar o 2º Distrito de Contagem, se não houver dinheiro. Até houve compreensão do Secretário de Defesa Social, mas precisa haver verbas.

Parece que, para Minas Gerais, isso não é prioridade. Vivemos aqui uma situação muito grave relativamente à segurança pública. Mesmo assim, não se contrata; não se fazem concursos; não se aumenta o número de Delegados; não se efetivam os carcereiros e agentes penitenciários; não se agilizam os processos, principalmente aqueles que devem ir a julgamento.

Acho extremamente positivo o projeto de trabalho para o preso. Preso tem de trabalhar para diminuir sua pena e ajudar a sociedade. E, se não for condenado, não poderá participar do projeto de trabalho. Só será incluído nele, se for preso condenado. O que está aguardando julgamento não poderá fazer parte do projeto.

A grande maioria dos presos está sendo empurrada com a barriga, lotando nossas delegacias de polícia, que não são lugares para guardá-los, colocando em risco as outras pessoas. Deputado Antônio Júlio, não acredito que o problema seja somente do interior de Minas: está generalizado em Minas Gerais. A segurança pública em Minas está em estado de calamidade pública. Os servidores militares estão em risco, porque não está havendo investimentos. Temos de cobrar, incentivar e desativar os distritos policiais, mas, para isso, é preciso haver dinheiro.

A Secretaria de Defesa Social tem de ter condições de trabalho. Não adianta contratar uma pessoa de grande capacidade, um grande jurista, um grande professor, se não houver condições para esse profissional trabalhar e resolver o problema da segurança pública de Minas Gerais e dos depósitos de presos, que estão pipocando em todos os lugares. Ninguém fala nada. É preciso esperar a "Folha de S. Paulo" ou jornais de outros Estados falarem sobre o assunto. Parece-me que em Minas todo o mundo tem medo, todos ficam calados.

O Deputado Antônio Júlio* - Somente para complementar o que V. Exa. disse, o grande problema das carceragens, dos presídios e das penitenciárias são as pessoas que fazem o planejamento da aplicação dos recursos. Pará de Minas possui uma penitenciária. Fui um dos únicos políticos a enfrentar a Prefeitura e a Igreja, a fazer um movimento contra a penitenciária. Nenhum dos padres da minha cidade conhecia a cadeia de Pará de Minas; nenhum deles a conhecia. Minha luta foi para dar dignidade àqueles presos.

Esse é o grande problema de estrutura do Estado. Aqueles que decidem em Belo Horizonte nunca visitaram uma cadeia. Está certo que não dão conta de visitar todas, mas poderiam fazer isso por amostragem, fazer o que nós, Deputados, fazemos. Em toda cidade que vou, faço questão de visitar a cadeia para ter um documento para discussão.

Estou discutindo apenas para alertar o governo a fazer planejamento. Mas só vai haver planejamento, se conhecerem as cadeias "in loco". Informações não funcionam. Pará de Minas criou um Corpo de Bombeiros que não foi instalado. Foi instalado um em Itaúna, que está a 28km de Pará de Minas, e um em Nova Serrana, que tem vários incêndios ao dia, principalmente pela atividade industrial da cidade.

Há 20 dias houve um incêndio em Pará de Minas. Ligaram para o Corpo de Bombeiros de Itaúna, mas disseram que não poderiam atender, pois teria de ser o de Nova Serrana. Nova Serrana está a 48km dali, e Itaúna a 28km. De Itaúna, chega-se a Pará de Minas em 15 minutos; de Nova Serrana, não se vem com menos de 35 minutos, se o trânsito estiver bom na BR-262.

Fizemos o questionamento, e disseram que houve um erro. Mas são erros que temos de questionar. Sabem por que aconteceu isso? Porque quem fez o planejamento não sabe onde fica Itaúna nem Pará de Minas nem Nova Serrana. Só viu no mapa e pegou as informações. É isso que estou questionando.

Antes de conceder aparte, queria dizer o seguinte: V. Exa. sabe quanto aqueles que planejam recursos dão para a Diretora de um presídio com 400 presos gastar em sua manutenção? Sabem quanto em dinheiro ela pode gastar por mês? R\$500,00. Aqueles que fazem o planejamento financeiro não autorizaram que se fizesse na Penitenciária Pio Canedo o concerto de uma válvula de água, cujo serviço ficaria em R\$2.000,00. O Estado gastou R\$400.000,00.

Essa é a minha indignação, porque essas pessoas não conhecem a realidade. O Itamar dizia muito isso. Enquanto fizermos planejamento com números e papéis, esquecendo-nos do povo, não iremos a lugar nenhum.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Nobre colega, competente companheiro Deputado Antônio Júlio, quero apartear-lo para também externar uma preocupação. V. Exa. fala dos desencontros de informações. Esse inflamado discurso de V. Exa., muito inteligentemente aparteadado pelo nobre colega Deputado Carlin Moura, tem um objetivo, com toda a certeza: ajudar o governo do Estado a melhorar aquilo que ele está fazendo.

Embora todo esse discurso pareça, num primeiro momento, talvez até um pouco agressivo, tem a intenção de contribuir. Entendo o espírito estadista de V. Exa.: o político pensa só no mandato; o estadista pensa nas próximas gerações. E V. Exa. tem essa consciência de estadista.

Eu gostaria de expor uma preocupação, Deputado Antônio Júlio. V. Exa. citou a requisição do serviço do Corpo de Bombeiros de Itaúna para atender a uma demanda em Pará de Minas, e disseram que teria de vir de Nova Serrana, que está muito mais distante, contrariando totalmente a lógica. E essa "contrariação" da lógica tem também contaminado outros setores.

Por exemplo, faz duas semanas que estou tentando uma audiência com o Sr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor do IEF. Pedi à minha assessoria que ligasse para lá novamente nesta semana, e ela o fez. A Secretária disse que ia dar retorno e deu. A audiência não poderia ser nesta semana, talvez na próxima. Pedi à assessoria que ligasse novamente e perguntasse qual seria o dia da semana que vem, pacientemente. E recebi a seguinte resposta: a agenda dele está muito cheia, e ele pediu que um outro assessor - com todo respeito, um subalterno - atendesse ao Deputado. Eu disse que não, que queria falar com ele, porque o que quero fazer, como V. Exa., é também dar uma contribuição para melhorar a questão, por exemplo, da pesca durante o defeso. Por que quero fazer isso, Deputado Antônio Júlio?

Antes de dizê-lo, relato apenas que não tive outra alternativa senão tentar restaurar a ordem da hierarquia. Fui à Comissão de Meio Ambiente e

Recursos Naturais. Poderia fazê-lo à tarde, na Comissão de Turismo, que presido, mas, através da Comissão de Meio Ambiente, fiz um requerimento convocando o Sr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor do IEF, a comparecer a esta Casa, para que possamos conversar o que precisa ser conversado.

A agenda dele é tão cheia, a ponto de não poder receber um Deputado desta Casa. Mais uma vez, volto a dizer: estamos vivendo um tempo em que o rabo abana o cachorro. Realmente, há uma inversão.

Deputado Antônio Júlio, pretendo perguntar a ele por que agora, na época do defeso, o turista que vai ao Rio São Francisco não pode, de acordo a legislação do Ibama, pescar os seus cinco quilos de peixe mais um exemplar, enquanto o profissional, que está lá e que já recebe um salário na época do defeso para não pescar, pode pescar 5kg de peixe mais um exemplar. O turista vai lá, pesca um dia, dois dias e vai embora. O pescador profissional fica 24 horas no rio. Alguém pode dizer que ele só pode pescar 5kg mais um exemplar. Só que, depois de pescar 5kg e um exemplar, ele os guarda, volta para o rio novamente, porque não há fiscalização.

A Polícia Ambiental, Deputado Antônio Júlio, está batendo cabeça, não sabe o que fazer. Autua o cidadão que pescou e embarcou um peixe na medida e, junto daquele cidadão, um pescador profissional pilota o barco. Em tese, isso dá o direito a esse cidadão de levar aquele peixe no barco. Só que esse pescador é multado e seu equipamento apreendido, porque embarcou um peixe. Acontece que o piloto do barco é um pescador profissional. Segundo a portaria, ele pode embarcar 5kg de peixe mais um exemplar. Ou seja, a portaria é maluca, confusa. A Polícia Ambiental não sabe o que fazer. Queremos respostas para essas coisas e sugerir que se mude a portaria. Ai, entra o interesse deste Presidente da Comissão de Turismo, pois, nesta época, o turismo está acabando. Os pescadores profissionais, que prestam serviço de pilotagem para os turistas, poderiam acrescentar algum dinheiro ao seu parco salário no período do defeso, mas não podem trabalhar, porque os turistas não vão lá, porque não podem pescar, não podem embarcar aquela cota que o Ibama permite.

O cidadão que tem licença do Ibama, pode pescar 5kg de peixe mais um exemplar em todo o Brasil, ele pagou por isso. O IEF também emite uma licença que é regional, mas, de acordo com o IEF, ele não pode. Quero saber do Diretor do IEF o seguinte: "se tenho uma licença do Ibama que me permite embarcar 5kg de peixe mais um exemplar - paguei por essa licença, e paguei mais caro por ela ser nacional -, por que serei punido?". Queremos fazer muitos questionamentos a ele, porque o turismo está morrendo nessa época, quando poderia gerar renda para as pessoas que vivem da pesca e que não podem pescar nesse período. E aquele pescador profissional, que já é atendido pelo salário do período do defeso, tem direito de pescar, enquanto o turista não pode. Para mim, essa é uma portaria burra, que precisa ser mudada. Já que o Diretor do IEF não pode receber um Deputado desta Casa, dada a sua atarefada agenda, então, vamos convidá-lo. Estou usando um termo mais "light", para que ele possa vir até aqui. Assim, este Deputado poderá conversar com ele por meio da Comissão de Meio Ambiente. Agora, é lamentável que seja assim. Aliás, convém dizer que, desde que assumi meu mandato como Deputado - quando era Vereador tínhamos bom relacionamento com o governo municipal -, é a primeira vez que o meu gabinete solicita audiência com uma autoridade deste Estado e recebe como resposta que a sua agenda está muito cheia, que irá pedir alguém para me atender. Por favor, então vamos restabelecer a hierarquia, convocando-o a comparecer a esta Casa para responder aos nossos questionamentos. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Parabéns pelo aparte, Deputado Vanderlei Miranda. Infelizmente, terei de encerrar a minha discussão para participar da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, mas, depois, temos que discutir o assunto IEF e meio ambiente. O que esse povo está fazendo não tem lógica. Como V. Exa. disse, foge da lógica. Tenho questionado sobre a vara de pescar. Pegam um coitadinho com uma vara de pescar, demoram uma hora para fazer a ocorrência, depois o multam em R\$500,00 e tomam a sua vara.

Discutindo na Secretaria de Meio Ambiente com os ambientalistas, disseram que ele estava cometendo um crime. Mas está cometendo crime, porque não pagou R\$23,90. Se ele pagar, não estará cometendo crime ambiental. Qual é a lógica? Essa é a discussão, porque muitas pessoas estão fazendo leis, ocupando o nosso espaço, fazendo decretos e portarias sem tomar conhecimento de nada.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Nobre Deputado, gostaria de aproveitar a oportunidade para convidá-lo a participar da reunião com o Diretor do IEF, que será muito produtiva e que dará uma contribuição grande para as questões da pesca. Esse exemplo que V. Exa. nos traz é uma outra aberração do processo. Ou seja, se for ao "shopping" comprar uma vara de pescar e se a polícia o parar no caminho e encontrar a vara que você acabou de comprar, você será autuado por isso. V. Exa. está convidado para a reunião. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Quero parabenizá-lo pela sua exposição, no que se refere principalmente à questão da segurança pública.

Gostaria também de fazer um contra-aporte ao Deputado Vanderlei Miranda dizendo-lhe que é muito pertinente a preocupação de S. Exa., mas que hoje a situação está tão difícil no Rio São Francisco, que nem pescar o turista está podendo. Ninguém agüenta ficar dentro do rio, porque o mau cheiro é tão grande, que incomoda até quem mora à beira do rio.

E, Deputado Vanderlei Miranda, esses órgãos de meio ambiente citados por V. Exa., que são tão duros quando pegam um pescador com vara e o multam em R\$500,00, foram a São João das Missões e multaram índios e pequenos produtores rurais em até R\$40.000,00, porque estavam irrigando 1ha de feijão, de cana, ou 1/2ha, para manter os animais vivos. Estamos lá com dois problemas, que são a seca e o Rio São Francisco. Mas esses órgãos ambientais de Minas Gerais, incluindo o Ibama, se calam diante desse crime absurdo que está sendo cometido com o rio, que é o esgoto sem tratamento que a Copasa joga e ninguém tem coragem de multá-la por isso. Nestes dias, a Cemig cometeu um grande crime ambiental em Pandeiros: matou 17t de peixes, e o IEF não foi lá multar a Cemig. Se fosse um pobre coitado, com certeza estaria na cadeia.

Não estamos acreditando no comando dos órgãos ambientais em Minas Gerais. Aqui também está havendo censura do que pode ou não ser publicado em Minas Gerais. Às vezes, o que falamos sai na "Folha de S. Paulo", sai no "O Globo", sai na "CBN", mas não sai nos jornais de Minas.

Quero parabenizar o Deputado Antônio Júlio e dizer que a questão da segurança pública no Norte é muito grave. Lá regredimos. A cidade de Manga, que é sede de comarca de cinco Municípios, tem apenas 10 policiais militares. Aqueles postos policiais que existiam nos Distritos foram fechados, e a violência impera na região de Manga, Montalvânia e São João das Missões. Há alguns dias, um índio foi morto a chutes e pontapés.

Quando realizamos um evento num daqueles Municípios, se quisermos segurança, temos que pagar. Houve um evento em Manga, e a Polícia Militar cobrou R\$6.000,00. É assim que tem sido. Há uma total insegurança naquela região do Estado. Em Montes Claros, o índice de violência subiu assustadoramente.

O Deputado Antônio Júlio* - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. Vamos continuar esse assunto na parte da tarde. Iria pedir o encerramento da reunião, mas, em respeito à Deputada Gláucia Brandão, vamos aproveitar o quórum para votar o seu projeto. À tarde voltaremos a essa discussão, porque é importante, e também vamos aproveitar o espaço que temos para que as pessoas nos ouçam. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 885/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.416/2007, do Governador do Estado, que cria o Conselho Estadual de Saneamento Básico - Cesb - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento da Deputada Gláucia Brandão solicitando o adiamento da discussão do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.522/2007, da Deputada Gláucia Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão das Neves o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.522/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 29/11/2007

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Dinis Pinheiro - Ademir Lucas - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elisa Costa - Getúlio Neiva - João Leite - Juninho Araújo - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Sávio Souza Cruz - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada.

ATA DA 33ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/11/2007

Às 9h21min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Domingos Sávio e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados dois requerimentos do Deputado Ademir Lucas, relator dos Projetos de Lei nºs 116/2007 e 617/2007, solicitando que sejam baixados em diligência à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana o Projeto de Lei nº 116/2007, e à Secretaria de Educação e ao Conselho Estadual de Educação o Projeto de Lei nº 617/2007. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.500 a 1.503/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ademir Lucas - Domingos Sávio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - André Quintão.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/11/2007

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Eros Biondini e Fahim Sawan (substituindo este ao Deputado Zezé Perrella, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.484 e 1.536/2007. Registra-se a presença do Deputado Bráulio Braz. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini - Braúlio Braz.

ATA DA 34ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/12/2007

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Juninho Araújo e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juninho Araújo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Paulo Guedes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 607 e 842/2007 (Deputado Gil Pereira), 1.644/2007 (Deputado Juninho Araújo), 1.667/2007 (Deputado Paulo Guedes) e 1.771/2007 (Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nº 388/2007 (relator: Deputado Juninho Araújo) e 1.670/2007 (relator: Deputado Paulo Guedes), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.535, 1.538 e 1.539/2007. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 418, 1.487 e 1.593/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Projeto de Lei nº 1.432/2007 é convertido em diligência ao autor, a partir de requerimento do relator, Deputado Djalma Diniz, aprovado pela Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater sobre as condições das vias de acesso ao Município de Nova Lima; e Juninho Araújo, em que solicita seja realizada reunião no Município de Rio Casca para, em audiência pública, debater sobre a segurança da Rodovia BR-262, no trecho que liga o Bairro Santa Efigênia ao centro de Rio Casca e no qual se localiza o trevo de acesso aos Municípios de São Pedro dos Ferros e Raul Soares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se no dia 5/12/2007, às 14h30min, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 1.771/2007; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente - Wander Borges - Ana Maria Resende.

ATA DA 27ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/12/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Braúlio Braz, Eros Biondini e Weliton Prado (substituindo este à Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão. A seguir, acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.843/2007, em turno único, para o qual designou como relator o Deputado Vanderlei Miranda. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.843/2007, que recebeu parecer por sua aprovação (relator: Deputado Vanderlei Miranda). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião no Município de Rio Preto para, em audiência pública, debater sobre o potencial turístico da cidade e região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 34ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 10/12/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2007, às 10 horas, no salão paroquial da igreja matriz do Município de Rio Espera, com a finalidade de se discutirem, em audiência pública, questões atinentes ao Projeto Olhos D'Água, do Movimento Ecológico e Cultural do Vale do Piranga - Equipiranga -, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei 18.024

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Domingos Sávio, Gil Pereira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/12/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 607/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao trecho da Rodovia MGT-497 que liga o Município de Iturama ao Distrito de Honorópolis.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 607/2007 pretende dar a denominação de Pio Martins de Freitas ao trecho da Rodovia MGT-497 que liga o Município de Iturama ao Distrito de Honorópolis.

Pio Martins de Freitas foi um dos desbravadores da região de Iturama, então chamada de Santa Rosa. Pequeno produtor agropecuário, encontrou tempo e disposição para ajudar as pessoas. Atento às demandas da coletividade, seu auxílio foi fundamental para a implantação de várias escolas rurais.

Desaparece em 1970, deixando um legado para as gerações futuras de Iturama, cuja população guarda boas lembranças do homem simples que conquistou o carinho e o respeito de todos aqueles com quem conviveu e que muito contribuiu para o desenvolvimento da região.

A homenagem que se pretende fazer-lhe por meio da proposição examinada é, portanto, justa e oportuna.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 607/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2007.

Gil Pereira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 842/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Fábio Avelar, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação de Trânsito, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 842/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação de Trânsito, com sede em Belo Horizonte, que tem por objetivo conscientizar o motorista com respeito à educação no trânsito e assim provocar mudanças em seu comportamento, reduzindo o número de acidentes envolvendo veículos automotores e proporcionando maior segurança aos pedestres.

Defende o aperfeiçoamento dos profissionais que trabalham em educação para o trânsito; elabora e publica trabalhos sobre esse tema; busca fiscalizar a aplicação da legislação referente ao tráfego de veículos automotores.

Com o seu trabalho, concorre para melhorar o trânsito de veículos e harmonizar o convívio entre os usuários das vias públicas. Por isso, é merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 842/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2007.

Gil Pereira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.608/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Gláucia Brandão, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Ação Social Portas Abertas – Aspa –, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.608/2007 pretende declarar de utilidade pública a Ação Social Portas Abertas, com sede no Município de Ribeirão das Neves, que tem como finalidade precípua promover a união dos seus associados, debater sobre os problemas comunitários e buscar alternativas para solucioná-los.

Na consecução de suas metas, desenvolve atividades nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer; defende os direitos da criança, do adolescente e do idoso; oferece cursos profissionalizantes; atua na promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.608/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2007.

Elisa Costa, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.743/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Carlos Mosconi, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Distrito de Campestrinho, com sede no Município de Andradás.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.743/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Distrito de Campestrinho, com sede no Município de Andradás, que tem como finalidade precípua a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Para alcançar suas metas, promove assistência social amparando a infância, a juventude e os idosos; oferece aos seus associados atividades nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer; empreende ações visando resolver as pendências relacionadas com saúde, saneamento básico, moradia e preservação do meio ambiente; combate a fome e a pobreza; fomenta o crescimento da economia atuando na comercialização de produtos agropecuários.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.743/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2007.

Elisa Costa, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.773/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação do Movimento Cultural Negro de Manhauçu, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.773/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação do Movimento Cultural Negro de Manhauçu, que possui como finalidade primordial prestar relevantes serviços aos seus associados e à comunidade. Dessa maneira, realiza reuniões sociais e culturais; promove ciclos de estudos, palestras, conferências; protege a saúde da família, a infância, a maternidade e a velhice; combate a fome e a pobreza; orienta sobre a preservação do meio ambiente; combate a prática do racismo e de qualquer discriminação atentatória aos direitos e às liberdades fundamentais.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.773/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2007.

Elisa Costa, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.777/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Almir Paraca, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Santos Reis – Amoras –, com sede no Município de Montes Claros.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.777/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Santos Reis, com sede no Município de Montes Claros, que possui como finalidade precípua a melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Na consecução de suas metas, combate a fome e a pobreza; desenvolve ações nas áreas da saúde, da educação, da cultura, do esporte e do lazer; promove a geração de empregos para os seus associados; oferece assistência aos portadores de deficiência, buscando reintegrá-los na vida comunitária; ampara crianças, adolescentes e idosos carentes; orienta sobre a preservação do meio ambiente; empreende ações relacionada com a segurança pública do referido bairro.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.777/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2007.

Elisa Costa, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.779/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela visa alterar a Lei nº 15.279, de 2/8/2004, que declara de utilidade pública o Asilo Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Cordisburgo.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.779/2007 pretende alterar a Lei nº 15.279, de 2004, que declara de utilidade pública o Asilo Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Cordisburgo.

A proposição em tela dá nova denominação à referida entidade, que passa a chamar-se Lar dos Idosos Sagrado Coração de Jesus, permanecendo sua sede no Município de Cordisburgo e o seu compromisso estatutário que a qualificou ao título declaratório de utilidade pública, outorgado pela Lei nº 15.279.

Portanto, examinada a documentação anexada ao processo e, em particular, o estatuto constitutivo, constata-se que a instituição, embora tenha mudado de nome, continua desenvolvendo atividades meritórias, de largo alcance social, como a manutenção de estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas, no qual lhes são oferecidos serviços médicos, alimentação, vestuário, assistência psicológica e apoio espiritual, além de outros espaços para prestar auxílio aos pobres em geral.

Assim sendo, o projeto de lei em análise é oportuno e meritório.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.779/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2007.

Domingos Sávio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.785/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Árbitros Desportivos do Alto Paranaíba – AADAP –, com sede no Município de Patos de Minas.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.785/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Árbitros Desportivos do Alto Paranaíba, com sede em Patos de Minas, que tem por finalidade congregar pessoas que atuam como árbitros nas diversas modalidades esportivas. Assim, procura reunir como profissionais, promovendo um relacionamento sadio e fraterno entre eles.

A entidade atua junto aos representantes políticos e lideranças da região, com o propósito de promover o esporte, esforço que traduz o comprometimento com o desenvolvimento social e com as noções de companheirismo e solidariedade, que busca transmitir para os associados e a comunidade.

Isso posto, acreditamos ser a entidade merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.785/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2007.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.793/2007

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Comissão Reconstructora da Igreja de Nossa Senhora da Soledade, com sede no Município de Sabará.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.793/2007 pretende declarar de utilidade pública a Comissão Reconstructora da Igreja de Nossa Senhora da Soledade, com sede no Município de Sabará, que tem como finalidade precípua a reedificação da referida igreja, buscando a sua preservação.

Para a consecução de seu propósito, recebe doações de pessoas físicas e jurídicas em dinheiro, material de construção e serviços em geral; firma convênios com entidades culturais, públicas ou privadas, e associações religiosas; promove atividades socioculturais e recreativas, visando à integração dos associados com os moradores da região onde se localiza a entidade.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.793/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Dimas Fabiano, relator.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Hospital Mater Dei pela criação da Unidade de Radioterapia (Requerimento nº 1.451/2007, do Deputado Hely Tarquínio);

de aplauso à Corporação Musical do Corpo de Bombeiros Militar pelo transcurso do 80º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 1.468/2007, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o jornal "Ribeirão das Neves/Venda Nova" pelo transcurso do 15º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 1.477/2007, da Deputada Gláucia Brandão);

de aplauso ao Sr. Davidson José Chagas, Delegado da Polícia Federal em Uberaba pelo trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco, que desmantelou esquema de fraude contra a saúde pública, relativo a alteração na composição do leite (Requerimento nº 1.485/2007, do Deputado Weliton Prado);

de aplauso ao Sr. Tarcísio Humberto P. Henriques Filho, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, pelo trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco (Requerimento nº 1.486/2007, do Deputado Weliton Prado);

de aplauso ao Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, pelo trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco (Requerimento nº 1.487/2007, do Deputado Weliton Prado);

de aplauso ao Sr. Willian Nascimento Santos, Delegado da Polícia Federal em Varginha, pelo excelente trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco (Requerimento nº 1.488/2007, do Deputado Weliton Prado);

de aplauso ao Sr. Carlos Henrique Dumont Silva, Procurador da República em Passos, pelo excelente trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco (Requerimento nº 1.489/2007, do Deputado Weliton Prado);

de aplauso ao Sr. Antônio José de Oliveira, Promotor de Justiça em Passos, pelo excelente trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco (Requerimento nº 1.490/2007, do Deputado Weliton Prado);

de aplauso ao Sr. Paulo Márcio da Silva, Promotor de Justiça em Passos, pelo excelente trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco (Requerimento nº 1.491/2007, do Deputado Weliton Prado);

de aplauso ao Sr. Cristiano Cassiolato, Promotor de Justiça em Passos, pelo excelente trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco (Requerimento nº 1.492/2007, do Deputado Weliton Prado);

de aplauso ao Sr. João Vicente Dávina, Promotor de Justiça em Passos, pelo excelente trabalho desenvolvido na Operação Ouro Branco (Requerimento nº 1.493/2007, do Deputado Weliton Prado);

de congratulações com o Sr. Márcio Eurico Vitral Amaro por sua posse como Desembargador do TST (Requerimento nº 1.500/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Maurício Delgado por sua posse como Desembargador do TST (Requerimento nº 1.501/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República, por ter sido agraciado com a Comenda Desembargador Guido de Andrade (Requerimento nº 1.502/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. José Paulo Sepúlveda Pertence por ter sido agraciado com a Comenda Desembargador Guido de Andrade (Requerimento nº 1.503/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Cedro por ter alcançado a categoria máxima da edição 2007 do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental (Requerimento nº 1.504/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Sr. Luís Otávio Santos, Diretor Artístico do Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, por ter recebido a comenda cultural outorgada pelo governo federal (Requerimento nº 1.507/2007, do Deputado Sebastião Helvécio);

de aplauso aos policiais militares que participaram da ocorrência que levou à apreensão de adolescente acusado de balear Charles Gonçalves Viana durante um assalto, em 12/11/2007 (Requerimento nº 1.572/2007, da Comissão de Segurança Pública).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/12/07, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ana Cláudia Lobo Tavares para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2007

CONVITE Nº 10/2007

Objeto: contratação de empresa de engenharia para proceder as reformas no Plenarinho I, andar SE, do Palácio da Inconfidência. Licitantes habilitadas: CBR Construtora Ltda. e Construtora Mattos Baracho Ltda.

Resultado da Classificação Final

Classificação	Licitante
1º lugar	Construtora Mattos Baracho Ltda.
2º lugar	CBR Construtora Ltda.

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Município de Lagoa Formosa. Objeto: doação de bem móvel inservível (1 microcomputador da marca Zenith). Licitação: dispensada.

ERRATAS

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.615/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 4/12/2007, na pág. 65, col. 1, na EMENDA Nº 32, no campo "Para", na linha "Total", na coluna "Físicas", onde se lê "2", leia-se "4"; e, na mesma linha, na coluna "Financeiras", onde se lê "10.000", leia-se "20.000".

Na pág. 71, col. 2, na EMENDA Nº 89, na linha "Ação", onde se lê:

"Ação: 1.156 – Qualificação de Recursos Humanos para Gestão e Controle do Suas.", leia-se:

"Ação: 1.353 – Pavimentação e restauração de rodovias no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.".

Na pág. 74, col. 1, na EMENDA Nº 113, na "Mudança de finalidade", onde se lê:

"De: Dar suporte à produção de alimentos básicos em Municípios mineiros, especialmente pela agricultura familiar e de base agroecológica, por meio do acesso aos meios de produção.

Para: Dar suporte à produção de alimentos básicos em Municípios mineiros, especialmente pela agricultura familiar, por meio do acesso aos meios de produção.", leia-se:

"De: Dar suporte à produção de alimentos básicos em Municípios mineiros, especialmente pela agricultura familiar, por meio do acesso aos meios de produção.

Para: Dar suporte à produção de alimentos básicos em Municípios mineiros, especialmente pela

agricultura familiar e de base agroecológica, por meio do acesso aos meios de produção.".

Na pág. 74, col. 2, na EMENDA Nº 124, na linha "Programa", onde se lê:

"programa 043 – Ampliar a capacidade de inovação tecnológica do setor produtivo mineiro.", leia-se:

"Programa: 043 – Rede de Inovação Tecnológica.".

Na pág. 75, col. 1, na EMENDA Nº 126, na linha "Unidade Orçamentária", onde se lê:

"Instituto Mineiro de Agropecuária – 2.371", leia-se:

"Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - 3.041".

Na mesma emenda, na "Ação:", onde se lê:

"1.047: Certificação Emater", leia-se:

"1.047: Certificação do Café - Emater".

Na pág. 75, col. 1, na EMENDA Nº 127, na linha "Unidade Orçamentária", onde se lê:

"Instituto Mineiro de Agropecuária – 2.371", leia-se:

"Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - 5.041".

Na mesma emenda, na "Ação:", onde se lê:

"3.047: Certificação Emater", leia-se:

"3.047: Certificação do Café - Emater".

Na pág. 79, col. 1, na EMENDA Nº 157, na linha "Unidade Orçamentária", onde se lê:

"Secretaria de Estado de Cultura (1.271)", leia-se:

"Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (2.201)".

Na pág. 79, col. 1, na EMENDA Nº 162, na linha "Unidade Orçamentária", onde se lê:

"Secretaria de Estado de Cultura (1.271)", leia-se:

"Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (2.201)".

Na pág. 79, col. 2, na EMENDA Nº 163, na linha "Unidade Orçamentária", onde se lê:

"Secretaria de Estado de Cultura (1.271)", leia-se:

"Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (2.201)".

Na pág. 80, col. 1, na EMENDA Nº 167, na linha "Programa", exclua-se o seguinte:

"39 - Programa de Apoio à Ampliação e à Melhoria dos Sistemas Prisional e Socioeducativo".

Na pág. 81, col. 2, na EMENDA Nº 185, onde se lê:

"Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Cultura (1.299)", leia-se: "Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Cultura (1.271)".

Na "Mudança de objetivo", onde se lê:

"De: Recuperar e restaurar os imóveis que integram o conjunto do Circuito Cultural da Praça da Liberdade", leia-se:

"De: Dotar o Estado de moderna e inovadora rede integrada de produção e disseminação cultural e artística a partir de cidades-pólo, com a revitalização de espaços culturais públicos preexistentes e a implantação de novos espaços culturais públicos".

Onde se lê:

"Para: Recuperar e restaurar os imóveis que integram o conjunto do Circuito Cultural da Praça da Liberdade, observadas as normas de acessibilidade", leia-se:

	1	10.000	1	10.000	1	10.000	1	10.000
Para:	1	10.000	1	10.000	1	10.000	1	10.000 ^m